

SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Temas Emergentes

ORGANIZADORES

Marcelo da Silveira Campos

André Luiz Faisting

Esmael Alves de Oliveira

Marcos Antônio da Silva



Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Marcelo da Silveira Campos
André Luiz Faisting
Esmael Alves de Oliveira
Marcos Antônio da Silva
(Organizadores)

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA: temas emergentes

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2022

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV
Imagem de Capa: benzolx/Freepik; @loeberbottero/Twenty20
Revisão: Os Autores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

SO678

Sociologia, Antropologia e Ciência Política: temas emergentes / Marcelo da Silveira Campos, André Luiz Faisting, Esmael Alves de Oliveira, Marcos Antônio da Silva (organizadores) – Curitiba : CRV, 2022.
240 p.

Bibliografia

ISBN Digital 978-65-251-2763-7

ISBN Físico 978-65-251-2714-9

DOI 10.24824/978652512714.9

1. Ciências sociais 2. Sociologia 3. Antropologia I. Campos, Marcelo da Silveira. org. II. Faisting, André Luiz. org. III. Oliveira, Esmael Alves de. org. IV. Silva, Marcos Antônio da. org. V. Título VI. Série

2022- 25746

CDD301

CDU 3

Índice para catálogo sistemático

1. Sociologia – 301

ESTA OBRA TAMBÉM SE ENCONTRA DISPONÍVEL EM FORMATO DIGITAL.
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2022

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV
Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV
Tel.: (41) 3039-6418 – E-mail: sac@editoracrv.com.br
Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Conselho Editorial: Comitê Científico:

- Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)
Carlos Federico Dominguez Avila (Unieuro)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)
Celso Conti (UFSCar)
Cesar Gerónimo Tello (Univer .Nacional
Três de Febrero – Argentina)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)
Elíone Maria Nogueira Diogenes (UFAL)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
Élsio José Corá (UFSF)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)
Gloria Fariñas León (Universidade
de La Havana – Cuba)
Guillermo Arias Beatón (Universidade
de La Havana – Cuba)
Helmuth Krüger (UCP)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)
Josania Portela (UFPI)
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Lourdes Helena da Silva (UFV)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
Simone Rodrigues Pinto (UNB)
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
Sydione Santos (UEPG)
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)
- André Luis de Carvalho (UFRRJ)
Angelo Aparecido Priori (UEM)
Arnaldo Oliveira Souza Júnior (UFPI)
Carlos Ugo Santander Joo (UFG)
Dagmar Manieri (UFT)
Edison Bariani (FCLAR)
Elizeu de Miranda Corrêa (PUC/SP)
Fauston Negreiros (UFPI)
Fernando Antonio Gonçalves Alcoforado
(Universitat de Barcelona, UB, Espanha)
Giovani José da Silva (UNIFAP)
José de Ribamar Sousa Pereira (Exército
Brasileiro/Ministério da Defesa)
Kelly Cristina de Souza Prudencio (UFPR)
Liv Rebecca Sovik (UFRJ)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
Marcos Aurelio Guedes de Oliveira (UFPE)
Maria Schirley Luft (UFRR)
Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPB)
Renato Jose Pinto Ortiz (UNICAMP)
Ricardo Ferreira Freitas (UERJ)
Rubens Elias da Silva (UFOPA)
Sergio Augusto Soares Mattos (UFRB)
Silvia Maria Favero Arend (UDESC)
Sonia Maria Ferreira Koehler (UNISAL)
Suyanne Tolentino de Souza (PUC-PR)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL: o dilema permanente.....	11
<i>Rogéria Martins</i>	
QUEM TEM MEDO DA SEGURANÇA PÚBLICA? OS DESAFIOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS DO DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	27
<i>Lenin dos Santos Pires</i> <i>Pedro Heitor Barros Geraldo</i>	
O ATIVISMO ANTIGÊNERO NO BRASIL: a produção de sexualidades e identidades monstruosas.....	47
<i>Camila Camargo Ferreira</i>	
PARA ALÉM DO “AUÊ DA CIDADE”: um olhar sobre os circuitos de diferentes gerações <i>drag queen</i> na cidade de Campo Grande, MS.....	65
<i>Winy Gabriela Pereira de Santana</i> <i>Guilherme R. Passamani</i>	
“POR TRÁS DAS CORTINAS”: a atividade das organizações não governamentais nas Nações Unidas.....	87
<i>Carla Cristina Vreche</i>	
A MOBILIDADE DOS KAIOWÁ TRANSFRONTEIRIÇOS: adversidades e resistências na fronteira	105
<i>Antonio Hilario Aguilera Urquiza</i> <i>Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues</i> <i>Marco Antonio Rodrigues</i>	
O ESTADO PRESENTE E AS COMUNIDADES AMPLIADAS (OU A BUSCA PELAS RELAÇÕES ESTATAIS PERDIDAS NAS FRONTEIRAS).....	121
<i>Eric Gustavo Cardin</i>	

SOCIOLOGIA DO GARIMPO: estrutura e função em um povoado garimpeiro – Lourenço, Amapá.....	137
<i>David Junior de Souza Silva</i>	
PANDEMIA, ANTROPOCENO E AGRONEGÓCIO: intersectando catástrofes globais no Brasil.....	161
<i>Jean Segata</i>	
<i>Caetano Sordi</i>	
<i>Juliara Borges Segata</i>	
<i>Bernardo Lewgoy</i>	
A HERVA MALDITA: um estudo socioantropológico sobre os discursos sobre a maconha no Jornal Diário da Noite (1950–1955).....	183
<i>Luzania Barreto Rodrigues</i>	
<i>Paulo César Pontes Fraga</i>	
A NOVA DIREITA E A NOVA ESQUERDA NA EUROPA: uma breve revisão da literatura.....	203
<i>Tiago Alexandre Leme Barbosa</i>	
UM PALADINO TEMENTE A DEUS: o Movimento Escola sem Partido e os laços com o neoconservadorismo cristão.....	219
<i>Vitor Hugo Rinaldini Guidotti</i>	
ÍNDICE REMISSIVO	235

APRESENTAÇÃO

A presente coletânea reúne trabalhos em um contexto sociopolítico de grandes desafios para as ciências sociais. Especificamente considerando a realidade brasileira, se desde a eleição de Jair Bolsonaro em 2019 o estado democrático de direito tem sido alvo de ataques e as políticas públicas e de seguridade social focos de deliberado desmantelamento, o complexo cenário sanitário inaugurado pela pandemia covid-19, tanto em nível global quanto em nível local, agravou ainda mais os dilemas estruturais e sociais vividos por amplos setores da sociedade brasileira.

Nesse contexto adverso, que ampliou as desigualdades e fomentou os retrocessos das políticas sociais, observamos o fortalecimento de grupos conservadores e autoritários, evidenciados por movimentos como a “Escola sem Partido”, o clamor por ações antidemocráticas e por intervenção militar, o crescimento de candidaturas políticas de extrema direita, entre outros. Apesar de se apresentarem com dinâmicas próprias, esses diferentes movimentos têm em comum a desqualificação das demandas democráticas e a oposição aos direitos humanos. Não por acaso observa-se nos tempos atuais um recrudescimento do feminicídio, do racismo, da homotransfobia, da violência contra os povos indígenas, jornalistas e militantes dos direitos humanos. Nessa conjuntura social e política em que os espaços democráticos são suprimidos e os direitos são crescentemente violados, a produção de conhecimento por parte das Ciências Sociais de forma engajada em temas novos torna-se urgente e necessária.

Ao propormos a organização da coletânea *Temas emergentes em Sociologia, Ciência Política e Antropologia*, nosso intuito foi o de não apenas oportunizar um espaço aberto à reflexões críticas a partir de diferentes referenciais teóricos e metodológicos, mas também de visibilizar pesquisas e reflexões candentes nas três áreas que compõem as Ciências Sociais brasileiras contemporânea a fim de afirmar tanto a importância da Universidade pública para o desenvolvimento da sociedade brasileira quanto para a produção de conhecimento científico de ponta.

Tendo como fio condutor análises relacionadas aos temas emergentes esta obra procura contribuir para a reflexão de pesquisas e da atuação sobre temas relacionados ao ensino e profissionalização, segurança pública, gênero e sexualidades, movimentos e transformações relacionadas ao Estado e fronteiras e sobre os velhos e novos conflitos e políticas que, embora não esgotem a capacidade analítica de tais temas e das ciências sociais brasileiras, revelam um painel profundo, diversificado e instigante da reflexão das Ciências Sociais brasileiras.

Em um contexto bastante adverso ao pensamento crítico e de estímulo à produção e disseminação de *fake news* que se revela na hostilidade às Universidades, Institutos de Pesquisa, pesquisadores e pesquisadores e, particularmente, as Ciências Humanas e Sociais a presente coletânea reafirma seu compromisso com a produção de um conhecimento ético-político em acordo com a defesa do estado democrático de direito por meio da produção de uma ciência social que contribua para a informação, formação e reflexão.

Esta obra foi desenvolvida com o apoio do curso de Ciências Sociais e da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Contando com a participação de pesquisadores de distintas instituições e regiões do país, com pesquisadores que possuem uma trajetória acadêmica vinculada a este curso de graduação e aos seus programas de pós-graduação e/ou que desenvolvem, através pesquisas e atividades, um intercâmbio intelectual e um diálogo profícuo com os docentes deste curso.

Nesse sentido, acreditamos que os diferentes textos que compõem a coletânea servirão de estímulo crítico para a ampliação de horizontes de pesquisas, campos de reflexão e, não menos importante, visibilização da dinamicidade, do potencial analítico e do compromisso sociopolítico que cerca a produção acadêmico-científica brasileira.

Os organizadores

A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL: o dilema permanente

Rogéria Martins¹

Nos anos 1960, os sociólogos eram levados a sério pelo público mais amplo; mas, no período da escrita desse artigo, eles eram crescentemente dispensados: o sentimento de que a sociologia estava antiquada tornou -se parte da consciência pública.

Nota de Stephen Turner
(*apud* BUXTON; TURNER, 2019, p. 215).

A epígrafe acima nos desperta um mal-estar diante do cenário das Ciências Sociais brasileira. Sua proposição revela alguns dos elementos da crise que se abate, no contexto contemporâneo, embora as suas condicionalidades, tenha um histórico robusto em termos macroestruturais, muito anterior e de certa forma, quase permanente desse estado das coisas nas Ciências Sociais, que nos impele a nos debruçar, recorrentemente. A crise no qual corresponde as Ciências Sociais pode ter diferentes explicações (REIS, E.; REIS, F. W.; VELHO, G., 1997; SANTOS, 2016). Mas a crise que se destaca aqui, se refere às condições de formação, no que tange a uma correspondência para uma atuação profissional no mercado de trabalho não acadêmico.

Esse debate, constantemente, se colocou como uma inquietação particular. Desde época de minha formação em graduação a pergunta clássica do Cientista Social rondou meus primeiros passos no universo formativo: qual é o mercado de trabalho dessa profissão e quais seriam as atividades relacionadas a esse profissional? Para além dos problemas da empregabilidade de diplomados, persistia-me a ideia de uma formação de nível superior estava associada a uma correspondência de uma inserção profissional proveitosa; bem como era uma curiosidade epistemológica dada à atmosfera rarefeita dessa discussão na área. Não encontrei essas respostas de forma muito clara na academia e não deixei de perceber também os constrangimentos e os estereótipos para quem ousava questionar sobre essa possibilidade de atuação profissional na sociologia brasileira. Descobri nas trajetórias tortuosas da formação, um caminho solitário para atuar nesse mercado profissional não acadêmico, perseguindo pistas diante dos

1 Socióloga, Professora Associada I do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: rogerialma@yahoo.com.br

pressupostos teórico-metodológicos originalmente adquiridos nessa formação; as ferramentas para uma técnica e expertise de uma cultura profissional estabelecida em um paralelo acadêmico. Explorei durante 15 anos diferentes possibilidades na atuação do cientista social no universo profissional fora da academia, me mantendo no “palco”² do cenário profissional: seja na iniciativa privada, em instituições estatais e na consultoria. A trajetória recheada de percalços e investimento me rendeu um compromisso pessoal, ao chegar à academia, para visibilizar a profissionalização das Ciências Sociais em outros horizontes.

Do tempo que me formei até agora, descobri que muito pouco tinha mudado nesse debate, embora o perfil dos alunos tenha se alterado bastante³; bem como tivemos um crescimento massivo dos cursos de Ciências Sociais a partir da década passada⁴, sobretudo na modalidade de licenciatura⁵ em detrimento do bacharelado, que tradicionalmente dominou a formação das Ciências Sociais no Brasil (TORINI, 2012). Aqui não se trata de impressões pessoais, estudos como de Prandi (1980); Schwartzman, (1991, 2009) e Almeida Neto (2015) revelam essa tendência de parcas mudanças nos cursos de Ciências Sociais com relação à profissionalização dos cursos. Esse dado diz muito sobre o lugar da profissionalização das Ciências Sociais, inclusive nas demandas por estágios, uma atividade praticamente esquecida nos projetos políticos pedagógicos dos cursos de bacharelado. Certo desvelo de parte da academia com essa temática e a ausência de profissionais para supervisionar essas atividades no mercado de trabalho revelou um movimento de substituição de atividades dessa natureza.

Nesse particular, os espaços que poderiam configurar como um esforço para essa profissionalização foram substituídos diante dos obstáculos culturais de reconhecimento da sociedade em torno das atribuições desse profissional. Uma das alternativas mais contemporâneas realizadas em alguns cursos foram os investimentos para criação de Empresas Júniores⁶, para otimizar

2 Termo cunhado pela Bonelli (1995) para explicar a percepção dos Cientistas Sociais sobre suas atuações no mercado de trabalho nas Ciências Sociais. Palco seria uma alusão da franca identificação do lugar próprio desse profissional, tanto quanto a academia se dimensiona a fazer.

3 Não vou me aprofundar nesse debate, porque rende bases analíticas de outra natureza. Para ver mais Pessanha (1995); Werneck Vianna *et al.* (1995); Torini (2012) e Neto (2015).

4 Dados do MEC/INEP - 2019 mostram que são 119 cursos de Ciências Sociais em todo Brasil, sendo 110 na modalidade presencial e 09 na modalidade de Educação a Distância. Nos últimos vinte anos foram criados 60 cursos. Sendo 70 ministrados pelas IES públicas (46 federais, 21 estaduais e 03 municipais), além de 49 IES privadas (07 confessionais/filantrópicas e 42 IES particulares)

5 Para ver o debate sobre o crescimento dos cursos de Licenciatura em Ciências Sociais buscar Moraes (2003).

6 No Brasil a definição de empresa Júnior é regulamentada no artigo 2º da Lei Federal nº 13.267, de 6 de abril de 2016, que diz: Art. 2º Considera-se empresa júnior a entidade organizada nos termos desta Lei, sob a forma de associação civil gerida por estudantes matriculados em cursos de graduação de instituições de ensino superior, com o propósito de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos associados, capacitando-os para o mercado de trabalho. § 2º A empresa júnior vincular-se-á a instituição de ensino superior e desenvolverá atividades relacionadas ao campo de abrangência de pelo menos um curso de graduação indicado no estatuto da empresa júnior, nos termos do estatuto ou do regimento interno da instituição de ensino superior, vedada qualquer forma de ligação partidária.

uma formação mais técnica, mais condizente com as demandas do mercado de trabalho não acadêmico. Claro que essas experiências não ficam livres dos constrangimentos e estereótipos atribuídos aos demandantes desse modelo de formação. E que em tese poderiam ser acionados sem esses recursos pontuais, caso tivéssemos um modelo rígido de desenvolvimento da carreira. Mas considero uma oportunidade para reflexão, para o debate que os cursos de Ciências Sociais não podem se furtar em fazer, inclusive num debate mais honesto sobre empregabilidade e ensino superior. Para além do tom crítico, estereotipado dos malabarismos sofisticados de um empreendimento refém do capital [*sic*] precisamos nos preocupar com os cerca de 70% a 90% de alunos que não chegam na formação ultra especializada da pós-graduação e seguem a carreira acadêmica. É um contingencial expressivo que demanda esforço analítico significativo por parte dos cursos de formação para pensar alternativas, possibilidades mais amplas para construção da carreira.

Outro pano de fundo desse debate se estabelece pelas mudanças substantivas que o mundo do trabalho tem se configurado, redimensionando inclusive, as atuações profissionais mais clássicas. O mundo social e profissional tem despertado muitas demandas para seus grupos de pertença, com novas práticas e atuações em jogo, novas dinâmicas para diferentes carreiras. Esse debate coloca as Ciências Sociais aquém dessas preocupações sobre empregabilidade, mercado de trabalho e formação superior, na sua área em particular. Para além das atividades bastante criativas que acionam, diretamente em suas atuações, com o arsenal conceitual, teórico e metodológico de nosso campo, parecem estar em constante ressentimento ao tema, reagindo sobre o sigma de um empobrecimento científico. Nesse particular coaduna-se com Mineiro (2015, p. 103): a profissionalização da sociologia é incompatível com o empobrecimento da dimensão crítica e reflexiva da sociologia. Novas funcionalidades no mundo do trabalho demandam expertise e aptidões que reajam as novas atuações em jogo. E qual lugar ocupamos nesse debate? Cargos como analistas de dados, assistentes de programas ou na gestão de pessoas no corte multicultural, por exemplo, estão sendo demandados pelo mercado, muito das vezes sem exigência de uma formação clássica, mas privilegiando habilidades e experiências na ocupação! De fato, para além da resistência dos empregadores no aproveitamento de nossos profissionais; o mercado de trabalho desconhece nossa formação e nossas aptidões laborais, conforme fica evidente no estudo de Ribeiro (1999).

Em síntese, esse capítulo resulta muito dessas inquietações permanentes e dessa tentativa de debater internamente, esse trabalho ordinário do Cientista Social.

Elementos históricos e conceituais pertinentes ao debate

As inquietações particulares desse novo público das Ciências Sociais revelaram-se mais pragmáticas⁷ e com mais urgências para perseguir uma profissionalização, sem ou de forma muito modesta, contudo, para encontrar vozes inclusivas a esse debate. O dilema permaneceu diante de nossos olhos e do universo significativo de egressos dos cursos de Ciências Sociais no Brasil, restringindo-os a atuação na docência, na educação básica, quando conferiam uma formação de licenciatura e na academia, quando o universo restrito se garantiu para alguns concluintes da pós-graduação. Importante deixar claro que se defendem as possibilidades de atuações de um Cientista Social nessas três dimensões: docência na educação básica; no trabalho intelectual na academia e no mercado profissional não acadêmico, condizente às preocupações da população em geral. Todas com igual valor e prestígio, desde que absorvidas e configuradas no fundamento crítico acionadas pela capacidade analítica dos fenômenos sociais.

Alguns estudos, no campo da Sociologia das Profissões demandaram pesquisas que revelaram a ausência de uma institucionalização da profissão, como Bonelli (1993, 1994, 1995); Ribeiro (1999) etc.; bem como o pouco apoio a profissionalização, considerando que os cursos não se voltam para o desenvolvimento de aptidões necessárias para o trabalho em organizações mais complexas, privilegiando uma formação mais teórica não associada à aplicação nesses espaços profissionalizantes (SCHWARTZMAN, 1991). O problema que os sociólogos estão cotidianamente a enfrentar, em torno da institucionalização do conhecimento sociológico, enquanto campo disciplinar incide numa cisão original da sociologia: uma sociologia como empreendimento intelectual rigoroso e uma sociologia servidora do Estado e do público em geral (BUXTON; TURNER, 2019).

O problema dos sociólogos com seus públicos incide em modelos, que marcam nossa tradição intelectual: por um lado, um modelo mais técnico, que se dirige, diretamente, ao atendimento de uma população em geral; por outro lado, o modelo acadêmico, de especialistas e intelectuais voltados para aconselhar e orientar profissões. Esses modelos, originalmente, têm trajetórias muito semelhantes, do ponto de vista da cisão entre essas duas tendências seja na sociologia americana, na sociologia portuguesa ou na sociologia brasileira⁸. Segundo Bonelli (1995) o sistema de profissões opera numa mesma

7 Alguns estudos com Pessanha (1995); Torini (2012), Almeida Neto (2015) destacam o baixo perfil socioeconômico desses estudantes, demandantes de uma urgência para o investimento pessoal na carreira.

8 As comparações aqui sinalizadas apenas como duas sociologias (americana e portuguesa) tradicionalmente com forte inclinação para atuação no mercado de trabalho.

lógica, assim, a sociologia opera de forma semelhante nesses países, a partir da percepção da profissão no contexto da estrutura ocupacional de cada país. É claro que com perspectivas diferenciadas do ponto de vista de sua institucionalização, pode observar que na sociologia americana essa cisão chega mais tardiamente, considerando que as agências de estatísticas do trabalho criadas pelo próprio Estado deu centralidade a profissionalização do Cientista Social, no apelo para reforma social, ainda na década de 1930. Os pesquisadores só assumem um modelo mais “acadêmico”, quando passam a ser subsidiados em suas pesquisas e publicações (BUXTON; TURNER, 2019). A previsão nesse modelo incidiu no estabelecimento de uma organização do trabalho acadêmico:

O relatório da American Political Science Association, que levou à criação do Social Science Research Council (SSRC), tinha listado cinco necessidades dos cientistas sociais: tempo para pesquisar, apoio administrativo da pesquisa, fundos para “trabalho de campo”, “provisão adequada [...] para a publicação dos resultados de um tipo de pesquisa científica que não tem valor comercial imediato” (ou seja, subsídios para publicar), e a educação das autoridades universitárias e o público em geral nas “necessidades da ciência política” (SOCIAL SCIENCE RESEARCH COUNCIL, 1933, p. 1 *apud* BUXTON; TURNER, 2019, p. 2015).

Esse movimento, não deixou de render também constrangimentos da dependência das fontes de financiamento das pesquisas e das redes de favores e informações para aquisição de subsídios. Apesar dessa origem vislumbrar um campo de atuação já engajado nessa preocupação profissionalizante nos EUA, a história do papel da sociologia não se atualizou nesse sentido, rende complexos elos diante dos constrangimentos das agências financiadoras. A continuidade dessa era edificante nos garante lições do passado para nosso presente, diante das políticas dos editais e da farsa da independência intelectual acadêmica.

Os intelectuais públicos, na sociologia americana, tiveram interlocutores significativos, promovendo uma tendência formativa para as Ciências Sociais americana: de um lado Charles Ellwood, Hany Elmer Barner e ainda Wright Mills (BUXTON; TURNER, 2019) preocupado com uma sociologia articulada com preocupações da população em geral e de outro; Talcott Parsons, a partir da reforma da disciplina, buscou um desempenho mais científico, já iniciando a cisão no debate entre ciência e profissão. Parsons e seus seguidores se empenharam em construir uma teoria do funcionamento no conjunto dos grupos profissionais. A ideia era perseguir um princípio de coerência nas

características profissionais, inspirada nos domínios da teoria estrutural-funcionalista, atribuindo a ideia de profissão como modelo.

Autores clássicos da Sociologia das Profissões, como o Freidson (1988) revelou uma nova tendência teórica, acenando para uma discussão conceitual sobre profissão, a partir da ideia de uma organização do trabalho humano e como as dinâmicas pela qual diferentes atuações assumem o sentido profissional. Essa inclinada teórica até o interacionismo já foi considerada suficiente para estabelecer a ruptura com os funcionalistas de outrora, na medida em que vê a profissão como um processo.

No Brasil, um paralelo nessa tendência pode ser identificado pelo debate clássico do pensamento social brasileiro, investido por Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes. Em linhas gerais, o embate entre a produção do conhecimento sociológico e a tarefa de intervir na realidade ocupou a intelectualidade nacional ao longo do processo de institucionalização das Ciências Sociais no país. Um exemplo disso pode ser encontrado na famosa polêmica entre Alberto Guerreiro Ramos — representante da sociologia desenvolvida no Rio de Janeiro, *“caracterizada pela disseminação do argumento sociológico nas variadas agências públicas que então se constituíam, mas não na forma de universidades dedicadas à pesquisa regular”* (MAIA; PEREIRA, 2009, p. 28) —, e Florestan Fernandes — representante da intelectualidade paulista e de uma sociologia que *“se beneficiaria de maior autonomia acadêmica do que a desfrutada por seus pares cariocas, além de ensinar uma produção intelectual mais próxima dos padrões científicos ditados pelos grandes centros da época, com valorização do rigor teórico e metodológico”* (MAIA; PEREIRA, 2009, p. 29). Nos anos 1950, tal polêmica pode ser resumida da seguinte forma:

Enquanto o sociólogo do Rio de Janeiro sustentava que a sociologia feita num país subdesenvolvido deveria usar os poucos recursos econômicos em projetos que auxiliassem a compreensão do desenvolvimento nacional, Florestan sustentava que os cientistas sociais brasileiros deveriam perseguir os mesmos padrões de rigor e consciência teórica alcançados pelos seus pares dos países centrais (MAIA; PEREIRA, 2009, p. 30).

A polêmica referida ilustra o desafio em questão. Em 1953, por ocasião da realização do II Congresso Latino-Americano de Sociologia, no Rio de Janeiro e em São Paulo, a despeito das críticas de que Guerreiro Ramos estaria apregoando uma forma rebaixada de exercício sociológico para o Brasil, ou uma espécie de “sociologia subdesenvolvida”, as propostas traduzem seu posicionamento em relação a importação irrefletida de conceitos e métodos no processo de interpretação do país. O autor criticava, sobretudo, aquilo que ele definia como uma *“sociologia enlatada”*, cobrando dos sociólogos

nacionais maior compromisso com as questões locais e o envolvimento nas condições de vida da população. Daí sua conhecida definição de “*redução sociológica*”, como a “*necessidade de pôr entre ‘parêntesis’, ou seja, de suspender as análises resultantes da ciência social oficial*” (OLIVEIRA, 2009, p. 251). Essa cisão à brasileira avançou inclusive para a área de atuação dos Cientistas Sociais da docência, onde o ensino de sociologia acabou sendo desprestigiado nessa configuração entre Licenciatura e Bacharelado.

Atualmente, esse debate ganha novos interlocutores. A proposta de Guerreiro Ramos aproxima-se, no presente, ao que vem sendo denominado, a partir do discurso de posse de Michael Burawoy na presidência da International Sociological Association — ISA, como “*sociologia pública*”. Conceituação polêmica hoje, assim como lá trás o foi, Burawoy propõe, em linhas gerais, que a sociologia deve aproximar-se de questões relevantes para a agenda pública, momento no qual os sociólogos poderão engajar-se nos problemas concretos das populações e recuperar a fibra moral da disciplina. Segundo ele, os profissionais da sociologia devem, sem desqualificar seu elemento científico, devolver “*o conhecimento àqueles de onde tal conhecimento veio, distinguindo questões públicas dos problemas privados e regenerando a fibra moral da sociologia*”, o que constituiria a tarefa central da sociologia pública (BURAWOY; BRAGA, 2009, p. 19).

Como se vê, a cisão rende uma trajetória permanente, não resolvida e ainda promotora de muitos constrangimentos. Falar sobre o tema, curiosamente, ainda incide em incômodos...

Elementos profissionais em jogo

A discussão conceitual sobre profissionalização rende muitos desafios para as Ciências Sociais brasileira. A histórica trajetória nos trilhos de uma “sociologia mais científica” marcou uma tradicional tendência da supremacia da academia no *status*, na hierarquia das atuações. A Sociologia das Profissões investiu em compreender essa disposição nos grupos sociais profissionais e particularmente, Bonelli (1995) buscou compreender as principais características da inserção profissional dos Cientistas Sociais. Seus estudos revelaram as concessões que alguns mercados de trabalho estabeleceram para uma aproximação bem estreita da formação original da carreira. Por outro lado, Ribeiro (1999) revela em seus estudos uma compreensível insatisfação decorrente da indefinição das atribuições do exercício profissional do Cientista Social. A autora revela como a carreira repousa sobre uma frágil área de conhecimento, por não se estabelecer nas fronteiras disciplinares, no que tange as atuações. Dubar e Tripier (1998) endossam essas reflexões alegando que a constituição de uma profissão presume-se algum tipo de cercamento seja em termos jurídicos, com algum tipo de regulação; seja na reserva ou monopólio de mercado profissional.

As Ciências Sociais não têm, de forma consistente, nem uma coisa e nem outra: “a lei do sociólogo”⁹, é considerada uma lei inócua, branca e que não regula o exercício profissional e ainda torna possível, qualquer profissional de outra área, a partir da experiência, atuar no mercado de trabalho supostamente aludido aos Cientistas Sociais. Já o Decreto nº 89.531/1984 estabelece mais consistência ao exercício profissional, embora não tenhamos conquistado a aprovação da regulamentação profissional, do então sociólogo Fernando Henrique Cardoso, na oportunidade da Presidência da República. Os avanços do ponto de vista da regulação e monopólio do mercado tem recebido maiores investimentos no campo da educação, com o ensino de sociologia.

Por outro lado, nem internamente, nos processos seletivos, os concursos públicos para magistério superior, por exemplo, muito das vezes essa reserva é feita, do ponto de vista de privilegiar a graduação de formação básica, amparando-se no domínio formativo da última etapa de formação, com o título de doutorado. Levando todas as considerações pertinentes da possibilidade de ações dessa natureza, não é que se considere um problema de grande proporção, mas caracteriza uma tendência de não estabelecimento de reserva interna, nos espaços mais configurados para o domínio dessa atuação.

Esses percalços com a titularidade também marcam os obstáculos para definição das seleções no mercado de trabalho: as Ciências Sociais é uma profissão com atuação em três grandes áreas de conhecimento: sociologia, antropologia e ciência política. Não obstante a essas dificuldades, o franco movimento de fragmentação do campo disciplinar incorre em mais perturbações para as seleções no mercado de trabalho: atualmente temos títulos em Ciências Sociais, em Sociologia, em Antropologia e Ciência Política; para além das especificidades dos títulos em pós-graduação e as distinções entre Licenciatura e Bacharelado. Não vou entrar no mérito da validade desses movimentos, o problema não é a fragmentação, o mundo social tem suas exigências e demandas e repensar-se, profissionalmente, é um investimento para qualquer profissão. Mas esses processos precisam ter uma via de mão dupla, não podem caminhar de forma isolada, e de forma monolítica. Muito do desconhecimento da sociedade sobre nossas atuações e a resistência dos empregadores com esses profissionais é uma responsabilidade coletiva desse grupo social profissional.

É bom também esclarecer que o mercado nunca se fechou para esses profissionais. Estudo de Silva (1995), por exemplo, apesar de mostra-se restrito, revela as oportunidades de trabalho para os Cientistas Sociais, no setor privado. Por outro lado, numa perspectiva mais otimista e recente, estudo de Wanderley *et al.* (2007) aponta o crescimento do mercado de trabalho no setor público e privado. Em matéria da revista Sociologia foi apresentado várias possibilidades

9 Lei nº 6888, de 10 de dezembro de 1980.

de atuações a partir de categorias¹⁰ de mercado de trabalho bem aquecido, relativamente aquecido e pouco desenvolvido. Nesse material, um leque de possibilidades de atuações foi apresentado, sinalizando que o mercado comporta recorrentemente essas atuações, desde que o reconhecimento da sociedade sobre essas atuações seja progressivamente dimensionado. O primeiro passo precisa ser dado a partir de uma identidade profissional, pelo grupo social profissional. Todo estudante de Ciências Sociais precisa ser capaz de conhecer as práticas profissionais de sua carreira e onde ela pode atuar. Creio que seja uma consideração pertinente para a diluição desses obstáculos culturais e responder a clássica pergunta que todo Cientista Social é cobrado a responder: *o que um Cientista Social faz?*

E ainda, não suficiente todos esses obstáculos culturais e institucionais em jogo, as competições no sistema de ocupação endossa a complexidade da profissão. Disputamos internamente, na competição com nosso grupo de pertença, na clássica cisão entre os sociólogos públicos e os sociólogos acadêmicos. Bonelli (1995) chamou esse certame de competição intraprofissional. Por outro lado, os dispositivos competitivos avançam para profissões vizinhas, onde disputa-se o próprio objeto de atuação profissional, as vagas no mercado, as formas específicas de abordar o contexto social, a conferência de um regulamento determinando o monopólio do exercício profissional. Para essa contenda, a referida autora chamou de competição interprofissional.

No debate sobre a constituição profissional e a discussão sobre profissionalização, Wilensky (1964) define profissão:

Define profissão como uma ocupação que exerce autoridade e jurisdição exclusiva simultaneamente sobre uma área de atividade e de formação ou conhecimento, tendo convencido o público de que os seus serviços são os únicos aceitáveis. Os critérios de distinção são: (i) o trabalho técnico — baseado no conhecimento sistemático ou em doutrina (ii) a adesão às normas do profissionalismo (RODRIGUES, 2002, p. 20).

A autora avança nessa definição, mostrando que a aquisição do estatuto de profissão necessita prever a existência regular de uma sequência de etapas:

[...] passagem de atividade amadora a ocupação a tempo inteiro; — estabelecimento do controlo sobre a formação; — criação de associação profissional, cujas principais funções são a definição das tarefas essenciais, a gestão dos conflitos internos entre membros com diferentes recursos de formação e a gestão dos conflitos com outros grupos que desenvolvem

10 De forma resumida do material: **Mercado bem aquecido:** Docência, pesquisa, pesquisa de opinião e de mercado, assessoria sindical e consultoria de projetos; **Mercado relativamente aquecido:** meio ambiente, planejamento, reforma agrária, marketing político, lazer/recreação e turismo; **Mercado pouco aquecido e pouco desenvolvido:** relações internacionais, saúde, jurídica e carcerária, legislativo, recursos humanos, editoração, comunicação, cultura e assistência social. Fonte: *Revista Sociologia* (2015).

atividade semelhante; — proteção legal; — definição do código de ética (RODRIGUES, 2002, p. 22).

De acordo com a Sociologia das Profissões (RODRIGUES, 2002), há um debate que envolve as bases para garantir os elementos da configuração profissional, se essas etapas são constitutivas são pertinentes, temos limites na configuração profissionalizante das Ciências Sociais no Brasil. Vejamos:

a) *Superamos a atividade amadora para a ocupação a tempo inteiro*, construímos um legado consistente da *profissionalização do conhecimento* correspondendo ao *ethos* institucionalizado e legitimado desse saber – nas universidades, na formação profissional e na própria reserva mínima de mercado dos profissionais desses saberes, ainda que tenhamos muitas reservas a esse monopólio;

b) *Temos uma associação profissional, cujas principais funções são a definição das tarefas essenciais, a gestão dos conflitos internos entre membros com diferentes recursos de formação e a gestão dos conflitos com outros grupos que desenvolvem atividade semelhantes*, contudo não podemos dizer que as associações profissionais nas Ciências Sociais sejam inclusivas de todos os profissionais na área. A própria fragmentação das Ciências Sociais confere um associativismo diferenciado entre as áreas (SBS, ABCP, ABA, por exemplo) ainda que ANPOCS procure trazer essa dimensão mais inclusiva nas diferentes áreas porque está dimensionada no âmbito da pós-graduação. Contudo, nenhuma dessas associações, em particular, inclui um debate e discussão para os Cientistas Sociais públicos, que atuam no mercado de trabalho não acadêmico. Para incluir esses profissionais diferentes sindicatos e associações foram criadas no Brasil, sem contudo, mostra-se suficientemente forte, capas de reunir, por exemplo o contingente populacional formado na área, inclusive capaz de identificar as inserções profissionais dos Cientistas Sociais. Todo o acúmulo que sabe-se dessa carreira envolve estudos localizados, muito louváveis, diga-se de passagem, mas podem ser considerados pontuais do ponto de vista do tempo e espaço, com frágil capacidade de um alcance mais pleno da população formada na área em geral. Nesse sentido, o movimento associativismo mais consistente seguiu uma disposição excludente de parte dos profissionais na área, privilegiando as atuações o mercado de trabalho acadêmico;

c) *Proteção legal* — algum tipo de regulação jurídica se estabelece com limites. Como foi sinalizado, a legislação que regula a atuação profissional do Cientista Social não se aplica para carreira acadêmica, que tem seus próprios cânones formativos a revelia de definições próprias dos departamentos e investem nas titulações a nível de pós-graduação, que seriam as bases para investidura na carreira. Por outro lado, os profissionais do mercado de trabalho

não acadêmico estão desprotegidos diante dessa ausência de regulação¹¹, sobretudo diante de um mercado ultra especializado, com fortes fronteiras constituídas pelos outros profissionais vizinhos. Diante desses limites, há um esforço tremendo para se situar no “palco” profissional da carreira;

d) *Código de ética* — um conjunto de regras e normas que devem ser observadas pelos profissionais no exercício de seu trabalho mostra-se de forma ilustrativa para os Cientistas Sociais. Apesar de sua existência o documento não é conhecido dos profissionais da área, inclusive porque muitos o desconhecem até mesmo nos espaços formativos, como nos cursos de Ciências Sociais. Dessa forma, podemos dizer que temos um Código de Ética, mas não temos uma regulamentação profissional, o que não confere ao código o efeito regulador da atuação profissional.

E para fechar essa discussão profissional, creio que seja importante situar a importância de construir uma identidade profissional. Por mais desenvolvimento que a carreira das Ciências Sociais se constituiu ao longo desses anos, no Brasil ela assume as características de mercado de trabalho aberto, conforme Dubar (2015) classifica. Esse tipo de mercado pode ser identificado por nenhuma ou pouco *status* profissional estável, com socialização fragmentada, tanto do ponto de vista estrutural – de inserção no emprego; quanto do ponto de vista biográfico – de sua construção de uma competência reconhecida. Segundo o referido autor a identidade profissional se inicia ainda na condição de estudantes, na socialização acadêmica, mas perde-se no período pós-acadêmica na ausência de espaços onde essas identidades profissionais não se mantêm constituídas no mercado de trabalho. Precisaria promover elementos de constituição de novo aparelho de formação – estágios, procedimentos técnicos, informação laboral como registro profissional da categoria¹² etc. Por outro lado o frágil estabelecimento de uma rede localizada de atores institucionais – serviços públicos, municipalidades, consultorias, pequenas empresas correlacionadas etc para promoção da atuação dessa carreira poderia construir os elementos de construção da identidade profissional envolvendo formação geral + formação profissional + formação prática.

11 No livro *O mercado de trabalho e a profissionalização do sociólogo* de Lejeune Mihran (2015) o autor mostra um pouco os conflitos internos nessa disposição para a questão da regulamentação profissional do Cientista Social. A lei n. 6888/1980 que precisava de regulamentada encontrou muitos opositores, inclusive do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, na oportunidade de Presidente do Brasil, que vetou o pedido de regulamentação profissional.

12 Desde março de 2021, já se observa a versão do sistema que contempla a possibilidade do requerimento do registro profissional da categoria de Sociólogo(a). Todo o passo a passo para a solicitação encontra-se no portal gov.br, conforme link a seguir: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/registrar-se-como-profissional-para-atividades-exigidas-em-lei>.

O debate que não se encerra...

O tom provocador dessas reflexões na verdade fomenta um movimento para reflexão de muitas naturezas, parte-se desse incômodo bourdieusiano, de um conhecimento da sociedade, pelo menos dessa forma parcial como parte de Cientistas Sociais observam o tema. O debate aqui exposto nem de longe se encerra, creio que temos muitas tarefas a cumprir no que tange a identificar e conhecer a inserção profissional dos Cientistas Sociais na contemporaneidade.

Do ponto de vista mais prático, credita-se a ideia de cumprir um investimento empírico, com pesquisas de maior alcance, talvez com tarefas iniciais dos cursos de graduação de Ciências Sociais no Brasil como algo permanente e contínuo; também investir em uma reformulação curricular, que dinamize ações disciplinares que materializem e instrumentalizem os elementos mais técnicos do conteúdo sociológico, sobretudo no que tange as expertises metodológicas; ainda desbravar atuações profissionais em diferentes atores institucionais, capitaneando o regresso dos estágios, por exemplo; visibilizar a carreira em diferentes mercados profissionais e também otimizar a profissionalização, sobretudo no bacharelado. Claro que são sugestões preliminares, que muito modestamente, se salienta desse debate inicial.

Do ponto de vista teórico e conceitual temos mais desafios e investimento a cumprir. Discutir a formação, as questões entre ciência e profissão; o debate sobre identidades profissionais; profissionalização e ensino superior; empregabilidade no ensino as mudanças do mundo do trabalho e as demandas profissionais e muito mais... o que considera-se pertinente nessas reflexões de acordo com Mineiro (2015) não são as aferições dos terrenos profissionais em que os Cientistas Sociais atuam, mas como esse grupo social pode e mobiliza suas competências teórico e metodológicas; como eles redimensionam diante dos diferentes objetos nesses espaços e sobretudo, como acionam de forma muito criativa, muito das vezes, uma disposição para o investimento reflexivo crítico nos vários terrenos sociais e profissionais.

Apesar de incrustarmos uma cultura genérica do *ethos* da ciência, no dizer de Costa 1988), o que muito diz muito sobre essa mobilização da cisão entre os domínios da sociologia, finaliza-se essa reflexão jogando foco nas três teses destacadas por Mineiro (2015) nessa dimensão da profissionalização das Ciências Sociais:

A primeira que a sociologia enquanto ciência só é profissionalizável na medida em que o seu *ethos* científico contamine o seu potencial mercado profissional. A segunda é a de que a profissionalização científica depende da rejeição de uma cultura de dissociação entre ciência e profissão. E a terceira é a de que a profissionalização da sociologia é incompatível com o empobrecimento da dimensão crítica e reflexiva dos sociólogos (p. 104).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, M. de. **Novos atores no ensino superior brasileiro: Impactos do perfil socioeconômico e das condições pós-acesso sobre o fluxo escolar e inserção profissional de estudantes de Ciências Sociais de uma instituição privada.** 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

BARBOSA, Maria Ligia de. A sociologia das profissões – em torno de um objeto. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 3-30, 2. bim. 1993.

BONELLI, Maria da Gloria. As Ciências Sociais no sistema profissional brasileiro, **BIB**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 31-61, 2. bim. 1993.

BRAGA, R.; BURAWOY, M. (org.). **Por uma Sociologia Pública.** São Paulo: Alameda, 2009.

BUXTON, W.; TURNER, S. Educação e expertise. A sociologia como profissão nos Estados Unidos. **Revista Política e Sociedade**, v. 18, n. 41, p. 215-260, 2019.

COSTA, A. F. Cultura Profissional dos Sociólogos. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 5, p. 107-124, 1988.

DUBAR, C.; TRIPIER, P. **Sociologie dès professions.** Paris: Armand Colin, 1998.

DUBAR, Claude. **A socialização: a construção das identidades profissionais.** Rio de Janeiro, Ed. Martins Fontes, 2015.

FREIDSON, Eliot. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política.** São Paulo: Edusp, 1988. (Coleção Clássicos, n. 12).

MAIA, J. M. E.; PEREIRA, L. F. A. **Pensando com a sociologia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MIHRAN, L. **O mercado de trabalho do Cientista Social e a profissionalização do sociólogo.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

MINEIRO, J. Ciência, profissão e empregabilidade: três teses sobre a relação entre sociologia e o mercado de trabalho. **Revista da Associação Portuguesa de Sociologia**, n. 9, maio 2015.

MORAES, A. C. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo Social**, v. 15, n. 1, p. 5-20, abri 2003. Acesso: <https://www.scielo.br/j/ts/a/Xf5BRdPjt6BwnnpQ457pwnN/?lang=pt#>.

PESSANHA, E. A arte de conjugar ensino e pesquisa na graduação. *In*: PESSANHA, E.; VILLAS BOAS, G. **Ciências Sociais: ensino e pesquisa na graduação**. Rio de Janeiro: J.C. Editora, 1995.

PRANDI, Luiz Reginaldo. **Os futuros Cientistas Sociais**. São Paulo: Ed. EDUSP, 1980.

REIS, E.; REIS, F. W.; VELHO, G. As Ciências Sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, out. 1997.

RIBEIRO, A. M. O sociólogo nos anos 90: uma profissão em redefinição? Versão revista e atualizada do texto com o mesmo título apresentado no **XI Congresso Nacional de Sociólogos da FNS-Brasil**, Salvador, 1999. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/11767/1/Versao%20digital_o%20espaco%20do%20sociologo.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

RIBEIRO, A. M.; MATIAS FILHO, M. **O espaço do sociólogo: um balanço de 30 anos**. Vitória: EDUFES, 2019.

RODRIGUES, M. de L. **Sociologia das Profissões**. Oeiras: Ed. Celta, 2002.

SANTOS, A. F. dos. Crise Epistemológica nas ciências sociais: As funções sociais dos paradigmas teóricos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 1, v. 6, p. 15-27, ago. 2016. ISSN: 2448-0959.

SCHWARTZMAN, S. A sociologia como profissão pública no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, p. 271-279, maio/ago. 2009.

SCHWARTZMAN, S. As Ciências Sociais no Brasil nos Anos 90. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 6, p. 51-60, 1991.

SILVA, A. C. N. *et al.* **O mercado de trabalho de Ciências Sociais**. 2007. 8 f. Relatório de Pesquisa (Iniciação Científica em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: <http://www.pet.incis.ufu.br/sites/pet.incis.ufu.br/files/O%20MERCADO%5B1%5D...pdf>. Acesso em 30 de janeiro de 2022.

SILVA, L. Novas oportunidades para os cientistas sociais. *In*: PESSANHA, E.; VILLAS BOAS, G. **Ciências Sociais: ensino e pesquisa na graduação**. Rio de Janeiro: J. C. Editora, 1995.

TORINI, D. M. **Formação e Identidade Profissional: a trajetória de egressos de Ciências Sociais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

WERNECK VIANNA, L. *et al.* O perfil do estudante de Ciências Sociais. *In*: PESSANHA, E.; VILLAS BOAS, G. **Ciências Sociais: ensino e pesquisa na graduação**. Rio de Janeiro: J. C. Editora, 1995.

WILENSKY, H. The professionalization of everyone? **American Journal of Sociology**, n. 70, 1964.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

QUEM TEM MEDO DA SEGURANÇA PÚBLICA? Os desafios políticos e pedagógicos do desenvolvimento dos cursos de Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense

Lenin dos Santos Pires¹
Pedro Heitor Barros Geraldo²

No presente capítulo, queremos apresentar e discutir os desafios políticos e pedagógicos envolvidos no desenvolvimento de uma instituição voltada para pensar academicamente os processos de administração de conflitos, justiça criminal e segurança pública. Esta instituição reúne um complexo de empreendimentos nos âmbitos do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, que tiveram seu logradouro inicial na Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro. Ela envolve tanto instituições formais, instituídas a partir de universidades públicas e privadas, como grupos autônomos que se dedicam a temas relacionados às áreas de administração de conflito, justiça administrativa e criminal e, por consequência, com a segurança pública. Por razões que serão explicitadas, a partir de um certo momento do texto, chamaremos esse conjunto de empreendimentos de *InEAC*. Na nossa abordagem, faremos menção, principalmente, a um histórico relacionado à instituição dos cursos

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

- 1 Doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (2010). É professor do Departamento de Segurança Pública e diretor do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da UFF (InEAC/UFF) quadriênio 2017–2021. Atua como professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e de Sociologia e Direito, ambos da Universidade Federal Fluminense. É pesquisador associado do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Administração de Conflitos. Suas pesquisas focalizam os imbricamentos existentes entre conflitos, direitos civis e práticas não-legais em contextos classificados como mercados informais, segurança pública e transportes urbanos.
- 2 Bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ. Professor Adjunto do Departamento de Segurança Pública e Vice-diretor do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da Universidade Federal Fluminense (InEAC-UFF). Doutor em Ciência Política pela Université Montpellier 1. Mestre pelo Programa em Pós-graduação em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (2006) e graduação em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2003). Pesquisador do INCT-InEAC (Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos) e Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF). Coordena o Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito (NSD). Tem experiência na área de sociologia do direito, com ênfase na socialização profissional, nas políticas de organização das instituições, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia política do direito e administração de conflitos.

de bacharelado e de tecnólogo em segurança pública e social da UFF, a partir do ponto de vista de uma parte de seus gestores. Nosso objetivo será refletir sobre como tais empreendimentos podem ser recepcionados em uma sociedade onde vige uma tradição jurídico-política repressiva que informa maneiras de representar a “segurança pública”, assim como formas de imaginar como o direito deve com ela se relacionar.

Queremos, ao mesmo tempo, dar uma contribuição sobre as possibilidades colocadas para pensar a segurança pública a partir de uma noção interdisciplinar, calcada em uma experiência específica. Desta forma, buscaremos descrever alguns acontecimentos que possibilitaram a instituição dos supracitados empreendimentos pedagógicos, chamando a atenção para os distintos momentos políticos onde se desdobraram os acontecimentos. Faremos isso focalizando principalmente os conflitos e controvérsias suscitados e o modo como, a partir de um conjunto específico de variáveis, estes embalam a construção de uma unidade acadêmica e a ampliação do escopo de possibilidades, como a construção de um mestrado acadêmico na área de justiça e segurança. Ao final, falaremos do momento atual, onde a experiência, aparentemente mais consolidada, abre espaço para empreendimentos de pesquisas que expandem as possibilidades de se refletir e mediar conteúdos sobre segurança pública, partindo de outro conjunto de significados. Como esperamos mostrar, isso só foi possível pela associação entre excelência acadêmica e intervenção decidida dos pesquisadores que há quase 30 anos constituem o grupo acadêmico responsável pela edificação dessa instituição.

Ideólogos da repressão?

Em 2008 o colegiado do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF/UFF) decidiu pela não apresentação do Curso de Bacharelado em Segurança Pública como um de seus projetos pedagógicos para o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). Naquela oportunidade, 7 votos foram empenhados contra a proposta apresentada pelo Departamento de Antropologia (GAP/UFF). Durante o processo, o Departamento apresentou dois projetos de cursos, tendo sido aprovado por unanimidade um outro, que visava à formação de antropólogos. Já a formação interdisciplinar de profissionais civis de segurança pública teve apenas 4 votos favoráveis. Desta forma, como será visto mais adiante, foi preciso aguardar quatro anos para o projeto saísse do papel, em uma outra unidade acadêmica.

A sessão do colegiado do ICHF foi o ponto culminante de um processo que durou meses. Envolveu discussões em salas de aula, mesas de debate, seminários, e ficou marcado pela mobilização de estudantes de graduação

dos cursos de Ciências Sociais, História, entre outros, contra a criação do curso de Segurança Pública. Muitos deles se confundiam com aqueles que eram contrários ao próprio REUNI, o que envolvia também professores, em particular, aqueles que dirigiam o sindicato local. Segundo estes, o programa iria “precarizar” a universidade pública. Outros, conforme nos foi dito, foram instrumentalizados por professores que não concordavam com a veiculação do projeto.

Como parte da mobilização, os estudantes espalharam cartazes pelo *campus* contra o antropólogo Roberto Kant de Lima, coordenador do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP/UFF). Àquela época, este já era um acadêmico reconhecido por suas etnografias, em que sobressaem suas análises críticas sobre o direito e a segurança pública no Brasil. Distorcendo as contribuições do acadêmico, os cartazes o chamavam de “ideólogo da repressão”, veiculavam suásticas junto ao seu nome, entre outros impropérios. Às vésperas da decisão pelo colegiado do ICHF, grupos mais extremados organizaram barricadas para que os pesquisadores do NUFEP não tivessem acesso ao prédio, bem como para interromper as discussões³.

Os motivos para que tais acontecimentos tenham sido observados são variados. Envolvem questões de natureza subjetiva e objetiva. Entre os primeiros, se pode mencionar as intrigas entre grupos acadêmicos e disputas pessoais entre professores, por exemplo, ou mesmo a existência, havia então 8 anos, de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu frequentado por policiais militares e civis, alvo de críticas de parte da comunidade que se sentida pouco a vontade para usufruto do *campus*. Intuímos, porém, que, entre os aspectos objetivos, foi preponderante a disputa por recursos do REUNI — sobretudo vagas para docentes e recursos para ampliação material dos espaços de reprodução. Estava em jogo o fortalecimento ou o enfraquecimento de departamentos e grupos acadêmicos.

É importante frisar, contudo, que, durante todo o processo, os detratores da proposta acionavam uma representação da segurança pública a partir da imagética da polícia como sinônimo de repressão e restrição da liberdade, o que não é difícil de compreender, ainda mais considerando os índices da violência letal da polícia militar, por exemplo, cujos registros são públicos desde 1993. Mas é surpreendente que em um Instituto de Ciências Humanas e Filosofia não houvesse ambiente para se pensar o caráter diverso e heterogêneo dessas instituições e, principalmente, o desejo da sociedade em se discutirem

3 Dias antes da reunião do colegiado, uma vez desfeita a barricada, o então diretor do ICHF chamou uma assembleia onde propôs votar, especificamente, se o instituto apresentaria ao Conselho Universitário, ou não, a criação do curso. Os estudantes votaram em peso contra a proposta, seguidos por parte dos professores. O resultado da assembleia foi utilizado por membros do colegiado para recusarem definitivamente a proposta.

alternativas ao modelo iminentemente repressivo. Assim, é importante sublinhar que, durante toda a discussão, a proposta de disputa por um outro modelo foi desconsiderada. Seus detratores não leram o projeto acadêmico e faziam ouvidos moucos aos defensores do projeto. A dissensão constante e a permanente recusa em interagir com os argumentos do grupo proponente do projeto acadêmico-pedagógico foi, na prática, a oposição à segurança pública como um exercício pela liberdade da sociedade, de acordo com regras consensuais de comportamento. Mas, como será visto, havia outras concepções e formas de divergir de tais conteúdos.

A mudança de ares

Em 2009 o grupo acadêmico, que já encabeçava um PRONEX⁴, apresentou um projeto no âmbito do Edital do CNPq para formação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. Apenas um ano após os acontecimentos acima, nasceu o Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos. Desde então, o INCT-InEAC se instituiu como uma rede nacional e internacional de pesquisa dedicada aos estudos sobre processos de administração de conflitos, justiça criminal e segurança pública. Esta decidiu estabelecer sua sede formal na Universidade Federal Fluminense, em função do acúmulo de iniciativas já existentes naquela universidade e pelo apoio decisivo da Reitoria⁵. Foi um primeiro passo para sua institucionalização mais abrangente.

Paralelamente, o antropólogo Roberto Kant decidiu se aposentar como professor titular do Departamento de Antropologia. Seu movimento abria caminho para atender a um pedido da Faculdade de Direito da UFF para que ele se apresentasse em um concurso de professor adjunto 40 horas. Após o ocorrido no ICHF, estabeleceu-se uma articulação política para que Kant, a partir do Departamento de Direito Público (SDB), propusesse a criação do curso de Segurança Pública⁶. O objetivo, mais uma vez, envolvia a construção de argumentos, por parte da Faculdade de Direito, para ampliar o acesso a recursos do REUNI que, afinal, havia sido recusado pelo ICHF.

4 O Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência - PRONEX foi criado pelo Decreto nº 1.857, de 10 de abril de 1996, tendo sido um instrumento de estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico do País. Através de seus editais o CNPq ofereceu apoio continuado a grupos organizados de pesquisadores e técnicos de alto nível, em permanente interação, com reconhecida competência e tradição em suas áreas de atuação técnico-científica, capazes de funcionar como fonte geradora e transformadora de conhecimento científico-tecnológico. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pronex>

5 Em especial, a partir da reeleição do reitor, o médico veterinário Roberto Salles e, principalmente, do seu vice-reitor, o geólogo Sidney Mello.

6 Esta articulação envolveu o antropólogo Ronaldo Lobão, já professor na Faculdade de Direito, o chefe do SDB, o jurista Wanir e também o diretor da Faculdade, o jurista Edson Alvisia.

O curioso é que, segundo o projeto pedagógico, o curso de bacharelado em segurança pública apontava para o direito dogmático como uma das matrizes responsáveis pela lógica repressiva da segurança pública. Daí, inclusive, a surpresa que tenha sido negado em um ambiente que, aparentemente, seria mais propício para a experiência que se esperava iniciar com os recursos que se esperava empenhar, à época, pelo governo federal. Mas, é claro, o Direito também tem grupos não dogmáticos e também pode ser pensado como reunindo setores mais conservadores ou progressistas. Foi a aposta feita pelo antropólogo, que, após ser o único candidato a se apresentar em um concurso para Antropologia do Direito, desembarcou naquela faculdade no início de 2010, o que possibilitou um alinhamento de interesses mais amplo, sendo o curso apresentado em poucos meses ao colegiado da Faculdade de Direito. Em julho de 2011, não se aprovou apenas o curso, mas também a criação do Departamento de Segurança Pública. Subentendia-se que Roberto Kant seria para lá transferido para ser seu primeiro professor, o que só ocorreu no ano seguinte, meses após o início da primeira turma, em março de 2012.

Céu de Brigadeiro, mas sem estrelas

Assim, a UFF apresentou para a sociedade civil o Curso de Bacharelado em Segurança Pública e Social, empreendimento que tem em comum com outras iniciativas acadêmicas da equipe do INCT-InEAC o fato de seu projeto pedagógico não conceber a segurança pública como um campo disciplinar mas, antes, uma área de atuação onde os estudos e pesquisas em Ciências Sociais são aplicados ao campo da Segurança Pública e Social. Seu projeto pedagógico localiza nas tradições repressivas do militarismo e do direito dogmático as matrizes que conduzem as teorias e, por conseguinte, as práticas dos atores identificados profissionalmente com este campo, cuja característica preponderante é a recusa por refletir sobre suas próprias práticas.

Em outras palavras, o campo da segurança pública no Brasil se constitui sobre duas matrizes ideológicas próprias da cultura repressivo-punitiva tradicional do campo jurídico — que se encarrega de punir *a posteriori* conflitos criminalizados *a priori* — e do campo militar, este incumbido de exterminar os conflitos e os sujeitos que nele estão envolvidos — seus inimigos.

O projeto pedagógico persegue compreender a Segurança Pública e Social a partir de uma perspectiva da sociedade, incorporando conhecimentos contemporâneos das áreas das Ciências Humanas, das Ciências Sociais e das Sociais Aplicadas, que analisam criticamente as matrizes ideológicas do Estado brasileiro ao lidar com os conflitos cuja explicitação é inevitável em sociedades democráticas e republicanas.

Foi, portanto, com esta mesma concepção que os profissionais organizados no âmbito do Departamento de Segurança Pública da UFF (na época, 6 professores) apresentaram, em 2013, o Projeto Pedagógico do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social. Este último é destinado, por força de lei, a agentes de segurança pública. Naquele primeiro momento, porém, tratou-se de uma demanda apresentada pelo Estado Maior da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ)⁷. Na época, segundo seus gestores, o objetivo era qualificar os praças da corporação para, inclusive, lhes possibilitar a ascensão ao quadro de oficialato, partindo de mudanças que seriam paulatinas. A exemplo do bacharelado, o Projeto Pedagógico do Curso de Tecnólogo, em que pese se destinar a agentes de segurança, enfatiza o aspecto “Social” em seu título.

Evidentemente, ambos os cursos têm íntima relação em termos de seus conteúdos e propósitos, qual seja, pensar alternativas para a formação de profissionais para atuar na administração institucional dos conflitos sociais, em particular no âmbito da “segurança pública”. Foram criados após anos de experiência em projetos de pesquisa, cursos de extensão e de pós-graduação *lato sensu* desenvolvidos a partir do NUFEP/UFF, desde 1998, em parceria com diferentes instituições municipais, estaduais e federais das áreas de Justiça Criminal, Segurança Pública e Direitos Humanos⁸. Logo, ambos são forjados dentro de uma perspectiva crítica, comum às ciências sociais.

Estas experiências, como frisamos, foram fundamentais para a criação do INCT-InEAC, cuja sede administrativo-acadêmica está no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Administração Institucional de Conflitos — NEPEAC. Este último foi criado no âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da UFF, como prova cabal do apoio empenhado pela Reitoria desde 2009, gerando um movimento contrário ao que fora observado no ICHF.

Em tempo: a Reitoria da UFF liderou um processo interno para acolhimento da proposta em outra unidade, negociando institucionalmente aspectos de infraestrutura para a Faculdade de Direito, por exemplo. A sinergia gerada foi vital para a criação do curso, ainda que extemporaneamente. Lembramos

7 O curso de tecnologia em segurança pública e social foi criado a partir de uma demanda da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro em 2012. No início de 2015, a Coordenação foi procurada pelo Estado Maior da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para que integrasse o curso ao projeto de reforma da carreira da Polícia Militar, que visa criar uma formação unificada para Oficiais e Praças. O curso faria parte dessa formação unificada para todos os ingressantes na PMERJ. Entre 2013 e 2020 o curso qualificou cerca de 2.500 tecnólogos. Atualmente, o curso conta com cerca de 1.500 alunos inscritos para uma formação oferecida pela Universidade por um período de dois anos e meio.

8 Entre os entes institucionais figuram Prefeituras Municipais do estado do Rio de Janeiro, Instituto de Segurança Pública da Secretaria de Segurança do estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Reforma do Judiciário e Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, entre outros. Foram oferecidos para os diferentes agentes do sistema de justiça criminal e segurança pública no país.

que, por ocasião de sua concepção, o Programa REUNI outorgava contratação de professores, técnico-administrativos, bem como a construção de prédio ou reformas de instalações. Entretanto, quando os cursos foram criados, a partir de 2012, os recursos do REUNI não estavam mais disponíveis.

Assim, os projetos vinculados a partir do Departamento de Segurança Pública se valeram, primeiramente, de profissionais vinculados a outros departamentos da UFF — ou mesmo de outras universidades — que são vinculados ao INCT-InEAC. Também foi importante, para evitar desgaste dos poucos professores do DSP, o apoio de estagiários docentes cuja formação também se davam a partir de programas de pós-graduação onde pesquisadores do InEAC se encontravam vinculados. O ingresso de professores ao DSP foi feito a partir de vagas remanescentes no quadro de professores-equivalentes da Universidade, em doses homeopáticas, e ao sabor de negociações políticas nem sempre harmoniosas⁹.

Mesmo assim, após 5 anos de funcionamento, o Curso de Bacharelado foi considerado pelos avaliadores do CNPq enquanto uma tecnologia social inovadora de transferência de conhecimento científico de ponta para a sociedade, tendo obtido nota máxima na avaliação do MEC. Ele se destina à formação de profissionais para atuar como formuladores de políticas públicas que atuem em órgãos públicos — âmbitos federal, estaduais e municipais —, organizações não governamentais, corporações ou instituições privadas, assessorias parlamentares, consultorias, entre tantas outras possibilidades de inserção frente à crescente demanda por pessoas qualificadas para lidar com temática de tão grande complexidade nos dias atuais.

Da mesma forma, o Curso de Tecnólogo obteve um alto rendimento, sendo avaliado com a nota 4 pelo MEC. Uma ótima nota, em que pesem as dificuldades materiais constadas pelos avaliadores junto ao Consórcio CEDERJ, do estado do Rio de Janeiro, responsável pela infraestrutura, em especial a plataforma EaD por onde se projeta o curso. O Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social a Distância propicia a qualificação de profissionais já inseridos no campo, mas que se interessem por refletir e aplicar conhecimentos sobre Segurança Pública e Social, na perspectiva das ciências humanas e sociais. Tudo visando a construção e reprodução de um corpus teórico e a concepção e/ou aperfeiçoamento de tecnologias sociais que inspirem a produção e reprodução de técnicas e práticas que se ocupem, em uma perspectiva democrática, dos problemas da administração institucional de conflitos, da violência, da criminalidade, da ordem pública e social e do acesso à justiça.

9 É digno de nota que três pesquisadores do INCT-InEAC tenham sido convocados a contribuir com a alta administração da UFF. Roberto Kant e Ana Paula Miranda assumiram, respectivamente, a pró-reitoria de pós-graduação, pesquisa e inovação (PROPI) e a coordenação de pesquisa desta última. Lenin Pires deixou a coordenação do curso para se transformar no criador e primeiro diretor da Escola de Governança em Gestão Pública da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (EGGP/PROGEPE). A partir destas localizações foi possível conferir maior visibilidade interna para a rede e seus projetos acadêmicos-pedagógicos.

A “expulsão” da Faculdade de Direito

Poucos anos após a criação do DSP e dos referidos cursos, o colegiado da Faculdade de Direito decidiu desalojar o Departamento de Segurança Pública, assim como seus projetos acadêmicos. As relações, verdade seja dita, nunca foram das mais amistosas. Muito embora fossem solicitados formalmente à Direção um espaço para funcionamento do DSP, bem como outros recursos, incluindo vagas para professores, estes assuntos sempre eram desconversados. Primeiramente, designaram uma sala de 20 m² para abrigar toda a logística do curso. Este continuou sendo da responsabilidade de poucos professores, auxiliados por profissionais da rede do INCT. As vagas de concursos, por sua vez, foram designadas homeopaticamente pela Reitoria, a partir de negociações diretas entre o reitor e os membros do InEAC. O departamento recebeu um único técnico-administrativo, que logo foi transferido para um programa de pós-graduação por este se negar a trabalhar na unidade que lhe havia sido designada. A Direção, a partir do momento que foi criado o departamento e o curso, passou a ter um papel passivo. Em momento posterior, como veremos mais abaixo, agiu reativamente para repelir o curso e seus profissionais.

Ao mesmo tempo, em função do exercício pedagógico dos professores do InEAC — que pouco a pouco passou a ser compartilhado pelo profissionais contratados pelo departamento —, a “Segurança Pública” passou a fazer parte das conversas entre parte dos estudantes de Faculdade de Direito. Cada vez mais estes passaram a frequentar os cursos disponibilizados pela Coordenação de Segurança Pública, que havia feito uma boa parceria com a Coordenação do Curso de Direito. Crescia cada vez mais o interesse pela pesquisa. Ao mesmo tempo, o DSP propôs à Faculdade criar uma pós-graduação em Sociologia do Conflito, diante do interesse crescente dos estudantes. Foi dado um *ad referendum* do diretor, diante da recusa dos membros do colegiado em discutir seu mérito. Os apetites interdisciplinares, valendo-se de estudos empíricos, estava com os dias contados.

Em uma reunião urdida pelo então diretor da Faculdade, em meados de 2016 (que saiu de férias para simular que tal reunião teria sido chamada por seu vice), os chefes de todos os departamentos da Faculdade, bem como representantes de professores, se fizeram presentes. Após horas de falas contundentes — como também algumas ironias e insultos velados — dirigidos aos professores do Departamento de Segurança Pública, foi imposta uma resolução que havia sido escrita de véspera. Em sua exposição de motivos, entre outros elementos a maioria dos membros do colegiado fundamentou sua decisão numa suposta ausência de sinergia temática entre os objetivos de formação na área do Direito, tradicionalmente oferecida naquela unidade, e os conteúdos de um bacharelado em Segurança Pública. Após muitas horas,

ficou decidido que os projetos capitaneados por 11 professores deveriam ser abrigados numa unidade autônoma.

Essa decisão, diga-se de passagem, ocorreu à revelia das disposições dos professores do DSP, como também dos interesses dos estudantes dos dois cursos. De fato, uma reunião envolvendo os representantes dos respectivos diretórios acadêmicos constatou que o fato dos mesmos estarem dividindo a audiência em várias disciplinas estava, gradativamente, potenciando um diálogo profícuo entre as duas carreiras universitárias. Por um lado, possibilitando uma maior relativização na carga normativa do Direito; por outro, propiciando um melhor entendimento acerca das perspectivas modelares da administração da justiça pelo Direito para a Segurança Pública.

É possível, como sugerimos acima, que residisse nesse fato a motivação daqueles professores de Direito em assumir esta postura não apenas antiacadêmica, mas também contrária às disposições normativas da universidade. Afinal, segundo estas, nenhuma unidade acadêmica goza do poder de acabar com cursos universitários. Essa é uma prerrogativa dos conselhos superiores.

Durante meses de uma convivência pesada, onde os professores dos outros departamentos da Faculdade de Direito não dirigiam a palavra nem o olhar para seus colegas do DSP, tramitou o projeto de criação da nova unidade acadêmica. Enquanto aguardávamos o desfecho, éramos conhecidos como “os proscritos”. Era como se referiam a nós, segundo os funcionários técnico-administrativos com os quais podíamos ainda conversar. O fato é que a unidade abrigaria o Curso de Bacharelado, o Curso de Tecnólogo, um curso de pós-graduação *lato sensu* então existente, assim como o curso de pós-graduação que o colegiado da unidade se recusou a aprovar o *ad referendum* do diretor que, aliás, indicou que o mesmo votasse contra na fatídica reunião. Após o período de suplício, em janeiro de 2017, enfim, foi criado a unidade acadêmica que leva o nome de Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos e do qual somos, desde a criação, membros da Direção.

Uma vez criada a unidade, mergulhamos em uma conjuntura difícil. Por um lado, crises institucionais diversas e a emergência de um ideário obscurantista e antidemocrático agudizaram as dificuldades. Por outro lado, a pandemia da covid-19, surgida em 2020, cujas proporções e desenrolar são ainda imprevisíveis, apresenta desafios do ponto de vista sanitário, econômico e político para toda a sociedade. Contudo, como esperamos mostrar na próxima seção, fazemos um balanço extremamente positivo. Por um lado, pelo ganho conceitual e teórico, fruto de uma compreensão refinada sobre as injunções característica deste campo de conhecimentos e práticas para os quais dirigimos nossos estudos e, cada vez mais, angariamos parceiros. Por outro, pelo robustecimento institucional que experimentamos.

Uma melhor compreensão do campo a partir dos processos de socialização

Este já longo e sofrido processo de institucionalização de nossos projetos nos permite compreender uma série de questões e a partir daqui queremos cingir os contornos mais reflexivos e, por assim dizer, teóricos de nossa contribuição. Queremos falar, primeiramente, do processo pedagógico envolvendo os alunos e que, esperamos deixar claro, também impacta a nós, os professores. Nos chama a atenção, assim, os desafios que os alunos encontram na convivência civil-militar. E fazendo essa afirmação queremos sublinhar que olhamos para os processos de socialização presentes nos dois cursos, que são distintos em termos de composição, espacialidade e temporalidade.

Esclarecemos: enquanto o bacharelado é disponibilizado ao público civil, o outro só pode ser feito por agentes de segurança. No primeiro caso, até ocorre que policiais se escrevam e frequentem as aulas; no segundo, o contrário não se verifica. O bacharelado é presencial (noturno) e o tecnólogo, semipresencial. Finalmente, o curso presencial dura, em média, 4 anos; o segundo, 2 anos e meio.

Uma primeira barreira que se coloca é a própria socialização universitária, no âmbito federal, onde se observa heterogeneidade de faixas etárias; a convivência nem sempre harmônica entre distintas classes sociais; discursos identitários convivendo com hábitos e comportamentos desafiadores aos pensamentos mais conservadores, entre outros elementos que são de difícil compreensão para aqueles que se representam como oriundos de um ambiente onde vige valores como hierarquia e disciplina. Por conseguinte, as regras civis são mal compreendidas pelos alunos de formação militar por sua maneira particular de interpretar as regras orientados pela desigualdade que marca a instituição e os direitos dos militares. Por sua vez, estudantes civis costumam dirigir um olhar enviesado a sujeitos que, idealmente, lhes tem o poder de lhes encurtar uma noção muitas vezes irrefletida de liberdade.

Outra barreira que se coloca, sem querermos ser redundantes, são as próprias corporações, que não só incutem nos estudantes oriundos das forças de segurança uma maneira particular de pensar e se comportar — em termos ideais — como também lhes governam autoritariamente o tempo de vida. Via de regra, tais corporações lhes infligem mudanças permanentes em suas rotinas de estudo, dificultando suas participações de maneira mais qualificada. Pior ainda quando estes agentes são do gênero feminino, que passam a sofrer dobrado, em virtude dos vieses patriarcal e machista, preponderantes em tais agências.

Diante das dificuldades que surgem, e em função da imagética projetada por seus superiores ou por um amálgama de uma tradição de regras e discursos (DOUGLAS, Mary, *Como as instituições pensam*), lhes resulta cômodo, muitas vezes, atacar uma suposta “má-vontade” por parte da Universidade diante das particularidades da vida “do polícia”. O que se coaduna com a crença, existente entre os policiais, que estes fazem parte de uma corporação distinta da sociedade, esta última constituída de sujeitos potencialmente suspeitos ou “pé-inchados” (RAMOS, 2020).

Outra coisa importante de ser frisada é que as instituições policiais — em particular, a polícia militar — tem estruturas bipartidas (PIRES; ALBERNAZ, 2020; PONCIONI; MUNIZ,). A divisão entre subalternos e superiores é estruturante e, na nossa experiência, percebemos que há muita desconfiança dos oficiais com relação aos propósitos do curso; alguns representam que o mesmo se destina a questionar e abalar o princípio basilar da hierarquia. Julgamos estar em jogo o risco de que o mesmo mexa, segundo nos foi apresentado em nossas etnografias, em um aspecto fundamental do sistema de crenças existentes naquelas corporações: o de aqueles que são superiores sabem mais e que, por isso, devem receber mais. Tanto salarialmente, quanto em termos de reconhecimento simbólico, como aqueles outorgados por diplomas e cursos. Não por acaso, chegaram ao nosso conhecimento casos de perseguições contra praças — soldados, cabos e sargentos — que iriam prestar vestibular, em especial aqueles que iriam “para a UFF”.

A naturalidade da violência

Disto resulta que a violência é uma dimensão naturalizada pelos profissionais da segurança pública, e desnaturalizá-la não é um desafio de menor importância. Os relatos de violência na formação daqueles profissionais, especialmente os policiais militares, repercute na forma como eles se relacionam com a sociedade de uma forma mais ampla. Os casos de violência percebidos pelos mediadores do curso de tecnologia, por exemplo, são incomuns para a gestão universitária. A composição dos discentes dos cursos é muito distinta. Enquanto no bacharelado temos mais jovens e o número de profissionais é menor, essa violência é menos percebida pelos professores, ao passo que no curso de tecnologia, onde a totalidade são profissionais das carreiras de segurança pública, os casos de violências são experimentados com mais frequência.

Essas violências são notadas tanto nos deboches ao conhecimento dos mediadores e professores sobre segurança pública quanto na exposição do porte da arma nos polos. O porte constante da arma de fogo pelos policiais, mesmo no ambiente universitário, é justificado pelos discentes na medida em que eles precisam “se defender” e porque o lugar mais seguro da arma é com o próprio policial

(SOUZA, 2018), como costumam explicar. Eles têm consciência dos problemas legais que esta prática pode ensejar, mas a arma aparece com muita constância.

É comum ouvir relatos de exibição de armas para os colegas, no bacharelado (em especial, para as do gênero feminino), numa tentativa de demonstração de poder. No tecnólogo, diferentemente, muitas vezes, são colocadas entre as pernas ou na própria mesa durante a realização de provas. Há relatos, inclusive, de situações em que caem no chão, assustando os colegas e mediadores. Nestas situações, via de regra, o objetivo é constranger a vigilância contra a “cola”, o que autoriza o mediador a pedir a retirar a prova de quem procura burlar o sistema.

A presença da arma nestes ambientes é naturalizada a ponto de um conflito entre dois alunos ter redundado, em 2017, num disparo de arma de fogo no polo. Este conflito repercutiu para o aluno que efetuou o disparo, pois este foi expulso da polícia militar e acabou desistindo de concluir o curso.

Tivemos relatos de violência física contra uma mediadora também ocorreu durante a aplicação de uma prova. O aluno resistiu em recolher seus materiais para a realização da prova e diante da admoestação da mediadora, acabou lhe deferindo um “tapa na mão”. O mesmo tentou se justificar que apenas retirou a mão dela de sua frente. Os colegas intervieram para apaziguar a situação.

Outra violência foi relatada durante a crise financeira do Estado do Rio de Janeiro que não pagou em dia as bolsas ao longo de quatro meses. A aplicação das provas presenciais estava em risco no final de semana, quando costumam acontecer. Um dos alunos reclamou com a mediadora e a mesma explicou que trabalhava muito para não prejudicar os alunos mesmo durante a crise. O aluno:

Dirigiu uma das mãos ao bolso de trás e retirou sua carteira dizendo “Me desculpe, se o problema é esse...” Retirou uma nota de vinte reais da carteira e a levou em minha direção. Ao ver o dinheiro e o sorriso no rosto do aluno, virei-me e fui para sala aplicar a prova (FERREIRA, 2019, p. 100-101).

Hierarquia e disciplina

Estas violências são suportadas no seio das corporações em nome da disciplina e obediência. Aliás, estas categorias estão presentes na universidade também. Entretanto, há uma confusão dos seus significados, pois no ambiente castrense a disciplina significa obediência às ordens dos superiores hierárquicos. A hierarquia, por sua vez, significa uma cadeia de comando para

os policiais, em que sobressaem o posto ocupado e o tempo na profissão; as *expertises* acumuladas, a experiência e uma melhor performance não costumam ser premiadas. Assim, os policiais buscam incessantemente uma forma de reconhecer estes significados na disciplina e hierarquia da universidade. No entanto, a disciplina como resultado de um método de aprendizado e a hierarquia como uma divisão do trabalho fundamentada na detenção do saber confundem os discentes, particularmente os do tecnólogo. Eles esperam que sejam cobrados por sua obediência *às ordens* dos mediadores, professores, coordenador de curso e reitor, por exemplo. Eles refletem esta divisão do trabalho como uma hierarquia de subordinação. Ao perceberem que não existe uma cadeia de comando entre os profissionais — mas entre os valores, de natureza simbólica, a partir do conhecimento —, muitos acreditam que há uma anarquia nas relações na universidade.

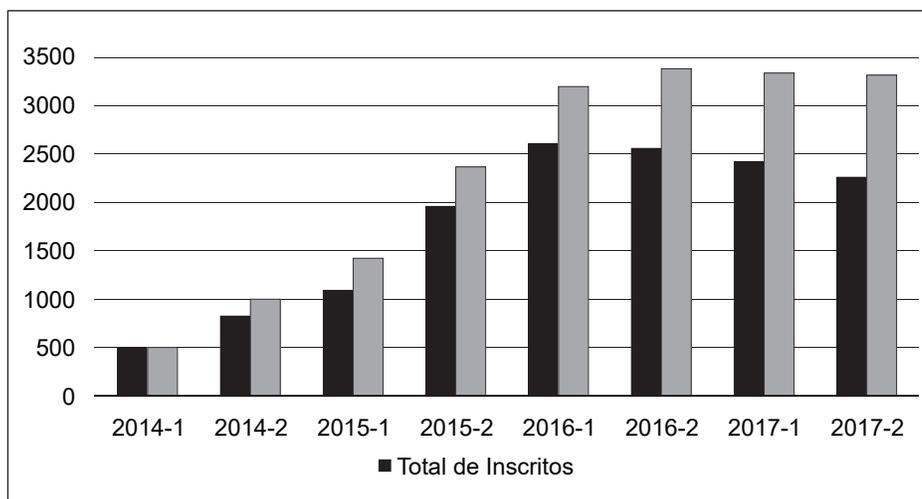
A violência naturalizada, por outra parte, é atribuída à sociedade que *embrutece os policiais* ao lidarem com a violência urbana no seu cotidiano de trabalho. Eles não percebem, portanto, como a instituição os vulnerabiliza através da organização precária de trabalho, bem como os baixos soldos que os empurram para o bico e, em casos cada vez mais crescente, para o adoecimento ou mesmo a morte. Sem contar a forma como, constantemente, boicotam sua participação nos processos de qualificação que contribuem para o ganho de consciência de si e do mundo.

A morte, por sua vez, é um ator social presente diuturnamente na carreira destes profissionais. Ao longo da carreira eles buscam estratégias para escapar da morte evitando o trabalho na rua (BARRETO, 2021). Os profissionais da universidade, assim, passam a conviver com as notícias de mortes de policiais a partir de diferentes causas: suicídio, reagindo a assaltos, fazendo o “bico”; e raramente em operações. O ritual acadêmico foi afetado diretamente, pois a formatura sempre faz referência aos colegas *ausentes*. A ponto da formatura ocorrida em 2018, ocasião em que formamos 510 alunos no ginásio do Estádio Caio Martins, em Niterói, ter se tornado um ritual de elogio da morte.

Um outro aspecto igualmente sorrateiro é a imprevisibilidade da política. Daremos como exemplo o projeto de reforma da carreira da PMERJ. Em janeiro de 2018, o governador do Estado do Rio de Janeiro sancionou a Lei nº 7858 de 15 de janeiro de 2018 que altera o art. 11 da Lei nº 443, de 1º de julho de 1981, que dispõe sobre o estatuto dos Policiais-Militares do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o disposto no art. 1º, § 2º, “Para ingresso no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar — CFO — QOPM, além dos requisitos do *caput* deste artigo e do art. 10 desta Lei, é exigido o título de bacharel em Direito, obtido em estabelecimento reconhecido pelo sistema de ensino federal, estadual ou do Distrito Federal”. Isto mudou a relação dos próprios alunos policiais militares

com o curso. A taxa de evasão do curso que era em torno de 30% até o primeiro semestre de 2017, como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Tecnologia em Segurança Pública e Social: total de alunos x total de inscritos



A notícia produziu uma decepção em muitos alunos, que abandonaram o curso em razão da frustração de suas expectativas de crescimento profissional e aproveitamento de suas expertises pela Polícia Militar. Com a mudança do Comando da PMERJ, se desarticulou a política de incentivo à formação de profissionais pelo curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social. Cabe lembrar que o curso, criado sob demanda da SESEG-RJ, reservou, até o primeiro semestre de 2018, 80% das vagas para os policiais militares e civis do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, a coordenação do curso notou uma diminuição pela procura de candidatos em alguns polos, em decorrência da falta de apoio institucional percebido pelos profissionais. Deste modo, o colegiado do curso deliberou pela extinção da reserva de vagas para esses profissionais.

Enquanto isso, no curso de bacharelado percebemos um crescente interesse dos jovens de classe média, o que gerou comentários jocosos entre os estudantes mais antigos de que o curso estaria “embranquecendo” ou “se aburguesando”. Na verdade, a disputa cada vez maior por uma vaga no curso parece combinar duas racionalidades presentes entre os jovens: por um lado, a esgrima de uma “ideologia concurseira”, que faz do diploma de nível superior uma etapa para apresentação aos concursos com melhor remuneração; por outro, a percepção de que nos últimos anos há um crescimento nas vagas para concurso de ingresso nas carreiras policiais ou mesmo militares. Estar no curso de segurança pública, pensam alguns, pode ser uma maneira de mostrar

uma maior afinidade eletiva, a partir do currículo de formação, adquirindo vantagens adicionais para a aprovação.

Qual o lugar da Segurança Pública?

Em todo esse processo de aprendizado, ricocheteando politicamente entre os ambientes das Ciências Sociais e do Direito, nos perguntamos: qual seria, afinal, o lugar da segurança pública entre os conhecimentos universitários? Responder a essa questão implica, por um lado, revisitar e tomar a série os argumentos dos detratores da segurança pública enquanto um projeto universitário e acadêmico. Como vimos, há disposições de motivos que recusam o diálogo nos discursos e representações que descrevemos no ICHF, na Faculdade de Direito, como também existente entre os policiais.

A construção deste projeto acadêmico enfrenta, em primeiro lugar, a representação social da segurança pública enquanto sinônimo de repressão. Este é, como vimos, um estigma a ser administrado. Para uns, ele enseja a repressão, do ponto de vista das liberdades civis, interrompendo o diálogo e dispersando os comuns. Para outros, ele não possui “sinergia” com o Direito e, portanto, não apresenta valor heurístico para lidar sequer com temas correlatos à ordem pública. Também é um dado relevante que, do ponto de vista de discentes muito especiais, no ambiente universitário, ele não se encontra associado a valores intrínsecos de hierarquia e disciplina a ponto de ser “levado a sério”. A Segurança Pública enquanto projeto universitário, de acordo com tais discursos, parece um boneco mamolengo, incapaz de se sustentar em quaisquer desses ambientes. Mas onde estaria, afinal, o ponto de contato entre todos esses pontos de vista?

As políticas públicas de segurança pública e justiça criminal, no Brasil, podem ser caracterizadas por sua explícita concorrência e desarticulação das instituições. Como referiu Kant de Lima, um traço persiste de nosso sistema de justiça é a hierarquia voltada para a reprodução de uma estrutura desigual de sociedade, desigualdade esta que não apenas se realiza no plano material, a partir da desigualdade econômica, mas se atualiza permanentemente no plano simbólico, em virtude de uma desigualdade jurídica que não permite a assunção de valores igualitários. Logo, a desarticulação existente entre as instâncias judiciárias e de segurança pública permite que estas últimas apareçam para fazer o “trabalho sujo”, preservando a crença na imparcialidade de juízos e afins (KANT DE LIMA, 1995).

No caso das agências de segurança pública, estas se subdividem idealmente em duas agências que, para o âmbito estadual, podem ser descritas idealmente como possuindo faculdades distintas. Enquanto a Polícia Civil atua em apoio aos

processos de construção da verdade judiciária, à Polícia Militar cabe o trabalho ostensivo de vigilância da população, visando a manutenção da ordem. À primeira foi outorgado o papel de, administrativamente, contribuir com a construção da verdade acerca do status judicial dos conflitos. Para isso a Polícia Civil tem em suas mãos o inquérito policial, peça administrativa que integra os processos que alimentam os ritos judiciais criminais. A segunda, por razões históricas, foi lhe designada uma formação com base na doutrina militar que lhe fere de morte o qualificativo enquanto força policial, fazendo das operações militares em área urbana uma característica persistente. Não obstante, ambas as polícias investigam, bem como cartorializam suas funções. Como resultado, ambas se apresentam como forças militarizadas em seus procedimentos, fazendo do uso da força e o recurso frequente a ilegalismos traços distintivos de ambas as corporações.

Logo, não é bem-vindo um conhecimento universitário que desvele o caráter intrínseco destas “dissociações associadas” para produzir um modelo específico de promoção da (des)ordem pública e (in)justiça. Afinal, ele ameaça a própria estrutura na qual se assentam as desigualdades no país. Desta forma, com uma ciência social subserviente, que confunde segurança pública com violência, está preservada uma universidade pública que seja branca ou, no limite, “café com leite”, é somente capaz de reproduzir a zona de conforto na qual se erige o muro da universidade que irá amparar, do lado externo, o lixo no qual prolifera a indignidade dos pretos e pardos histórica e estruturalmente mais empobrecidos. Pretos e pardos estes que conformam a clientela fundamental das polícias que, na divisão de trabalho com o judiciário, assume o trabalho sujo de etiquetamento e estigmatização desses estratos sociais e, cada vez mais, de seu verdugo. Uma Segurança Pública universitária que seja crítica de suas práticas pode colocar termo ao manancial de negócios que proliferam a partir da condição estrutural de suas existências e, desta forma, abalar as estruturas que informam a desigualdade no interior das próprias polícias que opõem, por exemplo, oficiais X praças; ou delegados X inspetores.

Isso nos conduz a olhar para um Direito que se representa como o corolário da interpretação das normas emolduradas, opacas à realidade social, esgrimindo um conceito retrógrado de “ciência jurídica”, pretensamente imparcial. Com isso as elites brancas e bem cuidadas da sociedade podem prosseguir vivendo distantes e alheias a ordem social que produz e reproduz essa mesma pobreza e o descalabro social que vitimiza, ano após ano, jovens negros e pardos aos quais são negados o acesso à educação, ao emprego, lhes sendo designados cada vez mais as prisões (que crescem nos processos de neoliberalização da política penitenciária) ou, quem sabe, a morte que sobe os morros e cruzam as vielas das favelas, na carona das operações policiais.

Enquanto isso, nas últimas décadas, as diferentes políticas de governo para a segurança pública produziram uma série de intervenções buscando

reformular, reestruturar e mudar o cenário. Estes esforços fundaram-se na crença de que estas intervenções provocariam mudanças nos comportamentos da sociedade e dos policiais. Ignoraram, porém, o quadro conflitivo e competitivo em que as instituições de segurança pública atuam, em especial em uma localidade como o Rio de Janeiro. Contudo, o erro mais fundamental nos parece ser ignorar o fato de que a polícia faz parte dos conflitos que pretende administrar. E participa dos mesmos cada vez mais diversificando seus próprios interesses corporativos, bem como a estrutura de benefícios e vantagens que podem auferir parte dos profissionais, dependendo das parcelas de poder auferidas em função das formas de divisão do trabalho policial (NOGUEIRA, XXX; PIRES, HIRATA; MALDONADO, 2020; MISSE, YYY). Assim, as mudanças gerenciais das polícias não produzem os efeitos esperados, uma vez que o controle da atividade por índices é usado estrategicamente pelos atores.

Produção de um conhecimento compartilhado entre membros da sociedade civil e os profissionais das carreiras de segurança pública

Um outro desafio muito importante é o que vamos chamar de um processo de afinação de instrumentos, no qual se exercita a consensualização da linguagem e as formas de se identificar os problemas da segurança pública com base em evidências. Inicialmente, os alunos reclamavam que não tinham suas “opiniões” acolhidas pelo curso. Foi preciso paciência para, com base no recurso a situações empíricas do cotidiano, bem como nos processos de comparação por contraste, mediar conteúdos que levassem os estudantes a aprender sem fazer um juízo a priori daquilo com o que não concordam.

Evidentemente, as dissensões e controvérsias geraram obstáculos e retardaram, em muito, a consolidação dos projetos que haviam sido apresentados em 2008, diante da constatação dos pesquisadores do InEAC que não havia outro caminho a seguir senão propor a Segurança Pública universitária como um conhecimento civil. Um conjunto de conhecimentos sistematizadas, a partir das pesquisas nacionais e internacionais, que iluminassem os processos de administração institucional de conflitos, em uma perspectiva comparada e contrastiva. Afinal, como insistem os antropólogos, as diferenças colocadas sob comparação têm maior potencial elucidativo para forjar as teorias etnográficas.

Com tudo o que falamos aqui, chegamos agora a realidade da existência de uma unidade acadêmica, o IAC, que tem treze professores reunidos no Departamento de Segurança Pública (DSP). Este conjunto restrito de docentes é responsável por um curso inteiro de bacharelado, além de atuar fortemente em uma outra graduação, o tecnólogo em segurança pública, na qual a sinergia existente entre os pesquisadores do INCT-InEAC segue sendo a base do sucesso.

A condução deste conjunto de projetos contribuiu para a articulação dos diferentes departamentos presentes nos *campi* da UFF, bem como de outras universidades, na produção de material para educação à distância, mas que também é utilizado no curso presencial de bacharelado em Segurança Pública e Social¹⁰. Neste sentido, o processo de interiorização contribuiu com recursos para que os grupos de pesquisa inseridos nos *campi* da UFF tivessem maior autonomia, aproximando-os dos alunos presentes nos polos. Buscamos igualmente fomentar atividades, através da integração no projeto e da participação em cursos de pós-graduação e graduação, de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, por meio do estreitamento do relacionamento acadêmico entre pesquisadores doutores, mestres, doutorandos, mestrandos, graduados e graduandos.

Por fim, a participação dos pesquisadores em encontros nacionais e internacionais é um requisito importante para dar publicidade aos resultados alcançados em diferentes momentos da pesquisa e, sobretudo, para promover interação com outros estudiosos das temáticas enfocadas. Constitui, assim, uma forma de ampliar as possibilidades de formulação de problemáticas e abordagens originais que propiciem, conseqüentemente, o avanço do conhecimento e a inovação social.

A presença e o envolvimento dos professores dos cursos de Bacharelado e Tecnólogo em Segurança Pública e Social nos polos permitiram um envolvimento maior com a realidade e os problemas locais vividos pelos alunos. Esta aproximação permite aos tutores conhecer os professores e os trabalhos realizados no âmbito dos grupos de pesquisa. Isto propicia e facilita o contato para a formação de recursos humanos sobre a temática do curso com a seleção destes tutores no âmbito dos programas de pós-graduação dos quais os professores fazem (PPGA/UFF, PPGSD/UFF e PPGCS/UFRRJ) ou fizeram (PPGDC) parte.

Este envolvimento permitiu gerar mecanismos de transferência do conhecimento produzido para as agências públicas e para distintos grupos sociais por meio dos diferentes eventos. Graças a todo esse ativo proveniente de muito trabalho e esforços, foi-nos possível acumular e criar também o Curso de Mestrado Acadêmico em Justiça e Segurança (PPGJS). Este também se estrutura em rede reunindo pesquisadores vinculados ao DSP/IAC, de outros departamentos da UFF ou de outras universidades, como a UnB, a UFRJ e a UFSC. O PPGJS evidencia a importância da rede nacional e internacional

10 De acordo com a Portaria nº 4.059/2004 do MEC, é autorizado o oferecimento de 20% da carga horária total do curso na modalidade semipresencial. O Departamento de Segurança Pública do InEAC/UFF e a Coordenação dos Cursos de Bacharelado e de Tecnólogo estudaram esta adaptação para as disciplinas do curso de Bacharelado. Esta iniciativa também beneficia os alunos dos polos que passaram a ter outras disciplinas optativas sendo ofertadas, mas também outros cursos presenciais e a distância da própria universidade.

reunido em torno do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC). Como se percebe, a coincidência entre seu nome e o do IAC não é mero acaso. Afinal, com seus mais de 300 pesquisadores no Brasil e no Mundo, é ele responsável pela massa crítica que criou o próprio instituto, na UFF. Assim, esta pós-graduação é mais uma expressão refinada de todo o empenho referido. Uma exitosa iniciativa voltada para pensar os processos de administração de conflitos e as relações entre justiça e segurança no mundo contemporâneo.

Reivindicamos, com muito orgulho, a formação de cerca de 250 bacharéis em Segurança Pública e 2.459 tecnólogos em segurança pública ao longo da nossa existência institucional, bem como já iniciamos a entrega para a sociedade dos primeiros mestres em justiça e segurança do país. Todo esse trabalho produziu o reconhecimento da Câmara de Deputados onde dois de seus membros, até o momento, nos destinaram cerca de R\$ 1 milhão e meio em emendas parlamentares. Estas foram utilizadas para fomentar projetos de extensão e pesquisa, ampliando o acolhimento e expectativas da sociedade envolvente, bem como de estudantes de graduação e pós-graduação, com concessão de bolsas. Da mesma forma, nos foi possível aplicar recursos para contribuir na manutenção e em reformas dos espaços que conquistamos e que em breve abrigarão a sede do IAC, bem como acolherá o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Administração de Conflitos (NEPEAC), sede do INCT, com o qual compartilhamos projetos e estratégias de construção do conhecimento.

Enquanto membros da Direção, somos parte dessa vitoriosa equipe. E talvez esteja aí a nossa virtude; a de sempre termos fomentado trabalhar em conjunto, evitando decisões demasiadamente centralizadas ou a particularização de informações e recursos. O IAC/UFF é parte do INCT-InEAC e, como tal, uma instituição consolidada, fruto de um intenso trabalho, realizado com base nas confianças recíprocas que nos outorgamos, premissa na qual baseamos nossas vidas e nossos afetos, e onde nasce nossa consciência de pertencer a grandes instituições, como é a UFF, bem como o nosso jovem instituto. Exibimos, portanto, como principal ativo desse nosso trabalho a equipe que compomos em prol da educação superior pública, gratuita, referenciada socialmente, e, graças a isso, outras conquistas importantes obtidas no período.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, R. G. DE. Tendências do controle penal na época contemporânea: reformas penais no Brasil e na Argentina. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 39-48, mar. 2004.

BARRETO, F. C. Mesmo com o sacrifício da própria vida! O significado da morte para o policial militar. **Revista Campo Minado: Estudos Acadêmicos em Segurança Pública**, v. 1, n. 1, 2 fev. 2021.

FERREIRA, É. G. “**Na faculdade a gente aprende a pensar**”: uma análise da socialização acadêmica dos alunos do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social da UFF. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

KANT DE LIMA, R. **Ensaio de antropologia e de direito**: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MENDES DE MIRANDA, A. P.; AZEVEDO, J. S.; ROCHA, T. M. A. **Políticas públicas de segurança municipal — Guardas Municipais**: saberes e práticas. Rio de Janeiro: Consequencia, 2014.

MENDONÇA PINTO, N. *et al.* Cursos de Pós-Graduação em Segurança Pública e a construção da Renaesp como política pública: considerações sobre seus efeitos a partir de diferentes olhares. *In*: SOCORRO LOUREIRO, C. do (ed.). **Avaliações, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos em segurança pública**: Pensando a Segurança Pública. Brasília: Ministério da Justiça: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. p. 225-259.

RODRIGUES, A. ‘A secretaria ficou refém do discurso político de ter 40 UPPs’, diz ex-comandante. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 ago. 2014.

SILVA, R. R. da. **Entre a caserna e a rua**: o dilema do “pato”. Niterói: EDUFF, 2011.

SOUZA, N. dos S. B. **O lugar da arma**: uma reflexão sobre a presença da Polícia Militar na Universidade. 2018. Monografia – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

O ATIVISMO ANTIGÊNERO NO BRASIL: a produção de sexualidades e identidades monstruosas

*Camila Camargo Ferreira*¹

Na manhã de 7 novembro de 2017, um grupo de pessoas se reuniu para protestar contra a presença de Judith Butler no Brasil em frente ao Sesc Pompeia, em São Paulo. No local, a filósofa palestrava na abertura de um seminário internacional chamado “Os fins da democracia”, organizado pelo Convênio Internacional de Programas de Teoria Crítica da Universidade de Berkely e pelo Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo em parceria com o SESC São Paulo. Os atores que promoveram o protesto e as pautas por eles defendidas situam-se no campo semântico (PIERUCCI, 1987) da direita brasileira contemporânea, no interior do qual destaca-se a defesa de princípios neoliberais articulada ao antipetismo e ao conservadorismo moral.

Algumas semanas antes do evento, imagens e vídeos compartilhados nas redes sociais destacavam Butler como a fundadora da “ideologia de gênero” e a apresentavam como uma ameaça às crianças e à família. No Twitter, por meio da *hashtag* #ForaButler muitas pessoas se manifestaram contra a passagem da filósofa pelo país. Uma petição online em uma plataforma que defende e promove pautas conservadoras, a *CitizenGo*, atingiu 373.398 mil assinaturas em prol do cancelamento da palestra de Butler. Como não foi cancelada, membros de grupos conservadores e de direita promoveram uma manifestação. Estavam presentes o Movimento Direita São Paulo, Instituto Plínio Correa de Oliveira, Movimento Escola sem Partido, Movimento Amor pelo Brasil, ABC conservador, Movimento São Paulo Conservador, simpatizantes de Jair Bolsonaro, que na época já havia anunciado sua candidatura à presidência da República.

No protesto em frente ao Sesc, os manifestantes empunhavam bíblias, crucifixos, rosários, bandeiras do Brasil e de Israel, faixas com a mensagem “não à ideologia de gênero!”, além de cartazes diversos nos quais se podia ver imagens de Butler com chifres e do símbolo da ONU manchado de tinta vermelha, que simulava sangue. Dentre eles havia também outros com as frases: “fora Butler”, “meus filhos, minhas regras”, “menos ONU, mais

1 Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Sociologia e Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

família”, “mais príncipes, mais princesas, menos bruxas, #xôButler”, “menos ONU, mais família”, “menos Butler, mais família”, “pedofilia não!”, “go to hell, Butler”, “o sonho de Judith Butler é destruir a identidade sexual de seu filho”, “Judith Butler não é mulher, não é homem... mas *queer* nos dizer quem somos”, “menino nasce menino”, “menina nasce menina”, “#EuSouFamília, ideologia de gênero não”.

Membros jovens do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO) empunhavam cartazes nas ruas próximas ao local com as frases “Buzine em favor do casamento como Deus fez: um homem mais uma mulher”, “A família, um homem mais uma mulher, é a base da sociedade”. Além de faixas e cartazes, a mística da manifestação foi construída a partir de orações e pregações, da reprodução do hino nacional e de músicas, como o rap de Guilherme Zamba “Deixem as crianças em paz”. Além disso, havia gritos de guerra através dos quais os manifestantes entoavam: “Pula sai do chão quem não quer depravação”, “fora Butler”, “fora PT”, “queremos Bolsonaro presidente do Brasil”, “ei, esquerdista vai ter que trabalhar, o povo brasileiro não vai mais te sustentar! Ei, comunista, vai ter que trabalhar, o povo brasileiro não vai mais te sustentar”.

Como se pode notar, o alvo do protesto não era unicamente Judith Butler. Muitos cartazes e falas eram voltadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), à esquerda e, especialmente, ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, liderança importante do partido. Os ativistas apontavam Lula como ladrão, diziam que seu lugar era na cadeia e que o político havia destruído o país, atribuíam ao seu governo a promoção da chamada “ideologia de gênero” e do comunismo. Alguns usavam camisetas com a frase “Intervenção militar já, ordem e progresso!”, muitas mulheres vestiam rosa e homens azul. Era possível ler cartazes com frases como: “Olavo tem razão”, “Fascista é o cu da sua mãe”, “O chefe destruiu o Brasil”, “Instituto Lula, o instituto do crime”.

Como parte final do ato, alguns ativistas conservadores atearam fogo em uma grande boneca de pano vestida de bruxa com o rosto de Butler aos gritos de “queime a bruxa, queime a bruxa, queime a bruxa!”. Quando a filósofa retornava ao seu país no aeroporto de Congonhas no dia 10 de novembro de 2017, ativistas conservadores que organizaram diversas manifestações antipetistas no país a seguiram empunhando cartazes com a expressão “#ForaButler” e exclamavam repetidamente: “Judith Butler, you are not welcome in Brazil! You are evil [...] you are pedophile”, “porca”, “assassina”, “corruptora de menores”, “você não é bem-vinda aqui, você apoia o aborto, você apoia a morte!”

O sentenciamento simbólico da filósofa à fogueira, as acusações, ofensas e perseguições que associam sua imagem ao diabo, ao mal, ao assassinato de crianças, à pedofilia e à sexualização infantil retomam em parte o imaginário

e as práticas da grande caça às bruxas entre os séculos XV e XVII na Europa. Nesse período, centenas de milhares de mulheres foram queimadas vivas, torturadas, enforcadas e perseguidas acusadas de terem vendido suas almas e corpo ao demônio, de infanticídio, de perversão sexual, de conspirar contra a procriação (FEDERICI, 2017).

As bruxas foram produzidas pelos demonólogos como seres maléficos que habitavam as fronteiras do humano e do não-humano, como seres monstruosos, criaturas diabólicas causadoras de desordem. É por ser interpretada como elemento subversivo da moralidade sexual dominante que Butler foi alvo das reações citadas. Elas foram instigadas pela capilarização do medo de uma espécie de monstro biopolítico chamado “ideologia de gênero”, que foi produzido por setores conservadores da igreja católica como uma estratégia de resistência aos direitos sexuais e reprodutivos no contexto das Conferências da ONU da década de 1990. No cenário brasileiro, a politização dos temores com relação à “ideologia de gênero” emerge ao longo da segunda metade da década de 2010 como uma nova forma de atuação do ativismo conservador.

Nesse trabalho, faço uma leitura desse fenômeno a partir da categoria de monstro. Primeiramente, discorro sobre essa noção, no sentido de demonstrar como ela se constitui historicamente como um dispositivo normalizador das relações de gênero e a sexualidade. Em seguida, busco demonstrar que existe uma estreita relação entre as narrativas que denominam e condenam a “ideologia de gênero” e as narrativas em torno da monstruosidade, herdeiras “de um imaginário tão antigo quanto persistente que mescla discursos vindos da religião à criminologia, da medicina à política” (LEITE, 2012, p. 560). O intuito é evidenciar que a terminologia “ideologia de gênero” não se trata de uma falácia, mas de uma estratégia discursiva alicerçada em um conjunto de saberes sobre o sexo, a sexualidade e o gênero que confere sentido à atuação dos diversos atores antigênero.

A categoria de monstro e a produção de práticas e saberes normalizadores

Os monstros estão sempre vinculados a uma representação de mundo, uma vez que são engendrados nas tramas da cultura e são, por isso, fruto de elaboração social. Por meio deles é possível ler as culturas que os produzem, já elas projetam nesses seres uma imagem estável de si mesmas (COHEN, 2000; GIL, 2006). Enquanto constructo e projeção, eles existem apenas para serem lidos, “o *monstrum* é, etimologicamente, ‘aquele que revela, que adverte’” (COHEN, 2000, p. 27).

O monstro mostra as normas, as leis, os ordenamentos e os sistemas classificatórios que estruturam as sociedades nas quais que eles habitam, pois, sua existência é sempre definida em relação à norma. Ao combinar o impossível com o interdito, o monstro é uma noção jurídico-natural, pois historicamente o tipo monstruoso emerge como transgressão das leis da sociedade e da natureza (FOUCAULT, 2001).

Conforme Kappler (1993), da antiguidade até o século XVI, a monstruosidade era concebida principalmente a partir de aspectos físicos identificados como anormais. Os monstros eram definidos pela dessemelhança como seres que desviaram do tipo humano ou do curso habitual da natureza. A deformidade, porém, não era entendida somente como feiura e não despertava necessariamente assombro, horror, medo ou repulsa. Os monstros, maravilhas ou pródigios, distinguidos pela excepcionalidade poderiam ser racionais, bons, virtuosos e provocar risos, fascínio e curiosidade.

Apesar de ser compreendida como diferença, a monstruosidade ao ser opor à generalidade não se opunha à natureza em sua totalidade (KAPPLER, 1993). O universo era entendido como um conjunto amplo fruto do entrelaçamento entre a semelhança e a diversidade das partes, no interior do qual nada acontece por acaso, de modo que não podiam ser um erro de Deus ou da natureza (KAPPLER, 1993). Nessa visão cosmológica, os monstros, embora destoantes da forma humana e do ordenamento natural das coisas, eram interpretados como seres que contribuíam com a beleza do universo.

No século XVI, o critério para definição dos monstros continuou sendo a natureza, já que era entendida como a norma. Contra ou para além do seu curso, que era perfeito, a monstruosidade era considerada como manifestação da desordem e imperfeição. Enquanto seres deformados, os monstros passaram a ser associados ao mal e muito frequentemente encarados como inimigos do belo (KAPPLER, 1993). Esse enquadramento do monstro como imagem do mal foi produzido e reforçado pela ideia corrente nos tratados de teratologia da época de que os monstros eram feitos por demônios.

A mudança no modo de perceber os monstros está inserida no contexto de crise da Idade Média, no qual emerge a associação do diabo com o mal como “um instrumento de controle social e de vigilância das consciências, incitando à transformação das condutas individuais” (MUCHEMBLED, 2001, p. 36). Antes disso, ele era visto como um ser maligno, mas com pouco poder, “em geral bastava borrifar água benta, e dizer algumas santas palavras para derrotar suas tramas. Sua imagem era a de um malfeitor fracassado que, longe de inspirar terror, possuía algumas virtudes” (FEDERICI, 2017, p. 336).

A produção do diabo como um ser maléfico e temível foi uma resposta política do cristianismo para reafirmação do seu poder, das suas regras e códigos de comportamentos. Mas a mutação da figura do diabo não é consequência

unicamente da esfera religiosa, ela se inscreve em um campo dinâmico de ação que combina uma série de fenômenos religiosos, políticos, culturais e sociais que conduziram ao processo civilizatório ocidental dominador (MUCHEMBLED, 2001). Como resultado, no fim da era medieval, o monstro e o diabo estavam estreitamente vinculados como representantes poderosíssimos do mal, ambos passam a despertar horror e temor. Nesse contexto

[...] com a dominação da ideologia cristã na Europa, a estranheza do 'bizarro' vai ser substituída em grande parte pelo medo do maligno. É esse temor historicamente criado pelo monstro que vai justificar a maneira socialmente reconhecida de lidar com ele: de um lado, o ódio e a violência, de outro, o descaso, a humilhação e o escárnio. [...] nossa cultura criou uma forma específica de tratar com as pessoas que se encaixam na categoria de monstros: ao encará-las como o equivalente ao Mal e ao caos, a única ação ou reação socialmente inteligível é a destruição ou o anulamento (literais ou simbólicos) dessas pessoas (LEITE JUNIOR, 2012, p. 563).

As violências contra o corpo monstruoso se tornam justificáveis à medida que a monstrosidade se constitui através de termos negativos e inferiorizados que resultam da hierarquização do estabelecimento de diferenças. Por isso, como aponta Cohen (2000), a monstrosidade é conformada nos limites da diferença. Nesse âmbito, o gênero e sexualidade são catalisadores históricos para a elaboração de monstros, como demonstra, por exemplo, a grande caça às bruxas na Europa entre os séculos XVI e XVII. Tal fenômeno se constituiu em uma política sexual que resultou do imaginário que liga a monstrosidade ao diabo como encarnação do mal. A inscrição do corpo feminino na categoria de monstrosidade legitimou os processos violentos de perseguição, tortura e extermínio de milhares de mulheres acusadas de bruxaria. A caça às bruxas foi um mecanismo de controle e delimitação de condutas que

[...] não só condenou a sexualidade feminina como fonte de todo mal, mas também representou o principal veículo para levar a cabo uma ampla reestruturação da vida sexual, que ajustada à nova disciplina capitalista do trabalho, criminalizava qualquer atividade sexual que ameaçasse a procriação e a transmissão da propriedade dentro da família ou que diminuísse o tempo e a energia disponíveis para o trabalho. Os julgamentos por bruxaria fornecem uma lista informativa das formas de sexualidade que estavam proibidas, uma vez que eram "não produtivas": a homossexualidade, sexo entre jovens e velhos, o sexo entre pessoas de classes diferentes, o coito anal, a nudez das crianças (FEDERICI, 2017, p. 351).

Assim, muito além da invenção de seres imaginários, a criação das bruxas como monstros femininos foi uma importante forma de controle social para o desenvolvimento da sociedade capitalista e a disciplinarização do proletariado moderno. A caça às bruxas inaugurou uma repressão sexual que promoveu a censura e a proibição de um universo de práticas, crenças, relações que eram incompatíveis com a procriação e com a disciplina do trabalho e, dessa maneira, redefiniu tanto a posição das mulheres na sociedade, como os elementos da reprodução social (FEDERICI, 2017). A sexualidade das mulheres se tornou objeto de medo devido à imagem da bruxa produzida pelos demonólogos como um ser carnal e pervertido por natureza, que mantinha práticas sexuais degeneradas, como a cúpula com o diabo e participação em orgias. Em contraponto à essa imagem da mulher como ser diabólico degradado, emerge a construção de um ideal de feminilidade, que estereotipa as mulheres como fracas do corpo e da mente e biologicamente inclinadas ao mal (FEDERICI, 2017).

Nesse mesmo período, destaca-se outro ajustamento do sexo e do gênero na categoria de monstros. Além das bruxas, as pessoas intersexuais também eram consideradas como criaturas monstruosas e, em virtude disso, eram executadas e queimadas (FOUCAULT, 2001). A mistura de dois sexos era uma referência para a caracterização dos monstros porque era entendida como um elemento contrário à ordem da natureza que separa por meio do sexo a espécie humana em homem e mulher. O saber médico da época, vinculado ao saber religioso, alegava que o corpo que possuía dois sexos apresentava a monstruosidade da duplicidade sexual porque havia mantido relação com o diabo, que “havia acrescentado a seu sexo primitivo um segundo sexo” (FOUCAULT, 2001).

Segundo Foucault (2001), foi em torno do intersexual que começou uma reelaboração da figura monstruosa, que se consolidou no século XIX com o surgimento do monstro humano inscrito nos domínios da anomalia. O complexo jurídico-natural que servia de pressuposto para caracterização dos intersexuais a partir dos séculos XVII e XVIII foi gradativamente dissolvido pelos saberes científico e médico que se desenvolviam sobre a sexualidade. Contra o imaginário que encerrava os sujeitos com dois sexos como expressão de uma imperfeição ou de um desvio, aparece a atribuição de uma monstruosidade que não é mais jurídico-natural, mas que é jurídico-moral; “uma monstruosidade que é a monstruosidade da conduta, e não mais da monstruosidade da natureza” (FOUCAULT, 2001, p. 92).

Assim, o indivíduo monstruoso passa a ser interpretado como resultante não de desvios da natureza, propriamente ditos, mas comportamentais, que devem provocar a condenação dos corpos e práticas monstruosas. Nessa nova visão da monstruosidade, as malformações, as imperfeições, os deslizes da natureza se

constituem como princípio anômalo e pretexto de práticas criminosas (FOUCAULT, 2001). Devido a essa reconfiguração da monstrosidade, através da qual ela será interpretada como um desvio de caráter moral e não do ordenamento natural, um conjunto de técnicas e saberes médicos e judiciários recaem sobre o monstro e o associam ao crime e à doença. Os indivíduos julgados como criminosos passam a ser lidos como monstros e, além disso, avaliados e apreciados em termos de normal e patológico (FOUCAULT, 2001).

A aproximação entre monstro, crime e patologia, conforme Leite Junior (2012), é responsável pela constituição da noção de “desvio sexual”, que se tornou objeto de preocupação da ciência sexual configurada no século XIX. Se o lócus da exposição acerca do sexo se dava antes em domínio religioso, a partir desse período ela passa por um alinhamento com o projeto científico para a produção de saberes e verdades, no interior das quais os desvios representam e são classificados como patológicos.

Nesse âmbito, o monstro moral se constituiu como base para a formação de conhecimentos e práticas que assinalavam as sexualidades, os sexos e os gêneros destoantes do modelo heterossexual monogâmico como figuras monstruosas anormais, perversas, pervertidas e parafilicas (LEITE JUNIOR, 2012). Os sujeitos encaixados nessa categoria de inteligibilidade pelo saber médico e científico são ainda lidos como criminosos e patológicos. Nesse quadro de referência, a humanidade de homossexuais, travestis, transexuais e intersexuais é questionada, já que todas essas classificações “pressupõem um ‘desvio’ de algo sadio e ‘normal’ — o humano —, restando como meio habitável e inteligível [...] a categoria dos monstros” (LEITE JUNIOR, 2012, p. 566). Essa inscrição de práticas sexuais e corpos na categoria política de monstrosidade justifica e legitima a marginalização e a violência contra os indivíduos demarcados como monstros.

As mobilizações antigênero politizam a categoria “ideologia de gênero” como uma espécie de monstro a ser combatido. Por meio dessa estratégia discursiva, além dos corpos e práticas dissidentes, os discursos científicos e os movimentos sociais que questionam a patologização dos sujeitos lidos como monstruosos devido à sua identidade de gênero e orientação sexual passam a ser aglutinados dentro de uma categoria de monstrosidade. Ao considerar isso, sugiro que a “ideologia de gênero” emerge, nesse contexto, como um monstro biopolítico mobilizado transnacionalmente por atores sociais conservadores que buscam reiterar a demarcação dos sujeitos que se situam além das margens da matriz heterossexual como monstruosos.

O que mostra o *monstrum* “ideologia de gênero”

Nos anos 2010, no mundo ocidental, os direitos sexuais e reprodutivos foram massivamente contestados por atores religiosos e laicos no espaço

público. Não é novidade a mobilização de forças sociais contra a ampliação da cidadania sexual e de gênero. Mas há uma estratégia de atuação que, apesar de também não ser nova, predominou na última década. Trata-se da proliferação de discursos que caracterizam de ideologia de gênero a incorporação da perspectiva transversal de gênero, o *gender mainstreaming*, nas políticas públicas, os direitos reprodutivos e o reconhecimento dos direitos e das identidades LGBTQIA+.

Ideologia de gênero é uma categoria êmica definida pelos atores que a empregam como uma corrente ideológica que promove a negação das diferenças biológicas entre homens e mulheres e, com isso, a destruição da família moderna. Nos países da África, América, Europa essa narrativa incitou a organização de associativismos conservadores, a partir das quais entraram em cena atores políticos articulados em torno uma causa comum: o combate à ideologia de gênero. Esse fenômeno se materializou através de mobilizações políticas pautadas na defesa, baseada no jusnaturalismo, dos direitos da família heterossexual, no combate ao aborto, à educação sexual e na manutenção de determinados papéis socialmente atribuídos aos homens e às mulheres, principalmente a masculinidade e a maternidade.

Os diversos atores preocupados com essas pautas produziram uma constelação de formas de atuação. As mobilizações antigênero ocuparam ruas, praças, universidades, meios de comunicação de massa, as redes sociais digitais, mercados publicitários e editoriais, campanhas eleitorais, partidos políticos, a política institucional. A esfera pública de países com realidades históricas, políticas e sociais completamente distintas foi tomada pelas cores rosa e azul em defesa da distinção biológica entre os sexos e por símbolos que representavam o modelo de família nuclear. Esses elementos foram empregados como expressão de insatisfação com as transformações no âmbito institucional e não institucional da regulação das relações de gênero e da sexualidade.

No Brasil, as frases, imagens e mensagens que compunham os cartazes empunhados pelos manifestantes nos protestos contra Judith Butler, em 2017, permeiam o debate público sobre educação desde 2014. O ativismo antigênero emergiu no país a partir dos conflitos produzidos no contexto de tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) entre 2013 e 2014. Atores plurais, coletiva e individualmente, se organizaram de variadas formas para demandar a retirada das expressões “gênero” e “orientação sexual” do PNE. Dentre eles situam-se lideranças religiosas, políticos profissionais, associações civis, fiéis e líderes de igrejas evangélicas e da igreja católica, ONGs pró-vida e pró-família.

Para esses atores, a inclusão dos temas de gênero e sexualidade nos documentos educacionais e sua abordagem nas escolas teria como intuito a promoção da chamada “ideologia de gênero” que buscaria influenciar nos

delineamentos das identidades de gênero e da orientação sexual de crianças e jovens, de modo a torná-los seres sem gênero, homossexuais, transsexuais e travestis. Para eles, não se pode ensinar o gênero e a sexualidade como esferas da vida forjadas socialmente, pois são elementos da natureza inquestionáveis. Os grupos que reivindicam a censura da chamada “ideologia de gênero” no âmbito escolar, acreditam que as identidades feminina e masculina, bem como o desejo heterossexual não são constructos sociais. Assim, qualquer abordagem desses elementos que os aponte como resultados da cultura promoveria, na visão desses atores políticos, a deturpação do conceito de homem e mulher e, por consequência, a destruição da instituição familiar.

Desse entendimento, emergiram reivindicações de proteção das crianças pautadas no imperativo de impedir a disseminação de concepções contrárias a uma cosmovisão, segundo a qual a masculinidade e a feminilidade são fixas e naturais — daí o emprego das cores rosa e azul em protestos e manifestações. Surgiram, também, demandas voltadas à preservação delas no tocante ao estímulo à pedofilia, à zoofilia, à sexualização infantil, à pornografia, à erotização precoce, pois para os atores que temem a ideologia de gênero a apontam como uma espécie de cavalo de troia criado para introduzir esses temas nas salas de aula com o intuito de normalizar tais práticas.

No contexto de acirramento do antipetismo, despontaram ainda outros receios com relação ao comunismo e ao Partido dos Trabalhadores (PT). Os atores antigênero alegavam que a promoção da ideologia de gênero era parte do projeto político do PT e da esquerda brasileira destinado à implantação do comunismo e/ou do socialismo no Brasil. Sua disseminação seria parte de uma espécie de “doutrinação marxista”, cujo objetivo seria a destruição da instituição familiar, passo fundamental para a implantação do comunismo. Essa compreensão decorre de uma associação produzida no final dos anos 1990 por intelectuais católicos, como Dale O’Leary e Michel Schooyans dentre muitos outros, que vincula as teorias de gênero ao marxismo.

A aproximação parte da distinção entre “feminismo liberal” e “feminismo de gênero” feita pela feminista libertária Christina Hoff Sommers (1994), segundo a qual o primeiro demanda para as mulheres o que demanda para todas as pessoas: não discriminação e tratamento justo. Já o segundo, baseado no marxismo, postula que as mulheres estão presas a uma sociedade opressiva patriarcal. A partir dessa perspectiva, intelectuais católicos conservadores no cenário pós-Guerra Fria elaboraram a ideia de que as teorias de gênero foram produzidas por feministas marxistas que, inspiradas na obra de Engels (2019), entendem a destruição da família e o fim da sociedade de classes como elementos imprescindíveis para a libertação das mulheres. Além disso, as “feministas de gênero” buscam, nessa visão, eliminar a distinção sexual, o controle da reprodução e a equiparação entre homossexualidade e heterossexualidade.

Essas matrizes discursivas foram constantemente acionadas pelos atores conservadores nos confrontos tecidos em torno do PNE. Graças às mobilizações contra a ideologia de gênero, o documento foi aprovado sem as diretrizes que sinalizavam o compromisso da Educação Básica com as desigualdades de gênero e sexualidade. A partir da vitória, o ativismo antigênero capilarizou-se, ganhou mais adeptos e passou a produzir novas formas de ação política. É possível distingui-las entre modalidades institucionais e não institucionais. No primeiro plano, situam-se iniciativas de ativistas institucionais conservadores (RUIBAL, 2014) para barrar e/ou criminalizar a abordagens de questões de gênero e sexualidade no espaço escolar nas esferas federal, estadual e municipal. Muitos estudos já foram publicados sobre a atuação desses atores no espaço institucional, como os de Aragusuku (2020), Santos (2020), Lacerda (2019), Ferreira e Aguiar (2018), Freire (2018), Luna (2017).

No plano não institucional, as redes sociais constituem-se como um espaço privilegiado de atuação dos atores que promovem o ativismo antigênero. Para além das manifestações nos espaços digitais, protestos contra a chamada “ideologia de gênero” foram organizados em espaços públicos por organizações movimentistas (GOHN, 2019), líderes e fiéis religiosos, estudantes, pais, mães e avós de estudantes, associações civis, organizações pró-vida e pró-família, grupos de direita e extrema direita. Como exemplo, é possível citar protestos em casas legislativas durante votações de planos de educação estaduais e municipais, manifestações de familiares de estudantes, os protestos contra a exposição *Queermuseu* de curadoria de Gaudêncio Fidelis, contra a performance *La Betê* de Wagner Schwartz e contra Judith Butler em 2017.

Cyfer (2018) e Miskolci (2018) compartilham a compreensão segundo a qual as manifestações em tela resultam do medo e de ansiedades sociais em torno da diferença e com relação às normas de gênero. O autor, especialmente, encara “ideologia de gênero” como um fantasma, um espectro que instaura cruzada moral que produzem uma política do inimigo centrada na perseguição aos direitos sexuais e reprodutivos e aos sujeitos que os defendem, como intelectuais, artistas e professores. Ele destaca, como Kalil (2018), a multiplicidade de atores e interesses envolvidos nas mobilizações contra a chamada “ideologia de gênero”. Apesar de concordar com ambos, considero importante não perder de vista que o ativismo antigênero é mais do que a soma de atores conservadores. Ele configura-se a partir da atuação conservadora católica na década de 1990 contra os direitos sexuais e reprodutivos no contexto das Conferências da ONU, como já apontado.

Embora atuante desde então, foi a partir de 2010 que o ativismo antigênero ganhou força no mundo ocidental. Um dos fatores implicados na sua ascensão é o fortalecimento conservadorismo e da extrema direita no contexto de crise da democracia liberal, como revelam alguns estudos (BIROLI;

CAMINOTTI, 2020; KOVÁTS, 2018; SERRANO AMAYA, 2019). O fenômeno é entendido como um elemento sintomático da emergência de projetos políticos antidireitos e autoritários que buscam ressignificar princípios democráticos como a laicidade, a igualdade, os direitos humanos, os direitos civis e sociais, a liberdade de cátedra e tantos outros (SERRANO AMAYA, 2019). Como demonstra Brown (2019), uma das características das campanhas das extremas direitas no Ocidente é classificar projetos políticos e movimentos sociais que questionam as hierarquias de gênero e sexualidade como ameaça à democracia – entendida como vontade da maioria – à liberdade, aos valores e à moralidade cristã.

No Brasil, o ativismo antigênero que fortaleceu e alicerçou a emergência de projetos políticos de extrema-direita ao longo da década de 2010, culminando na eleição em 2018 do político de extrema-direita Jair Bolsonaro. . No país, as mobilizações em torno da chamada ideologia de gênero se constituíram de “movimentos a favor da família tradicional até manifestações contra políticas de governos de esquerda” (MISKOLCI; CAMPANHA, 2017, p. 226). Elas foram forjadas a partir de uma coalescência de forças que têm muitas afinidades eletivas, no sentido weberiano, sendo que uma delas é defesa da moral patriarcal e do conservadorismo cristão. Ao reconhecer isso, é fundamental entender por que o gênero e a sexualidade são um ponto de interseção na atuação de atores conservadores no espaço público e porque protagonizam nos conflitos contemporâneos.

Nesse caso, as forças sociais e políticas que produzem o ativismo antigênero se atraem a partir do imperativo de manutenção dos regimes de verdade que regulam as relações de gênero, as condutas e comportamentos sexuais, as subjetividades e desejo de pessoas que estão dentro e fora da escola. Historicamente, os aparatos de gênero e sexualidade foram manobrados como mecanismos de controle e mobilização social, além de instrumentos de disputa pelo poder político e econômico (FEDERICI, 2017; FOUCAULT, 2015; RUBIN, 1989; WEEKS, 2012). Por serem veículos potentes de deslocamento de ansiedades sociais, a partir deles atores conservadores têm se aglutinado para promover interesses que muitas vezes transcende as próprias disputas em torno das políticas sexuais e de gênero.

Eles compartilham o receio de que o ordenamento produzido pela ciência sexual do século XIX e pelo saber religioso, que demarca como natural e normal a constituição de identidades femininas e masculinas a partir do corpo biológico e do desejo heterossexual seja desestabilizado. Por isso, caracterizam de mentirosas e falsas as teorias acadêmicas sobre gênero e sexualidade. Esses estudos são assim encarados porque questionam a suposta normalidade e o caráter natural do gênero e da heterossexualidade ao apontar ambos como constructos sociais. Nessa perspectiva, as identidades de gênero feminina e

masculina e o desejo heterossexual são elementos da natureza e, portanto, da vontade divina. A negação desse ordenamento natural/divino promoveria a deturpação dos conceitos feminino, masculino, homem, mulher e, por consequência, a destruição instituição familiar, entendida singularmente como união monogâmica homem-mulher e sua prole.

A politização da categoria “ideologia de gênero” é, assim, uma estratégia do ativismo conservador de combate em disputas políticas mais amplas em torno da atribuição de sentidos e significados à identidade e à diferença. Tal tática reinscreve as pessoas com corpos e práticas sexuais que extrapolam as fronteiras muito bem delimitadas de gênero (“travestis”, “transsexuais”, “transgêneros”, “intersexos”), e da sexualidade (“lésbicas”, “gays”, “bissexuais”) na categoria específica de inteligibilidade de monstro. Nessa reinscrição, esses sujeitos são enquadrados no domínio da anormalidade, do patológico, do não-natural, o que faz com que suas vidas tenham pouca importância, pois como sugere Torrano (2014, p. 93):

La monstruosidade, al igual que la animalidade, se instala em la problematización del espacio normativo y jerárquico de las políticas sobre la vida, em la tensión constitutiva de la biopolítica entre vidas protegidas y vidas elinables. Es em las distribuciones sobre lo viviente que las reflexiones sobre la monstruosidade y la animalidade vienen a echar luz qué vidas se “hacen vivir” y, caules, por el contrario, se “hacen morir” o, simplemente “sobrevivir” (TORRANO, 2014, p. 93).

A mobilização a partir da categoria “ideologia de gênero” opera no sentido de alimentar a produção de um monstro biopolítico no debate público que combina uma forma verbal, o conceito de gênero, com formas visuais, os corpos, os desejos e os comportamentos sexuais capturados pelos dispositivos da sexualidade como desviantes. Tal como o monstro Frankstein, criado através de restos humanos de vidas desqualificadas e desprezadas, “partes rejeitadas da própria sociedade” (MISKOLCI, 2011, p. 304), o monstro “ideologia de gênero” é composto por fragmentos de existências temíveis e desprezáveis: monstruosidades pedófilas, homossexuais, transsexuais, intersexuais e travestis. A ideologia de gênero regula os comportamentos e práticas sexuais, já que enquanto monstro, ela “corporifica aquelas práticas sexuais que não devem ser exercidas ou devem ser exercidas apenas por meio do corpo monstruoso” (COHEN, 2000, p. 44).

Isso se evidencia pelo fato de que os atores políticos que investem na “ideologia de gênero” como algo a ser temido através da alegação de que as teorias de gênero e os sujeitos considerados “desviantes sexuais” promovem a pedofilia. Essa associação recorre à repulsa que causa a figura do pedófilo,

produzido socialmente como monstro sexual, no sentido de estendê-la aos conhecimentos e práticas abrigadas apontados politicamente como “ideologia de gênero”. Por outro lado, o acionamento dessa categoria dissemina o receio de que o debate das relações de gênero e a sexualidade no ambiente escolar se orienta no sentido de estimular crianças e jovens a se tornarem gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Tal temor é indicativo de uma atribuição de sentido negativa à comunidade LGBTQIA+.

Na mesma esteira situam-se os discursos que associam a abordagem dos temas de gênero e sexualidade com o comunismo e alegam a existência de uma conspiração comunista para a destruir a família e enfraquecer a Nação. Esse é um temor social enraizado na memória coletiva fruto da interligação entre batalhas anticomunistas internacionais com lutas contra comportamentos e grupos sexuais considerados como “imorais” (RUBIN, 2003). “Historicamente, grupos sociais estigmatizados por sua religião, visão política ou orientação sexual são socialmente representados como perigo para” (MISKOLCI, 2007, p. 109) as crianças, as famílias e a sociedade. Essa representação decorre do entendimento de seus ideais, estilos de vida, comportamentos e práticas sexuais podem provocar alterações profundas nas tramas das sociedades se não forem controladas.

A partir dessas considerações, é possível afirmar que para os atores conservadores, “ideologia de gênero” é uma espécie de monstro moral e jurídico-biológico que representa uma ameaça ao corpo social e uma violação dos ordenamentos da natureza e das leis religiosas e da sociedade. A categoria assume forma nos gêneros e nas sexualidades já tidas como monstruosas e nesse movimento, se constitui como um mecanismo de controle social que trata de reinscrever como patológicos sujeitos tidos como desviantes sexuais. A criação desse monstro e as demandas por combatê-lo se voltam contra as iniciativas de questionamento dos relações de opressão de gênero e sexualidade, bem como de despatologização no imaginário coletivo dos sujeitos homossexuais, transsexuais, travestis e intersexuais operadas pelos movimentos sociais LGBTQI e pelas teorias de gênero.

Considerações finais

Desde os anos 1970, com o florescimento das lutas sociais em torno do gênero e da sexualidade, os sujeitos capturados pela categoria de inteligibilidade de monstro devido às suas identidades de gênero e práticas sexuais têm reivindicado por reconhecimento social e por cidadania. A luta dessas pessoas tem sido para “saírem da categoria de monstros e conseguirem habitar integral e legitimamente a categoria ‘humanos’” (LEITE, 2012, p. 566). Para isso, é fundamental a sua despatologização não só no plano jurídico-legal,

mas também no âmbito das representações coletivas. Como contraponto a esse processo, o combate à “ideologia de gênero” surge como uma resposta política e cultural numa encarnação da hereronormalização. O medo é de que o monstro “ideologia de gênero” destrua a família, na sua realização heterossexual, desvalorize o ser humano na sua caracterização como homem e mulher e, por consequência, ameace a existência da sociedade.

Uma vez que as normas e categorias de gênero e sexualidade precisam de atenção constante para se produzir/reproduzirem, a construção da noção “ideologia de gênero” emerge no sentido de reiterar os imaginários e regulações sociais que delimitam os corpos e práticas sexuais. Assim, se constitui como um veículo de proibição de saberes, práticas e identidades que ousam questionar a inscrição dos indivíduos marcados como monstros sexuais no campo do desvio, da anormalidade, da patologia, do crime.

Os sentidos e significados atribuídos à “ideologia de gênero” demonstram essa categoria figura também como um dispositivo de produção e controle do sexo, da sexualidade e do gênero. Sua mobilização, num ímpeto normatizador, busca a garantia da coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, no sentido de assegurar a inteligibilidade cultural binária pelas quais as pessoas são reconhecidas como humanas ou como monstros.

REFERÊNCIAS

ARAGUSUKU, H. A. O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados : uma renovação das direitas nas políticas sexuais. **Agenda Política**, v. 8, n. 1, p. 106-130, 2020.

BIROLI, F.; CAMINOTTI, M. The Conservative Backlash against Gender in Latin America. **Politics & Gender**, v. 16, n. 1, 2020.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução de Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

COHEN, J. J. A Cultura dos Monstros: sete teses. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, T. T. da (ed.). **Pedagogia dos monstros**: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 24-60.

CYFER, I. A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade. **Cadernos Pagu**, n. 53, e185303, 11 jun. 2018.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpos e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, C. C.; AGUIAR, M. M. “Ideologia de gênero”: pânico morais, silêncios tagarelas e a (re)produção de normas binárias de gênero. **Revista Ñanduty**, v. 6, n. 8, p. 114-143, 28 set. 2018.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 2. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

FOUCAULT, M. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974–1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREIRE, P. ‘Ideologia de gênero’ e a política de educação no Brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo. **ex aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres**, n. 37, 15 jun. 2018.

GIL, J. Metafenomenologia da monstruosidade: o devir-monstro. *In*: GIL, J. **Monstros**. Lisboa: Relógio D'água, 2006.

GOHN, M. da G. **Participação e democracia no Brasil**: Da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis: Editora Vozes, 2019. [versão digital].

KALIL, I. O. Notas sobre 'Os Fins da Democracia': etnografar protestos, manifestações e enfrentamentos políticos. **Ponto Urbe**, n. 22, 15 ago. 2018.

KAPPLER, C. A noção de monstruosidade. *In*: KAPPLER, C. **Monstros, Demônios e Encantamentos no Fim da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

KOVÁTS, E. Questioning Consensuses: Right-Wing Populism, Anti-Populism, and the Threat of 'Gender Ideology'. **Sociological Research Online**, v. 23, n. 2, p. 528-538, 28 jun. 2018.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LEITE JUNIOR, J. Transitar para onde?: monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 559-568, ago. 2012.

LUNA, N. A criminalização da "ideologia de gênero": uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. **Cadernos Pagu**, n. 50, 18 dez. 2017.

MISKOLCI, R. Exorcising a ghost: The interests behind the war on "gender ideology". **Cadernos Pagu**, v. 2018, n. 53, 2018.

MUCHEMBLED, R. O inconsciente diabólico. *In*: MUCHEMBLED, R. **Uma história do diabo**. Rio de Janeiro: Bom texto, 2001.

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. **Novos Estudos Cebrap**, n. 19, 1987.

RUBIN, G. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. *In*: VANCE, C. (ed.). **Placer y peligro**: explorando la sexualidad femenina. Madrid: Editora Revolución, 1989. p. 113-190.

RUIBAL, A. M. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, p. 111-138, ago. 2014.

SANTOS, R. M. dos. A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil. **Agenda Política**, v. 8, n. 1, p. 50-77, 2020.

SERRANO AMAYA, J. F. “Ideologia de género”, populismo autoritário y políticas sexuales. **Nomadas**, v. 50, p. 155-173, 2019.

SOMMERS, C. H. **Who Stole feminism?** How women have betrayed women. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1994.

WEEKS, J. **Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800**. 3. ed. Nova Iorque: Routledge, 2012.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

PARA ALÉM DO “AUÊ DA CIDADE”: um olhar sobre os circuitos de diferentes gerações drag queen na cidade de Campo Grande, MS

Winny Gabriela Pereira de Santana¹
Guilherme R. Passamani²

Introdução

As principais reflexões aqui presentes buscam analisar as aproximações e os deslocamentos operados pela arte drag³ queen na cidade de Campo Grande-MS a partir de duas gerações de artistas. As duas gerações que nos ajudam a compreender o desenvolvimento da arte drag em Campo Grande são: a *Geração Bistrot*, que compreende artistas mais velhas da cidade (início dos anos 2000) e a *Geração Atual*, que está se apresentando atualmente nos eventos dos circuitos drag⁴.

A escolha pela *Geração Bistrot* para caracterizar a geração mais velha na cidade se deu a partir de muitas indagações sobre quais eram as artistas veteranas. A busca por essas artistas aconteceu, primeiramente, nos concursos de drags da cidade. Ao questionar as drags mais jovens sobre quem eram as mais velhas, estas sempre remetiam à geração que fez parte da boate *Bistrot Dance*. Essa menção às drags mais antigas foi-nos aproximando desta boate, com o objetivo de investigar qual era a relação desta com o início da arte drag. A boate foi aberta em Campo Grande no início dos anos 2000, localizada na rua Pimenta Bueno, no Bairro Amambaí, e é considerada a primeira boate LGBT da cidade. Ela se destacou, segundo o jornal regional Midiamax, como um “refúgio onde se podia encontrar igualdade, diversão e respeito”.

1 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina e Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: winny-santana82@gmail.com.

2 Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP). Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), atuando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais. Pesquisador associado ao Núcleo de Estudos Néstor Perlongher (NENP/UFMS). Investigador do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. E-mail: grpassamani@gmail.com.

3 O fazer arte drag é compreendido, a partir das interlocutoras que fizeram parte desse estudo, como um fazer artístico, que tem por finalidade a montagem de uma persona a partir de maquiagens, encheimentos, perucas, roupas e performances. As artistas não precisam ser necessariamente do gênero oposto ao que se quer performar.

4 Entendemos por circuito drag os espaços que recebem as apresentações das artistas.

Em relação à geração mais jovem, selecionamos as drags na medida que o campo foi se construindo a partir de um circuito drag. Não definimos um critério de recorte de idade ou de tempo em atividade. O único critério que foi definido foi de que a(o) artista estivesse se apresentando ou vivenciando a arte entre os anos de 2019 e 2020 (duração da pesquisa). Entre essas, tivemos contato com 10 artistas da *Geração Atual* com idades entre 19 e 30 anos e 6 artistas da *Geração Bistrot* com idades entre 35 e 50 anos. A diferença entre o número de interlocutoras(es) jovens e “velhas” denuncia como a geração mais jovem foi-nos mais acessível.

Mais que apresentar o desenvolvimento desta arte na cidade ou apontar as diferenças entre as duas gerações, pretende-se uma análise das possíveis tensões causadas pelas semelhanças e diferenças entre as duas gerações a fim de compreender quais são os marcadores sociais da diferença em intersecção que permitem a atuação das artistas em diferentes pontos de entretenimento da população LGBT. Comparando assim, os diferentes caminhos que a arte drag tomou desde o fim da boate *Bistrot Dance*. Assim, a partir da memória (SIQUEIRA, 2009), problematizam-se as alterações no ambiente urbano que ocorreram entre o período da boate Bistrot e o momento atual (2019–2020), no que se refere à produção dessa arte na cidade e o consequente desenvolvimento do mercado específico para a população LGBT em Campo Grande⁵.

Carlos Eduardo Henning (2010) pensa geração para além da acepção clássica de Karl Mannheim (1982) ou seja, para além de um conceito estático e homogêneo. Ele a compreende não como um conceito dado *a priori*, “mas centralmente como um espaço de constantes disputas de concepção e caracterização” (p. 20). A geração, nesses termos, é afastada dos referenciais biologicistas e atenta para a multiplicidade social. Para Henning, é necessário centrar análise na ideia de que geração pode compreender “uma pluralidade de experiências que, marcadas por diferenciações sociais, complexifica esse olhar, como raça/etnicidade, gênero, classe social, estilos de vida, local de moradia (centro/periferia, contextos urbanos/rurais, etc.), corporalidades, nacionalidade, etc.” (p. 16).

A importância do marcador geracional entre as drag queens para a análise do circuito de entretenimento da população LGBT na cidade demonstra em quais espaços essas artistas conseguem atuar. Observa-se que os marcadores de cor/raça, classe, geração, gênero e sexualidade oferecem um panorama sobre as possíveis articulações e processos de subjetivação que compõem o cenário drag de Campo Grande. Em um cenário com essas diferentes possibilidades de

5 Segundo Isadora Lins França (2007), o termo GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) surge em meados de 1990, em São Paulo, para definir o mercado de consumo dirigido a homossexuais. É uma sigla utilizada pelo mercado e que se tornou muito comum para se referir a empreendimentos associados ao lazer da população LGBT.

intersecções, torna-se interessante uma análise que problematize um suposto gradiente hierárquico.

Aqui será possível observar como alguns espaços são conhecidos a partir de categorias de análises que pressupõem um tipo de público que a boate e/ou evento quer receber, estabelecendo um gradiente hierárquico na localização do sujeito, posicionando quem pode ou não consumir (n)esses lugares. Analisaremos a intersecção desses marcadores a partir de uma abordagem construcionista, vertente que “aborda os efeitos coercitivos das relações de poder através das interseccionalidades, mas ao mesmo tempo preocupa-se com os pontos de fuga, de resistência e agência que práticas interseccionais igualmente podem produzir” (HENNING, 2015, p. 114). Os marcadores sociais da diferença, nesta abordagem, não existem isolados uns dos outros, mas em articulação. Desse modo, as diferenças marcadas entre as drag queens deste estudo, como raça, classe, sexualidade e geração, serão observadas em articulação e assim produtoras de processos de subjetivação dentro do cenário drag.

Desse modo, assim como Henning (2008), em nosso campo é tencionada a forma como esses espaços de entretenimento, ao mesmo tempo que se constituem como um espaço seguro, onde se poderia viver essa homossexualidade “livre”, também se constituem como espaços de exclusão, apresentando inconsistências até mesmo no tratamento com algumas outras drags.

Desta forma, o texto está organizado em três partes. A primeira refletirá sobre o espaço da boate Bistrot e sua relevância para a construção da arte drag queen na cidade. Portanto, a boate será analisada por duas definições de espaço (político e de sociabilidade). A segunda, analisará as boates LGBT da cidade de Campo Grande e a relação desses espaços para o desenvolvimento de artistas da *Geração Atual*. Em seguida, será apresentada a relevância dos concursos para a continuidade do circuito drag, atentando aos diferentes manejos associados à ocupação de novos espaços.

O “*auê*” da cidade e a construção da arte drag

A boate Bistrot assume um importante lugar na trajetória de artistas drag queen na cidade de Campo Grande. A importância assumida não é apenas geracional — quando nos referimos à *Geração Bistrot* —, mas também para o surgimento da arte na cidade. Ou seja, como um espaço relacional, onde ambas as gerações o reconhecem como representativo ao refletir sobre a história e a construção da arte. Nele, as/os artistas que ali performaram, compartilharam formas de fazer/ser drag queen, em um contexto urbano da cidade com muitas limitações no que diz respeito ao entretenimento da população LGBT.

Acessar o Bistrot a partir da memória das artistas drag, propiciou a análise de como estas vivências e identidades drag foram tencionadas, a partir dos marcadores

sociais da diferença, tecendo um panorama sobre quais artistas estavam vivenciando este momento da arte no final dos anos 90 e início dos anos 2000. Também foi possível analisar quais manejos identitários orientavam suas performances.

As pesquisas sobre a arte drag queen no cenário brasileiro iniciam a partir do fim dos anos 90 e começo dos anos 2000. Nesse período, estava em andamento no país um segundo momento de expansão do segmento de mercado relacionado à homossexualidade, denominado como “mercado GLS”.

Desde meados de 1990, vem se desenhando um novo contexto de expansão, diversificação e segmentação desse mercado na cidade de São Paulo, implicando uma multiplicação de categorias de identidade e de estilos. [...] a idéia de que os lugares de sociabilidade e as práticas de consumo – deles e neles – desempenham um papel diferente do que aparentemente desempenharam outrora, marcando as singularidades do contexto de segmentação de mercado que se firma nas duas últimas décadas: não apenas verifica-se um aumento do número de estabelecimentos que compunham o antigo “gueto” e uma nova profusão de categorias de identidade, mas também uma transformação mais incisiva em direção à diversificação de iniciativas e fixação de públicos, uma maior visibilidade e uma ocupação mais multifacetada no espaço urbano (FRANÇA, 2010, p. 2).

É inegável que, assim como as “boates GLS” surgiram no Brasil no meio de uma dinâmica social e cultural das “experiências homossexuais”, a arte drag pertence a esse mesmo contexto. Essa relação também pode ser observada em Campo Grande – MS na abertura da boate Bistrot, caracterizada pelas(os) interlocutoras(es) como a primeira boate “assumidamente” “GLS” da cidade. Esse surgimento foi impulsionado a partir de uma lógica mercadológica, que, como salienta Isadora Lins França (2007), está ligada a uma crescente relação do mercado com a militância.

Tais atores começam a se ver, e a ser vistos, como articuladores de uma ação política, no sentido em que estimulam a “autoestima dos homossexuais” e a formação de uma “identidade positiva” — através de iniciativas como festivais de cinema, editoras e mesmo espaços de lazer e sociabilidade — e fazem circular informações por esse público — por meio de sites e revistas especializadas (FRANÇA, 2007, p. 299).

Cido⁶, um dos sócios do Bistrot e responsável pelo bar da boate, lembra que, antes mesmo da criação dela, ele e seu parceiro, já falecido, João, criaram o Bistrotzinho, em julho de 1996. Era um pequeno bar, localizado na mesma

6 O interlocutor Cido foi um dos donos da Boate Bistrot com o seu companheiro João. Cido tem 49 anos e é um homem-cis, considera-se pardo, alto e magro. Ele pertence às camadas médio-baixas. Reside em uma no interior de Mato Grosso.

rua da futura Boate Bistrot. Segundo ele, *era o auê dessa cidade, que quebrou todos os tabus*. A criação do Bistrotzinho se deu em consequência da grande procura por “festas GLS” ou festas no salão que, inicialmente, aconteciam em barracões e se assemelhavam muito às “farras privadas” destacadas por Passamani (2018) na cidade de Ladário, entre pessoas com condutas homossexuais na região do Pantanal, MS, na segunda metade do século XX.

Como as “farras privadas”, onde “teria havido certa cumplicidade necessária entre os grupos que participavam, no sentido de não divulgar nem as *farras*, nem o conteúdo delas” (Passamani, 2018, p.75), as festas no salão tinham semelhantes características de lealdade e isso deveu-se ao fato de todos que estavam participando daquele evento compartilharem o mesmo “pedaço”, isto é, um espaço onde ocorre práticas coletivas (entre as quais as de lazer) e condição para seu exercício e fruição (MAGNANI, 2000, p.13). A identificação com esse “espaço GLS” não era apenas mercadológica como também era uma rede de lealdade entre os que frequentavam.

A identificação dos espaços de consumo ligados ao público homossexual como GLS sem dúvida impulsionou a expansão desse mercado e possibilitou sua visibilidade para além do “gueto”. Esse processo caminhou junto com a incorporação gradativa da categoria GLS ao cenário de lazer noturno da cidade e GLS passou a ser indicador não mais de uma atitude “moderna”, perdendo os ares de contestação e novidade que a ela se agregaram logo que surgiu e passando a denominar qualquer casa noturna ou iniciativa do mercado dirigida a homossexuais (FRANÇA, 2007, p. 237).

Cido comenta que, na época, trouxeram muitas atrações de São Paulo, como, por exemplo, Dimmy Kieer, Léo Áquilla, Sylvetti Montilla, e Pandora Boat⁷. Todas estas artistas são bem conhecidas entre as drags de Campo Grande e as reunir no Bistrotzinho foi, para os donos da Boate, um grande acontecimento, uma vez que eram “drags de São Paulo”, muito requisitadas pelos seus shows. A admiração pelas artistas drags da cidade de São Paulo relaciona-se com uma ideia de “ser da metrópole”, da “cidade grande” e “moderna”. Além disso, em São Paulo, havia, na visão dos interlocutores uma maior oferta em termos de “mercado GLS”, já que na década de 1990 houve fortalecimento desse segmento voltado “aos homossexuais”. O mercado teria crescido rapidamente, de forma sólida e segmentada, fazendo com que essas artistas fossem mais requisitadas nas diferentes casas de shows.

7 As performances das drags Dimmy Kieer e Léo Aquilla estão disponíveis na plataforma de vídeo Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5Mt7fPvqGg4>; <https://www.youtube.com/watch?v=-Bp1YeUgaG4>. Acesso em: 14/ out. 2019.

Oderito⁸, amigo próximo dos donos da boate e decorador dela, descreve o momento do início da “cena GLS” em Campo Grande e a sua relação com a Boate Bistrot. Chama-nos a atenção o modo como os donos da boate inovavam, com festas temáticas e shows super produzidos, em um mercado ainda muito restrito no contexto da cidade. Em nossas conversas, ele ressalta que “o Bistrot era para o show business [*sic*]”, e revela não apenas o amor do seu amigo para com a arte drag como também uma visão apurada de mercado. Isso pode ser visto quando as(os) artistas que frequentavam a boate faziam menção ao fato de João buscar referências de “boates GLS” de São Paulo, pois esse mercado já estava sendo desenvolvido há mais tempo lá, servindo, assim, como referência para outras cidades.

Quando os donos da futura Bistrot observaram a demanda que eles tinham ao fazer as “festas em barracões”, eles não apenas engendraram o início de uma “cena GLS” na cidade como também transgrediram a cena noturna de Campo Grande, por se intitularem, na época, como foi apontado em um jornal regional, como um “clube gay”. Porém, vale ressaltar que, além desse espaço ser marcado pela sua ação política, esse espaço foi marcado por suas reinterpretações das normas. Para tanto, foi necessária uma negociação da boate com o contexto social e urbano da cidade, buscando outro público que não fosse apenas formado pelas pessoas homossexuais. Como por exemplo, a abertura da boate para despedidas de solteira e eventos com militares.

Essa negociação, entretanto, não fez com que as violências e preconceitos fossem ignoradas. Cido nos conta que, tanto ele quanto o seu parceiro, sofreram muito na época da criação do Bistrot e do Bistrotzinho na cidade. Eles eram taxados de “viadinhos”, tendo ocorrido até uma pichação no muro do Bistrotzinho com os dizeres “barzinho de aidéticos”. Cido assim nos conta:

Se você imagina que hoje ainda tem preconceito, imagina em 96, que no final de 95 abrimos o barzinho, você imagina? Era o recalque dos povos que era o bar que mais movimento dava a gente vendia muita cerveja, muito lanche, que tinha lanche e tinha tudo, era onde o pessoal se soltava suas frangas, entendeu?! Onde as pessoas soltavam sua alegria, onde era autenticidade, onde você se assumia “eu sou isso eu sou aquilo”, mas era muito preconceito muito, muito, passamos uma barra danada por causa do preconceito (Transcrição de entrevista realizada com Cido em 22/09/2019).

Com o aumento do público indo ao bar e às festas em barracões⁹, ou festas de salão realizadas por eles, eles sentiram a necessidade de abrir a boate na

8 Oderito tem 50 anos, é um homem-cis, homossexual, branco. Melhor amigo do João (dono da boate). Ele pertence às camadas médio-altas.

9 As festas em salões mencionadas pelas/os interlocutoras/es foram expressas em duas nomenclaturas, festas em salões ou festas em barracões.

mesma rua: a *Bistrot Dance*. A boate é reconhecida, pelas drag queens, como a primeira boate que deu espaço de destaque para a arte drag na cidade. A boate fechou em 2011, quando João faleceu.

James Green (2000) analisa a homossexualidade masculina no Brasil do século XX apresentando as experiências homossexuais como subcultura¹⁰. Seu trabalho evidencia que, a partir dos anos 1960, no Rio de Janeiro, essas condutas forneceram um contexto social para que múltiplas representações pudessem coexistir ou até mesmo desenvolver um novo espaço ou valor na subcultura. Essa subcultura, para o autor, simbolizou a apropriação do espaço urbano pelos homossexuais, por meio de bares que estavam localizados entre o privado (casa) e o público (rua), protegendo seus frequentadores de uma sociedade hostil e agressiva. Mesmo nos anos 2000, parece que a boate Bistrot se aproxima um pouco dessa noção, ainda que em um contexto completamente diferente.

Luis Fernando Córdova (2006) acredita que essa subcultura, ressaltada por Green (2000), seria uma forma de segregação dos homossexuais na cidade, quando na verdade não há um único espaço em que os sujeitos ocupam e sim tentativas de ocupação da cidade como um todo. No universo pesquisado por Córdova, Florianópolis, esse reconhecimento se dá através da exposição midiática que divulgou Florianópolis como a cidade “mais gay do país” (p.165, 2006). Por isso, é possível para o autor apresentar a vivência homossexual como um conjunto complexo e heterogêneo de equipamentos em que há dificuldade de definir como uma subcultura.

Sem dúvida, os estudos sobre nichos de consumo têm demonstrado a sua importância na construção das subjetividades dos indivíduos e a forma de sua inclusão no mundo social. As vivências homossexuais, no entanto, são complexas e dificilmente se conseguirá falar numa única identidade, num mercado, numa subcultura; a sua própria existência é fruto de uma dinâmica social e cultural que permite apenas que dela se apreendam alguns aspectos, que podem estar em constante mutação (CÓRDOVA, 2006, p. 39-40).

O espaço da boate funciona, tanto para a geração de artistas mais jovens, como para a *Geração Bistrot*, como um espaço de sociabilidade entre os seus próximos, onde há uma cumplicidade e um reconhecimento gerado a partir dos laços ali criados. Durante o trabalho de campo, notamos vínculos fraternais criados entre as artistas, como, muitas vezes, mencionado a partir

10 Conforme Córdova (2006), a subcultura funcionaria como um sinônimo para “gueto”, ou seja, uma sociedade dentro de uma sociedade.

da constituição das *famílias drags* ou de grupos formados para apresentação drag. Rubens Mascarenhas Neto (2018) define *família drag* como “um grupo composto também por pessoas que aspiram à carreira drag, no qual uma drag queen assume a figura central de mãe, sendo ela a responsável por orientar, acolher, aconselhar e *montar* as filhas e filhos que participam da família (p.78)”. Essas *famílias*, no campo realizado, têm, muitas vezes, como a figura central de mãe, as drags da *Geração Bistrot*.

Para além de um espaço gerado pelas sociabilidades de artistas, a boate Bistrot, serve como um mapa referencial da arte drag em Campo Grande. A constituição do espaço da boate, para além da socialização, deve ser entendido como um espaço político. Para Esmael de Oliveira (2009), o espaço não é dado, mas construído, inclusive, a partir de dimensões políticas e ideológicas que impactam na forma de estabelecimento dos diferentes processos de sociabilidade. O espaço da boate Bistrot é ressignificado pela apropriação e subjetivação que ambas as gerações fazem dele. Mais do que um espaço de sociabilidade gay no início dos anos 2000, ele é “determinante para a compreensão de identidades de grupos tidos como hierarquicamente vulneráveis e invisíveis” (OLIVEIRA, 2009, p.14).

Circuito drag queen em Campo Grande: pensando agência e geração

Após o fechamento da boate *Bistrot Dance*, houve um período entre o encerramento da boate, que teve como marco o início da arte drag, e o período de criação de novos espaços e concursos que promoviam essa arte. Esse tempo, segundo as(os) interlocutoras(es) deste estudo, ficou conhecido como o “desaparecimento da arte drag”. Esse ocorrido durou entre o final da Bistrot em 2011 até 2016, segundo a *Geração Atual*, por conta da “aposentadoria da *Geração Bistrot*”. Nesse espaço de tempo, há um consenso entre as(os) interlocutoras(es) de que essa arte tinha “acabado” na cidade.

Com uma maior exposição do entretenimento ligado aos shows de artistas drag queen em Campo Grande, houve uma mudança na relação entre a cidade e essas artistas. Essa alteração levou, e continua levando, ao aparecimento de novas drags a cada ano, atingindo atualmente uma cena vasta, com mais de 50 artistas em atividade. Para a compreensão de como essa cena foi se alterando, durante o ano de 2019, observamos, no trabalho campo, os espaços ocupados pelas artistas, bem como, sua relação com um circuito drag da cidade.

No ano de 2019, havia ao menos três boates para entretenimento LGBT na cidade, que são assiduamente mencionadas pelas interlocutoras deste

estudo: a *Non Stop*¹¹, a *Daza Club*¹², e a *Pink Lemonade*¹³. Todas essas três boates possuíam shows de artistas drags em seu *casting*. Além desses espaços, havia alguns que não tinham a única intenção de promover a arte drag, mas eram lugares que, em algumas noites, as artistas tocavam ou se apresentavam, que são: o *Rotunda Bar*, *Jurema Bar*, *Brava* e a *Prime Pub*.

É importante ressaltar a percepção das drags deste estudo sobre cada boate. Essas boates ofereciam não somente shows de drags e entretenimento LGBT, como também forneciam uma posição de prestígio, ou não, para cada uma dessas artistas. A apresentação em cada uma dessas boates tinha um significado particular. Além do público ser diferente, existe um gradiente hierárquico em se apresentar em cada uma delas, bem como negociações da arte drag com estes espaços.

Como exemplo, citamos as primeiras informações que recebemos de amigos sobre a “Non” foram: *aah é aquela boate que tem mais bicha pobre*. Lauanda¹⁴, drag contratada fixa pela boate, demonstra certo incômodo sobre essa relação que a boate tem com a cidade.

Existe um preconceito muito forte com a Non. Você já chegou a ir lá agora? [já] Então está super reformadinha, cheio de Leds. Só que as pessoas, aconteceu uma coisa muito chata lá uma vez que a Pamela, não sei se você conhece ela ou já conversou com ela, dona da Corrida das Drag [aah conheço sim] Sem querer ela fez uma brincadeira falando que lá era um reduto de bicha pobre. E amiga tudo que você fala hoje em dia na mídia, repercute muito rápido. Então isso repercutiu na imagem da

- 11 A *Non Stop* era uma boate localizada no mesmo espaço da antiga Bistrot, se considerando, segundo a sua conta no *Instagram*, com os seus 4.913 seguidores, como “a melhor boate LGBTQ+ do estado do MS”. Localizada na Rua Pimenta Bueno, no Bairro Amambaí, considerado um dos bairros mais antigos da cidade, e próximo dos quartéis militares, o público dessa boate é constituído socialmente por pessoas de camadas populares, não brancas, com idades mais avançadas e que têm como local de moradia regiões mais periféricas da cidade.
- 12 *Daza Club*, no entanto, é caracterizada por ter como público-alvo sujeitos das camadas médias ou altas da sociedade campo-grandense. Esta boate, localizada na rua Marechal Rondon, no centro da cidade, lugar valorizado no mercado imobiliário, é nomeada em sua rede social *Instagram*, com os seus 2.319 seguidores, como “Boate para a comunidade LGBTQIA+ em Campo Grande - MS”.
- 13 A terceira boate analisada nesta pesquisa foi a *Pink Lemonade*. Esta era conhecida como a casa das drag queens. Ela estava localizada na rua Dr. Zerbini no bairro Chácara Cachoeira, um bairro nobre de Campo Grande. Entre as três boates citadas, esta é mais relacionada com a arte drag queen, em vista do número significativo de artistas que se apresentavam na casa semanalmente. Lá, inclusive, os drinks tinham o nome de cada uma das artistas da casa. A boate participou como patrocinadora de concursos importantes para as drag queens mais jovens, com a proposta de levar estas artistas para performar na casa.
- 14 Lauanda é uma drag da *Geração Atual*, tem 31 anos e é uma drag branca e gorda, outras drags a referenciam como sendo caricata, mas ela se considera top drag. Segundo ela, a busca por um corpo feminino exagerado está presente em suas montações. Conhecida pela sua vinculação com os eventos patrocinados pelo governo do Estado e presença vip da boate *Non Stop* e da tabacaria *Prime Botequim*, ela se destaca como sendo a única drag que vê sua arte como profissão, ou seja, como forma de sustento.

Non hoje, acho que hoje não mais, mas falam que a Non é uma boate de bicha pobre, que é um reduto, que é um gueto. E não é mais um gueto, é uma boate super bonita, reformada, arrumada. Amiga, o melhor som de todas as boates de Campo Grande gay é da Non, entendeu? Então tem tudo isso amiga, o povo da Non não vai para a Daza, o povo da Prime ainda vai para a Non (Lauanda em 02/03/2020).

O fato de localizar-se fora do centro da cidade e ter como público-alvo pessoas de camadas populares, a *Non Stop* sofre alguns preconceitos. Observe-se, nas falas das interlocutoras, que ter o lugar em que se apresentam, caracterizado como “reduto de bicha pobre” gera um incômodo constante. Essa caracterização da boate remetendo, de forma pejorativa, a camadas populares gera um estranhamento quando pensamos nesse espaço como a antiga Bistrot, que era conhecido como lugar de prestígio e glamouroso entre elas. Isso se deve, pela forma como diferentes locais da cidade vão se transformando e vão constituindo novos imaginários em torno de si a partir das relações desenvolvidas.

Passamani (2008) observa que “o gueto sempre foi alvo de perseguição e discriminação. Todavia, como estratégia, muitos gays acabam fazendo do gueto um espaço de construção de uma sexualidade ‘normal’, ou seja, afastando do que pode ser lugar de preconceito” (p. 25). Contudo, ao afirmar que elas precisam sair desse lugar e negar o gueto como forma de transcender esse espaço na cidade, a interlocutora traz à tona o desejo da arte drag em pertencer aos demais espaços. Como se essas boates não fossem exclusivamente suficientes para perpetuar essa arte. Como foi a boate que sucedeu a Bistrot, anualmente, a *Non Stop* homenageia essa época que marcou o início da “cena GLS” em Campo Grande. A boate se inspira nas festas de “outros tempos” da Bistrot.

Durante o campo, percebemos, a partir das conversas, das redes sociais e dos flyers postados, o público-alvo de cada boate. Assim como a *Non Stop* é conhecida pelo seu público ser majoritariamente de camadas populares, a boate *Daza* é conhecida pelo público elitizado da cidade, como a própria Lauanda afirma, “é a boate da bicha que faz faculdade e que tem dinheiro”. No entanto, Viola¹⁵, contratada pela boate para fazer hostess e shows, comenta sobre o intuito da boate, concordando com Lauanda,

15 Viola é uma drag da Geração Atual, tem 21 anos e é uma mulher transexual, que se identificou como trans depois de sua iniciação na cultura drag. Identifica-se com a cor de pele parda, de classe média, mora junto com seus pais próximo a um shopping central da cidade. Conhecida pelo seu lip-sync e sua teatralidade nas apresentações, ela é considerada uma drag fishy, que, segundo a mesma, em sua performance objetiva um corpo muito feminino e muito “meninha”.

O intuito da boate é outro, a proposta da Daza é outra. Já tivemos várias drags se apresentando lá, mas os últimos shows que tivemos lá foram de mulheres trans mesmo. Como Emanuelle Fernandes, Fofiss, e me lembro também de uma drag, a Miss Violence, se apresentou lá. Teve mais algumas, mas não vou me recordar ao certo quem era não. Ai já trouxemos algumas drags famosas né. O intuito mesmo da boate, a proposta, eu acredito, não estou falando pela boate, estou falando por mim, que acredito que não seja só as drags entende? (Viola em 16/04/2020).

Ao ser questionada sobre a *Daza Club* ser conhecida como uma boate elitizada, ela responde:

Então, o público da boate realmente é outro né, mas eu acredito que seja mesmo o que eu te falei né. É uma proposta diferente, sabe, é uma inclusão diferente, que tem muita representatividade trans, sabe que é algo que eu não vi em outras boates. Sabe eu acho que é mais a proposta da casa mesmo, mas em partes eu concordo sobre ela ser um pouco elitizada mesmo (Viola em 16/04/2020).

Quando Viola ressalta que a *Daza* é reconhecida como elitizada, quase que propositalmente, ela também aponta a forma como esse espaço é marcado pela cor, classe, escolaridade e região. Isso sublinha um tipo de público que a boate quer receber, estabelecendo um gradiente hierárquico na localização do sujeito, posicionando quem pode ou não consumir (n)esses lugares. Deste modo, assim como Henning (2008), em nosso campo é tensionado como esses espaços de entretenimento ao mesmo tempo que se constituem como seguros, onde se poderia experimentar a homossexualidade “livremente”, eles também se constituem como espaços de exclusão. Alguns desses lugares apresentam inconsistências até mesmo no tratamento com algumas outras drags. Miss Violence¹⁶ cita que sabe que nesses lugares o seu “público *underground*” não vai, por ser um espaço mais elitizado e caro em relação aos outros espaços que ela se apresenta.

Sobre a relação dos donos da boate com a arte drag queen, não houve um consenso. Algumas consideram que os donos as valorizam seja por meio de uma visibilidade que o espaço da boate oferece a elas, seja com o cachê. Outras pontuam que esse reconhecimento poderia ser bem mais significativo, se comparado a cidades como São Paulo.

16 Miss Violence tem 20 anos, drag do circuito da Geração Atual vem se destacando pela sua arte ativista. Com um estilo não definido, Violence se destaca por realizar, com sua drag, constantemente, performances que relaciona ativismo com arte. Negra, jovem e de classe média, a sua persona drag queen se caracteriza pelas performances dançantes e que passa uma mensagem para o público. Além de performar, Violence se destaca como drag Dj também.

Olha eu acho que é uma cena muito bem valorizada pelos donos das boates, sabe? A pink Lemonade abraçava muito as drags. Quando eu me mudei para cá, muitas pessoas falavam: “Não, você tem que ir na pink, porque a pink é a casa das drags” Mas comparado a outros lugares não é uma cena muito bem valorizada né? Acredito que seja um pouquinho aqui sim, sabe? Os donos das boates dão visibilidade sim para essa arte e oportunidades é algo bonito de se ver, é algo que aumenta o nível do estabelecimento LGBT no caso, acredito eu. Acho que é bem valorizado sim (Viola em 16/04/2020).

Em relação aos cachês pagos a elas, muita coisa não mudou entre as duas gerações. Ou seja, muitas artistas da *Geração Atual* têm como forma de sustento outra função remuneratória que não a arte drag, apesar de Miss Violence afirmar:

Nós sabemos que Campo Grande não é uma cidade que compra muito a cultura LGBT né, tem mas é assim as pessoas que gostam e que resiste né. O pessoal que gosta disso e quer viver disso, eu sou uma drag que quer viver de drag, não sobreviver. Mas viver de drag, e eu acho que isso representa muito a geração de drag que tem agora, já que seu trabalho foca em registrar como tudo isso está acontecendo. Isso é bem importante, é uma característica da nossa geração agora, são meninas como eu como a Kitana, tipo que simplesmente quer viver disso, quer respirar de drag. É uma coisa que a gente precisa disso, porque as drags de São Paulo já vivem disso, a Pablló Vittar também, lógico que não quero ser nenhuma Pablló, porque isso é uma arte e é uma arte importantíssima (Miss Violence em 03/03/2020).

Apesar das interlocutoras afirmarem que querem “viver de drag e respirar disso”, os cachês pagos pelas boates não permitiriam uma vida muito confortável. Kitana¹⁷ afirma que tirar o sustento apenas da arte drag chega a ser “impossível” e complementa dizendo que os valores do cachê variam de acordo com a festa e do que a artista faz na festa, ganhando em média R\$100,00 na noite. Além do valor do cachê, elas recebem a consumação dentro da boate e o ingresso do seu acompanhante. Assim, com o objetivo de alcançar essa carreira drag, muitas artistas procuram parcerias com outros espaços que elas consideram como *underground* na cidade. Um exemplo são os bares que as contratavam como Djs ou como hostess. Um dos fatores que reduz as possibilidades destas artistas de viverem desta arte é o número reduzido

17 Kitana tem 19 anos, pertence a geração Atual e o seu criador se identifica como “negrinha”, diz ser “pobrinha”, mas não informa a região que mora na cidade. Ela é conhecida pelas suas montações, que fazem referência ao satanismo, e pelo seu engajamento em sua rede social Instagram.

de boates em que elas conseguem se apresentar. Além disso, alguns desses espaços têm encerrado as atividades. A boate Pink Lemonade é um exemplo.

Assim, outros locais para a realização dessa arte, para além da boate, foram buscados pelas artistas. São bares conhecidos como *underground* na cidade. Estes bares recebem um público diversificado, para além da população LGBTQIA+. O *Rotunda*, o *Sarau de Segunda*, o *Resista* e o *Drama Bar*. No entanto, tais lugares também foram sendo fechados, antes mesmo da pandemia de covid-19, em vista de dificuldades em adequar-se aos requisitos necessários (e burocráticos) advindos da chamada Lei do Silêncio¹⁸ em vigor na cidade de Campo Grande.

Em decorrência destes fechamentos, há uma sensível redução do leque de possibilidades de atuação das artistas drag na cidade. É inevitável a comparação deste novo momento ao quadro verificado na época da *Geração Bistrot*, onde havia apenas uma boate aberta aos shows das drags. Essa alteração levanta alguns questionamentos: até que ponto outros espaços foram de fato ocupados? Como essas ocupações se darão no futuro?

Concursos drag: entre negociações e visibilidades

O entretenimento direcionado a essa arte corresponde a uma extensão do “mercado GLS”. Em Campo Grande, esse incipiente mercado está atrelado a alguns órgãos do Estado — uma vez que ativistas se tornaram gestores de governo — e aos donos das boates. A visibilidade das drags, em grande medida, depende desses dois grupos de agentes. A parceria da arte drag com o Estado, muitas vezes, está no apoio de organizações de concursos que acontecem anualmente.

O primeiro concurso observado foi a 7ª edição do concurso “Drag Star”¹⁹. Ele ocorreu no Museu de Arte Contemporânea (MARCO). Organizado pela Subsecretaria de Políticas Públicas LGBT do Estado de Mato Grosso do Sul, o evento contava com a presença, como jurado, de Ikaro Kadoshi, drag conhecida nacionalmente, apresentadora do *reality Drag me as a Queen*²⁰.

18 A Lei nº 08/1996 foi responsável pelo fechamento de alguns espaços que não conseguiram se adequar às exigências. Júlia Arruda da Fonseca Palmiere (2020), em sua pesquisa no “centro velho” de Campo Grande, MS, com diferentes artistas da cidade que buscam uma ocupação dos espaços públicos marcados pelo abandono, privatizações e higienização, tenciona essa lei como forma de gestão de visibilidades. Os efeitos da Lei do Silêncio nos bares conhecidos como *underground* se conectam, segundo a autora, a outras intervenções que estão ocorrendo no “centro velho”.

19 Ele ocorreu no Museu de Arte Contemporânea (MARCO). Localizado no Parque das Nações Indígenas, em Campo Grande. O museu, pertencente ao Governo do Estado, é considerado um dos pontos centrais da cidade e de maior prestígio social.

20 O programa passa em canal da TV fechada E! O reality show tem 2 temporadas e tem o propósito de ajudar mulheres com baixa autoestima e problemas interpessoais a encontrar sua “queen” interior. Além de Ikaro,

Além da artista conhecida nacionalmente, o corpo de jurados era composto por artistas da *Geração Bistrot*, maquiadores profissionais, artistas drag queens da *Geração Atual*, que já têm sua arte reconhecida, e artistas que performaram e se identificam como transformistas²¹ antes mesmo da boate Bistrot.

O concurso *Drag Star* é considerado, pelas artistas da cidade, uma festa onde ambas as gerações podiam se encontrar. Isso se confirmou pelo compartilhamento de códigos de pertencimento entre as/os integrantes do grupo. Como evidenciado nas piadas feitas no palco, na interação da plateia com as performances. Conforme as performances iam acontecendo, o público ia interagindo. O desempenho nas performances mostrava que cada concorrente drag queen possuía seu próprio estilo, aspecto este já apontado por Anna Paula Vencato (2002).

O segundo evento importante para a compreensão do circuito drag da cidade, foi o concurso Corrida das Drag²², em julho de 2019, buscou espaços “mais prestigiados” para a realização do concurso. O centro cultural que serviu de palco para essa edição é considerado um tradicional da cultura de Mato Grosso do Sul²³. Desta forma, a mudança de espaço acarretou também a mudança da estrutura e da dimensão do concurso. O objetivo inicial na quinta edição era dar visibilidade às drags mais jovens na arte e a exibição do reality *Rupaul's Drag Race*²⁴, que serviu como uma importante referência para a criação e configuração desse evento.

Ao pensar nas semelhanças entre os dois eventos fica evidente a importância do apoio do Governo do Estado para a viabilização destes em espaços tão importantes dentro da cidade. O tornar-se visível na cidade de Campo Grande e essas estratégias precisam ser relacionadas com uma aproximação que estas artistas estão tendo com governo do estado. Isso pode ser notado também na presença delas no desfile cívico de comemoração do aniversário de 120 anos da cidade, que reuniu 15 mil pessoas²⁵.

Penelopy Jean e Rita von Hunty estão no comando do programa. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/entrevistas/2019/02/ikaro-kadoshi-sobre-drag-me-as-a-queen-um-segurando-na-mao-do-outro-no-intuito-de-descobrir-a-melhor-versao-de-si-mesmo>. Acesso em: 28 abr. 2020.

21 Sobre transformistas, ver Anna Paula Vencato (2009).

22 Ele ocorreu no Centro Cultural José Octávio Guizzo durante quatro sábados à noite. O concurso contou com o apoio da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul e do CINE CAFÉ. O início ocorria às 17h com sessões de filmes com temática LGBT. Ao final de cada filme, ocorriam apresentações de DJs da cidade. Às 20h iniciavam as apresentações e os “combates” entre as concorrentes. Essa edição contou com o tema do jogo de videogame *Mortal Kombat* em que as concorrentes tinham, a cada noite, uma adversária a vencer.

23 Segundo Idara Duncan, foi de grande importância o empenho de Nelly Martins, artista plástica e, à época, primeira-dama do Estado, no sentido de materializar o primeiro espaço físico exclusivamente destinado à cultura em Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.centrocultural.ms.gov.br/institucional/historico/>. Acesso em: 28 jul. 2019.

24 Ver Duque e Santana (2018).

25 Informação obtida em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/08/26/desfile-civico-dos-120-anos-de-campo-grande-reune-15-mil-pessoas-em-novo-endereco.ghtml>.

Dentre os grupos que desfilavam no evento, pela primeira vez na história da cidade, havia seis artistas representando a arte drag queen ao lado de militares, fanfarra, escolas de samba, estudantes de escola pública e grupos religiosos. A presença destas artistas, naquele ambiente, chamou atenção do público presente, com pedidos de fotos e elogios. Ao questionar esse grupo de artistas drags sobre a importância de sua presença no desfile, elas afirmam que o “estar lá” tinha muita relação com a militância. Elas reforçaram que era importante e uma forma de “resistência” estar nesses eventos. Usando, muitas vezes, a frase “aqui tem drag” e fazendo uma dura crítica sobre as outras drags não saírem da boate para ocupar diferentes espaços.

Há uma motivação política na ocupação desse espaço público, por meio de uma negociação da visibilidade ali. Segundo Vitor Grunvald (2018), “é, portanto, uma prática comum nesse espaço que é tão desejado quanto, de alguma forma, temido” (p. 14). Nesses termos, as estratégias de aparições, em tais lugares, se constituem no lugar do desejo entre as drag queens mais jovens e agentes do Estado, em sua condição de potência. Nesse caso, como afirma Neiva Furlin (2013), em sua leitura sobre o conceito de agência em Judith Butler, “o desejo encarna uma ação política transformadora, valendo-se da linguagem de forma que ele abre portas para as mudanças políticas radicais” (p. 398). A autora complementa que esse desejo gera possibilidade para uma resistência.

Negociar com esses espaços de abjeção, que por si só criam tecnologias de visibilidades, essas(es) artistas manejam a sua performance drag a partir de reiterações de espaços heterotópicos. Isso pode ser visto desde o atrelamento que as drag queens têm com o Estado até a montagem para as suas performances. Quando elas(es) declaram que montam a sua persona drag a partir de um estilo mais “aceitável” ou que “vende mais”, elas(es) revelam que, por trás desse consumo da arte, existe uma norma de reconhecimento dos corpos, em que elas(es) precisam se adequar e responder a um regime de visibilidade específico. Aliadas ao desejo de se tornarem visíveis e se situarem cada vez mais distante do gueto, as(os) artistas negociam com os regimes de visibilidade vigentes para continuar fazendo suas intervenções no cenário da cidade em busca de reconhecimento.

O fato é que não recorremos simplesmente a normas de reconhecimento únicas e distintas, mas também a condições mais gerais, historicamente articuladas e reforçadas, de “condição de ser reconhecido”. Se nos perguntamos como constitui a condição de ser reconhecido, assumimos, por meio da própria questão, uma perspectiva que sugere que esses campos são constituídos variável e historicamente, de modo independente de quão apriorística seja sua função como condição de aparição (BUTLER, 2015, p. 18-19).

Judith Butler complementa que as “condições de ser reconhecido” advém de convenções ou normas sociais que atuam moldando o sujeito para que se torne reconhecível. Isto é, quanto mais inteligível é o sujeito, mais reconhecível ele se torna, mas antes ele precisa adquirir a condição de reconhecimento. No caso das(os) artistas deste estudo, dentro dos limites de reconhecimento, elas(es) precisam performar o mais normativo e belo possível. Por isso, nesses eventos que têm um atrelamento com o Estado, a maioria das drags contratadas é branca, com perucas lisas e com o estilo top drag ou fishy. A crítica que algumas drags fazem sobre outras que, em sua opinião, não procuram ou não têm necessidade de ocupar outros espaços, tem como consequência rixas entre a própria geração. Quando questionamos a *Geração Atual* sobre as mudanças no contexto urbano da cidade para com a abertura e fechamento dos espaços, elas(es) veem na possibilidade de novos lugares, como o MARCO, o Centro Cultural Octávio Guizzo, uma expansão diante dos antigos tempos da Bistrot.

No entanto, essa resistência, por meio da presença dessas artistas nesse desfile, pode ser tencionada quando pensamos que essa presença é também de interesse político do governo municipal que, inclusive, se aproximava de uma campanha eleitoral. Menos de cinco meses depois do evento, o partido político do atual prefeito de Campo Grande, MS, e candidato à reeleição, afirmou, através do seu presidente municipal, que a principal estratégia para a campanha eleitoral era a de representatividade. A política LGBT foi um dos segmentos que o partido tenta abarcar como sua representação. Assim, há uma negociação de aparição no espaço público entre as drag queens mais jovens da cidade e agentes do Estado, onde tanto o governo quanto as artistas se beneficiam.

A busca pela ocupação de novos espaços da cidade vai além de uma compreensão de espaço como uma delimitação territorial. Segundo a reflexão de Esmael Alves de Oliveira, o “espaço mais que uma delimitação territorial é reflexo de um sistema de poder que tem mecanismos próprios de imposição de limites sociais, cuja dimensão espacial é apenas uma das muitas possibilidades de determinação” (2009, p. 108). Assim, ao destacar a importância da ocupação de novos espaços, as/os artistas constituem o espaço também como lugar político.

A ocupação de novos espaços pela *Geração Atual* pode ser consequência do surgimento e projeção de artistas nacionalmente, *reality shows* nacionais e internacionais, plataformas de mídias sociais e o acesso mais simples a referências para as suas performances. Porém, ao passo em que as artistas da *Geração Atual* consideram terem realizado grandes conquistas nesse sentido, criticam outras drags por ainda não ocuparem junto com elas o que está disponível.

Além dessas tensões entre as drags, precisamos avaliar o forte atrelamento dos maiores eventos do circuito com a Subsecretaria de Políticas

Públicas LGBT do atual governo do estado. A subsecretaria em questão era comandada, à época, pela mesma pessoa que, antes de ocupar o cargo, participava da organização de eventos da boate Bistrot. A crítica que algumas drags fazem sobre outras que, em sua opinião, não procuram ou não tem necessidade de ocupar outros espaços, tem como consequência rixas entre a própria geração.

No campo das diferenças entre a *Geração Bistrot* e a *Geração Atual*, é possível apontar o que elas chamam de “falta de irmandade”. O fato de alguma dessas artistas estarem como contratadas fixas de ONGs, boates e da própria parceria que elas têm com a Subsecretaria, faz com que haja sempre um grupo seletivo nesses espaços, o que torna os eventos, apresentações e iniciativas alvo de críticas, não só em relação ao espaço, mas também entre as artistas.

Rubens Mascarenhas Neto (2018) observa em seu campo com jovens drag queens na cidade de Campinas-SP que a estratégia de visibilidade para alcançar um lugar de destaque nos palcos e nos eventos da cidade, muitas vezes, é denominada por elas como *máfias*. “As *máfias* se constituem como formas de associação que buscam oferecer meios de ascender na carreira drag. As *máfias* ocorrem de maneira dinâmica e rápida, são influenciadas pelas afinidades e desavenças” (p. 39).

O outro evento da cidade, importante para a compreensão dos circuitos de artistas drag, foi a 18ª edição da Parada da Cidadania e Show da Diversidade LGBT. A Parada contou com apoio da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas LGBT. O evento ocorreu em setembro de 2019 na Praça do Rádio Clube²⁶ contando com a presença de aproximadamente 30 mil pessoas.

O espaço que a Parada oferece é permeado por diferentes segmentos que a transformam em um importante evento que, como lembrado pelas interlocutoras, se caracteriza como um espaço desejado por elas. A disputa, nesse evento, tampouco tem a ver com prêmios e valores, uma vez que não há pagamento de cachês, mas o que a torna importante é uma visibilidade que propicia, ou seja, é um espaço de prestígio. Nota-se, no entanto, que aquele espaço é também caracterizado como um momento de homenagem e recordação a “outros tempos” e pessoas marcantes da população LGBT da cidade. Assim, observa-se um elenco da Bistrot se apresentando nesses dias, pois uma das ideias da Parada é visibilizar essas artistas que já não se apresentam atualmente. Além da *Geração Bistrot*, há também uma variedade de drags da *Geração Atual*, o que permite um contraste das performances realizadas entre as duas gerações.

26 Localizada em uma importante avenida central da cidade de Campo Grande. A praça é sinônimo de lazer e cultura na cidade. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/noticia/praca-do-radio-clube-sinonimo-de-lazer-e-cultura/97859>. Acesso em: 28 jul. 2020.

A comparação fica nítida até mesmo na reação da plateia frente às apresentações, pois o modo como se faz a arte drag queen em ambas as gerações carregam influências de cada época que é vivenciada. Por exemplo, os shows da *Geração Bistrot* carregam muito brilho, o exagero de um feminino, o glamour na montagem, além de performances ao som de “hinos” do movimento LGBT. Enquanto, a *Geração Atual* usa uma performance mais dançante e focada em músicas mais atuais, reflexo do seu tempo.

É perceptível que, além da Parada se caracterizar como um espaço de sociabilidade, lazer e luta política da população LGBT, ela também se caracteriza como um momento durante o ano que promove o encontro de duas gerações drags. Desse modo, assim como os outros eventos e concursos que foram apresentados até aqui, esse espaço serviu para a análise de um possível mapeamento do circuito drag na cidade que vai além das boates com o seu *casting* definido.

O fato dessas drags estarem ocupando esses locais que têm reconhecimento social no contexto urbano da cidade, faz com que haja uma materialização da agência nessa tentativa de expressão e utilização dos espaços. De acordo com Adriana Piscitelli (2008), isso se refere à capacidade de agir, mediada cultural e socialmente, fazendo com que a constituição e a reafirmação da especificidade da identidade drag nesse trabalho também seja resultado das relações de poder no interior dos processos de interação social. A agência resulta em estratégias usadas pelas drag queens que, mesmo em um espaço considerado como de prestígio, deram uma característica própria e ele, como nos concursos e, até mesmo, nos desfiles.

Considerações finais

A arte drag está intrinsecamente ligada ao surgimento de um “mercado GLS” em Campo Grande. Desde a criação da *Boate Bistrot* esta arte vem resistindo e sendo negociada com outras atrações dentro do espaço e entretenimento LGBT. Há uma relação não apenas no surgimento, mas também nas mudanças ocorridas no contexto urbano da cidade que vem se adaptando às demandas apresentadas pelo público LGBT que a consome. Ela reflete, assim, ao longo do tempo, a própria performance que se adequou aos novos movimentos culturais e artísticos nacionais e internacionais. Bem como, suas negociações para continuar percorrendo o circuito de entretenimento LGBT, como uma forma de alternativa a este.

Quando a geração drag atual de Campo Grande afirma, dentro de um importante evento, “aqui tem drag”, ela revela não só novas ocupações de espaços, antes jamais pensados pela *Geração Bistrot*, como também estratégias de visibilidade. Essas estratégias estão diretamente relacionadas ao

atrelamento que essas artistas têm com o Governo do Estado, fazendo com que indaguemos que se não houvesse aproximação, se estas estariam performando em diferentes lugares. Vale ressaltar que esta ocupação de diferentes espaços não era desejo principal da *Geração Bistrot*. O desejo dela estava em performar na boate mais “badalada” da cidade. Ou seja, com o fechamento desta boate e o desaparecimento da arte drag fez com que houvesse uma preocupação excepcional da nova geração em buscar novas alternativas de “tornar-se visível” para além da boate.

Essas novas ocupações ou, até mesmo, o fato de ser contratada fixa de uma boate passa por estratégias de visibilidade. Nesse processo, as marcas da diferença presentes nas artistas servem como possibilidades, ou não, de conseguir atuar nos diferentes espaços. É interessante destacar, como uma drag que se define com estilo “menininha”, jovem e pertencente às classes médias brasileiras, é colocada em destaque na boate mais elitizada de Campo Grande. Da mesma forma, como acontece com a drag gorda, mais velha, ou com a drag negra, que são vinculadas à *boate das bichas pobres*. Percebemos que a *Geração Bistrot* não é mais a protagonista do circuito de entretenimento LGBT de Campo Grande. O lugar que ocupam é o de “as artistas mais velhas da cidade”, afinal segundo a *Geração Atual*, “o tempo delas já passou”.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *In*: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamentos feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**. Campo Grande: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2019

CÓRDOVA, L. F. N. **Trajetórias de Homossexuais na Ilha de Santa Catarina: temporalidades e espaços**. 2006. 320 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FRANÇA, I. L. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 289-311, jul./dez. 2007.

FRANÇA, I. L. Sobre “guetos” e “rótulos”: tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. **Cadernos Pagu**, v. 28, p. 227-255, jan./jun. 2007.

FURLIN, N. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. **Sociologia e Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 2. p. 395-403, jul./dez. 2013.

GREEN, J. T. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil no século XX**. São Paulo: EDUNESP, 2000.

GRUNVALD, V. Corpo, cidade e formas de vida a partir das Street Queens. *In*: ANTHONY, K. **Street Queens**. São Paulo: Rafael Suriani, 2018.

HENNING, C. E. **As Diferenças na Diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de**

Florianópolis, SC. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades, **Mediações**, Londrina, v. 20 n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

MAGNANI, J. C. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G.; TORRES, L. L. (org.). **Na Metrópole — Textos de Antropologia Urbana**. São Paulo: EdUSP, 1996.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. M. **Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática. 1982

MASCARENHAS NETO, R. **Da praça aos palcos: trânsito e rede de jovens drag queens de Campinas-SP**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

OLIVEIRA, E. A. de. **Nas fronteiras da sexualidade: uma análise sobre processos de construção e apropriação do espaço em boates GLS do centro da cidade de Manaus**. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

PALMIERE, J. A. da F. **Corpografias para transgredir o abandono: uma política do barulho**. 2020. 169 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2020.

PASSAMANI, G. R. Farras, fervos e shows: um kairós de protagonismos e infortúnios no Pantanal-MS. **Bagoas: Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 9, n. 13, 18 jun. 2015.

PASSAMANI, G. R. **O arco-íris (des)coberto: homossexualidades masculinas, movimentos sociais e identidades regionais — os casos de Porto Alegre e Buenos Aires**. 2008. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

SANTANA, W. **Montação, tombação, picumã**: uma análise sócio-anropológica da performance drag em Campo Grande-MS. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018.

SIQUEIRA, M. S. **Arrasando Horrores!** Uma etnografia das memórias, formas de sociabilidade e itinerários urbanos de travestis das antigas. 2009. 530 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

VENCATO, A. P. Desligando o gravador: raça, prestígio e relação centro/periferia nas construções de hierarquias entre drag queens. *In*: GROSSI, M.; SCHWADE, E. **Política e Cotidiano**: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade. Florianópolis: Nova Letra. 2006. p. 281-296.

VENCATO, A. P. **Fervendo com as drags**: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays na Ilha de Santa Catarina. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, p. 203-220, ago./dez. 2014.

“POR TRÁS DAS CORTINAS”: a atividade das organizações não governamentais nas Nações Unidas

Carla Cristina Vreche¹

Introdução

A atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) tem sido cada vez mais evidente em atividades desenvolvidas na Organização das Nações Unidas (ONU). Estejam elas em reuniões, conferências ou pela apresentação de denúncias, o envolvimento desses grupos é uma marca das relações internacionais contemporâneas. Enquanto essa sua participação tem sido analisada, especialmente, sob a perspectiva dos efeitos do ativismo transnacional (BET-SILL; CORELL, 2008; KECK; SIKKINK, 1998; RISSE; SIKKINK, 2009; RON; RAMOS; RODGERS, 2005; ZAJAK, 2017), outros temas relevantes, que igualmente permitem refletir sobre a agência política dessas entidades, permanecem em segundo plano. Esse é o caso do exame de sua arena de atuação. Há pouca reflexão sobre a construção da estrutura pela qual as ONGs agem, seus impactos ou os custos envolvidos na interação com a ONU.

O *status* consultivo do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) é a entrada institucional para que essas organizações participem da política internacional. Mais do que ampliar seu espaço de atuação, porém, esse dispositivo impacta a atividade das ONGs ao categorizá-las, ressaltando diferenças entre elas. A ausência da elaboração desse elemento produz uma redução importante na análise da interação entre atores. Não é evidenciada a relação coconstitutiva por meio da qual a estrutura – a ONU – influencia as formas de ação e reconhecimento das ONGs, ao mesmo tempo em que não é elucidado como elas estão envolvidas na elaboração de suas próprias condições de atuação, modificando e ampliando o espaço de ação. É a partir dessas ausências que este trabalho objetiva contribuir para as discussões em curso. Sob a perspectiva das ONGs, é examinada a arena de atuação pelo mecanismo de relacionamento formal entre esses grupos e as Nações Unidas. Se a literatura tem analisado o “espetáculo”, aqui será identificado o que acontece “por trás das cortinas”.

1 Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp): 201816992-6. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da Fapesp. Membro do Conselho Editorial do Boletim Lua Nova e pesquisadora associada ao CEDEC. Email: carlavreche@gmail.com

A hipótese apresentada por Van Boven (1989), de que o aumento da atividade de *standard-setting* das ONGs na ONU representou uma maior democratização das relações internacionais, é reforçada por este trabalho. Pela análise do *status* consultivo, é possível identificar nesse recurso a origem do processo de ampliação de legitimidade estratégica à atuação das ONGs. Essas organizações participam crescentemente da criação de novas normas porque podem influenciar a posição de outros atores. É através da “abertura” construída que elas oficialmente impactam a política. Dessa forma, acompanhando Lindblom (2005), que destaca os efeitos positivos do reconhecimento para as ONGs, é pontuado como a obtenção do *status* consultivo potencializa a atividade dessas entidades. Porém, esse não é o único movimento. O recurso de aproximação entre essas organizações e ONU favorece a construção de relações hierárquicas, por vezes oligárquicas, entre as próprias ONGs. Por causa das condicionantes impostas à sua atuação, o espaço conquistado por cada uma delas e a forma como podem aproveitar dele é uma variável que reflete recursos institucionais internos, mas também sua legitimidade, enquanto elemento simbólico de mobilização.

Para a construção desse argumento, este texto está dividido em três partes. Primeiro, são apresentadas algumas lacunas na literatura, tendo como base contribuições do construtivismo e da teoria do processo político (TPP), que apontam o caminho para a compreensão dos efeitos da coconstituição entre agente e estrutura que impacta a relação e ação possível das ONGs na ONU, mas também entre as próprias ONGs. Na sequência, são levantados os eventos que marcam essa interação, como a participação dessas entidades no processo que deu origem às Nações Unidas e a formalização de suas atividades nesse espaço. É destacada a existência de uma estrutura de oportunidades política *internacional* que é trabalhada e expandida pelas ONGs, favorecendo a democratização das relações internacionais. Na terceira parte, é apresentado os impactos dessa interação na relação entre as próprias ONGs, pois, ao criar diferentes condições de participação, ela favorece algumas organizações em detrimento das demais. Em suma, o *status* consultivo é um recurso fundamental para a atividade transnacional das ONGs, ampliando a diversidade de atores na política internacional; mas, ao garantir “entradas” desiguais, ele reforça diferenças, criando hierarquia entre elas.

As ONGs nas Nações Unidas

A atuação das ONGs nas Nações Unidas tem sido examinada a partir das marcas do aumento de sua participação nessa arena. Seja por uma perspectiva histórica e celebratória, destacando a atuação desses grupos durante a

“Década das Conferências”² (BAEHR, 2009; CHARNOVITZ, 1997; DAVIES, 2014); por elaborações analíticas sobre seu papel no *compliance* de normas (BREEN, 2003; RISSE; ROPP; SIKKINK, 2013; SMITH; PAGNUCCO; ROMERIL, 1994); ou de seus modelos de atuação, como o bumerangue-espiral (KECK; SIKKINK, 1998; RISSE; SIKKINK, 2009) e das suas estratégias de ação, como o *namings* e *shaming* (BETSILL; CORELL, 2008; BUSBY, 2010; KECK; SIKKINK, 1998; SCHNEIDER, 2000; SMITH; PAGNUCCO; LOPEZ, 1998), a literatura está voltada, particularmente, aos efeitos de sua ação. Pouca atenção tem sido dada ao funcionamento das ONGs dentro da ONU, como identificado por Whall e Pytlak (2014).

Nessa tendência, a discussão sobre a importância do reconhecimento formal que molda a arena – o *status* consultivo – e seus impactos não recebe a devida atenção. Apresentado como um dado do contexto, não é problematizado como ele determina as condições de atuação das ONGs e, tampouco, como essas organizações participaram ativamente da conquista desse espaço. Assim, não tem sido elaborado o processo de formação dessa estrutura. Autores como Charnovitz (1997), por desconsiderar esse aspecto da atividade das ONGs dentro da ONU, chegam a minimizar a atuação delas durante a década de 1970, identificando esse período como de “Insucesso”. Entretanto, foi justamente a atividade no período que vai até a década de 1990, ponto em que elas passaram a ser reconhecidas, que preparou o terreno institucional por meio do qual esses grupos começaram a atuar nas relações internacionais. Atentar para isso é importante porque, parafraseando Khagram, Riker e Sikkink (2002), a agência das ONGs é moldada pelos aspectos formais do espaço de atuação. Ou seja, a estrutura e as regras para o reconhecimento dessas organizações importam. São elas que permitem com que essas entidades sejam consideradas atores legítimos e, assim, atuem naquele espaço ativamente.

Com base em Tarrow (1997)³, Sikkink (2005) avança na análise ao identificar a existência de uma estrutura de oportunidades política *internacional*, que está relacionada “ao grau de abertura das instituições internacionais à participação de ONGs transnacionais, redes e coalizões”(SIKKINK, 2005, p. 156, tradução da autora). Para a autora, tanto mecanismos formais quanto informais constituem essa estrutura, sendo o *status* consultivo do ECOSOC

2 Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio, 1992); Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993); Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1995); Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz (Pequim, 1995) e Conferência Mundial Sobre os Assentamentos Humanos (Habitat – II) (Istambul, 1996).

3 “Ao falar da estrutura de oportunidades políticas, refiro-me a dimensões congruentes - embora não necessariamente formais ou permanentes - do ambiente político que oferecem **incentivos** para que as pessoas participem de ações coletivas ao afetar suas expectativas de sucesso ou fracasso” (TARROW, 1997, p. 155–156, tradução e grifo da autora).

um exemplo sem comparação. Willetts (2011) aprofunda os impactos desse recurso ao destacar que ele é responsável por conferir às ONGs o título de entidades de personalidade jurídica internacional. É por meio dele que esses grupos e a ONU fortalecem sua legitimidade. Para compreender essa situação, o reconhecimento da igualdade do *status* ontológico do agente e da estrutura é particularmente interessante (AHMED; POTTER, 2006; DEMARS; DIJKZEUL, 2015; LILYBLAD, 2019; WILLETTS, 2011). De acordo com a perspectiva construtivista, a atuação do agente leva em consideração as possibilidades estruturais, que o modifica e/ou o impacta. Por sua vez, a ação do ator também transforma a estrutura. Não há determinação, pois ambos se coconstituem. Em resumo, as ONGs não apenas são impactadas pelas condições apresentadas a sua ação, como também alteram a arena através da sua atuação, expandindo o reconhecimento e o ambiente possível para a apresentação de suas atividades.

Diante dessas questões, é possível destacar duas lacunas que, relacionadas à pouca problematização analítica da “porta de entrada” das ONGs, necessitam de aprofundamento: a) o reconhecimento de que esses grupos exerceram um papel importante na conquista do espaço que permitiu um avanço de suas ações, favorecendo a democratização das relações internacionais; e b) seus efeitos na forma e nas relações de poder entre as ONGs. Desse último ponto, deve ser destacado como, ao categorizar e, portanto, valorizar e criar vantagens à determinadas formas de organização, o mecanismo de reconhecimento formal impulsiona a institucionalização dessas entidades (FINNEMORE, 1996) e também o desenvolvimento de relações hierárquicas entre elas. O *status* consultivo do ECOSOC é o principal⁴ – e pioneiro – recurso da relação entre as ONGs e a ONU, assim como é o elemento oficial da arena a partir do qual os grupos da sociedade civil atuam na política internacional. Por meio dele, as Nações Unidas se mostram abertas à apresentação de demandas e à participação daquelas entidades em suas decisões; para as organizações, ele significa o reconhecimento de sua atuação, mas não só. A seguir essas questões são examinadas junto à apresentação dos eventos que marcaram o desenvolvimento institucional desse instrumento.

As ONGs e o *status* consultivo: ampliação do espaço

Os primeiros passos do envolvimento de organizações da sociedade civil com relação à ONU foram dados ainda no processo de criação da Carta de

4 Como será evidenciado na próxima seção, o *status* com o ECOSOC foi criado ainda nos primeiros passos da construção da ONU. Depois dele, outras agências e órgãos passaram a criar esse recurso para esse tipo de relação com as ONGs, como é o caso da UNESCO. Também outras organizações, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e Conselho Europeu adotaram o modelo (LINDBLOM, 2005).

São Francisco (1945). Todavia com uma participação informal, as mais de 1.200 entidades presentes influenciaram as discussões em torno das primeiras palavras do dispositivo: “Nós, os povos das Nações Unidas”, ao invés de “Nós, os representantes dos Estados Membros Soberanos”, abrindo simbolicamente o caminho para o reconhecimento de sua atividade. O encaminhamento da formalização dessa relação se deu quando, convencida por esses grupos, a delegação dos Estados Unidos apresentou uma proposta que incorporou ao ECOSOC um sistema formal de consulta à sociedade civil. Foi assim que, pressionando pelo estabelecimento desse mecanismo, essas entidades iniciaram sua mobilização na arena. Adotado pelo artigo 71 da Carta de São Francisco, o *status* consultivo institucionalizou a ligação entre ONGs e ONU, definindo que:

O Conselho Econômico e Social poderá entrar em entendimentos convenientes para a consulta com organizações não governamentais, encarregadas de questões que se ocupem de assuntos no âmbito da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o membro das Nações Unidas interessado no caso (UNITED NATIONS, 1945, p. 46).

Essa conquista foi importante porque significou o reconhecimento oficial da ação das ONGs dentro da ONU, dando legitimidade às suas atividades na política internacional. O *status* consultivo com o ECOSOC as tornou portadoras de direitos, admitindo sua influência em debates e na tomada de decisões (AHMED; POTTER, 2006; BREEN, 2003). Produto de sua atuação direta, para Lilyblad (2019), esse mecanismo permitiu que as ONGs passassem a ser consideradas aptas à cooperação em um espaço reservado primordialmente aos Estados. Mais do que isso, o *status* consultivo é estratégico na medida em que serve de recurso para que elas interajam com outras entidades e, pelos contatos proporcionados por essa interação, potencializa agendas. Outro efeito seu é a abertura do espaço que possibilitou o desenvolvimento de redes de ativismo a partir da ocupação de um lugar comum⁵. Em resumo, essa conquista foi determinante para o movimento de crescente democratização das relações internacionais, com a anuição de outros atores ao processo decisório.

Em janeiro de 1946, a ONU recebeu os quatro primeiros pedidos de participação no sistema. Eram eles da Federação Mundial dos Sindicatos (FSM), a

5 A garantia de participação em eventos e discussões, abriu a arena para a mobilização e enfrentamento tático dos Estados nacionais, tarefa essa que é, por diversas vezes, impossibilitada internamente (KECK; SIKKINK, 1998). Ou seja, a obtenção do *status* consultivo é estratégica para os resultados obtidos pelo efeito bumerangue.

Federação Americana do Trabalho (AFL), a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e da Federação Internacional das Mulheres (IFW). Essa demanda fez com que a Assembleia Geral recomendasse ao ECOSOC a definição dos termos de colaboração com as ONGs. Após alguns dias, foi criado um Comitê para essas entidades, encarregado de elaborar um Estatuto e de ser o organismo responsável por avaliar os pedidos de *status* consultivo. Definida pela Resolução 3 (II)⁶, de 1946, a primeira tipologia separou as ONGs nos *grupos A, B e C*. No resumo de Ahmed e Potter (2006), enquanto a *Categoria A* incluía organizações com amplo escopo de atuação em temas sociais e econômicos; na *B*, estavam reunidas as entidades com interesses e atuação mais especializados; e, na *C*, ONGs que atuavam com disseminação de informações. Esse último estrato foi dissolvido em 1950, com a revisão da Resolução 288 (X) do ECOSOC⁷. Esse novo instrumento definiu, pela primeira vez, o significado de ONG como: “Qualquer organização internacional que não é criada por acordo intergovernamental deve ser considerada uma organização não-governamental para os termos desse acordo” (LINDBLUM, 2005, p. 37–38, tradução da autora), delimitação essa importante para a execução de sua mobilização naquele espaço.

Em 1968, a Resolução 1296 (XLIV)⁸ marcou uma segunda mudança nas relações entre a ONU e as ONGs. Esse dispositivo aprofundou a qualidade da participação dessas entidades na arena, ao mesmo tempo em que limitou os tipos de organizações que poderiam requisitar o pedido, dado que o número de ONGs quintuplicou durante a década – movimento esse impulsionado pela crescente possibilidade de participação pelo *status*. Essa alteração, segundo Ahmed e Potter (2006), priorizou e enfatizou o fato de que as entidades que buscavam obter a ligação com as Nações Unidas deveriam ser representativas e ter escopo internacional de atuação. A nova regra mudou a tipologia de representação para *Categorias I, II e III (Roster)*, as quais existem até hoje. Uma das diferenças entre as *Categorias I e II*, no caso das declarações por escrito, por exemplo, está no número de palavras que elas podem utilizar em suas manifestações. Por sua vez, o grupo *Roster* aglutina organizações com direito de participação bastante limitada, podendo participar basicamente como ouvintes (BAEHR, 2009; WILLETS, 1996). Em 1996, um último instrumento impactou a atividade das ONGs na ONU. A Resolução 1996/31⁹ introduziu a alteração que passou a permitir que ONGs de atuação nacional, antes excluídas, possam ser consideradas aptas à participação no sistema.

Com a abertura garantida, essas organizações aproveitaram o espaço para trabalhar a expansão de seu reconhecimento, sendo esse processo acompanhado

6 Resolução adotada em junho de 1946. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/210609?ln=en>.

7 Resolução adotada em fevereiro de 1950. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/212457?ln=en>.

8 Resolução adotada em maio de 1968. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/214368?ln=en>.

9 Resolução adotada em julho de 1996. Disponível em: https://www.unov.org/documents/NGO/NGO_Resolution_1996_31.pdf.

pelo aumento do número de grupos desse tipo. Segundo Boli e Thomas (1999), no início do século existiam 200 entidades que poderiam ser identificadas como ONGs, que passaram a ser 2.000 em 1960 e 4.000 em 1980 (BOLI; THOMAS, 1999). Em 1989, elas já eram mais de 14.000 (DAVIES, 2014). No que diz respeito à concessão de *status* consultivo, em 1973, 3.733 ONGs já haviam obtido o reconhecimento para atuar oficialmente na ONU (LINDBLOM, 2005). Atualmente, 5.591 ONGs possuem esse direito: 137 estão no grupo geral (I); 4.486 no especial (II) e 968 no *Roster* (III)¹⁰. Em resumo, como indicado anteriormente, a ampliação do *status* consultivo pelas resoluções pode ser relacionada ao salto na criação de ONGs durante todo o período, impulsionado pela possibilidade de atuação nas relações internacionais – impactos da interação agente e estrutura. Além disso, a interação entre essas entidades e a ONU passou a ser de legitimação mútua, em que as ONGs ganham prestígio e influência através do reconhecimento de sua atuação e as Nações Unidas se apresenta como uma organização que reflete a opinião pública mundial (MEYER, 1994), tornando a participação em seu espaço atrativa.

Mesmo no período da Guerra Fria, que é destacado pela literatura como um evento adverso pelas disputas que limitavam a agenda, atuação e efeitos da mobilização das ONGs, essas organizações foram ativas na preparação interna de suas condições de atuação. Foi a partir disso que, posteriormente, elas puderam se envolver de forma expansiva nos debates da “Década das Conferências” organizada pela ONU em 1990, por exemplo. Esse quadro permite acompanhar os trabalhos de Van Boven (1989) e Lindblom (2005) que captam os efeitos do maior reconhecimento e participação das ONGs nas relações internacionais. Quanto maior o espaço de ação, maior a diversidade de atores atuando na política internacional e, dessa forma, mais democrática a arena. Essa abertura, porém, não é total. O criterioso processo para a obtenção da aprovação formal da ONU, faz com que, segundo Alger (2002), haja “uma ‘Galáxia de ONGs’ em rápida evolução e [um] ‘sistema solar ONU’ de evolução não tão rápida”. É assim que, apesar de possibilitar a atividade de uma maior diversidade de atores, o *status* consultivo discrimina-os, reforçando diferenças entre eles. A seguir é examinado esse outro efeito, qual seja o potencial de hierarquização que a estrutura gera entre as ONGs.

O outro efeito do *status* consultivo: hierarquia entre as ONGs

Desde a sua criação, e apesar dos avanços e benefícios apontados na última seção, o *status* consultivo distinguiu as organizações. Em sua

10 Informação disponível em: <https://esango.un.org/civilsociety/displayConsultativeStatusSearch.do?method=search&sessionCheck=false>.

elaboração, ficou estabelecido que ele determinaria a capacidade de “*consultation*” às ONGs, enquanto as agências especializadas teriam direito a uma “*participation without vote*”. Não foi garantido às entidades da sociedade civil o mesmo *status* legal das organizações intergovernamentais, condição que, posteriormente, foi trabalhada nas reiteradas resoluções. Quando a Assembleia Geral determinou que o Comitê de ONGs organizasse o padrão de envolvimento desses grupos com as Nações Unidas, outro obstáculo foi apresentado. Ficou definido que nem todas as organizações teriam direito ao reconhecimento e, dentro o grupo apto, haveria uma avaliação para a consignação de condições específicas de participação. Além disso, foi determinado que o processo de apreciação deveria considerar a estrutura interna (número de escritórios, corpo burocrático etc.) e o escopo de atuação das ONGs¹¹. A imposição dessas condições abriu caminho para que os efeitos dessa relação começassem a surgir.

Isso porque, ao mesmo tempo em que essas organizações atuam na arena, modificando-a, elas são diretamente influenciadas pela estrutura, e disso resulta dois impactos da relação co-constitutiva entre essas entidades e a ONU. Em primeiro lugar, nem todas as ONGs conseguem obter o *status* consultivo, pois, para isso, devem se submeter a um processo altamente burocrático que avalia sua atividade¹². Como muitas não possuem condição de participação nessa etapa, a desigualdade entre elas é a marca do ponto de partida. E, como resultado, a obtenção do reconhecimento também não garante igualdade, visto que as organizações são separadas em categorias e cada estrato está relacionado a distintos direitos de atuação, sendo isso, com frequência, revisado (BREEN, 2003). De acordo com Cohen (1990),

11 De acordo com a Resolução 3 (II), eram os critérios de admissão: a) a organização deve estar relacionada à materiais de competência do ECOSOC (temas socioeconômicos, cultural, educacional, saúde e outros temas relacionados); b) deve estar em conformidade com os princípios da Carta da ONU; c) não devem ter colaborado com atividades fascistas; d) deve ter uma sede oficial, com um corpo executivo, e uma convenção ou órgão para a formulação de políticas; e) deve ter autoridade para falar por seus membros; f) deve ter uma estrutura internacional (com membros com direito a voto); g) organizações nacionais devem apresentar suas visões por meio de ONGs internacionais.

12 O processo de obtenção do *status* envolvem 6 fases: **aplicação**: 1) registro do perfil (no site do ECOSOC), que será avaliado por um funcionário que encaminhará o aceite; 2) depois disso, deve ser preenchido um formulário de 22 perguntas. Esse documento deve ser escrito em inglês ou francês, impreterivelmente. Todos os documentos exigidos, igualmente, devem ser apresentados em idioma original e nas duas línguas oficiais; 3) são exigidos três documentos (de acordo com a resolução 1996/31): cópia do estatuto, cópia do registro (para atestar a existência de, pelo menos, dois anos) e demonstrativo financeiro recente; **avaliação**: 4) antes da reunião do Comitê é feito uma revisão interna das candidaturas recebidas; 5) o pedido é encaminhado e avaliado pelo Comitê das ONGs que define qual *status* consultivo recomendará para o ECOSOC (a ONG é informada com antecedência e pode enviar até dois representantes para acompanhar o processo. No caso de pendências, a entidade deve responder o mais rápido possível. As despesas do envolvimento nessa etapa são de total responsabilidade da organização aplicante; 6) a decisão final é encaminhada pelo Secretariado.

Para obter o *status* consultivo junto ao Conselho Econômico e Social, as organizações não governamentais devem cumprir os requisitos relativos à sua estrutura interna e ao âmbito internacional. Uma vez aprovado pelo ECOSOC, o *status* da ONG está sujeito a revisão regular, tanto para adequação da categoria designada quanto para a adesão contínua da organização aos requisitos legais (COHEN, 1990, p. 137, tradução da autora).

Como mencionado anteriormente, a primeira tipologia dividiu essas organizações em *Categorias A, B e C*. Apesar de ter sido transformada pela Resolução 1296 (XLIV), o destaque da diferença entre elas seguiu no modelo seguinte. Na *Categoria I*, estão aquelas que têm amplo acesso ao ECOSOC com *status* consultivo geral. Entidades internacionais (presente em mais de três países), elas devem atender a maior parte da agenda da organização e podem propor assuntos para formação de agendas, enviar observadores para reuniões e declarações por escrito e orais. Esse é o *status* que garante maiores vantagens à atuação. Na *Categoria II*, estão as entidades com *status* consultivo especial, podendo enviar observadores a todas as reuniões. Nesse grupo estão reunidas as ONGs que somente desenvolvem atividades em algumas áreas de competência do ECOSOC. A criação do grupo *Roster*, que pontuou as mudanças feitas com o fim da *Categoria C*, criou uma lista de organizações que são consultadas apenas ocasionalmente pela ONU (consulta *ad hoc*) (BAEHR, 2009; WILLETS, 1996). Por esse sistema, portanto, uma ONG com ampla estrutura e recursos, é avaliada com base nos mesmos parâmetros pelos quais é analisada uma organização menor. Como resultado, elas obtêm *status* distintos que determinam uma participação desigual. Enquanto as grandes ONGs podem estar em conferências apresentando suas demandas, as condições de participação das entidades menores são reduzidas a condição de ouvintes. O quadro abaixo levanta as diferenças entre a participação de cada um desses grupos¹³.

Quadro 1 – Diferenças entre categorias do *Status* Consultivo

Categoria I (<i>Status</i> Geral)	Categoria II (<i>Status</i> Especial)	Categoria III (<i>Roster</i>)
Pode designar observadores para reuniões do ECOSOC e órgãos subsidiários.	Pode designar observadores para reuniões do ECOSOC e órgãos subsidiários.	Pode designar observadores somente para área específica de atuação da ONG.
Pode submeter declarações (por escrito) de até duas mil palavras.	Pode submeter declarações (por escrito) de 500 a 1500 mil palavras.	Precisa ser convidado para submeter declaração de até 500 palavras.

continua...

13 Todos os grupos têm permissão para fazer consultas aos funcionários do ECOSOC e aos órgãos subsidiários, assim como o direito de receber as agendas provisórias das reuniões e de participar de conferências organizadas pela ONU.

continuação

Categoria I (<i>Status Geral</i>)	Categoria II (<i>Status Especial</i>)	Categoria III (<i>Roster</i>)
Permissão para pronunciar-se oralmente em reuniões do ECOSOC e órgãos subsidiários.	Pode pronunciar-se oralmente apenas em casos pontuais.	Não possui direito ao pronunciamento oral.
Direito de solicitar a inclusão de itens nas agendas provisórias.	Não possui esse direito.	Não possui esse direito.

Fonte: NGO Branch. United Nations Department of Economic and Social Affairs.

Mas esse não é o único efeito. Em segundo lugar, a valorização de determinadas formas de organização impulsiona um movimento de institucionalização entre essas entidades, visto que, aquelas que desejam atuar nesse espaço buscam se adequar ao seu modelo de funcionamento¹⁴. Essas considerações permitem identificar na interação entre a ONU e as ONGs dentro do quadro maior do *isomorfismo institucional coercitivo* apontado por Dimaggio e Powell (1983), segundo os quais corresponde a: “Pressões formais e informais exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais dependem das expectativas culturais da sociedade nas quais funcionam” (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 150, tradução da autora). Para obter o *status* consultivo que garante maior abertura, as ONGs devem seguir um determinado modelo de formação institucional e manter à sua disposição certos recursos que, como apontado por Tolley (1989), vão desde um corpo técnico-profissional, à equipe e condições para a realização de viagens, trabalhos de documentação etc.

A exigência de haver uma sede e uma diretoria executiva, assim como um estatuto democraticamente adotado e dados relativos às fontes de financiamento, indica que esse sistema avalia com bases em recursos a capacidade subjetiva das ONGs de “fazerem contribuição” (BREEN, 2003). Ele reforça a relação entre condições materiais e poder simbólico, visto que, com o direito de participação, mais ativa e reconhecida uma organização, destacando-se das demais. Estar presente, exige recursos. Em suma, é exigido um formato similar ao da ONU. E esse padrão é examinado por meio das revisões elaboradas com base em relatórios entregues quadrienalmente ao ECOSOC. Ao destacar esses elementos, portanto, a avaliação para a concessão e manutenção do *status* favorece um modelo e reforça diferenças entre as ONGs, dando origem a uma estrutura em que alguns grupos podem mais do que outros.

Da perspectiva das ONGs, o *status* consultivo não apenas amplia as condições de atuação, visto que a ONU é atrativa enquanto plataforma por garantir acesso a diferentes atores, oferecendo recursos materiais e simbólicos

14 Para essa discussão, ver também: Finnemore, Martha. Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism. *International Organization*, v. 50, n. 2, 1996. Disponível em: https://home.gwu.edu/~finnemor/articles/1996_institutionalism_io.pdf.

estratégicos de mobilização (ADLER, 1997; JOACHIM, 2003); ele também cria uma relação de poder, além daquela Estados-membros *versus* ONGs. Esse recurso destaca diferenças entre organizações ao estabelecer possibilidades de participação desiguais, favorecendo o surgimento de uma situação hierárquica. Isso é relevante na medida em que, como apontado por Betsill e Corell (2008), muitas ONGs buscam se envolver nas relações internacionais para se aproximarem de outras entidades de mesmo tipo ou, na visão de Bob (2005), para criarem uma rede de contato. Portanto, é necessário reconhecer que a conhecida rede de ativismo transnacional não é homogênea, nem tampouco horizontal. Sua existência é marcada pela interação de grupos que possuem variadas capacidades, aglutinando ONGs com *status* diferentes, mas também aquelas sem acesso a esse recurso.

A desigualdade de direitos e disputas por espaço abrem caminho para o desenvolvimento de uma relação de autoridade entre organizações, e essa situação impacta na forma como determinados atores possuem habilidade de influenciar — se não determinar — a ação dos demais (AVANT; FINNEMORE; SELL, 2010). Reforçada pelas condições do *status* consultivo, o cenário de discrepância entre as ONGs faz com que um seletivo grupo possa aproveitar o prestígio conquistado e os direitos de participação garantidos para fortalecerem sua mobilização. Aquelas com maiores recursos, exploram mais a arena, concentrando de forma determinante a agenda, o que, na interação entre as entidades, gera hierarquização. Para Cooley e Ron (2002), há uma economia política do ativismo transnacional, que, por sua vez, impacta a potência de ação — causando maior ou menor constrangimento, essenciais para a prática (RISSE; ROPP; SIKKINK, 2013; STROUP; WONG, 2016, 2017).

No exame da atuação das ONGs na política internacional, portanto, importa a reflexão sobre sua atuação dentro da ONU, sendo esta última uma arena estratégica para a apresentação de demandas. As interações desses agentes naquela estrutura — e com ela — dependem, mas também impactam, suas possibilidades de atuação, modificando oportunidades e formas de mobilização; assim como, seus recursos internos, resultados obtidos e relações com demais atores. Esse intercâmbio altera o horizonte de cálculo, influenciando a forma como as ONGs pesam custos e benefícios, mas também seus interesses e visões de mundo, além das identidades. Dessa forma, para a compreensão de sua atividade internacional a elucidação da estrutura de oportunidades política *internacional* é fundamental. Para Jasper, Moran e Tramontano (2015), os elementos constituintes das arenas de atuação e dos *players* que nelas atuam são parte do todo da relação intrínseca e relacional que compõe a ação, ou seja, se coconstituem. Agente e estrutura, arenas e *players* são culturalmente construídos e contestados, moldam seu funcionamento e modo de organização.

Essa reflexão é relevante para que a ação das ONGs seja identificada para além de seus resultados e dentro do processo de construção da própria

ONU, aprofundando os termos abordados pela literatura. Pois, a despeito de sua atuação ter sido relevante desde processo de elaboração da Carta de São Francisco (1945), no momento seguinte, com sua atuação restringida e regulada a partir do Conselho Econômico e Social, elas pouco atuaram em termos do ativismo transnacional. Isso não significou, porém, que essas entidades estivessem ausentes ou que sua ação inicial não tenha impactado desenvolvimentos futuros. Quando, a partir dos anos 1970 e 1980, elas aumentaram sua participação em eventos e ações, alterando a estrutura de oportunidades política a partir da qual apresentam suas atividades (WILLETTS, 2011), foi decisivo o reconhecimento formal anterior com o ECOSOC, trabalhado internamente. Ou seja, antes de Estocolmo, evento conhecido pelo escalonamento do envolvimento das ONGs nas Nações Unidas (ALGER, 2002) ou do Ciclo de Conferências dos anos 1990, a marca de sua atividade naquele espaço foi a da conquista da abertura à sua atuação.

Considerações finais

Com base no cenário de pouca problematização da arena de atuação das ONGs na ONU, este trabalho buscou contribuir para o campo de estudo ao apresentar analiticamente o *status* consultivo junto ao ECOSOC, enquanto principal entrada dessas organizações naquele espaço. Abordando seus impactos e efeitos, para o exame, foi essencial o entendimento de que existe uma relação de coconstituição entre agente e estrutura que marca a interação entre esses atores. Sem essa perspectiva não é possível observar: a) como as ONGs foram ativas no processo de construção do *status* consultivo, impactando a estrutura; b) como a ONU determina os termos das ações dessas organizações pelo espaço criado; c) como esse recurso amplia a arena de atuação das entidades, permitindo um maior envolvimento delas nas relações internacionais; e d) como essa estrutura impacta a relação interna entre as próprias ONGs.

Esse esforço diverge de tentativas anteriores, que abordam o *status* consultivo apenas de forma celebratória, sem a análise de sua construção. Em vistas a aprofundar a perspectiva de que há um movimento de democratização das relações internacionais no aumento da atividade das ONGs no espaço das Nações Unidas, foi pontuado o papel daquele recurso nesse resultado. Sua criação permitiu que as entidades passassem a atuar formalmente, não apenas pela mobilização de agendas, mas também para a expansão de suas próprias formas de atuação na arena. Além disso, e partindo da compreensão de que uma das implicações da relação entre ONU e ONGs é o da conquista de legitimidade de atuação para ambas, foram explorados os efeitos indiretos dessa criação, ainda pouco levantados pela literatura.

Foi pontuado como as regras e condições impostas por esse instrumento impactam decisivamente as relações entre as ONGs e a forma como elas pensam seu arranjo. Na análise das diferentes categorias criadas pelo *status* consultivo, é possível identificar a existência de um espaço que impulsiona a construção de uma interação hierárquica entre essas organizações, visto que, somente algumas entidades obtêm direito de participação. Esse fator está relacionado às preferências institucionais adotadas pela ONU. Quanto mais institucionalizado um grupo e quanto maior a sua disposição de recursos, mais amplas são as chances de que ele venha a ser reconhecido com a categoria que garante mais privilégios de ação. Ademais, quanto maior sua capacidade de participação no sistema, mais intenso é o ensejo de que, na relação com outras entidades, essa organização exerça o papel de autoridade, concentrando agenda e determinando tanto as pautas a serem adotadas, como estratégias. Em suma, a análise da arena de atuação das ONGs naquele espaço é importante porque evidencia como a ONU é transformada pela ação desses grupos e como eles são igualmente atingidos pelas condições dessa relação. Isso, por sua vez, não apenas amplia o espaço possível de mobilização, como inaugura um sistema desigual de reconhecimento que afeta os resultados obtidos pelas atividades de cada ONG.

REFERÊNCIAS

ADLER, E. Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics. **European Journal of International Relations**, v. 319, n. 3, p. 319-363, 1997.

AHMED, S.; POTTER, D. M. **NGOs in International Politics**. London: Kumarian Press, 2006

ALGER, C. The Emerging Roles of NGOs in the UN System: From Article 71 to a People's Millennium Assembly. **Global Governance**, v. 8, n. 1, p. 93-117, 2002.

AVANT, D. D.; FINNEMORE, M.; SELL, S. K. **Who Governs the Globe?** London: Cambridge University Press, 2010.

BAEHR, P. R. **Non-Governmental Human Rights Organizations in International Relations**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

BETSILL, M.; CORELL, E. **NGO Diplomacy: The Influence of Nongovernmental Organizations in International Environmental Negotiations**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2008.

BOB, C. **The Marketing of Rebellion: Insurgents, Media, and International Activism**. New York: Cambridge, 2005.

BOLI, J.; THOMAS, G. **Constructing World Culture: International Non-governmental organizations since 1875**. California: Stanford University Press, 1999.

BREEN, C. The Role of NGOs in the Formulation of and Compliance with the Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on Involvement of Children in Armed Conflict. **Human Rights Quarterly**, v. 25, n. 2, p. 453-481, 2003.

BUSBY, J. W. **Moral Movements and Foreign Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CHARNOVITZ, S. Two Centuries of Participation: NGOs and International Governance. **Journal of International Law**, v. 18, n. 2, p. 184-286, 1997.

COHEN, C. P. The Role of Nongovernmental Organizations in the Drafting of the Convention on the Rights of the Child. **Human Rights Quarterly**, v. 12, n. 1, p. 137-147, 1990.

COOLEY, A.; RON, J. The NGO Scramble: Organizational insecurity and the Political Economy of Transnational Action. **International Security**, v. 27, n. 1, p. 5-39, 2002.

DAVIES, T. **NGOs a New History of Transnational Civil Society**. New York: Oxford University Press, 2014.

DEMARS, W. E.; DIJKZEUL, D. Introduction. *In*: DEMARS, W. E.; DIJKZEUL, D. (ed.). **The NGO Challenge for International Relations Theory**. New York: Routledge, 2015.

DIMAGGIO, W. W.; POWELL, P. K. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.

FINNEMORE, M. Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism. **International Organization**, v. 50, n. 2, p. 325-347, 1996.

JASPER, J.; MORAN, K.; TRAMONTANO, M. Strategy. *In*: DELLA PORTA, D.; DIANI, M. (ed.). **The Oxford Handbook of Social Movements**. [S. l.] Oxford University Press, 2015. (Oxford Handbooks Online).

JOACHIM, J. Framing Issues and Seizing Opportunities: The UN, NGOs, and Women's Rights. **International Studies Quarterly**, v. 47, n. 2, p. 247-274, 2003.

KECK, M.; SIKKINK, K. **Activists beyond borders**. London: Cornell University Press, 1998.

KHAGRAM, S.; RIKER, J. V.; SIKKINK, K. From Santiago to Seattle: Transnational Advocacy Groups Restructuring World Politics. *In*: KHAGRAM, S.; RIKER, J. V.; SIKKINK, K. (ed.). **Restructuring World Politics: Transnational Social Movements, Networks, and Norms: Social Movements, Protest and Contention**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2002. v. 14, p. 3-24.

LILYBLAD, C. M. NGOs in constructivist international relations theory. *In*: DAVIES, T. (ed.). **Routledge Handbook of NGOs and International Relations**. New York: Routledge, 2019.

LINDBLOM, A.-K. **Non-Governmental Organisations in International Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MEYER, J. W. Rationalized Environment. *In*: SCOTT, W. R.; MEYER, J. W. (ed.). **Institutional Environments and Organizations**. California: Sage Publications, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco: ONU, 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em: 6 maio 2020

RISSE, T.; ROPP, S. C.; SIKKINK, K. **The Persistent Power of Human Rights: From Commitment to Compliance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

RISSE, T.; SIKKINK, K. The socialization of international human rights norms into domestic practices: introduction. *In*: RISSE, T.; ROPP, S. C.; SIKKINK, K. (ed.). **The Power of Human Rights: International Norms and Domestic Change**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2009.

RON, J.; RAMOS, H.; RODGERS, K. Transnational Information Politics: NGO Human Rights Reporting, 1986–2000. **International Studies Quarterly**, v. 49, n. 3, p. 557-578, 2005.

SCHNEIDER, V. The social capital of Amnesty International. Paper prepared for the Workshop. *In*: VOLUNTARY ASSOCIATIONS, SOCIAL CAPITAL AND INTEREST MEDIATION: Forging the Link, 2000, Copenhagen. **Proceedings** [...]. Copenhagen: ECPR, 2000. Disponível em: <https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/91918197-2245-48e7-b5b9-5d8cbcd77134.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SIKKINK, K. Patters of Dynamic Multilevel Governance and the Insider-Outsider Coalition. *In*: DELLA PORTA, D.; TARROW, S. (ed.). **Transnational Protest & Global Activism**. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

SMITH, J.; PAGNUCCO, R.; LOPEZ, G. Globalizing Human Rights: The Work of Transnational Human Rights NGOs in the 1990s. **Human Rights Quarterly**, v. 20, n. 2, p. 379-412, 1998.

SMITH, J.; PAGNUCCO, R.; ROMERIL, W. Transnational social movement organisations in the global political arena. **International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 5, n. 2, p. 121-154, 1994.

STROUP, S.; WONG, W. H. The Agency and Authority of International NGOs. **American Political Science Association**, v. 14, n. 1, p. 138-144, 2016.

STROUP, S.; WONG, W. H. **The Authority Trap**. New York: Cornell University, 2017.

TARROW, S. **El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

TOLLEY JR, H. Popular Sovereignty and International Law: ICJ Strategies for Human Rights Standard Setting. **Human Rights Quarterly**, v. 11, n. 4, p. 561-585, 1989.

VAN BOVEN, T. The Role of Non-Governmental Organizations in International Human Rights Standard-Setting: A Prerequisite of Democracy. **CWSL Schoarly Commons**, p. 207-225, 1989.

WHALL, H.; PYTLAK, A. The role of Civil Society in the International Negotiations on the Arms Trade Tready. **Global Policy**, v. 5, n. 4, p. 453-468, 2014.

WILLETS, P. **Non-Governmental Organizations in World Politics: The construction of global governance**. Abindon, Oxon: Routledge, 2011.

WILLETS, P. **The Conscience of the World: The Influence of Non-Governmental Organisations in the UN System**. London: C. Hurst & Co., 1996.

ZAJAK, S. Rethinking Pathways of Transnational Activism. **Global Society**, v. 31, n. 1, p. 125-143, 2017.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A MOBILIDADE DOS KAIOWÁ TRANSFRONTEIRIÇOS: adversidades e resistências na fronteira¹

Antonio Hilario Aguilera Urquiza²

Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues³

Marco Antonio Rodrigues⁴

Introdução

Dentro de sua proposta, o presente artigo buscará articular a visão *êmica* de fronteira dos indígenas com a visão estatal, mostrando que a divergência entre essas visões é determinante para a formulação de políticas para os povos indígenas e, nesse contexto, o acesso à documentação para os povos indígenas na região de fronteira é dificultado em virtude da ausência de normas ou critérios que permitam diferenciar os indígenas do lado brasileiro e do lado paraguaio. A falta de um documento civil termina por levá-los a uma situação de marginalização e dificuldade quanto ao acesso às políticas públicas, algumas dessas voltadas à educação e saúde, dificultando o seu bem viver.

Nesse panorama, ao se analisar as políticas para os povos fronteiriços, vale ressaltar que uma das maneiras de uma pessoa adquirir cidadania se dá a partir do seu registro de nascimento, e pelo seu cadastramento como Pessoa Física junto à Receita Federal e a obtenção da Carteira de Identidade ou Registro Geral (RG). Esses documentos são básicos e requeridos para a

- 1 Trabalho originalmente apresentado na "VI Reunião Equatorial de Antropologia", realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2019, na Universidade Federal da Bahia, Campus de Ondina - Salvador/BA, aqui está com significativas modificações. Foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES).
- 2 Professor Associado da UFMS, orientador da pesquisa. Possui Doutorado em Antropologia pela Universidade de Salamanca/Espanha; atualmente é docente do curso de Ciências Sociais, da Pós-Graduação em Direitos Humanos da UFMS e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFMS). Bolsista CNPq (PQ2). hilarioaguilera@gmail.com.
- 3 Mestre em Antropologia Social - PPGAS pela UFMS. Bolsista CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Especialista em Antropologia História dos Povos Indígenas pela UFMS (2017). Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2016). andreacavararo@gmail.com.
- 4 Advogado. Mestre em Direito pela UFMS (2019). Especialista em Teoria e Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2015). Bacharel em Direito pela UFMS (2017). Licenciado em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Foi voluntário PIBIC CNPq 2014/15 e 2015/16. Integrante do Grupo de Pesquisa Científica do CNPq intitulado Antropologia, Direitos Humanos e Povos Tradicionais e do Grupo de Pesquisa Científica intitulado Fluxos Migratórios Internacionais. Pesquisador da FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Tecnologia no Estado de Mato Grosso do Sul). marcorod.adv@gmail.com.

prática de quase todos os atos da vida civil, além de possibilitar o acesso à saúde e educação do lado brasileiro da fronteira.

Se todos os programas de assistência ao cidadão solicitam a apresentação de algum desses documentos para que a pessoa possa usufruir desse direito, indaga-se como é a realidade de uma pessoa que não possui nenhum desses documentos. Simplesmente ela não existe civilmente, e não consegue acesso a programas de atendimento governamentais e nem ser atendida pelo Sistema Único de Saúde.

Essa realidade é constatada junto a diversas aldeias indígenas, principalmente os residentes na região fronteira, considerando como local de pesquisa a aldeia *Tey'ikue*, localizada no município de Caarapó. Essa aldeia foi criada como reserva pelo Governo Federal no início do século XX, juntamente com outras sete reservas na região sul do então Mato Grosso, concentrando, assim, os indígenas em pequenos espaços de cerca de 3 mil hectares, onde na atualidade residem 8 mil indígenas, aproximadamente.

Uma das dificuldades enfrentadas pelos indígenas dessa região é a grande quantidade de pessoas indocumentadas, que enfrentam problemas para solicitar sua documentação junto aos órgãos estatais por não possuir algum comprovante ou registro de que pertencem a alguma etnia reconhecida pelo Brasil ou residem na região.

De maneira equivocada, o Estado brasileiro se nega a conceder documentação aos indígenas da região por inferir que se trata de cidadãos paraguaios que vêm para o lado brasileiro para buscar vantagens como atendimento pelo sistema de saúde ou requerer aposentadoria por idade com base na Lei Orgânica de Assistência Social (BRASIL, 1993).

Partimos da situação de que o Estado brasileiro não dispõe de mecanismos capazes de identificar os indígenas que buscam a sua cidadania por meio do pedido de concessão de documentos pessoais que possam lhes garantir acesso ao mínimo existencial, corolário do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Diante disso, as populações indígenas têm enfrentado diversos problemas quanto ao acesso à saúde, com vistas a garantia da própria vida, assim como de outras políticas públicas.

O aumento de casos de doenças crônicas não-transmissíveis (DCNT) é notório nas aldeias, haja vista o incentivo ao consumo de bebidas adoçadas e do alcoolismo, que influencia os hábitos alimentares e o bem-estar desses povos. O grau de danos à saúde é imenso, pois esses povos não contam com uma infraestrutura de saúde que possa prover atendimento e sequer são beneficiados por campanhas de prevenção de saúde e políticas públicas na área de alimentação em suas regiões.

Um aspecto que agrava mais a situação dos indígenas é que grande parte desses cidadãos não tem acesso ao sistema de saúde em toda sua plenitude, não podendo contar sequer com programas como o *Farmácia Popular do Brasil*, criado com o objetivo de oferecer mais uma alternativa de acesso da população aos medicamentos considerados essenciais no combate e prevenção

das DCNT (Doenças Crônicas Não-Transmissíveis), pois muitos indígenas são indocumentados, inviabilizando o seu acesso a programas governamentais.

Diante dessas considerações, o artigo irá abordar a visão dos indígenas acerca do conceito de fronteira, bem como territorialidade e algumas peculiaridades da cultura indígena, que podem contribuir na dificuldade do Estado brasileiro em reconhecê-los como cidadãos.

Em um segundo momento, o artigo estudará a dificuldade encontrada pelos indígenas fronteiriços no pedido de concessão de sua documentação, buscando verificar as consequências imediatas desse problema.

Por fim, o artigo analisa algumas políticas públicas, representadas por programas de assistência social do governo que são negados aos indígenas por serem indocumentados.

Acerca do exposto, é possível que a diferença de concepções acerca de conceitos e demais fatores influam na tomada de decisões por parte dos agentes estatais na implementação de políticas para os povos e populações originárias devido à complexidade e desconhecimento sobre o que significa ser ou estar na fronteira.

Diferentes visões acerca do conceito de fronteira

Ao se considerar a hipótese de que há diferentes visões acerca do que é fronteira, o que se verificou na América Latina foi a formação de Estados Nacionais com a imposição de uma estrutura jurídica que sedimentou a estrutura de dominação estatal sobre diversos territórios tradicionalmente habitados por populações milenares, e que foram desalojadas desses territórios, de sua cultura e, por conseguinte, tiveram suas leis e costumes relegados e não recepcionados pela estrutura jurídico-normativa que a partir de então se estabelecia.

A faixa de fronteira é uma área especial que, em função de questões históricas e políticas, tem sido associada a uma agenda negativa, ficando praticamente abandonada pelo Estado. A isto deve ser acrescido o fato de que a legislação brasileira que dispõe sobre a migração é de 1980, sendo elaborada durante o regime de exceção, razão pela qual a área é vista e considerada apenas do ponto de vista da segurança nacional. A faixa de fronteira continua sendo uma região estratégica para a garantia da segurança nacional, porém o próprio conceito de segurança evoluiu nas últimas décadas, incorporando, modernamente, ao referencial geopolítico o referencial geoeconômico, com os novos desafios implícitos nessa mudança (CARDOSO DE OLIVEIRA; BAINES, 2005).

Quando se trata do assunto de formação de fronteiras nacionais e da própria formação e organização do Estado, os povos tradicionais, em sua grande parte, estão em posição de hipossuficiência jurídica, dada a posição de dominação do ente estatal.

Por sua vez, o Estado entende a mobilidade humana como resultado de um fluxo migratório motivado em função da necessidade de trabalho e renda. Por outro lado, a mobilidade humana para os povos indígenas está fundamentada em sua cosmologia e em concepções cuja lógica estatal é incapaz de perceber.

O Estado, a partir de sua gênese, percebe o território como moeda de troca, atribuindo-lhe valor monetário, que será utilizado em meras negociações, pouco importando a sua destinação e se irá sofrer degradação, ao passo que os indígenas valorizam e atribuem ao território um valor transcendental, além de primar pela sua preservação em prol de gerações futuras.

Porém a terra indígena possui uma conotação política, abrigando várias comunidades e possui fronteiras fixas também demarcadas de acordo com as regras e costumes dos povos originários. Trata-se de um território que é englobante e cujos ocupantes pertencem a uma identidade étnica reconhecida e comum de acordo com o costume e cultura. Pressupõe-se que os ocupantes deste território englobante se percebam enquanto parte de uma coletividade, partilhando interesses comuns, devendo buscar a sustentabilidade ambiental de suas terras e a sustentabilidade social e cultural do seu modo de vida (ALENCAR, 2004, p. 69).

De acordo com Foucher (2009, p. 10), as fronteiras delimitam territórios, mas não resolvem as contradições. Esse autor expressa a sua preocupação acerca da criação desordenada de Estados, nem sempre estruturadas e viáveis, sendo focos de problemas e conflitos tendo em vista a delimitação de suas fronteiras não ter sido precedida do devido estudo étnico.

Em outro ponto, as fronteiras são decorrentes de demarcações políticas que refletem a realidade interna e externa de cada Estado, geralmente associadas à ideia de soberania, e os nacionais e estrangeiros também serão elementos desse Estado, cada um com sua peculiaridade e natureza, a exigirem diferentes tratamentos e abordagens prioritariamente orientadas ao bem comum, contudo, sem o necessário alcance a todos seus habitantes.

Segundo Cavararo Rodrigues (2019, p. 21), a vida cotidiana dos Kaiowá é caracterizada pela liberdade por ser uma população indígena sem fronteiras, aliás, sem as mesmas fronteiras impostas pelos Estados nacionais, que se resume à liberdade de ir e vir dentro do seu território, seja para visitar seus parentes, na busca de novos territórios, ou até mesmo, poderem gozar do sagrado direito de trabalhar, e de ter garantia de acesso à educação e saúde. Infelizmente, por residirem em região fronteira, os Kaiowá passam por obstáculos para se autoafirmar e determinar; pois a sociedade não indígena frequentemente questiona a sua nacionalidade, ocasionando grandes embaraços quanto ao acesso às políticas públicas e programas do governo.

Diante do estabelecimento das fronteiras entre os Estados nacionais, não foram observadas as peculiaridades dos povos indígenas fronteiriços, o que foi uma das contribuições para a situação de dubiedade sobre sua identidade étnica, e que se reflete na atualidade, dificultando sua vida cotidiana no tocante ao acesso à educação, programas de saúde e à previdência social. De fato, o atendimento nos postos de saúde é voltado aos brasileiros, e somente em casos de extrema necessidade ou emergência os estrangeiros são atendidos. Além disso, para obter acesso ao Benefícios de Prestação Continuada — BPC⁵, deve-se comprovar que é brasileiro.

Para a sociedade não indígena, é difícil compreender a prática cultural da mobilidade tradicional visto que, inúmeras vezes, esse povo se depara com questionamentos sobre a motivação de seus deslocamentos, principalmente os residentes na fronteira, como é o caso do grupo pesquisado. Acrescenta-se a isso o fato de os Kaiowá falarem a língua Guarani, o que serve de justificativa para serem rotulados como “índios do Paraguai”, ou seja, do país vizinho.

Considerando o conceito de relativismo cultural, que pode ser aplicado ao estudo que ora se apresenta, Wirth (1973) afirma que os modos de vida das pessoas seguem paradigmas que refletem a cultura dominante, em que o conceito de lugar circunscrito e definido tem a ver com a própria origem do Estado, outrora dividido em feudos que deram lugar às cidades, produtos de um processo do crescimento e evolução dos modos de associação humana, que exercem influência sobre os modos de vida das pessoas e sua visão acerca da realidade.

Com base nesse paradigma, o encadeamento desse processo entra em conflito com a visão de território dos povos tradicionais e, não sendo dominante e nem reconhecida, fica em segundo plano, sendo pressionada por uma visão eurocêntrica e por padrões sociais que foram reforçados ao longo do tempo pela cultura dominante, incapaz de compreender a migração dos povos indígenas — *a mobilidade espacial* — como parte de sua cultura tradicional e de sua identidade, identificando-se um dos obstáculos aos indígenas na concessão de documentos e cidadania.

O desconhecimento acerca de alguns traços marcantes da cultura indígena, principalmente quanto ao aspecto territorial, representa um dos motivos pelos quais se constata as dificuldades discutidas neste trabalho.

5 Benefício pago pela previdência social, visando garantir um salário-mínimo mensal para pessoas que não possuam meios de prover à própria subsistência ou de tê-la provida por sua família. O benefício é uma garantia constitucional, pela Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. (nota dos autores).

Fatores que dificultam a obtenção de documentação

Os três grupos guarani (Kaiowá, Ñandeva e Mby'a) que vivem no Brasil também possuem representantes nos países vizinhos e muitas de suas comunidades estão localizadas na faixa de fronteira. Apesar desse quadro espacial, observa-se que as fronteiras nacionais são totalmente artificiais, pois cindiram o território histórico e tradicional guarani, mas não impediram que eles mantivessem ativas as relações sociais e culturais com as comunidades aliadas, independente de elas estarem ou não no território do mesmo país (CAVALCANTE, 2013, p. 134).

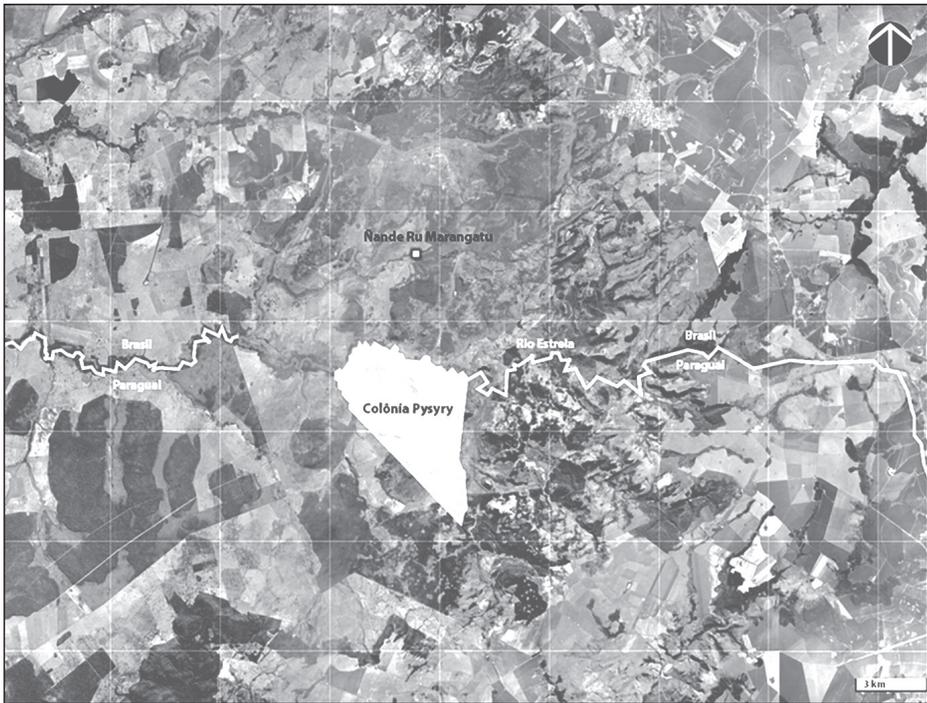
Por conta disso, há por parte de alguns setores da sociedade brasileira a infundada tentativa de criação de uma oposição entre a identidade étnica dos indígenas e a sua nacionalidade. Tal oposição está relacionada principalmente à pretensão de negar-lhes a efetivação dos direitos sociais e territoriais advindos do artigo 231 da Constituição Federal de 1988. Por isso, são frequentes as tentativas de caracterização dos Guarani como paraguaios, o que supostamente os tornaria oportunistas que migraram ao Brasil para acessar indevidamente os direitos sociais e territoriais garantidos pela legislação brasileira e supostamente mais vantajosos do que os oferecidos aos indígenas no Paraguai.

De acordo com Rodrigues *et al.* (2019, p. 111), a sociedade brasileira é formada por diferentes etnias e por imigrantes de diferentes países, possibilitando o contato com diversas culturas, e essa convivência entre grupos diferenciados muitas vezes é marcada pelo preconceito e pela discriminação. Devemos reconhecer a diversidade em nossa sociedade, enxergar que é parte inseparável da identidade nacional, lutando para superar qualquer discriminação e valorizar o intercâmbio e trocas culturais, desde que estas não interfiram na autonomia das pessoas e de grupos étnicos.

Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é a dignidade do ser humano, bem como é regida pelos princípios da autodeterminação dos povos e prevalência dos direitos humanos. Na prática, não funciona exatamente assim, mas é o que está escrito.

A partir do período em que os países adquiriram sua autonomia pela criação dos Estados Nacionais, as fronteiras regionais foram demarcadas ignorando, por conseguinte, as fronteiras do território tradicional dos Guarani e Kaiowá foram cindidas ao meio, como se pode constatar no território tradicional *Ñande Ru Mangaratu*, localizado na fronteira Brasil/Paraguai, no município de Antônio João/MS⁶.

6 Eremites de Oliveira e Pereira (2009) constataram que os trabalhos da Comissão de Limites para demarcação das fronteiras entre o Brasil e o Paraguai ocorreram no período de 1872 até 1874, sendo realizados sem observar os territórios indígenas existentes entre elas, como foi o caso da região que compreende a extensão do território tradicional de *Ñande Ru Mangaratu* localizado em Antônio João/MS até a colônia *Pysry*, localizada em território do país vizinho, Paraguai (nota dos autores).

Figura 1 – Território Indígena Ñande Ru Marangatú

Fonte: Cavararo Rodrigues (2019, p. 36).

Dessa forma, a divisão aconteceu baseada em tratados, acordos e outros interesses que não levaram em conta a realidade dos povos tradicionais e seus territórios. Além de não reconhecerem a prática milenar muito conhecida dentre os povos indígenas, de mobilidade espacial ao longo do território ancestral, prática associada à cosmologia, que é um dos elementos centrais da cultura desses povos, possibilitando o entendimento do seu modo de vida.

Se o Estado não consegue perceber as nuances da migração indígena, ignorando conceitos como cosmologia e territorialidade, mais difícil se tornará a tarefa de diferenciar os indígenas brasileiros e os paraguaios, haja vista supostamente não haver cooperação entre esses países no tocante à política para os indígenas. Paralelamente a esse fato, a obtenção de documentos e registro como brasileiro ficará bem dificultada nas regiões de fronteira como a estudada neste artigo.

Os direitos humanos não podem estar subordinados a leis internas, sejam estas de política migratória ou de qualquer outra natureza. O direito à não discriminação não pode estar condicionado ao cumprimento de objetivos de política migratória, apesar de que tais objetivos se encontrem contemplados em leis internas. “Em virtude das obrigações internacionais, as leis que restringem o igual desfrute dos direitos humanos por toda pessoa são inadmissíveis e o Estado tem a obrigação de suprimi-las”. Além disso, por terem caráter *erga*

*omnes*⁷, “essas obrigações” podem ser aplicáveis a terceiros que não sejam parte da Convenção que as reconhece.

Além das obrigações convencionais relativas à proibição de discriminação, todos os Estados têm a obrigação *erga omnes*, isto é, perante a comunidade internacional, de impedir qualquer forma de discriminação, inclusive a derivada de sua política migratória. A proibição da discriminação “é um valor essencial para a comunidade internacional, por isso nenhuma política interna poderia estar dirigida à tolerância ou permissão da discriminação em qualquer forma que afete o desfrute e exercício dos direitos humanos” (CORTE IDH, 2019, p. 31).

Friedrich e Leite (2019, p. 22) apontam sobre a maneira como as comunidades devem ser ouvidas e quais as obrigações dos Estados contidas nesse dever de consulta, mostrando que a Convenção nº 169/OIT (ONU, 2015) desenvolve normativamente um direito reconhecido no plano constitucional, demandando assim o reconhecimento de um diálogo entre o que prevê a Constituição e o que resta estabelecido como obrigação do Estado brasileiro em um tratado internacional. Assim, na configuração de uma “brecha de implementação” entre o anseio constitucional e a insuficiente ou incoerente legislação nacional, a implementação da Convenção nº 169/OIT (ONU, 2015) firma-se como um ato necessário à efetivação dos direitos dos povos indígenas reconhecidos na Constituição.

Além da negativa de direitos por parte do Estado brasileiro, uma vez que o registro de nascimento e demais documentos são direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, sejam eles indígenas ou não, constata-se uma grave violação a direitos fundamentais do ser humano, bem como uma afronta à dignidade da pessoa humana, pois se negam direitos que resvalam no atendimento pelo sistema de saúde e assistência social.

Não se pode negar que existem cartilhas e manuais de orientação aos indígenas quanto à obtenção de documentos e acesso à saúde, educação e demais programas de assistência, contudo a contradição aparece quando se busca quantificar o número de indígenas que são registrados e efetivamente tiveram acesso a esses serviços, pois se constata por meio de dados obtidos pela pesquisa que o percentual de indígenas indocumentados é alarmante, conforme os dados da tabela a seguir:

Quadro 1 – Percentual de indígenas indocumentados⁸

DOCUMENTO	POSSUIDORES	NÃO POSSUIDORES	PERCENTUAIS DE POSSUIDORES	PERCENTUAL DE NÃO POSSUIDORES
RANI ⁹	114	821	13%	87%
Certidão de Nasc.	480	455	52%	48%

continua...

7 Significa que possui eficácia contra tudo e contra todos, devendo ser observada e seguida por todos (nota dos autores).

8 Universo pesquisado: 935 indivíduos. Período: janeiro a agosto de 2017.

9 Registro Administrativo de Nascimento Indígena (nota dos autores).

continuação

DOCUMENTO	POSSUIDORES	NÃO POSSUIDORES	PERCENTUAIS DE POSSUIDORES	PERCENTUAL DE NÃO POSSUIDORES
RG	273	662	30%	70%
CTPS	355	580	38%	62%
CPF	435	500	47%	53%

Fonte: CRAS Indígena de Caarapó/MS

Conforme se verifica no gráfico, o percentual de indocumentados na aldeia Te' Yikue (Caarapó)¹⁰, é grande. Ao se comparar com os dados fornecidos pela Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, em 2017 havia em torno de 600 mil indocumentados em todo o país. Nessa lógica, considerando que a população brasileira na mesma época era de aproximadamente 209 milhões de pessoas, o percentual de indocumentados fica na casa de apenas 0,002% da população total.

Porém, conforme se constata, o percentual de indocumentados indígenas está muito além desse patamar, que justifica as distorções no atendimento à saúde indígena e dificuldades no acesso à diversas políticas públicas.

Conforme Munhós (2017, p. 16), a partir da contabilização dos dados quantitativos foi possível dimensionar os afetados por referida situação de marginalidade a partir da análise da condição escolar: são residentes na aldeia 1.901 indígenas em idade escolar (de 5 a 18 anos), porém foram contabilizados 684 sem documentos civis. Ou seja, 36% dos indígenas em idade escolar estão sem frequentar a escola na aldeia *Tey'ikue*.

Abaixo pode-se vislumbrar um recorte do mapeamento da ausência de documentação:

Quadro 2 – Mapeamento da ausência da documentação

Nome da Pessoa	Sexo	Data. Nasc.	Nome da Mãe	Nome do Pai	Etnia	Nº Residência	NRANI 1ª VIA	RCN 1ª VIA	RG
LISIANE VASQUES MARQUES	F	07/01/1997	SANDRA VASQUE	FLORENCIO MARQUES	KAIOWA	0463-D	S	N	N
IDINO AMARILHA	M	1/10/1997	VITORIA VASQUE	ADALTO AMARILHA	KAIOWA	0316-A	N	N	N
RONALDO VERA CARDOSO	M	12/01/1997	MARLENE VERA BARBOSA	EUZIL CARDOSO	KAIOWA	0257	N	N	N
CLENIZIA PAIM	F	02/02/1997	MARINA CHAMORRO	JOVELINO PAIM	KAIOWA	0386-C	N	N	N

continua...

10 Localizada no município de Caarapó, Mato Grosso do Sul, demarcada em 1924, pelo Serviço de Proteção aos Índios, SPI, com 3600 hectares e uma população de 4.699 indígenas Kaiowá e Guarani, e 1169 famílias, segundo dados da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) referente ao ano de 2014.

continuação

Nome da Pessoa	Sexo	Data. Nasc.	Nome da Mãe	Nome do Pai	Etnia	Nº Residência	NRANI 1ª VIA	RCN 1ª VIA	RG
TEODORO VILHALVA	M	15/02/1997	SEVERINA GONÇALVES	ELIDO VILHALVA	KAIOWA	0040-C	S	N	N
CLAUDERSON VILHAULVA ARCE	M	3/10/1997	LURDE ARCE	JOÃO VILHALVA	GUARANI	0281-B	N	N	N
MEIRELES BENITES	F	14/03/1997	RAIMUNDA RIOS	LOURENÇA BENITES	KAIOWA	0282-C	N	N	N
GILMAR BARBOSA (ADEMAR)	M	26/03/1997	CELIA ALMEIDA	ARINDO BARBOSA	KAIOWA	0371-C	N	N	N
ABIQUEILA VERA	F	05/05/1997	SANTA ROSA	LUCIANO VERA	KAIOWA	0459-C	N	N	N

Fonte: Munhós (2017, p. 16).

De acordo com os dados obtidos por Munhós (2017, p. 18), no que tange à certidão de nascimento, todos os 684 indígenas em idade escolar estão em situação de marginalização devido à ausência de documentação, principalmente da certidão, visto que sem a posse da certidão de nascimento não é possível adentrar o ambiente escolar.

É possível perceber que alguns indígenas possuem o RANI (documento de identidade expedido pela FUNAI), porém este é um documento administrativo e não substitui o documento civil. De acordo com o levantamento, apenas 38,2% dos 684 indígenas sem documentação possuem RANI¹¹.

Portanto, a partir destes dados, é possível constatar a grave situação regional na qual se encontra os indígenas praticantes da mobilidade cultural, visto que o povo Guarani migra entre aldeias e transita na fronteira entre o Paraguai e o Brasil. A análise da dinâmica de mobilidade destes povos, protagonistas de deslocamentos territoriais na fronteira artificial, também denuncia a violação de Direitos Humanos, flagrada sobretudo pela falta de documentação civil. Por fim, é possível diagnosticar tal grupo étnico como duplamente vulnerável, tanto por tratar-se de etnia indígena quanto por serem alguns de origem estrangeira (MUNHÓS, 2017, p. 17).

Acesso a políticas públicas: um direito garantido em lei

Pensar em políticas públicas para os indígenas leva a uma reflexão acerca de vários aspectos do tema. Um deles é a alimentação indígena, que significa considerar a imensa diversidade que caracteriza as sociedades indígenas. Não se pode afirmar genericamente que os índios se alimentam da mesma forma, uma vez que existem no Brasil muitos povos indígenas cujos hábitos

11 Registro Administrativo de Nascimento Indígena (nota dos autores).

são, muitas vezes, diferentes entre si. Essa heterogeneidade, no entanto, não se limita às práticas alimentares, mas estende-se aos demais aspectos de suas vidas. Além disso, há que se considerar que o contato com os não indígenas agregou novos elementos à alimentação desses povos, tornando-se um processo dinâmico com variantes de um local para outro.

As populações pré-históricas que habitaram o imenso território amazônico deixaram diversos frutos de suas intervenções nesse ecossistema, cujos resultados desfrutamos hoje, ignorando as suas verdadeiras origens. Quando da chegada dos europeus nas Américas, a mandioca tinha amplo destaque na dieta das populações indígenas amazônicas, e a seleção praticada com essa planta resultou no desenvolvimento de raízes maiores e mais ricas em amido.

Estudos demonstram que a mandioca, o amendoim e a pimenta foram domesticados pelos indígenas por volta de 6500 a.C. e o abacaxi, fruto originário da Amazônia, foi domesticado em torno de 4000 a.C. Evidências genéticas e históricas sugerem que o guaraná foi domesticado pelos índios sateré-maués na região entre o Baixo Rio Tapajós e o Baixo Rio Madeira e, fato curioso, o cacau, que também é um fruto originário da Amazônia, foi domesticado na América Central, provavelmente pelos povos maia ou zapoteca, em aproximadamente 4000 a.C, o que denota um importante intercâmbio entre os povos dessas regiões (MSIA, 2015, p.12)

Como se percebe, o intercâmbio entre as culturas e aos aspectos alimentares é algo remoto e que sobrevive até os dias atuais. Porém, as evidências acima demonstram que esse intercâmbio se deu de forma construtiva, contribuindo positivamente na construção de elos entre os povos a fim de se preservar a cultura e transmiti-la às gerações futuras.

Desse modo, é importante destacar que nem sempre esse intercâmbio terá resultados promissores, e o que se verifica na atualidade é a transposição de costumes alimentares dos não índios para o interior das aldeias, de forma indiscriminada e em detrimento do bem-estar dos indígenas, sem regras e nem observância aos costumes e práticas alimentares desses povos.

Desde já é importante destacar que este estudo não considera afastar os povos indígenas da realidade em que se encontram, haja vista todos os cidadãos, indígenas e não indígenas, estarem mergulhados em um contexto pautado na globalização imposta pelo capital, cujas consequências se traduzem por meio da mudança de hábitos, dentre eles a alimentação.

Contudo, as alterações impostas pela globalização impactaram a todos, e as populações indígenas, mais vulneráveis por não contar com o aparato de saúde posto à disposição dos não indígenas para o atendimento de suas necessidades básicas e no diagnóstico precoce de doenças, se traduzem no grupo mais prejudicado por não possuir uma estrutura de atendimento efetiva e eficiente.

Diante disso, não se pode negar a participação dos indígenas e o seu acesso a produtos industrializados e toda sorte de alimentos como refrigerantes, frituras

e outros produtos que necessariamente não fazem parte de sua dieta alimentar, mas que, inevitavelmente, encontram-se inseridos no seu cotidiano.

Nesse panorama, é previsível que os indivíduos façam uso de alimentos com alto teor de glicose, gorduras hidrogenadas, antioxidantes, conservantes e toda sorte de componentes extremamente tóxicos a quem quer que faça uso constante e indiscriminado desses alimentos.

O primeiro estágio da intoxicação se dá por meio do aumento da irritabilidade entre os jovens, em decorrência de componentes que aceleram o metabolismo e produzem a dependência, bem como o acréscimo de produtos na formulação de certas bebidas que levam à viciação.

Em um segundo estágio, a obesidade e as doenças gastrointestinais podem levar ao aumento de casos de desânimo e baixa compleição física e disposição para as atividades normais, pois a alimentação saudável estará comprometida.

Nessa sequência, o aumento de casos de doenças crônicas não-transmissíveis é inevitável, haja vista o incentivo ao consumo de bebidas adoçadas dentro das aldeias, influenciando nos hábitos alimentares desses povos. Porém, o grau de danos à saúde é imenso, pois esses povos não contam com uma infraestrutura de saúde que possa prover atendimento e sequer contam com campanhas de prevenção de saúde e políticas públicas na área de alimentação nas aldeias.

O Programa Farmácia Popular (FP) foi inicialmente pensado como um programa de promoção do acesso a medicamentos essenciais a preços subsidiados por meio de farmácias públicas, localizadas estrategicamente para a população de mais baixa renda, em especial em municípios participantes do Plano Brasil Sem Miséria.

O FP passou por alterações importantes ao longo do tempo, como a abertura de uma rede credenciada em parceria com farmácias privadas, para a ampliação da capilaridade geográfica, em 2006. Essa rede é denominada “Aqui Tem Farmácia Popular” e é responsável pela armazenagem e distribuição dos medicamentos, mediante reembolso do Governo Federal frente às quantidades retiradas.

As condições de acesso ao programa são bem simples, bastando que o cidadão compareça a uma das farmácias vinculadas ao programa portando algum documento e seu CPF. Porém, nem todos os cidadãos indígenas possuem CPF, pois são indocumentados e nas regiões fronteiriças eles enfrentam graves dificuldades para obter documentação por serem confundidos com cidadãos do outro lado da fronteira.

De acordo com Negri e Biasi (2019, p. 5), é fundamental demarcar que as políticas sociais no Brasil são caracterizadas pelo processo de urbanização, industrialização e constituição do capitalismo. Por isso compreende-se que estão imbricadas na relação entre o Estado, a classe trabalhadora e o mercado, como aponta Yazbek (2009, p. 47) “é no âmbito destes três polos: Estado, classe trabalhadora e empresas privadas, que se delineiam os caminhos da política social na sociedade capitalista, pois são as condições concretas de inserção no mercado de

trabalho que geram a política social do trabalhador assalariado e a política social do pobre: a assistência social”.

Nesse raciocínio, a constituição das políticas sociais na sociedade capitalista se estabelece a partir do âmbito do Estado, da classe trabalhadora e das empresas privadas, sendo uma relação que cria as condições efetivas de inserção do trabalhador no mercado de trabalho, o qual pode contar com políticas de proteção e para os pobres que não acessam ao mercado formal de trabalho estabelece-se a política de assistência social.

Outro fator a destacar é o acesso à educação, um direito fundamental de todos, mas a realidade é bem diferente no território pesquisado, pois inúmeras crianças não conseguem se matricular por não possuírem o registro de nascimento, apesar das escolas na aldeia não negarem o acesso dessas crianças as aulas, por compreenderem a dificuldade que esta população enfrenta, porém para o Estado elas não existem, além de ocorrer a desmotivação dos discentes por não constarem na lista de matriculados nas instituições educacionais.

Conforme Aguilera Urquiza e Munhós (2017, p. 146), na educação, por exemplo, muitos alunos chegam em Caarapó e, ao solicitarem o ingresso na escola, enfrentam a incompatibilidade das políticas de garantia à educação com a mobilidade territorial, visto que a ausência de documentação, resultante da dinâmica entre países, torna as crianças protagonistas da mobilidade “migrantes” aos olhos do Estado.

Historicamente o país não desenvolveu políticas sociais condizentes com as reais necessidades da população indígena, a relação com essa população sempre esteve atrelada primeiramente a uma lógica de expulsão, exclusão e confinamento, passando para uma lógica de atrelamento ao Estado, especialmente com uma política assistencialista. No atendimento das demandas de uma população específica como os indígenas, a necessidade de construir uma rede de proteção social é ainda mais presente, uma vez, que são populações historicamente excluídas de qualquer ação e intervenção estatal. Pelo contrário sua história revela a perseguição, a alienação e o assistencialismo como mecanismos de repressão e imposição de uma cultura sobre a outra, e o acesso à documentação e cidadania são o primeiro passo para minimizar essas questões.

Considerações finais

Cumprido destacar que a cidadania é o principal fator de inclusão e desenvolvimento de um país à medida que a população possua dignidade, sendo uma das funções principais do Estado.

É necessário que os Estados nacionais reconheçam as diferenças e o outro como merecedor de respeito, os povos originários emergem em função do empoderamento de sua cultura e pelo acolhimento de seus costumes e tradições pelo Estado.

Não se pode imaginar que haja pessoas que sequer possuam um documento de identificação, quando se tem à disposição dos órgãos estatais diversas

ferramentas e tecnologias como a *internet* e aplicativos que podem proporcionar o bem-estar geral de todos.

A realidade é bem outra e, conforme a pesquisa demonstra, há um percentual muito grande de indígenas indocumentados, resultando em prejuízos por serem impedidos de ter acesso a programas básicos como a assistência à saúde e medicamentos, que os coloca em situação de vulnerabilidade e invisibilidade diante do sistema oficial de saúde.

Convém que seja dada a devida atenção a essa questão, haja vista que parte dos indocumentados, no caso dos migrantes, enfrentam esse problema devido a fatores alheios à sua vontade, pois esbarram em uma estrutura estatal deficiente e mal aparelhada para recebê-los. Todavia, no caso dos indígenas, tal fato é inconcebível, pois se trata de cidadãos brasileiros.

Refletir sobre a importância dos povos indígenas no tocante à formação do Estado brasileiro leva à compreensão de que o mínimo que se pode conferir a eles é a cidadania, possibilitando que possam participar de todo o processo político que envolva o seu modo de viver e sua cultura, não os relegando ao segundo plano quando da formulação de políticas governamentais que lhes sejam diretamente relacionadas.

É dever do Estado brasileiro conferir cidadania aos povos originários, para que se sintam incluídos como brasileiros e tenham pertencimento, não sendo lembrados somente no momento do voto, mas garantindo a sua participação nos demais acontecimentos, conferindo-lhe direitos e deveres de cidadão como justo reconhecimento ao seu valor como pessoa humana.

Uma alternativa para a cidadania e reconhecimento dos direitos dos povos originários fronteiriços à documentação pode ser realizada por meio de sua identificação e registro como habitantes desses espaços, de forma que lhes seja autorizado e reconhecido seus direitos de cidadão.

O dever de assistência do Estado brasileiro em favor dos povos originários está previsto em leis internas e disposições internacionais, todavia, não existe um modelo claramente definido para as políticas em favor dos povos indígenas, o que contribui para uma situação de ineficácia de todo esse processo, ao passo que cabe ao poder público atender a princípios como a máxima efetividade e autodeterminação dos povos, previstos na Carta Magna de 1988.

REFERÊNCIAS

AGUILERA URQUIZA, A. H; MUNHÓS, L. V. A. Mobilidade guarani e territorialidade nas fronteiras de Mato Grosso do Sul: 129 o pluralismo jurídico comunitário-participativo. **Revista de Direito UFMS**, v. 3, 2017. DOI: 10.21671/rdufms.v3i1.3311.

ALENCAR, E. F. **Estudo Estratégico. Situação Sócio-Econômica:** diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas. Municípios de São Paulo de Olivença, Tabatinga, Amaturá e Benjamin Constant. Segundo Relatório de Campo. Santarém, PA: [s. n.], 2004.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 3 maio 2022.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R; BAINES, S. G. (org.). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

CAVALCANTE, T. L. V. **Colonialismo, território e territorialidade:** a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2013.

CAVARARO RODRIGUES, A. L. **Kaiowá-Paĩ Tavyterã:** onde estamos e aonde vamos? Um estudo antropológico do Oguata na fronteira Brasil/Paraguai. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2019.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Parecer Consultivo OC-18/03 de 17 de setembro de 2003.** Solicitado selos Estados Unidos Mexicanos. A Condição Jurídica e os Direitos dos Migrantes Indocumentados. San José: Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2003. Disponível em www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/58a49408579728bd7f7a-6bf3f1f80051.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. **Ñande Ru Marangatu:** Laudo antropológico e histórico sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Dourados: Editora UFGD, 2009

FOUCHER, M. **Obsessão por Fronteiras**. São Paulo: Radical Livros, 2009.

FRIEDRICH, T. S.; LEITE, R. S. Entre Compromissos Constitucionais e Vazios Normativos: Uma Análise da Incorporação da Convenção nº 169 da OIT no Direito Brasileiro e Proteção dos Povos Indígenas e Tribais. **Publica Direito**, [s. l.], [20--?]. Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=b5d62aa6024ab6a6>. Acesso em 21/10/2019.

MOVIMENTO DE SOLIDARIEDADE IBERO-AMERICANA. **Amazônia: Indígenas já Alteravam Meio Ambiente há Milhares de Anos**. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2015. p. 12.

MUNHÓS, L. V. A. **Mobilidade Indígena e Territorialidade nas Fronteiras de Mato Grosso do Sul: Os Direitos Fundamentais**. 2017. Relatório Final de Projeto (Iniciação Científica) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017. 20 p.

NEGRI, F. L.; BIASI, A. S. H. As políticas públicas para as populações indígenas: a experiência em Chapecó. *In*: CONGRESSO CATARINENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS, 22-24 ago. 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: [s. n.], 2013. Disponível em <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/As-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-para-as-popula%C3%A7%C3%B5es-ind%C3%ADgenas-a-experi%C3%A2ncia-em-Chape-c%C3%B3.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Genebra: Organização das Nações Unidas, 1989. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/292>. Acesso em: 23 abr. 2015.

RODRIGUES, M. A. *et al.* *Ñande Ru Marangatu* e a Mensagem de Veto nº 163/2017: Abordagens à Luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. p. 109-133, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/18125/12058>.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. *In*: VELHO, O. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 90-113.

YAZBEK, M. C. **Classes Subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

O ESTADO PRESENTE E AS COMUNIDADES AMPLIADAS (OU A BUSCA PELAS RELAÇÕES ESTATAIS PERDIDAS NAS FRONTEIRAS)

Eric Gustavo Cardin¹

Os estudos das relações estabelecidas entre agentes do Estado e os diferentes trabalhadores que atravessam cotidianamente as fronteiras no intuito de garantir alguma renda possuem um conjunto muito amplo de possibilidades temáticas e analíticas. Trajetórias ocupacionais, histórias de vida, relações de gênero, estratégias de trabalho e resistências, correspondem a alguns dos caminhos investigativos oriundos das ricas relações que ocorrem nas regiões fronteiriças. Entretanto, em todos eles, de maneira direta ou indireta, o Estado se faz presente. Há até o esforço por parte de alguns pesquisadores em recusá-lo, mas de maneira silenciosa ele se apresenta e se coloca de maneira influente e, muitas vezes, determinante.

A existência de uma compreensão comum e, ao mesmo tempo, utópica do que seria o Estado faz com que ocorram duas situações distintas e excludentes no movimento de aproximação e entendimento das fronteiras. Partindo do pressuposto que o Estado é um tipo ideal, absoluto e abstrato, um “semideus” que deveria, por seus objetivos, ser onipresente, onisciente e onipotente, a influência desta entidade nas regiões fronteiriças é destacada e reforçada. Assim, categorias de limite, fronteira jurídica e soberania se sobrepõem a todas as outras, fazendo com que o cotidiano dos habitantes destas raias fique preso por correntes invisíveis que determinam o idioma, a moeda, os valores e a identidade nacional.

A fé na existência de um Estado abstrato e isolado da sociedade, e que possui a finalidade prática e neutra de administrar as relações sociais, econômicas e políticas, estabelecendo e garantindo o exercício dos direitos e deveres dos cidadãos, ao mesmo tempo em que fomenta a manutenção da brasilidade, promove o enraizamento de discursos que se fazem presentes de maneira ampla, inclusive no interior da academia. Neste sentido, observam-se

1 Doutor em Sociologia (UNESP, campus de Araraquara). Pós-doutorado em Antropologia Social (UNAM/ Argentina). Professor do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Coordenador do Grupo de Pesquisa “Fronteiras, Estado e Relações Sociais” (LAFRONT). Coordenador do subprojeto interdisciplinar do Programa de Iniciação à Docência da UNIOESTE (PIBID). Contato: eric.cardin@unioeste.br

pesquisas onde o objeto de estudo não se encontra nas relações e/ou nas redes sociais, na formação humana ou na ontologia, nas práticas e representações dos indivíduos, mas nas ações e políticas do Estado, como se este fosse a personificação de um conjunto de interesses homogêneos. Assim, deixam de observar que a ação não é do Estado, mas dos diferentes grupos que ocupam e disputam espaço no seu interior.

Neste sentido, em muitos casos, o interesse está na valoração do Estado que combate de maneira rigorosa às práticas de descaminho, de contrabando e de tráfico. Está na exaltação das políticas de segurança, nas estratégias militares, na fiscalização, nas câmeras de vídeo monitoramento. Nos índices de apreensão de mercadorias contrabandeadas, de drogas e de armas. Está no interesse em explicitar o prejuízo financeiro do Estado com a evasão fiscal e com a suposta insegurança pública promovida pelos fluxos fronteiriços de difícil organização. É dentro desta perspectiva que se plasam a ideologia do controle e do medo. Da mesma forma, é nela que se difunde a ideia de fronteira sem lei e caótica e, como consequência, o anseio popular por maior repressão e disciplina.

A produção vinculada ao Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social das Fronteiras (IDESF) possui estas características. Tendo entre suas parceiras empresas privadas e dispositivos de segurança pública, o instituto se apresenta como o difusor de uma perspectiva restritiva de fronteira, que é entendida aqui como sinônimo de fortalecimento do limite jurídico. Dentro dos cursos que promovem, como foi o caso da pós-graduação em “Gestão em Ciência Política, Estratégia e Planejamento com Ênfase em Fronteiras”, encontram-se discussões vinculadas às estratégias de desenvolvimento e de segurança nacional transpassada pelo viés ideológico do nacionalismo e do patriotismo. Em alguns relatórios disponibilizados na internet, como, por exemplo, *Rotas do Crime*² ou *Características das Sociedades de Fronteiras*³, se visualiza uma espécie de fotografia de momentos e movimentos, que não apreende os processos históricos e os aspectos relacionados à cultura de fronteira (DORFMAN, 2009).

Por outro lado, há também o esforço oposto, fundamentado em matrizes teóricas e metodológicas que possibilitam o surgimento de perspectivas onde o Estado se apresenta de maneira forçosa sobre as relações sociais que seriam próprias dos habitantes fronteiriços, exigindo a adequação das fronteiras étnicas e de determinadas práticas sociais à um modelo social alienígena. Assim, no intuito de fugir do processo de estatização das experiências, busca pensar as regiões de fronteiras por meio da valorização de categorias

2 Disponível em: <https://www.idesf.org.br/2016/03/03/rotas-do-crime-as-encruzilhadas-do-contrabando/>.

3 Disponível em: <https://www.idesf.org.br/2014/10/16/estudo-caracteristicas-das-sociedades-de-fronteiras/>.

locais, superestimando a cultura de fronteira, o saber passar, as experiências anteriores a presença concreta dos aparelhos estatais. Em síntese, enquanto o primeiro grupo acredita na necessidade do fortalecimento do Estado para organizar a fronteira nacional, o segundo pensa que a suposta desorganização da fronteira é derivada da própria presença do Estado e pelo desrespeito aos modos de viver dos moradores locais.

Em outro momento, analisamos a movimentação circular promovida por habitantes fronteiriços nos limites do Brasil e Paraguai e explicitamos a existência de redes transnacionais e os usos estratégicos das supostas identidades nacionais. Na ocasião, constatamos que para tal população a fronteira é invisível e que ela apenas se faz presente quando cobrada por terceiros – em situações em que a documentação é requisitada – ou quando, por necessidades objetivas, o Estado precisa ser acionado para a obtenção de algum direito social – acesso à saúde, educação e previdência, por exemplo. Os modos de viver dos sujeitos que foram entrevistados foram construídos durante suas trajetórias transfronteiriças, onde o Estado se apresentava de maneira distante e/ou de forma ignorada. No contexto estudado, quando ele é evocado ou quando ele se impõe, explicitam-se situações conflitivas e desajustadas, onde normatizações legais, dispositivos estatais e os sujeitos transfronteiriços vivenciam experiências de negociação que sinalizam para os limites das definições do Estado e das próprias identidades (FIOROTTI; CARDIN, 2016).

Agora, diante destes dois possíveis caminhos analíticos, nos interessa pensar efetivamente no Estado que se faz representar e se faz entender pelas ações de seus próprios agentes. Partimos da hipótese de que as duas posições contraditórias apresentadas anteriormente são oriundas de posições teóricas e político-ideológicas que impõe uma definição *a priori* do que se espera do Estado, que, por sua vez, está vinculada a uma cisão imposta historicamente nas relações entre Estado e Sociedade. Acreditamos que qualquer definição conceitual deva ser originada da análise das práticas e das relações materiais, ou seja, do estudo das relações nas situações em que os agentes se fazem Estado. De outro modo, tenderemos a enquadrar as práticas dos agentes e dos trabalhadores em modelos abstratos anteriormente existentes, baseadas na ruptura Estado/Sociedade.

No intuito de refletir sobre os contornos que o Estado vai adquirindo nas relações cotidianas dos seus agentes com os trabalhadores transfronteiriços e, conseqüentemente, sobre a própria definição do que seria o Estado, exploraremos algumas situações comuns nas fronteiras para pensarmos a sua própria composição, observando e analisando o entrelaçamento entre as práticas políticas e sociais. Por fim, buscamos aprofundar o entendimento da relação Estado e Fronteira e, desta forma, contribuir com o desenvolvimento de estudos que busquem pensar a *socialidade* nestas regiões, valorizando os

processos de construção e desconstrução diários, processos que fomentam um movimento dinâmico e de difícil apreensão. A adoção do termo *socialidade* é proposital, pois por meio dele se expressam relações de poder e ontologias horizontais, não impostas através da determinação de padrões sociais institucionalizados e hierarquizados (LATOURET, 2007).

As ações dos agentes e o fazer-se Estado

Embora a forma de atuação dos agentes de fiscalização e repressão na fronteira seja plástica, performática e dependa diretamente do vínculo ou das relações dos interesses das frações da classe dominante com a construção de políticas de intervenção, do cotidiano dos habitantes raianos e das experiências dos trabalhadores inseridos nos diferentes circuitos existentes nas fronteiras, destacamos alguns exemplos que nos possibilitam pensar o Estado existente nestas localidades. Os dados apresentados são oriundos de pesquisa de campo, de entrevistas semiestruturadas e de observação direta em diferentes pontos da faixa de fronteira brasileira. O intuito não é promover generalizações, mas construir meios para que possamos problematizar a efetivação do Estado e a sua própria definição. Acreditamos que a forma mais adequada de entendermos algo não seja exclusivamente por meio do estudo da imagem que temos sobre, mas através da análise da sua manifestação concreta, observando suas “práticas”, “experiências” e “ações”.

Partindo deste pressuposto, indicamos que a ação do Estado não é homogeneia e nem coerente a uma única matriz política e ideológica, suas ações possuem sentidos múltiplos, marcadas por uma alta difusão derivada da complexidade que sua estrutura adquire no mundo contemporâneo. Embora o norte das políticas desenvolvidas possa refletir os interesses derivados dos acordos das frações das classes dominantes, o corpo do Estado é composto por relações sociais estabelecidas por sujeitos que desenvolveram e desenvolvem diferentes trajetórias, não restritas aos seus respectivos espectros políticos e ideológicos. Tal situação alimenta a existência de um Estado fragmentado, múltiplo, que se define por meio de um emaranhado de relações estabelecidas na vida cotidiana.

Pressupor a desordem para tentarmos encontrar alguma ordem é um caminho epistemológico possível quando consideramos que os sujeitos sociais nascem livres. Assim, nos parece um caminho demasiado diretivo qualquer análise que desconsidere os limites conceituais na apreensão das ações do Estado quando as definições utilizadas trilham um caminho que se origina de uma perspectiva idealizada para, em um segundo momento, ir ao encontro de uma realidade supostamente “imperfeita”. Oliveira e Strassburg (2016, p. 154), por exemplo, ao justificarem o estudo do pensamento de Gunnar Myrdal e

Amartya Sen, destacam a inegável importância da participação estatal na economia e no desenvolvimento regional devido ao fato do Estado se apresentar como “a instituição maior dentro da sociedade e matriz de outras instituições”.

Se consideramos inadequado o radicalismo neoliberal, que expressa de maneira raivosa a inabilidade do Estado em atuar no mercado sem ter justificativas plausíveis, também não é aceitável acreditarmos que o Estado deve participar do desenvolvimento social e econômico simplesmente por acharmos que ele é a “maior das instituições”. Nota-se, que a questão levantada não é direcionada para o aspecto ideológico do problema, mas para a forma no qual o Estado é pensando, entendido, criticado ou defendido. Não suficiente, poucas linhas depois, Oliveira e Strassburg (2006, p. 156) asseveram “para que um Estado seja verdadeiramente forte, é imperativo que seja estável sua ordem jurídica, além de dotada de legalidade, ou seja, tenha o respaldo da Nação”.

Lembramos que não é o objetivo do capítulo desconstruir a “legitimidade” do Estado ou problematizar suas relações com a ordem jurídica. Contudo, as relações causais descritas pelos autores fundamentam um estado mítico, centralizado, legal, que possui o monopólio do uso legítimo da força e uma nação assentada, homogênea e que já possui, explicitamente, sua identidade nacional hegemônica definida. Em outras palavras, Oliveira e Strassburg (2006) apresentam uma leitura sustentada por uma situação idealizada do que é um Estado Nação consolidado e fetichizado, apagando seu processo histórico de constituição e escondendo todos os conflitos de classe existentes e fundantes.

A ruptura conceitual entre Estado e Sociedade analisada por Timothy Mitchell (2015) respinga na perspectiva apresentada pelos autores. Como destaca Mitchell (2015), o descolamento didático entre sociedade civil e sociedade política, que deveria ser apenas uma ilustração teórica, é encarnada por um rompimento entre esferas da vida cotidiana e reflete em um mundo marcado por uma sociedade que busca se despolitizar e por um Estado que busca se despersonalizar. O resultado é a construção de um imaginário onde a sociedade vive relações alienadas, rápidas, em que homens e mulheres não conseguem suspender a cotidianidade, a banalidade e, por outro lado, um Estado abstrato, com uma capacidade sobrenatural de fiscalização e intervenção.

Estas observações gerais possuem o intuito de provocar inquietudes sobre o Estado que conhecemos nas fronteiras. Todavia, além dos limites internacionais, como se tencionam as fronteiras da ciência com a realidade empírica? As inúmeras pessoas que cotidianamente circulam entre fronteiras e manejam regulamentos, leis e direitos, se isentam da política em suas práticas dessecando a ontologia capitalista presente nas relações constitutivas do ser social na contemporaneidade? Os agentes estatais responsáveis em executar

as normativas governamentais atuam de maneira mecânica desconsiderando suas próprias trajetórias pessoais?

Constatar a existência de uma fronteira corresponde observar a ocorrência de um encontro entre diferenças. Isso envolve deslocamento e relação. Não há encontro quando dois corpos estão isolados de modo estático, para que haja contato ao menos um dos corpos precisa ir em direção ao outro. Neste deslocamento, ainda que de maneira tímida, observa-se que os corpos carregam consigo seus respectivos *habitus* e, a partir deles, estabelecem relações. Estas, por sua vez, não precisam necessariamente ser harmoniosas, amigáveis, podem ser conflitivas, combativas, repressivas, como muitas vezes ocorre no deslocamento do agente da Receita Federal que caminha em direção ao trabalhador que tenta passar uma “cota” de produtos de informática.

Sociedade, Estado e fronteiras se constituem historicamente por meio de suas relações concretas, materiais, efetivadas dia após dia no esforço de resolução dos problemas enfrentados (ou encontrados?) durante nossos próprios deslocamentos. São táticas, estratégias, arranjos, que refletem em práxis, que se tornam em conhecimento acumulado, reproduzido, transmitido e que, por fim, nos tornam humanos. Desta forma, o entendimento de tais dimensões da vida, ou melhor, de tais constructos da vida, precisa ser efetivado acompanhando o movimento dos sujeitos concretos que acumulam conhecimentos e que vão se organizando no interior dos mais diferentes *campos de poder* e *simbólicos*.

Não há dúvidas sobre a existência do Estado. Contudo, como afirma Mitchell (2015), há dúvidas sobre a maneira no qual o entendemos e o definimos. O distanciamento conceitual do Estado em relação as pessoas fazem com que ele não seja efetivo, pois, a instituição reconhecida por todos e todas é aquela composta e encarnada por outras pessoas. O Estado não é visto como um aparelho abstrato, mas pelo trabalho de seus médicos, policiais, professores e administradores, ou seja, pela ação e reação de homens e mulheres com seus *habitus*, agentes públicos que podem cometer erros. Neste sentido, Mitchell (2015) e Gupta (2015) sinalizam para a necessidade de observarmos o Estado Real, ou seja, aquele que existe concretamente na realidade das pessoas e, a partir dele, buscarmos a elaboração de definições mais abrangentes e flexíveis.

No intuito de contribuir com esta perspectiva analítica, recorro às pesquisas de campo que realizei na fronteira do Brasil com o Paraguai entre 2010 e 2020. O intuito é explorar de forma objetiva a relação estabelecida entre os agentes de fiscalização que atuam na fronteira e os diversos trabalhadores que vivem dos diferentes circuitos de compra e venda de mercadorias que ocorrem na região. Além disso, destaco que no período mencionado, a pesquisa realizada envolveu entrevistas abertas, análise de processos criminais, de jornais locais e de um livro de memória de uma agente aposentada da Receita Federal.

As pesquisas realizadas por Fiorotti (2017) e Fiorotti e Cardin (2018) demonstram o lento processo de disciplinarização da classe trabalhadora na fronteira do Brasil com Paraguai. Por meio de recuos históricos, os estudos indicados demonstram que as diferentes maneiras do Estado se fazer presente ao longo do século XX possibilitaram que os trabalhadores fronteiriços e os agentes estatais que atuavam na região apresentassem certa elasticidade no entendimento daquilo que era entendido como fronteira e como ilegal em cada momento histórico. De modo mais específico, Fiorotti (2017), ao analisar a circulação transfronteiriça de café e outros gêneros alimentícios entre as décadas de 1950 e 1970, demonstrou o reconhecimento da interdependência e da naturalização das redes transnacionais na região pelo sistema judiciário da época.

Em síntese, tais contribuições são derivadas da observação que os diferentes sujeitos envolvidos com o comércio transfronteiriço estão imersos em uma cultura de fronteira, carregada por valores tradicionais e por relações de solidariedade constituídas por elementos contextuais. Durante as entrevistas realizadas com os sujeitos inseridos nos circuitos de contrabando de cigarro são comuns narrativas onde se constata a existência de certa complacência dos agentes que deveriam coibir a travessia de mercadorias ilegais na fronteira do Brasil com o Paraguai. Partindo desta observação empírica e de outras similares, elaboramos a categoria de *ação complacente* para entender as práticas dos agentes estatais originadas do reconhecimento histórico da importância do contrabando no cotidiano nas regiões fronteiriças e da interação social existente entre todos os envolvidos.

Em entrevista realizada no município brasileiro de Guaíra/PR no ano de 2015, o interlocutor, que até aquele momento possuía uma função estratégica no circuito de compra, venda e distribuição de cigarros na fronteira do Brasil com o Paraguai, historicizou sua inserção na atividade e ressaltou a existência de uma *inteligência social* determinante na escolha das rotas e na determinação dos portos utilizados para a passagem das mercadorias ilegais. Tal inteligência se expressava pelo reconhecimento das diferentes reações que as comunidades lindeiras ao Rio Paraná possuíam em relação aos *ilegalismos* que ocorriam na região. Indo direto ao ponto, escolher por onde passar o contrabando exige saber os níveis de envolvimento e de tolerância das comunidades locais em relação as práticas ilegais desenvolvidas.

Trata-se do reconhecimento da existência de uma noção de *comunidade ampliada*, que engloba, inclusive, políticos e os próprios agentes estatais que, direta ou indiretamente, podem interferir nas práticas realizadas. O interlocutor apresenta situações que são ilustrativas, como o fato de utilizar propositalmente um porto próximo ao posto da polícia militar, pois, segundo ele, impediria que o espaço fosse utilizado para o tráfico de armas e drogas,

o que garantiria uma segurança mínima para circulação de outras mercadorias. Quando questionado sobre a relação do suposto “contrabando” com os dispositivos de segurança responsáveis pela fiscalização e controle, responde:

(Eles) sabem que ali é “contrabando”, que não é tráfico de drogas. Tô falando de como era a minha região, estou falando de lá, porque lá ainda tem policial, tem posto da polícia militar e a turma ainda respeita com droga, arma, cabrito. Porque ali hoje o contrabando é a fonte de renda de muita família.

Em outro momento da entrevista, relata uma ocasião em que estava com um conjunto de trabalhadores descarregando mercadorias quando foram interceptados por policiais militares. Estes, diante da situação, começaram a atirar para o céu e a gritar para os supostos “criminosos” irem embora e voltarem para dentro do rio. Segundo o interlocutor, a atitude dos policiais foi derivada da impossibilidade de prender um número tão grande de pessoas, do medo de uma reação coletiva dos envolvidos e do fato da comunidade ser pequena e todos os envolvidos se conhecerem. Histórias como estas não são raras e permitem problematizar a dificuldade do Estado em “fiscalizar e reprimir” quando os seus agentes, que deveriam personificar e cumprir com os objetivos estatais, reconhecem a importância dos *ilegalismos* na realidade local.

Um segundo interlocutor, também envolvido com o circuito de cigarros, entrevistado no município brasileiro de Terra Roxa/Pr no ano de 2017, expôs elementos muito parecidos com aqueles apresentados na primeira entrevista. Ele destaca, por exemplo, a importância da confiança das pessoas envolvidas no circuito, o que justificaria a construção de uma rede de colaboradores formada fundamentalmente por pessoas da mesma comunidade, “*que cresceram juntas*”. Para além disso, aponta formas diferentes de relação com os dispositivos de fiscalização e repressão, os agentes lotados na região a mais tempo possuem uma maior tolerância em relação ao contrabando do que a apresentada pelos agentes que chegam na localidade por tempo determinado durante as operações especiais. Estes não possuem vínculos locais e são mais agressivos em suas abordagens, enquanto “*os mais velhos de casa são mais tranquilos, apreendem o mínimo*”. Na opinião do interlocutor, o fato dos agentes mais antigos viverem na mesma comunidade inibe a possibilidade de conflitos diretos com os trabalhadores inseridos no circuito.

Este tipo de comportamento pode ser visualizado ou encontrado nas pesquisas realizadas em outras localidades, como, por exemplo, nos estudos de Brígida Renoldi (2013), na fronteira da Argentina com o Paraguai, e de Paula Godinho (2009), na fronteira do conselho de Chaves no distrito de Vila Real, em Portugal, e Vilardevós, Verín, Oimbra e Cualedro, conselhos

galegos da província de Ourense. Em ambos os casos, o interesse passa pela compreensão dos vínculos existentes entre os moradores fronteiriços com os seus respectivos agentes aduaneiros. Godinho, por exemplo, destaca que “o contrabando integra um conjunto de actividades quotidianas que geram solidariedades de grupos e cumplicidades colectivas que protegem face às ameaças exteriores” e afirma ainda que a criminalização de tais práticas pelos dispositivos de fiscalização “significaria importunar conhecidos, amigos, vizinhos e familiares” (GODINHO, 2009, p. 32).

No entanto, como destacou nosso segundo interlocutor, nem todos os agentes estatais desenvolvem *ações complacentes*. Os agentes que chegam na fronteira para desenvolver as “operações especiais”, por exemplo, apresentam *habitus* distinto em relação àqueles que vivem com a comunidade a mais tempo. A diferença se manifesta no cumprimento dos objetivos pré-determinados pelos dispositivos onde estão inseridos, objetivos que se modificam conforme os aspectos políticos econômicos se transformam. Nestes casos, as ações dos agentes tendem a ser instrumentais, mecânicas, burocráticas. Elas não levam em consideração o contexto histórico e o impacto que possam ter na localidade em que a ação estatal é efetivada.

Em linhas gerais, estas *ações condicentes* correspondem as práticas desenvolvidas de maneira racional para cumprir as metas estabelecidas pelos dispositivos estatais, mas não somente. Pensar que tais condutas envolve uma aceitação por parte do sujeito que a desenvolve visa explicitar que estes comportamentos possuem dinâmicas relacionais que acompanham objetivos mais amplos, muitas vezes vinculados à política nacional de segurança pública, que, por sua vez, tende a ser modificada conforme ocorre alterações nos arranjos e nas formas de gestão implementadas pelas frações das classes dominantes que se encontram no controle dos dispositivos estatais.

Elas correspondem ao cumprimento de metas pré-determinadas por parte dos agentes, metas que são formuladas no interior de uma estrutura estatal que se encontra constantemente em disputa. Assim, a *ação condicente* não existe apenas quando os agentes são rigorosos na fiscalização e estabelecem uma política de controle absoluto da aduana, ela também pode ocorrer nas situações em que os dispositivos estatais conscientemente deixam de fiscalizar baseando-se em pressupostos do livre mercado, por exemplo. Desta forma, o estudo destes exemplos sinaliza para pontos elementares da relação Estado/Economia, pois explicita o grau de intervenção e os aspectos ideológicos que sustentam o trabalho cotidiano dos dispositivos de fiscalização e repressão.

A gestão federal imposta pelo Partido dos Trabalhadores na faixa de fronteira brasileira desde o começo do Século XIX foi marcada por um conjunto de políticas que visaram disciplinar a circulação de pessoas e capitais, onde se destacam as melhorias de infraestrutura aduaneira, o aumento no

número de agentes, a maior fiscalização dos trabalhadores fronteiriços (seja na aduana ou nas rodovias de escoamento das mercadorias), a criação da lei do microempreendedor (conhecida como a “lei do sacoleiro”) e um conjunto de investimentos em planejamento urbano com o intuito de dificultar o acesso e a utilização dos portos irregulares. Em linhas gerais, os objetivos foram aumentar o controle da fronteira por parte do Estado e diminuir a evasão fiscal. Neste contexto, se manifestam práticas por partes dos agentes estatais de fiscalização e repressão, como, por exemplo, o estabelecimento de políticas de cota zero, marcadas por práticas sistemáticas de vistorias onde não há tolerância em relação aos trabalhadores que transportam valores superiores àqueles permitidos por lei (CARDIN, 2015).

Não bastando a estrutura permanente de controle e fiscalização existente nas aduanas brasileiras, frequentemente são promovidas operações especiais por parte de diferentes dispositivos estatais para auxiliar o combate aos *ilegalismos* típicos das regiões fronteiriças. No ano de 2017, a Operação Muralha, por exemplo, em 54 dias de funcionamento na Rodovia 277, estrada que dá acesso a Ciudad del Este/Paraguai, realizou 36 prisões em flagrante de pessoas transportando armas e drogas, além de apreender R\$ 11,4 milhões de reais em mercadorias contrabandeadas, 114% a mais do que foi obtido pela mesma operação no ano anterior. Inserida no âmbito do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, a operação envolve agentes da Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Exército, Marinha, Polícia Militar do Paraná, Polícia Civil e Departamento de Inteligência do Paraná, e configura-se, por meio de *ações condicentes*, uma *performance* de, supostamente, um estado forte e presente.

Eduarda Rovisco (2009), estudando as práticas de contrabando na fronteira entre Portugal e Espanha também observou que a atuação dos agentes aduaneiros tende a transitar entre as possibilidades anteriormente apresentadas. Neste sentido, ela destaca os vínculos comunitários daqueles que deveriam coibir o contrabando, mas, principalmente as variações nas formas de atuação conforme se modificava os interesses governamentais. Enquanto os espanhóis apresentavam maior dificuldade em suas práticas de contrabando devido ao rígido controle imposto pela ditadura franquista, os agentes portugueses eram muito mais tolerantes, principalmente no que diz respeito ao contrabando de café. Tal tolerância corresponde ao exercício de uma política previamente estabelecida dos aduaneiros, pois é sustentada pelo interesse, por parte do governo central, em fazer circular uma mercadoria de baixo consumo no país, gerando uma renda não prevista.

Charles Tilly (2006) nos faz pensar sobre a causalidade entre o Estado e o exercício da fiscalização, da tributação e da repressão. De maneira direta, os argumentos que apresenta nos permite afirmar que a existência do Estado é

condicionada historicamente à sua capacidade de extorquir, de trocar o oferecimento de proteção e direitos pela obediência e pelo pagamento de impostos. Indo em uma direção oposta aos contratualistas, o Estado não seria originado de um livre acordo entre as pessoas, mas da extorsão realizada por determinados sujeitos, que na busca da ampliação do seu próprio poder expandiam o seu domínio sobre outras pessoas por meio da violência, do roubo e da venda de serviços de proteção. Neste sentido, o comportamento desenvolvido pelos agentes estatais no intuito de fazer valer os interesses políticos, econômicos e ideológicos das classes dominantes corresponderia a um movimento primário para a manutenção do próprio Estado.

Objetivamente, Tilly (2006) defende que a formação do Estado está relacionada com a constituição do monopólio da venda do serviço de proteção, sendo que neste processo de concentração e redefinição de controle, há um esforço em “limpar” os grupos concorrentes que poderiam oferecer os mesmos serviços em um mesmo território. Contudo, a prática de utilizar a estrutura do Estado para benefício próprio não se descolou totalmente do aparelho institucional durante seu processo de burocratização, ao contrário. Constatase que o domínio burocrático concentrado por alguns agentes estatais permite a eles uma vantagem em relação a outros sujeitos sociais que não possuem conhecimento sobre todos os procedimentos ou processos que envolvem as relações entre Estado e Sociedade.

Nesta direção, um terceiro tipo de ação visualizada nas pesquisas de campo e presentes em estudos publicados por outros autores diz respeito ao comportamento de determinados agentes que utilizam de sua posição profissional para tirar vantagens pessoais ou para grupos privados, comportamento este que poderia ser enquadrado como crime de prevaricação. Esta tipificação criminal, em um sentido vulgar, visa destacar a característica daquele que age de má-fé contra a coisa pública. Dentro da legislação brasileira, o termo tem o objetivo de tipificar o crime de abuso de poder realizado por funcionários públicos, crimes que trazem prejuízos ao próprio Estado. Enfim, esta ação se refere as situações em que o agente aproveita de sua situação funcional para obter alguma vantagem pessoal ilícita.

Um terceiro interlocutor, entrevistado em Foz do Iguaçu/PR no ano de 2010, ao nos falar sobre sua atuação na administração de um porto utilizado na embarcação de mercadorias vendidas em Ciudad del Este/Paraguai com destino ao Brasil, destaca as relações estabelecidas com os agentes de fiscalização paraguaios, relações que somente são possíveis quando os sujeitos envolvidos promovem *ações prevaricantes*, ou seja, quando a função estatal do agente é utilizada irregularmente para a obtenção de ganhos particulares. O entrevistado, ao explicar suas práticas, salienta que “normalmente pega a mercadoria fechada na galeria e assim a entrega”, raramente vistoria as

mercadorias que está passando, faz isso somente quando é uma quantidade fora do comum, pois “normalmente nós pagamos tudo, por isso passa qualquer coisa”. O “paga tudo” é uma referência direta a propina fornecida aos policiais paraguaios que deveriam coibir a travessia ilegal de mercadorias na fronteira.

História semelhante obtivemos na conversa com um quarto interlocutor inserido no circuito sacoleiro, sendo o responsável por uma grande rede de distribuição de games e derivados há mais de 20 anos. Segundo ele, a possibilidade de manutenção e fortalecimento no interior do circuito, o que permite que ele ainda seja lucrativo diante das dificuldades econômicas do país, passa pela construção de fortes redes de apoio que garantam a tranquilidade no transporte das mercadorias contrabandeadas, envolvendo olheiros, batedores, laranjas e agentes federais. Neste sentido, chamou atenção para a propina semanal paga a agentes municipais no intuito de obter proteção dos portos utilizados e dos valores gastos durante as viagens para “molhar a mão” de alguns policiais rodoviários que estariam envolvidos no esquema.

Akhil Grupta (2015) descreve uma situação vivenciada em suas pesquisas que corresponde a uma manifestação do suposto crime de prevaricação. Entre tantos casos narrados pelo autor, encontra-se uma situação observada durante a atuação de Shamarji e Verna, funcionários públicos que trabalhavam em um departamento responsável pelo controle e regulamentação fundiária. Naquela ocasião ambos os agentes atuavam de maneira estratégica, aproveitando do posto que ocupavam, para tirar vantagens de dois jovens de origem rural que necessitavam modificar o título de propriedade da área onde viviam e produziam. Grupta (2015) chama a atenção que os agentes utilizavam do *domínio burocrático* para controlar a situação e conseguir mais recursos de pessoas que não possuíam o conhecimento suficiente para fugir das armadilhas feitas. Contudo, Grupta não criminaliza a prática, mas questiona se devemos analisá-la por meio dos olhos do direito ocidental ou por meio da cultura que rege tal comportamento.

O imaginário popular sobre a conduta esperada do agente estatal pode ser visualizado nos relatos apresentados no livro de memórias de Maria Marlise Welter (2015). Os diferentes casos descritos pela autora demonstram situações em que os sujeitos fiscalizados e flagrados cometendo diferentes contravenções expressam, entre outras coisas, a presença de duas representações distintas sobre o “funcionalismo”. Na primeira, que é menos aparente nas histórias escolhidas, o agente público está sempre disposto a aceitar propina, basta saber negociar; enquanto na segunda, o agente público não é um trabalhador que deve ser levado a sério, sendo facilmente enganado e até mesmo ridicularizado.

Entre os vários casos apresentados um exemplo emblemático corresponde ao de um passageiro que desejava fazer o *check-in* no aeroporto de

Foz do Iguaçu/PR transportando um computador de mão sem ter pagado o tributo referente a diferença entre o valor do equipamento e à quota de isenção. Diante da situação, a agente Welter (2015, p. 25) realizou a apreensão e preencheu o termo para ser entregue ao passageiro, quando este começou a olhá-la demoradamente e a cantarolar. Não demorou muito ele começou a cantar mais alto, a agitar as mãos no ar e a dançar, realizando uma verdadeira performance. Interrompido pelos agentes presentes, ele sorriu e perguntou: agora posso levar o meu computador?

A observação de como os agentes estatais personificam e representam o Estado em suas práticas cotidianas explicita a inexistência da possibilidade efetiva do Estado se apresentar de uma maneira única, coerente e coesa. Ele é múltiplo, fragmentado, cheio de tentáculos que criam as formas possíveis ou permitidas pelas ações daqueles que o instrumentalizam. Como destaca Mitchell (2015), se ao longo da história é possível visualizarmos um esforço estratégico em separar o entendimento do Estado da Sociedade, como se ambos os conceitos fossem relacionados a dimensões estanques e não articuladas, vivemos um momento em que é urgente a construção de novas definições em que tal separação não seja aceitável. É preciso, como nos lembra Renoldi (2015), pensarmos nos Estados Possíveis.

REFERÊNCIAS

CARDIN, E. G. **A expansão do capital e as dinâmicas das fronteiras**. Jundiá: Paco, 2015.

CHILLY, C. Guerra y construcción del estado como crimen organizado. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, n. 5, p. 1-26, 2006.

DORFMAN, A. A cultura do contrabando e a fronteira como um lugar de memória. **Revista Estudos Históricos**, n. 1, 2009.

FIOROTTI, C. Autos criminais de contrabando e os trabalhadores na fronteira Brasil-Paraguai na década de 1960. **Tempos Históricos**, v. 21, p. 125-153, 2017.

FIOROTTI, C.; CARDIN, E. G. Dispositivos estatales, ilegalismos y prácticas sociales en la frontera Brasil-Paraguay (1890–2015). **Revista Estudos Fronterizos**, v. 19, n. 12, p. 1-19, 2018.

FIOROTTI, C.; CARDIN, E. G. Migrações paraguaias na faixa de fronteira do Brasil: identidades, circularidades e redes transnacionais. **Revista Século XXI: Revista de Relações Internacionais**, v. 7, p. 53-71, 2016.

GODINHO, P. Desde a idade de seis anos, fui muito contrabandista: o conselho de Chaves e a comarca de Verín, entre velhos e novas modalidades emblemáticas. *In*: FREIRE, D.; ROVISCO, E.; FONSECA, I. **Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola: práticas, memórias e patrimónios**. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2009. p. 29-56.

GUPTA, A. Fronteras borrosas: el discurso de la corrupción, la cultura de la política y el estado imaginado. *In*: ABRAMS, P.; GRUPTA, A.; MITCHELL, T. **Antropología del Estado**. México: Fondo de Cultura Económica, 2015. p. 47-91.

LATOURETTE, B. **Reassembling the social: na introduction to actor-network-theory**. New York: [s. n.], 2007.

MITCHELL, T. Sociedad, economía y el efecto del Estado. *In*: ABRAMS, P.; GRUPTA, A.; MITCHELL, T. **Antropología del Estado**. México: Fondo de Cultura Económica, 2015. p. 92-131.

OLIVEIRA, N. M.; STRASSBURG, U. Revisando o pensamento do Gunnar Myrdal e Martya Sem sobre o Estado de Bem-Estar Social. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 15, n. 29, p. 153-169, 2016.

RENOLDI, B. Estados Posibles: travesías, ilegalismos y controles em la triple frontera. **Revista Etnográfica**, v. 19, n. 3, p. 417-440, 2015.

RENOLDI, B. Seus amigos são meus amigos: agentes e estado em um ponto argentino de passagem fronteiriça. *In*: CARDIN, Eric Gustavo. **As múltiplas faces das fronteiras**. Curitiba: Editora CRV, 2013. p. 65-87.

ROVISCO, E. La empresa más grande que tenía el gobierno portugués el espanõl era el contrabando: práticas e discursos sobre contrabando na raia do conselho de Idanha-a-Nova. *In*: FREIRE, D.; ROVISCO, E.; FONSECA, I. **Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola**: práticas, memórias e patrimónios. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2009. p. 89-129.

WELTER, M. M. **Nos bastidores da aduana**. Foz do Iguaçu: Editora Normas, 2015.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SOCIOLOGIA DO GARIMPO: estrutura e função em um povoado garimpeiro – Lourenço, Amapá

*David Junior de Souza Silva*¹

Introdução

Mundialmente, a Amazônia se constitui como uma nova fronteira de recursos no século XXI. Uma das últimas talvez, ao lado somente do fundo dos oceanos e da Antártica. O estatuto sociológico da Amazônia é marcado então por esse sentido singular no sistema-mundo. O padrão de acumulação da divisão internacional e a matriz colonial de poder impõem à Amazônia a mercantilização da natureza e das relações sociais, com duas consequências nefastas: genocídio de povos tradicionais e ecocídio.

Nas palavras de Ailton Krenak (2020, p. 47), “O modo de vida ocidental formatou o mundo como uma mercadoria”. Mesmo a Amazônia não escapou à violência desta formatação. A Amazônia é, sociológica e geograficamente falando:

Un vasto espacio disputado por Estados, corporaciones, gremios empresariales, especuladores y otros; espacio dinámico y proyectivo de la acumulación y la resolución de la crisis del capitalismo; espacio de sentidos profundos — culturales e históricos — de las poblaciones indígenas, campesinas y ribereñas subsumidas a la lógica acumulativa, especulativa y depredadora del capitalismo contemporáneo (AGUILAR, BATTHYÁNY, 2021, p. 10).

Mais do que um “espaço”, Amazônia é um território ancestral indígena. O sistema-mundo moderno/colonial, com sua máquina de guerra e febre de acumulação, fragmenta o território, expropria a natureza e extermina os povos amazônidas. “Suas mercadorias, suas máquinas e suas epidemias, que não param de nos trazer a morte” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 83).

1 Doutor em Geografia (IESA/UFG). Professor e atual coordenador do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Amapá (PROFHISTORIA/UNIFAP) e do Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA). Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Ethnopolítica e Territorialidades na Amazônia (NETTA/CNPq). Editor-Gerente da PRACS — Revista de Ciências Sociais da UNIIFAP. E-mail: davi_rosendo@live.com

A mineração, seja artesanal ou industrial, é uma das principais ações da economia capitalista de transformação da natureza em mercadoria, seja pela exploração da mais-valia seja pela acumulação por expropriação. Tem incontáveis impactos em todas as esferas da sociedade.

Dos vários negócios que se estruturam pela exportação da natureza na Amazônia, a mineração é uma expressão paradigmática da legitimação de práticas subterrâneas de um capitalismo que se expressa como uma guerra aos povos. Nesses termos, quando falamos de expansão de commodities na Amazônia não estamos nos referindo apenas a uma lógica econômica perversa, mas em dinâmicas políticas que desmontam os sentidos básicos que sustentam a democracia (MALHEIRO, 2021, p. 52).

A corrida pelo ouro é um dos fatos sociais totais que marcam a sociedade amazônica em sua história recente — de sua incorporação forçada no sistema-mundo moderno colonial. Da busca pelo mítico Eldorado, que alimentou colonizadores europeus, à intensificação da garimpagem contemporânea, é possível percorrer muitas das transformações sociais e ambientais ocorridas na Amazônia em seus últimos cinco séculos ao seguir a trilha das corridas pelo ouro.

A mineração seja em sua forma industrial ou artesanal é um dos processos sociais que mais mexem com a vida social na Amazônia, atravessando diferentes esferas, tanto no nível macro como no micro. Neste texto, investigarei a estrutura social do garimpo do Lourenço, no município de Calçoene, norte do Amapá, procurando compreendê-la em suas relações entre o global e o local, como se diz, e no aspecto da agência dos sujeitos que a vivem.

Pode-se dizer que o povoado do Lourenço se define e se estrutura sociologicamente em diferentes esferas pelo garimpo. É a principal atividade econômica da comunidade, ao mesmo tempo instituidora de sua estrutura social e identidades. Uma qualidade de ação social que define sua estrutura societária, sua cultura e a identidade de seus moradores.

O garimpo do Lourenço foi fundado em 1882, no contexto político excepcional do Contestado Franco-Brasileiro, quando garimpeiros da Guiana Francesa descobriram ouro no Rio Flexal, ao sul da cidade de Amapá, e ali se instalaram. O tipo de extração mineral que caracteriza o Lourenço é a garimpagem artesanal, que perdura até hoje, estando em torno de jazidas de ouro que nunca se esgotaram completamente.

Por um breve período de sua história, todavia, a atividade predominante passou a ser o garimpo industrial, realizado por uma empresa que exerceu atividades de 1986 a 1995, notadamente na exploração de ouro. Dados indicam investimentos de US\$53 milhões na exploração de ouro, com a declaração

de produção total de 20 toneladas. O motivo declarado para o encerramento das atividades é o esgotamento das reservas.

O garimpo artesanal como única atividade foi substrato material para a formação de uma dada societalidade. Esta formação societal foi impactada com o início das atividades industriais. E sofreu outro impacto em sua estrutura social com o encerramento da mineração industrial, obrigando trabalhadores e moradores a se reinventar: a reorganizar a atividade produtiva e recontactar laços sociais.

O objetivo deste trabalho é compreender a formação da estrutura social da comunidade do Lourenço e seus processos de mudança social ao longo de seus quase 120 anos de história. Como problemática desta pesquisa proponho a caracterização do sistema social do Lourenço, para isso explicando, por um lado, a relação dinâmica entre estrutura e função social no sistema e seus processos internos de mudança social, ao mesmo tempo em que, por outro lado, procuro relacionar suas características a relação entre o global e o local.

Para tanto, analiso a estruturação primeva do sistema social da comunidade, como resultado da migração em busca de ouro; em seguida a transformação na relação entre estrutura e função social em seu sistema social quando do início da mineração industrial; a mudança social brusca gerada pelo cessar repentino da indústria minerária; e por último, a reestruturação da comunidade realizada pelo protagonismo dos trabalhadores, por meio da criação de uma cooperativa para continuidade do garimpo artesanal.

A implementação desta cooperativa se dá como uma ação refletida em torno ao elemento sistêmico de função social, direcionado para criar uma nova estrutura social. Descrevemos as dificuldades enfrentadas pela comunidade para criar a cooperativa, as divergências internas, a novidade da relação social do cooperativismo, inédita até então na história da comunidade; o elemento social esperança é trazido para baila conceitual como tem que ser: em sua qualidade de fato empírico atuante socialmente como vetor da criação de uma nova estrutura social.

Para realizar esta reflexão, início tratando das características da mineração como processo social, ressaltando a relação imanente entre a acumulação de capital que possibilita e os custos sociais e ambientais que gera, sua condição de possibilidade que é a apropriação do Estado e o discurso de desenvolvimento. Em seguida, procuro apresentar também em perspectiva sociológica características do garimpo do Lourenço como sistema social específico. Na seção seguinte, discuto os conceitos de estrutura, função e sistema social, como instrumentos heurísticos que serão utilizados para análise do Lourenço, realizada na seção posterior, que conclui o texto.

Mineração na Amazônia: o discurso do desenvolvimento e maldição dos recursos naturais

Sob prisma sociológico, a mineração na Amazônia é um processo social que tem suas raízes na economia internacional e na divisão internacional no trabalho, possibilitado pela reprodução social da colonialidade dos países do sul global no sistema-mundo contemporâneo. Assim, a forma da produção da riqueza nesta economia da mineração na Amazônia se dá pela depredação da natureza e pela expropriação violenta de territórios tradicionais. A mineração artesanal e industrial é um dos fatores diretamente causadores de genocídio aos povos tradicionais.

[...] pensar em grandes projetos de mineração na Amazônia significa visualizar dispositivos políticos que, ao reproduzirem a dependência como mote de integração global, não apenas desempenham a função de drenagem de matéria e energia por meio do saque neocolonial, como também possibilitam o uso da violência como processo de acumulação por espoliação, expropriando as condições de existência e as energias vitais de povos e comunidades tradicionais; fato este que torna o sacrifício, a destruição e a morte em caminhos naturalizados do que se instituiu colonialmente como progresso (MALHEIRO, 2020, p. 3).

A mineração na Amazônia intensifica-se na virada do milênio, refletindo uma tendência global. Mundialmente, assiste-se nas quatro últimas décadas a “uma intensificação da mineração sem precedentes históricos, em termos de volumes extraídos e de localidades alcançadas” (SANT’ANA; TALLEDOS; MARINHO, 2019, p. 11). Mineração industrial e artesanal — o garimpo — são atividades com alto custo social e ambiental (FEARNSIDE, 2019).

A matéria-prima extraída na atividade mineradora é extraída provocando danos ambientais irreparáveis e mediante superexploração de trabalhadores intensamente precarizados. Paradoxalmente, quanto maior a riqueza acumulada na atividade mineradora, maior a produção social de pobreza na mesma localidade. Esse aparente paradoxo é chamado de “maldição dos recursos naturais”.

A mineração na Amazônia, incluindo o alumínio e as hidrelétricas que fornecem eletricidade para seu beneficiamento, se encaixam no paradigma da “maldição dos recursos naturais”. Esta “maldição” é mais conhecida para o caso da mineração, mas também se aplica a outras formas de desenvolvimento onde indústrias intensivas extraem valiosos recursos naturais. O aparente paradoxo dos países com as maiores riquezas minerais terem as incidências mais altas de pobreza e os índices mais baixos de bem-estar social é uma generalização bem conhecida e robusta (FEARNSIDE, 2019).

A “maldição dos recursos naturais” — era parcialmente irônica parcialmente de definição sociológica — é fenômeno que estrutura a sociedade amazônica contemporânea. Seus processos sociais ‘macro’ e os cotidianos ‘micro’ são condicionados por fato social chamado “maldição”.

O resultado é a produção de uma unidade social caracterizada por extensos volumes de extração de mais-valia e produção proporcional de conflitos sociais e destruição ambiental.

Na América Latina, em particular, [a mineração industrial e artesanal] desencadeou inúmeros conflitos socioambientais em vários espaços habitados por povos indígenas e afrodescendentes e por grupos sociais formados por camponeses, ribeirinhos, pescadores, coletores: desastres provocados por cianeto e outras substâncias poluentes levando à poluição da água e da terra; quebra e transbordamento de barragens de mineração; destruição completa de montanhas e florestas; desvios de rios; poluição sonora e resultante da poeira produzidas na extração nas minas e no transporte; além de despojo de terras e águas e/ou impedimento de seu uso por parte de grupos sociais locais; de deslocamentos compulsórios de povos e comunidades e da superexploração do trabalho na mineração, para citar alguns exemplos. Esses problemas, afetações e conflitos compõem as produções espaciais que a indústria da mineração realiza cotidianamente em toda a América Latina. (SANT’ANA; TALLEDOS; MARINHO, 2019, p. 11).

Os efeitos e custos sociais e ambientais da mineração não se restringem ao local da atividade minerária. Para se referir a este efeito em diferentes esferas da vida social, Gudynas (2016) cunha o conceito de efeito derrame, pelo qual se expressa que os efeitos da mineração “se espalham por águas, terras e territórios, transformam paisagens e modos de vida, influenciam grupos políticos e poderes instituídos, alteram legislações” (SANT’ANA; TALLEDOS; MARINHO, 2019, p. 12).

A alteração de legislações e envolvimento de instituições políticas oficiais não é casual, é parte integrante da atividade socioeconômica da mineração.

Nas práticas minerárias de grande escala, os agentes do Estado e das empresas transnacionais de mineração, de transporte, de vendas de máquinas, além das empresas terceirizadas, entre muitos outros, fazem parte dos negócios e produzem conflitos. Vários autores e autoras investigaram e demonstraram os muitos problemas contemporâneos que marcaram as formas de participação do Estado na produção de desastres ambientais e problemas sociais que afetam comunidades e povos locais. Demonstraram, também, como as leis e regulamentos produzidos por Estados latino-americanos atendem aos interesses da mineração em detrimento às lutas atuais das comunidades indígenas e afrodescendentes e camponesas.

Esta literatura estabelece claramente como a mineração é produtora de desapossamento de terras e águas, provocando conflitos socioambientais (SANT'ANA; TALLEDOS; MARINHO, 2019, p. 13).

Com tanta exploração e produção de pobreza e destruição ambiental, como se reproduz e se amplia a produção minerária? Pela apropriação explícita que esta indústria faz do Estado e pelo discurso do desenvolvimento.

O discurso do desenvolvimento faz parte da luta simbólica pela produção de consenso em torno a economia dos extrativismos, da qual faz parte a mineração. Escobar narra a origem deste discurso:

Arturo Escobar assinala que a era do desenvolvimento começa em 1949 com o Plano Marshall e a proposta do presidente de Estados Unidos Harry Truman no conhecido quarto ponto de seu discurso, em que proclama as benesses do desenvolvimento tecnológico de seu país e lamenta um suposto fracasso no desenvolvimento dos países menos favorecidos, e, portanto, sua suposta condição de dependência — países aos quais chamará de “subdesenvolvidos” (BANEGAS, 2020, p. 2).

O conceito foi criado como parte das políticas imperialistas de Estados Unidos para América Latina. O conceito em sua origem promete o desenvolvimento dos países ‘subdesenvolvidos’ aos níveis de Estados Unidos. Não por acaso, os países destarte chamados ‘subdesenvolvidos’ são os outrora colônias que recentemente protagonizaram processos de descolonização – pelo que podemos antecipar que o conceito de desenvolvimento é uma atualização da matriz colonial de poder, em representações adequadas ao novo espírito do tempo.

Para além das promessas, Banegas define as características concretas deste discurso:

Trata-se da era marcada por um modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico dos povos, na industrialização dos países e na compreensão da natureza exclusivamente como recurso para transformação em matéria-prima (BANEGAS, 2020, p. 2).

O crescimento econômico como meta absoluta e a natureza concebida como matéria-prima são a essência do discurso do desenvolvimento, por trás da aparência de promessa de melhoria de vida para todos.

Existem esforços críticos e científicos de disputar o conceito de desenvolvimento, redefinindo-o alinhado a defesa dos direitos humanos e a proteção da vida e território de comunidades tradicionais. Essa perspectiva entende que o conceito de desenvolvimento teve uma formulação restrita em seu início, significando apenas crescimento econômico

O termo desenvolvimento foi concebido, nas teorias do século XX, como crescimento econômico e não eram considerados assim, nessa época, os impactos sociais e ambientais gerados pela intensificação da tecnologia e pelo aumento de produtividade e de competitividade. As dimensões social e ambiental também não figuravam como componentes do conceito de desenvolvimento (CASTRO; FIGUEIREDO; RIVERO; ALMEIDA, 2018, p. 3).

Significação que poderia ser ampliada agora para incluir a dimensão da proteção da vida e da natureza: “As grandes narrativas sobre desenvolvimento significaram a construção de um novo ideal de sociedade, com base na crítica à formulação do modelo de acumulação e concentração capitalista” (CASTRO; FIGUEIREDO; RIVERO; ALMEIDA, 2018, p. 14).

Esta perspectiva ou estratégia epistêmica de disputa pelo conceito de desenvolvimento reconhece as contradições entre o discurso e o efeito social do conceito, e entendem, portanto, que o conceito precisa ser adequado para possibilitar uma prática social nova, sustentável social e ambientalmente.

O desenvolvimento da tecnologia dotou os países de ferramentas para produzir alimentos, energia, obras de infraestrutura, serviços aplicados à saúde e à educação, mas também ajudou a produzir um mundo com novas formas de pobreza, de diversas situações de pobreza — rural e urbana —, pois cada vez mais a população do planeta vive nas cidades —, de estresse pela carência de emprego, de serviços, de políticas sociais de qualidade extensiva a todos, de segurança alimentar e fundiária (CASTRO; FIGUEIREDO; RIVERO; ALMEIDA, 2018, p. 14).

Neste texto, parto da postulação de Banegas de que o discurso do desenvolvimento é uma práxis que faz da difusão da tecnologia instrumento de expansão e territorialização do capital.

Nesta era, técnica e capital iniciam um processo “missionário a nível mundial”, partindo de uma premissa de que a primeira, a técnica, ajudaria os povos desfavorecidos (no vocabulário teológico-capitalista de Truman), a sair de sua “ignorância”, para poder produzir o alimento, a vestimenta, a moradia, para satisfazer as necessidades básicas e produzir e acumular e riqueza em seus países. Sabia-se que o discurso não correspondia às verdadeiras intenções, pois o segundo, o capital, sempre estava ali, interessado na expansão do desenvolvimento e atrelado intimamente à técnica. Em uma aliança oculta entre técnica e capital, os “missionários” do desenvolvimento sabiam que no final das contas sua tarefa consistia de fato em expandir o domínio do capital e sua exploração de forma ilimitada por todos os espaços mundiais (BANEGAS, 2020, p. 2).

Desenvolvimento assim é um discurso, formado por um saber e um poder, ou seja, um dispositivo de expansão do domínio capitalista. É o discurso do desenvolvimento, como instrumento de realização do capital, que tem dado condição de possibilidade, no campo simbólico e das representações, ao extrativismo inconsequente de recursos naturais – e sua maldição.

É um discurso que tem poder simbólico tão grande que oculta e justifica territorializações de exceção.

[...] a escala de um grande projeto mineral na Amazônia não é apenas da economia-mundo, nem apenas da economia espacial produzida pelo sistema técnico instalado, mas também a escala do impedimento da vida; daí falarmos em governo bio/necropolítico do território, de práticas sistemáticas de violência, da morte de grupos mais vulneráveis como processo constituinte da dinâmica de expansão capitalista, da suspensão da lei em nome da lei, do uso de instrumentos normativos públicos para fins privados, da administração de povos e comunidades a partir da racionalidade de megaempreendimentos corporativos, enfim, de processos de territorialização de exceção (MALHEIRO, 2020, p. 31).

A mineração, em suas formas industrial ou artesanal, é assim como outros extrativismos, viabilizada e justificada pelo discurso do desenvolvimento.

Justificado por este discurso, que tem suas raízes em dinâmicas internacionais, unidades sociais de garimpos minam na Amazônia. Na seção seguinte, adentramos em características específicas de um povoado garimpeiro, compreendido como uma unidade social produzida por determinações locais e globais.

Povoado e vida garimpeira

Existe um consenso científico no campo dos estudos sobre garimpos que aponta um ciclo da garimpagem. Há uma interpretação da diferença também dos garimpos nos tempos coloniais e os contemporâneos, no entendimento de que os coloniais geravam assentamentos permanentes, que vinham a se tornar municípios, enquanto os contemporâneos não.

A característica transiente, migratória e muitas vezes ilegal dos mineiros artesanais modernos na América Latina, em particular no Brasil, não tem trazido os mesmos benefícios de assentamento observados nos períodos coloniais. O ciclo da atividade de mineração artesanal é bem conhecido: descoberta, imigração, relativa prosperidade econômica, seguida de exaustão do recurso mineral (material secundário), emigração e decadência econômica (VEIGA; SILVA; HINTON, 2002, p. 287).

O garimpo gera riqueza econômica, porém uma riqueza não sustentável no longo prazo e que não se inverte na localidade. Por outro lado, o garimpo

traz consigo problemas sociais e ambientais, como as condições precárias de trabalho e de vida dos trabalhadores do garimpo, a ausência de infraestrutura urbana mínima, a poluição de rios e destruição de solos e montanhas, violências a comunidades tradicionais e invasões de seus territórios, invasões a áreas protegidas e destruições de sítios arqueológicos.

Estes impactos sociais e ambientais estão previstos no ciclo do garimpo.

A mecanização dos garimpos contribuiu ainda mais para a aceleração deste ciclo. Drogas, prostituição, doenças, jogo, abuso de álcool e degradação de princípios morais são consequências frequentes da ocupação caótica de garimpos, formando *currutelas*, aglomerações que recebem os garimpeiros. É óbvio que os benefícios econômicos obtidos pelos mineiros não compensam as deploráveis condições sócio-econômicas deixadas nas comunidades formadas pelo garimpo. Após a exaustão do minério de ouro facilmente extraído, as minas são abandonadas e quem permanece nos locais tem que conviver com o legado da devastação ambiental, extrema pobreza e pouca oportunidade de desenvolvimento econômico alternativo. Milhares de garimpos estão sendo abandonados como resultado deste ciclo de mineração mal planejado (VEIGA; SILVA; HINTON, 2002, p. 287).

Na sequência, apresento dois mapas que localizam e quantificam os garimpos ilegais na Pan-Amazônia e no Amapá.

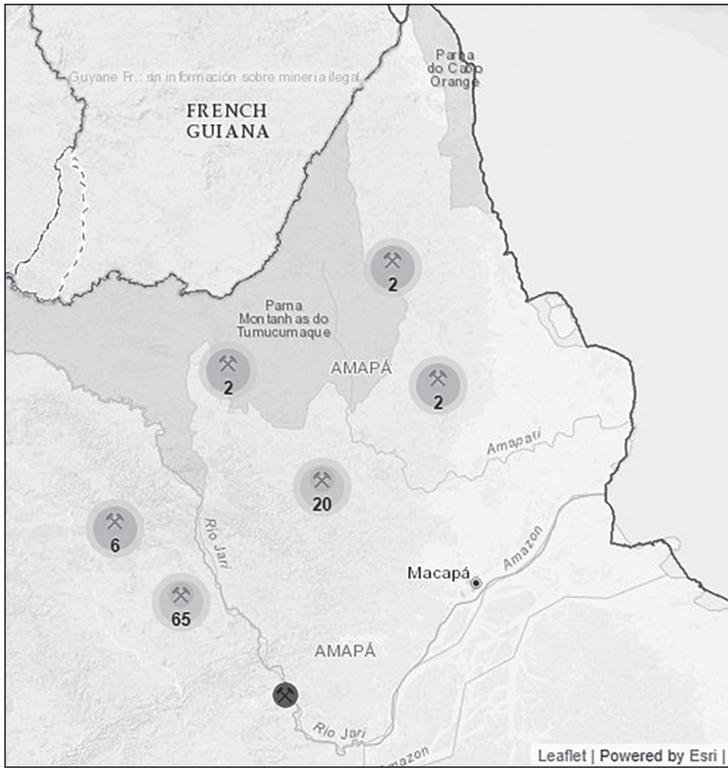
Mapa 1 – Garimpos Ilegais na Pan-Amazônia



Fonte: Red Amazônica de Información Socioambiental Georreferenciada (2020).

Ao todo são pelos 912 garimpos localizados na Pan-Amazônia, dos quais 102 estão na mesorregião do Amapá e Norte do Pará — e destes, 27 estão no Amapá.

Mapa 2 – Garimpos Ilegais no Amapá e Norte do Pará



Fonte: Red Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (2020).

Mapa 3 – Destaque da região central do Amapá e localização dos 26 garimpos



Fonte: Red Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (2020).

O garimpo de Lourenço é fica no município de Calçoene, a 364 km de Macapá, capital do estado do Amapá, e que se transformou em povoado, vindo recentemente se estabelecer como distrito. Segundo Censo IBGE do ano de 2010 (2012), Lourenço tinha 1866 habitantes. Todavia, este número pode ser no máximo uma referência mediana ou mesmo mínima, dada que é característica das populações garimpeiras ser flutuante.

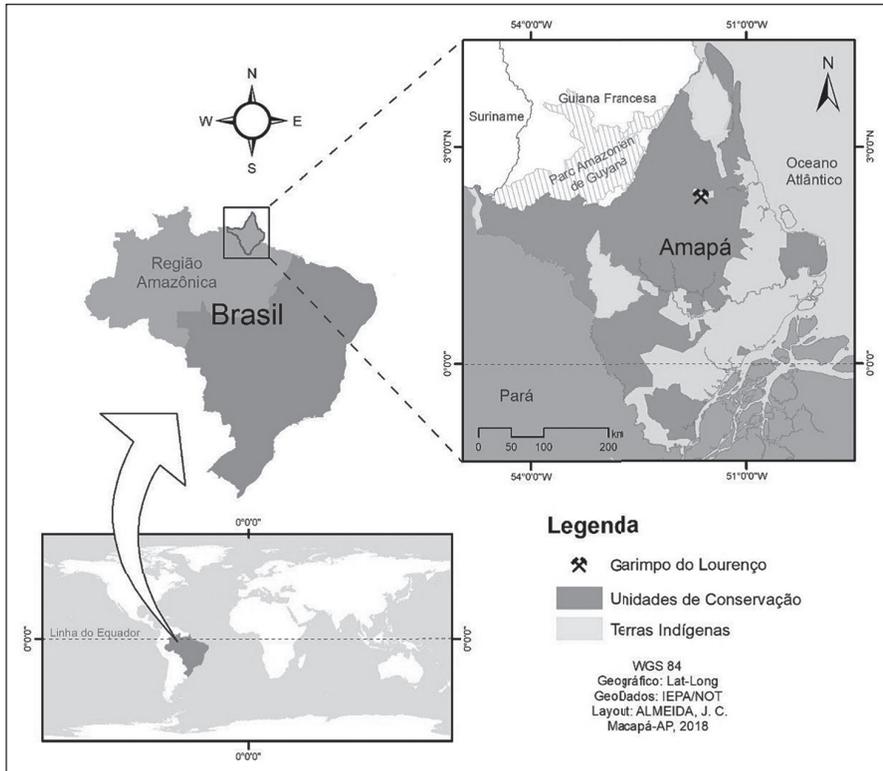
O Distrito do Lourenço insere-se no mapa das regiões garimpeiras mais tradicionais da Amazônia, mas, ao mesmo tempo, também figura entre as mais impactadas, principalmente pelo uso indiscriminado do mercúrio, que não pode ser atribuído somente à atividade garimpeira, a considerar que empresas mineradoras também operaram intensamente na região (CHAGAS, 2019, p. 15).

O garimpo do Lourenço, todavia, tem características de povoado, com muitas residências fixas, motivo pelo qual conta com diversos equipamentos públicos, como escolas, unidades básicas de saúde, polícia e cartório, bem como sedes de concessionárias de água e energia — esta a diesel. Há também um precário e improvisado serviço público de coleta de lixo.

Pode-se depreender que Lourenço é um misto entre a informalidade e rudimentariedade de instalações de um garimpo, e estrutura estatal precária.

O sistema de transporte de passageiros e cargas intermunicipal é virtualmente inexistente. Moradores se locomovem entre o povoado e outras localidades rurais e urbanas majoritariamente por transporte clandestino, carros, motos ou caminhonetes, os chamados “piratas”. A agência de correio era ao mesmo tempo agência do Banco do Brasil, e fechou recentemente. Transações financeiras são feitas na cidade de Calçoene, ou mediante envio de dinheiro vivo para familiares na cidade por meio dos motoristas das locomoções.

Figura 1 - Garimpo do Lourenço envolto por um conjunto de áreas protegidas



Fonte: Elaborado por Jodson Almeida (2018). Extraído de Chagas (2019).

O comércio no povoado de Lourenço é intenso, noturno e diurno. Bares, restaurantes, boates; lojas de material de construção, roupas, calçados; padarias, frutarias, açougues. Aparelhos de celular não funcionam no local pois não há antena de telefonia celular. Comunicações são feitas por telefones fixos residências ou públicos. Não existe acesso à internet na localidade. Praticamente não há asfaltamento nas ruas.

Há elevados indicadores de destruição ambiental, invasões de terras públicas, violência, acidentes e mortes. Poluição por mercúrio é uma constante. Tal contexto coloca o Estado em posição ambígua em relação ao garimpo do Lourenço, como analisa Chagas:

A consolidação de um cenário regional de preservação com a presença de um conjunto de áreas protegidas, tanto no Amapá como na Guiana Francesa, a divulgação recente de pesquisas sobre contaminação mercurial e a frágil gestão da COOGAL convergiram para ações de criminalização da atividade garimpeira do Lourenço por parte do Estado (Operação Minamata).

A referida conclusão traz à luz as posições contraditórias do Estado, as quais por um lado exaltam o pioneirismo da ocupação garimpeira ao Norte do Amapá como estratégia de defesa do território nacional perante a invasão e contestação francesa e, por outro, criminalizam o que era pioneirismo pela condição marginal e discriminatória do garimpeiro (CHAGAS, 2019, p. 14).

O sentido do garimpo do Lourenço para o Estado é ambivalente. O garimpo é uma atividade econômica anacrônica no contexto das legislações ambientais; todavia, segue sendo importante geração de divisas regionalmente. No meio desta ambivalência, garimpeiros seguem buscando sua sobrevivência e realizando também este que é seu modo de vida e sua identidade.

Após apresentar este panorama sobre o garimpo na Amazônia e sobre as características do povoado de Lourenço, na seção seguinte discorro sobre os conceitos de estrutura, sistema e função social, que serão utilizados para compreensão da mudança social em Lourenço.

Sociologia e conceito de estrutura social

A categoria de estrutura social é basilar na sociologia e tem sido sucessivamente abordada em diferentes tradições teóricas. Aqui utilizo a elaboração de Parsons.

Em Parsons o conceito de estrutura social não é o centro de sua teoria social; este conceito vem no bojo da reflexão sobre sistema social. Como conceito, sistema social não equivale a estrutura social. Aquele é maior, e está em paralelo com sistema cultural e sistema de personalidade. O conceito de estrutura é incompleto sozinho para compreensão do sistema, pois este tem a dimensão de mudança, a qual necessita do conceito de função.

Nesta seção examinarei a dimensão e autonomia relativa da estrutura social em Parsons, e seus efeitos sobre sujeito/ator social. Dada a extensão da obra de Parsons sobre o tema, aqui selecionei a discussão em sua obra tida pela literatura posterior como a principal, *O Sistema Social* (1982) e textos do autor destinados a trabalhar justamente esta questão, como *Esboço do Sistema Social* (1977), *O Conceito de Sistema Social* (1977), *Toward a General Theory of Action* (1977) e *Papel e Sistema Social* (1965).

Em Parsons, a estrutura social produz as relações de interação social, desde as mais básicas as mais complexas; a estrutura social produz os átomos mais básicos da interação social. Os atores sociais, com suas diferenças individuais, mas sempre movidos por valores que são também sociais, têm uns aos outros como referência de orientação para suas ações. Esta referência às expectativas do outro é constitutiva e mútua: “this orientation to

the expectations of the other is reciprocal or complementary” (PARSONS; SHILLS, 1962, p. 105).

O compartilhar de signos comuns é outra dimensão essencial posta pela estrutura no átomo da interação. É pressuposto na estrutura, mas não idêntico a ela; é posta pela estrutura o acervo de signos a disposição dos atores sociais – que podem saber menos ou mais deles, ser menos ou mais hábeis em sua manipulação. Parsons chama isso de uma “cultura comum” aos diferentes atores em interação: “When such generalization occurs, and actions, gestures, or symbols have more or less the same meaning for both ego and alter, we may speak of a common culture existing between them, through which their interaction is mediated” (PARSONS; SHILLS, 1962, p. 105).

Os sentidos dispostos pela estrutura têm uma outra dimensão, não idêntica aos signos, mas desdobrada a partir de seu universo: as normatizações. Convenções e regras são postulados pela estrutura.

Furthermore, this common culture, or symbol system, inevitably possesses in certain aspects a normative significance for the actors. Once it is in existence, observance of its conventions is a necessary condition for ego to be “understood” by alter, in the sense of allowing ego to elicit the type of reaction from alter which is formed a constellation of the contingent actions of both partes, in such a way that will simultaneously emerge a definition of a range of appropriate reactions on alter’s part to each of a range of possible actions ego has taken and vice versa (PARSONS; SHILLS, 1962, p. 105).

A análise da realidade sociológica empírica para Parsons é feita por meio da categoria de sistema. Esta categoria é constituída pelo conceito de estrutura, mas não idêntica a este. Incorporando a historicidade da realidade social, o sistema social é concebido em mudança. “O conceito de estrutura centraliza-se nos elementos da configuração do sistema, que podem ser tidos como independentes das flutuações de pequena amplitude e de curta duração na relação do sistema com sua situação externa” (PARSONS, 1977, p.170). Para representar conceitualmente a realidade empírica, então, o conceito de estrutura é ladeado com o de função.

O conceito de estrutura representa a estabilidade. O de função, a mudança. Em nenhum dos dois há ruptura com o sistema. Em ambos há ordem. Ou seja, também a mudança é constituída pelo sistema.

A referência funcional, de outro lado, diverge da referência estrutural na direção “dinâmica”. Sua principal significação teórica é integrativa. As considerações funcionais incidem sobre o problema da *mediação* entre dois conjuntos fundamentais de exigências: as impostas pela relativa constância

ou pelo “caráter dado” de uma estrutura, e as que são impostas pelo caráter dado da situação circunjacente, exterior ao sistema (PARSONS, 1977, p. 171).

A compreensão da categoria sociológica de estrutura social, em Parsons, supõe um movimento ou mudança — expresso e localizável empiricamente no conceito de mudança. Não exclui então a historicidade, porém esta historicidade é também instituída pelo sistema.

Estrutura e mudança social em Lourenço

Nem toda área de garimpo converte-se necessariamente em comunidade ou povoado. Esta é a razão desta distinção aqui. Algumas áreas de garimpo existem em espaço contíguos a cidades ou povoados, que servem de base e moradia aos trabalhadores.

Este é um primeiro elemento então de estrutura e mudança social no Lourenço. Este surge como mero espaço de realização de atividade econômica. Na teoria dos sistemas sociais, ele surge como subsistema de um sistema maior. Ou seja, surge sem autonomia, dependente de um sistema maior pré-existente, este sim estruturado.

Dizer desta realidade social que passou de área de garimpo à comunidade significa que sua estrutura social sofreu uma mudança. Neste caso, deixou de ser subsistema de um sistema estruturado e estruturante, e tornou-se um sistema autônomo com uma estrutura própria; um sistema como seus próprios limites, não obstante não romper vínculos com outros sistemas do entorno. Mas agora a qualidade desses vínculos muda, porque se trata de um sistema com uma estrutura própria.

Descoberta e História do ouro de Lourenço

A atividade garimpeira onde hoje é o distrito de Lourenço começou a mais de cem anos com a migração de garimpeiros brasileiros e franceses para a localidade e entorno. As disputas pela apropriação e controle da região fizeram parte também do conflito diplomático do Contestado franco-brasileiro (1841 a 1900).

A imprecisão da fronteira definida entre o Brasil e a Guiana francesa, próximo do rio Amazonas, provocou três séculos de rivalidade até a arbitragem internacional de 1900 dando razão ao Brasil. O conflito e a história dolorosa não assumida até hoje na Guiana francesa explicam o longo afastamento que conheceu esse departamento francês de ultramar em relação ao Brasil, com o qual a França sempre compartilhou relações calorosas, mas que nunca passaram pela Guiana, apesar da fronteira com o Brasil constituir a maior fronteira terrestre da França (GRANGER, 2012, p. 21).

As narrativas sobre a descoberta de ouro e início da garimpagem são envolvidas de um caráter mítico. Convergem para a descoberta do ouro no rio Flexal, em 1882, descoberta compartilhada - disputada nas memórias – por brasileiros, guianenses e surinameses.

O Lourenço permanece com a garimpagem artesanal como sua principal atividade econômica e prática social desde então e até o final do século XX, quando em 1980 instala-se a mineração industrial no local, deslocando a garimpagem.

A mineração industrial no então do Amapá é uma de suas principais atividades econômicas desde sua criação como Território Federal, em 1943. A mineração industrial realizou-se neste período todo onde hoje é o município de Serra do Navio, sudoeste do estado. O início da exploração minerária industrial no Amapá foi um marco na história do extrativismo mineral na Amazônia. O manganês extraído em Serra do Navio tinha como mercado consumidor a indústria bélica norte-americana, crescendo intensamente no contexto da Guerra Fria.

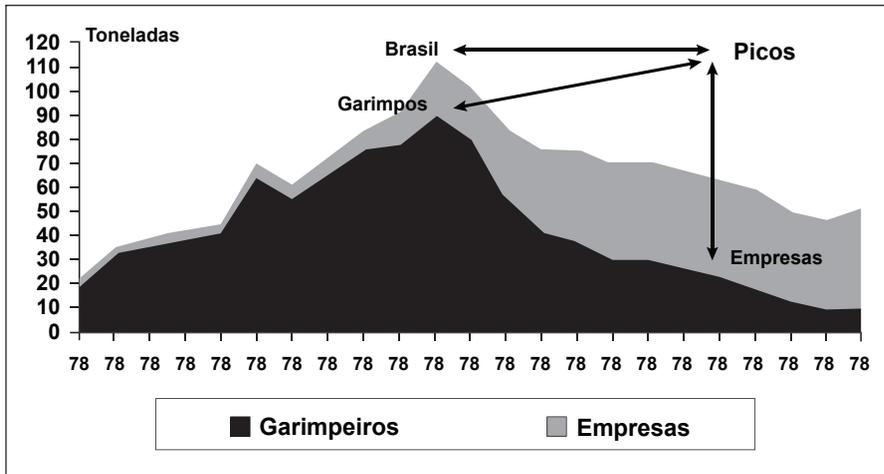
No norte do estado, a mineração industrial instala-se pela primeira vez no município de Calçoene, distrito de Lourenço, em 1985, com aquisição de direitos minerários pela empresa então conhecida como MNA. Durante a atuação da multinacional MNA produzia-se mensalmente 800 quilos de ouro por mês, segundo dados oficiais. Porém os garimpeiros afirmam que a média mensal era maior que estes números.

A industrialização da atividade garimpeira na década de 1980 em Lourenço não é por acaso nem imotivada. Existe uma razão global: transformações no sistema-mundo na segunda metade do século XX impactam a extração de ouro na Amazônia.

As mudanças técnicas da garimpagem, as crises na economia mundial que se seguiram, a descoberta de grande ocorrência aurífera em Serra Pelada, a política de Estado de integração da Amazônia e os incentivos para prospecção mineral ofereceram inúmeros elementos que, ao se entrelaçarem, impactaram no território, alterando regras, interações e significados. Tal contextura contribuiu para a constituição de emaranhamentos favoráveis à expansão das territorialidades dos garimpeiros, aumentando substancialmente a produção de ouro do país e o contingente desses trabalhadores na floresta amazônica (OLIVEIRA, 2013, p. 185).

Sociologicamente, é uma expropriação dentro da economia extrativista. O capital minerário expropria e tenta monopolizar a economia mineral do ouro. Pode-se supor facilmente que as legislações ambientais e séries de autorizações estatais necessárias para legalizar a garimpagem têm como sentido sociológico a interdição da extração de ouro para garimpeiros, garantindo um monopólio informal por indústrias.

Figura 2 – Perfil da produção brasileira de ouro: 1978–2000

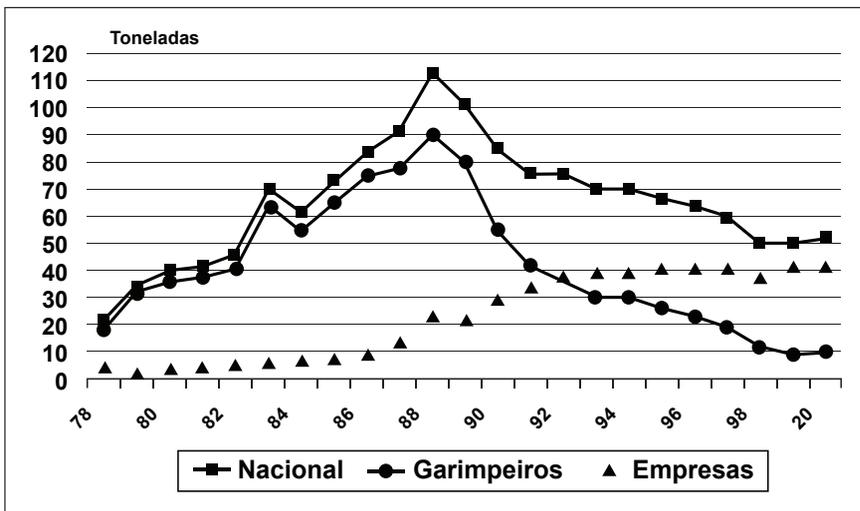


Fonte: Valle e Hermann (2002, p. 303).

Na década de 1990, a produção de ouro começa a dividir em valores absolutos no Brasil. Em valores relativos, a produção garimpeira diminui, porém a produção das empresas aumenta, se apropriando da produção antes realizada pelos garimpos.

A próxima figura ilustra a curva da produção garimpeira e industrial em perspectiva comparativa.

Figura 3 – Produção de Ouro 1978–2000



Fonte: Valle e Hermann (2002, p. 303).

Na década de 1990, o capital minerário se apropria da produção de ouro, deslocando a garimpagem.

Em Lourenço, a mineração industrial teve vida curta, durando apenas de 1986 a 1995. Neste ano, a empresa mineradora encerra suas atividades. Encerrando o ciclo econômico industrial e as alterações na estrutura social que lhe são correspondentes.

Em 1995 inicia-se nova reestruturação no sistema social de Lourenço. A garimpagem artesanal volta ser a única forma da extração de ouro e principal atividade econômica do povoado. Os trabalhadores garimpeiros criam e se organizam em torno à COOGAL — Cooperativa dos Garimpeiros do Lourenço. A organização em cooperativa é uma experiência nova para os moradores de Lourenço, e implica uma mudança na estrutura social.

A criação da Cooperativa supõe a intenção dos moradores de continuar o trabalho da garimpagem e procurando formalizá-lo junto ao Estado. Porém há rudimentaridade no processo de formalização, deixando de fora por exemplo a licença específica para extração de ouro. A ausência desta licença impedia participação em editais de fomento ou financiamento de aquisição de maquinário.

Diante destes impedimentos não resolvidos, a cooperativa atuou de forma artesanal, com os riscos inerentes como acidentes de trabalho constantes, alguns resultantes em mortes, e com frequentes multas por órgãos ambientais.

A existência de um conjunto de áreas protegidas no Norte do Amapá e na Guiana Francesa deslocou o Garimpo do Lourenço para uma condição geopolítica muito delicada. Os planos de manejo das unidades de conservação de proteção integral explicitamente mencionam o garimpo como a principal ameaça a integridades dos ecossistemas e à biodiversidade, particularmente devido ao uso do mercúrio (CHAGAS, 2019, p. 12).

Este estado de imprevisto e informalidade na realização das atividades, mesmo formalizada pela cooperativa, resultou em ações do Ministério Público Estadual recomendando interrupção total da garimpagem na localidade.

O acordo bilateral Brasil-França para o combate à exploração ilegal do ouro em zonas protegidas ou de interesse patrimonial celebrado em 2008 e sua promulgação pelo Decreto Federal nº 8.337/2014 criaram o ambiente político para a intervenção do Estado no Lourenço, com motivação possivelmente preservacionista e desfecho de criminalização das atividades da COOGAL (CHAGAS, 2019, p. 15).

Diante da ação civil pública que impunha o fechamento do garimpo, os trabalhadores garimpeiros mobilizaram-se para reverter a decisão de interrupção das atividades. Interessa também aqui o fato de poder executivo municipal e poder legislativo também se posicionarem contra o fechamento do garimpo. Atuaram pra reverter legalmente a decisão e realizaram manifestação na rodovia federal para chamar atenção para sua causa. Argumentavam que a sobrevivência de mais de mil garimpeiros dependia da manutenção das atividades minerárias.

O poder judiciário retrocede na decisão do fechamento do garimpo, e a Cooperativa assina um termo de ajustamento de conduta um mês depois. Todavia, somente três anos depois, em abril de 2014, a Cooperativa COOGAL consegue a licença para extrativismo de ouro, com validade inicial de cinco anos. Este documento legaliza definitivamente a atividade garimpeira, dez anos depois de criada a cooperativa.

Externamente ao sistema social do garimpo, os garimpeiros são tratados como desviantes, tendo seu valor humano depreciado por suas condições de vida sempre temporárias, suas instalações e moradias precárias e núcleos de vida efêmeros. Em torno da indústria minerária, por sua vez, circulam signos como de eficiência e racionalidade, a normatização bem realizada. Todavia, em termos quantitativos de produção, os garimpos são os responsáveis por maior proporção da produção de ouro no Brasil do que indústrias. Indústria minerária e garimpagem artesanal não diferem, no entanto, no que concerne à produção de pobreza, violação de direitos humanos e destruição ambiental.

A garimpagem é uma atividade social repleta de ambiguidades. Em termos econômicos, a garimpagem gera divisas ao Estado. Em termos sociais e ambientais, produz pobreza, violência e destruição ambiental. Esta violência social e ambiental conta é em muitos casos promovida pelo Estado:

Sobresalen, por ejemplo, las dificultades impuestas por ambos Estados para la aplicación de la consulta previa, libre e informada. La aplicación de este derecho no solo se aprecia, desde el discurso oficial, como un obstáculo para avanzar en la senda de desarrollo y crecimiento que ofrecerían los proyectos extractivos, sino que se concibe que ninguna acción del gobierno puede estar supeditada a lo que se considera es la opinión de “minorías” (PAREDES; MANCHENO, 2021, p .144).

Do ponto de vista do Estado, existe uma criminalização da garimpagem ao mesmo que uma permissividade estatal para a prática pela virtual ausência de fiscalização ou penalização. Malgrado as ambiguidades, a garimpagem persiste, evidentemente, por possibilitar acumulação de capital.

Conclusão

A mineração, ao lado de outros extrativismos, se acentua no século XXI na América Latina e especialmente na Amazônia. É atividade que gera intensa acumulação de capital mundialmente, malgrado seus impactos conhecidamente destrutivos e irreversíveis.

As coisas que os brancos extraem das profundezas da terra com tanta avidez, os minérios e o petróleo, não são alimentos. São coisas maléficas e perigosas, impregnadas de tosses e febres [...]. Eles [os brancos] já possuem mercadorias mais do que suficientes. Apesar disso, continuam cavando o solo sem trégua, como tatus-canastra. Não acham que, fazendo isso, serão tão contaminados quanto nós somos. Estão enganados (KOPE-NAWA; ALBERT, 2015, p. 357).

A garimpagem é uma atividade social anacrônica. Trata-se de atividade do mundo colonial, que persiste na sociedade contemporânea. Hodiernamente pode-se caracterizar a garimpagem como um processo de territorialização de exceção, definido deste modo porque “para realizarem sua racionalidade produtivo-corporativa, precisam suspender/violar outras dinâmicas de realização da vida, ou seja, outras territorialidades” (MALHEIRO, 2021, p. 14).

Razão óbvia para a persistência da garimpagem como atividade produtiva economicamente é a colonialidade vigente em nossa sociedade. Colonial e atualizada com processos sociais contemporâneos, define-se a como territorialização de exceção. Como tudo que depende ou que reproduz a colonialidade, a garimpagem precisa desaparecer e ser superada, devido a produção de pobreza, danos ambientais e violência que produz, notadamente contra comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, J. G.; BATHYÁNY, K. Presentación. *In: EXPANSIÓN* mercantil capitalista y la Amazonía como nueva frontera de recursos en el siglo XXI. Buenos Aires; La Paz: CLACSO: Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario, 2021. p. 9-11.

BANEGAS, J. E. A. O bem-viver supera as limitações do desenvolvimento. **Revista Temporis [Ação]**, v. 20, n. 2, p. 1-12, 2020. Tradução de David Junior de Souza Silva. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistasacao/issue/archive>. Acesso em: 20 out. 2021.

CASTRO, E. M. R. de; FIGUEIREDO, S.; RIVERO, S. L.; ALMEIDA, O. T. de. Pensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre desenvolvimento. **Papers do NAEA**, v. 379, 2018.

CHAGAS, Marco Antonio. A Geopolítica do garimpo do Lourenço, norte do Amapá: trajetória, contradições e insustentabilidade. **Bol. Goia. Geogr.**, v. 39, p. 1-18, 2019.

FEARNSIDE, P. M. Exploração mineral na Amazônia brasileira: O custo ambiental. *In: CASTRO, E.; CARMO, E. D. do (ed.). Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena Mariana e Brumadinho*. Belém, PA: Editora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos: Universidade Federal do Pará, 2019. p. 35-42.

GRANGER, Stéphane. O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira**, n. 17, 2012.

GUDYNAS, E. Extractivismos en América del Sur: conceptos y sus efectos derrame. *In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: Anablume, 2016. p. 23-43.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: Palavras de um xamã yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. Prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2020.

MALHEIRO, B. C. P. Geografias de exceção e grandes projetos de mineração na Amazônia Uma análise dos processos de territorialização corporativos da empresa Vale na província mineral de Carajás-Pará-Brasil. *In*: EXPANSIÓN mercantil capitalista y la Amazonía como nueva frontera de recursos en el siglo XXI. Buenos Aires; La Paz: CLACSO: Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario, 2021. p. 50-59.

MALHEIRO, C. B. Grandes projetos de mineração na Amazônia: o governo bio/necropolítico do território e os processos de territorialização de exceção. **Rev. NERA**, Presidente Prudente v. 24, n. 59, p. 13-35, 2021.

MALHEIRO, C. B. Mineração e territorialização de exceção na Amazônia: a geografia em ruínas dos Grandes Projetos. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 40, 2020.

OLIVEIRA, R. da S. **Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas**: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname. 2013. 400 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, 400p.

PAREDES, M. M.; MANCHENO, T. V. El regreso de El Dorado. *In*: EXPANSIÓN mercantil capitalista y la Amazonía como nueva frontera de recursos en el siglo XXI. Buenos Aires; La Paz: CLACSO: Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario, 2021. p. 141-48.

PARSONS, T. Componentes do sistema social. *In*: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Homem e Sociedade**: leituras básicas de sociologia geral. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1965. p. 56-59.

PARSONS, T. Esboço do Sistema Social. *In*: BIRNBAUM, P.; CHAZEL, F. **Teoria sociológica**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1977. p. 167-195.

PARSONS, T. O conceito de sistema social *In*: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Homem e Sociedade**: leituras básicas de sociologia geral. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1965. p. 47-55.

PARSONS, T. Papel e sistema social. *In*: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Homem e Sociedade**: leituras básicas de sociologia geral. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1965. p. 63-68.

PARSONS, T.; SHILLS, E. A. **Toward a General Theory of Action**. Cambridge: Harvard University Press,. 1962. p. 105-107. Disponível em: <https://archive.org/details/towardgeneralthe00pars/page/n5/mode/2up>.

RED AMAZÓNICA DE INFORMACIÓN SOCIOAMBIENTAL GEORREFERENCIADA. Mapa de Minería Ilegal em Amazônia. **Minería Ilegal**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://mineria.amazoniasocioambiental.org/>. Acesso em: 20 out. 2021.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de; TALLEDOS, E.; MARINHO, S. C. Como desaparecem os lugares: mineração e resistências populares na América Latina. **REPOCS**, v. 16, n. 32, p. 11-19, ago./dez. 2019.

VALLE, E.; HERRMANN, H. Economia mineral do ouro no Brasil. *In*: EMERY-TRINDADE, R.; BARBOSA-FILHO, O. **Extração do ouro**: princípios, tecnologia e meio ambiente. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2002. Cap. 12, p. 307-322.

VEIGA, M. M.; SILVA, A. R. B.; HINTON, J. J. O garimpo de ouro na Amazônia: aspectos tecnológicos, ambientais e sociais. *In*: EMERY-TRINDADE, R.; BARBOSA-FILHO, O. **Extração do ouro**: princípios, tecnologia e meio ambiente. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2002. Cap. 11, p. 277-30.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

PANDEMIA, ANTROPOCENO E AGRONEGÓCIO: intersectando catástrofes globais no Brasil

Jean Segata¹

Caetano Sordi²

Juliara Borges Segata³

Bernardo Lewgoy⁴

“Eu trabalhei três dias com mais de 38 graus de febre. Era covid”, disse Nelson, numa mensagem de WhatsApp. “Não tinha como parar. Se o encarregado descobrisse alguém doente, ele mandaria para casa, porque tem os protocolos, né? Mas, quando você está em casa, o dinheiro não vem. A empresa desconta tudo. Então, a gente tinha que ir trabalhar mesmo sabendo do perigo. Eu não era o único doente. A gente disfarçava, sabe? A gente tomava um remédio para baixar a febre e enganar os verificadores de temperatura. Tem que seguir tocando”.

Nelson é trabalhador da indústria frigorífica. Ele atua na linha de desossa de uma planta de processamento de carnes que executa em pequenas cidades do interior do sul do Brasil, as operações de uma corporação que tem sede nos Estados Unidos. Conversamos algumas vezes de forma remota no mês fevereiro de 2021, quando ele já se dizia bem melhor. Ainda que fosse considerado um caso recuperado, a infecção que o atingiu em agosto do ano anterior não foi tão prontamente curada: “senti por muito tempo uma dor no

- 1 Antropólogo e professor do Departamento de Antropologia e dos programas de pós-graduação em Antropologia Social e Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele é pesquisador do CNPQ e coordenador do Núcleo de Estudos Animais, Ambientes e Tecnologias NEAAT e da Rede Covid-19 Humanidades MCTI. Tem experiência em etnografia multiespécie, saúde e ambiente, epidemias e tecnologias digitais. E-mail: jeansegata@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2544-0745>.
- 2 Mestre e doutor em antropologia social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Brasil). Atua como pesquisador de pós-doutorado vinculado à Rede Covid-19 Humanidades MCTI. Tem experiência na área de relações humano-animal, biossegurança, antropologia da alimentação e do meio ambiente. E-mail: caetano.sordi@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2334-8096>.
- 3 Psicóloga e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É pesquisadora voluntária da Rede Covid-19 Humanidades MCTI, onde pesquisa emoções e envelhecimento em tempos de pandemia no projeto “A Covid-19 no Brasil: análise e aos impactos sociais da pandemia entre profissionais de saúde e população em isolamento” (Convênio Ref. 0464/20 FINEP/ UFRGS). E-mail: juliaraborges87@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3053-907X>.
- 4 Antropólogo e professor titular do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele é pesquisador do CNPq e suas pesquisas e publicações abordam relações humano-animal, zoonoses, biossegurança e Antropologia da Religião. E-mail: mlewgoy.bernardo@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7455-6050>.

peito, um sufocamento, uma coisa ruim mesmo. Mas agora já me acostumei com isso”, dizia ele. No entanto, ele também explicava que outros trabalhadores, que igual a ele também foram contaminados no frigorífico, não tiveram a mesma sorte e ainda se sentiam mal: “eu tenho alguns colegas que ainda estão se incomodando com falta de ar, sono ruim e dor de cabeça forte. Essa coisa pegou eles em cheio. É que 2020 foi bem puxado”, reclamava.

Nelson tinha razão na sua conclusão. De fato, 2020 foi “bem puxado”. Aquele foi um ano recordista para a indústria da carne no Brasil. Somados aves, porco e gado bovino, o país aumentou em aproximadamente 10% a exportação, elevando o país para a terceira posição do ranking mundial de produção de carne⁵. Mas, há mais motivos para 2020 ter sido “um ano puxado”. Fora do mapa da fome desde pelo menos duas décadas, o Brasil passou a ser novamente assombrado pela insegurança alimentar, agravando ainda mais a situação de vulnerabilidade ao vírus durante a pandemia, em virtude da má nutrição (GALINDO *et al.*, 2021; POMPEIA; SCHNEIDER, 2021). Inversamente ao incremento nos índices de produção e exportação, o aumento vertiginoso do preço da *cesta básica de alimentos*, sobretudo a carne bovina, afastou a comida da mesa do brasileiro durante a pandemia⁶. Tal ambivalência evidencia que a vocação do agronegócio não é produzir alimento em escala democrática, mas dinheiro e adoecimento de forma intensiva (SEGATA; BECK; MUCCILLO 2021; POMAR, 2021). Nelson, e outros tantos milhares de trabalhadores e trabalhadoras deste setor estão sujeitos a morrer de vírus e de fome, enquanto produzem comida para alimentar a bolsa de valores e a fortuna dos senhores do império da agroindústria.

Em um panorama mais amplo, essa situação criada pelo agronegócio ecoa em novas e devastadoras configurações os graves e históricos efeitos sociais e ambientais que assombram o Brasil desde o extrativismo colonial até o neoeextrativismo das *commodities* (ACOSTA; BRAND, 2018; SVAMPA, 2019). Razão pela qual iniciaremos o artigo com uma breve revisão crítica da ideia de Antropoceno. Compreendemos que na América Latina ele se materializa na combinação histórica entre colonialismo, expansão imperial e suas dinâmicas ambientais e extrativistas (ULLOA, 2017). Este cenário de contaminações recentes com a Covid-19 também evidencia que o trabalho precário e racializado e a produção de ecologias doentias da indústria frigorífica formam uma combinação nociva que reforça a importância do debate sobre violência estrutural no campo da saúde e da doença (FARMER, 2004, 2018; SINGER;

5 “PIB do agronegócio”, 2021.

6 Os dados nacionais do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) apontam aumento no valor da *cesta básica de alimentos* (*basic-needs grocery package*) em todas as regiões do Brasil. Na cidade de São Paulo, o aumento anual chegou a 24,67%, comprometendo mais de 63% do salário-mínimo com a compra de alimentos básicos para uma pessoa adulta (DIEESE, 2021).

RILKO-BAUER, 2021). Na segunda seção do artigo contextualizaremos algumas das decisões do governo que ajudaram na desmontagem de pactos e normas ambientais e trabalhistas durante a pandemia, facilitando o seu agravamento no contexto da indústria da carne no Sul do Brasil.

Seguindo a antropologia médica de Merrill Singer e Bárbara Rilko-Bauer (2021) compreendemos que os conceitos de *sindemia* e de *violência estrutural* podem favorecer o tipo de análise ensejada neste artigo. Por *sindemia*, esses autores entendem a interação sinérgica adversa entre duas ou mais doenças ou condições debilitantes, promovida ou facilitada por condições sociais e ambientais. Por *violência estrutural*, eles se referem “às formas frequentemente ocultas de estruturas de desigualdade, como a pobreza, o racismo e a discriminação, que impactam negativamente a vida e o bem-estar das populações afetadas” (SINGER; RYLKO-BAUER, 2021, p. 9). A intersecção entre *sindemia* e *violência estrutural* desloca as tradicionais análises centradas em “grupos” e em “comportamentos de risco” para colocar em relevo os seus ambientes e os seus agentes. Combinadas, essas noções têm nos ajudado a questionar as narrativas que isolam fenômenos catastróficos como as crises ambientais cada vez mais intensas e os eventos críticos em saúde, como a pandemia de covid-19⁷.

Catástrofes ambientais e sanitárias são frequentemente analisadas de forma isolada, na chave de problemas globais, impelindo a respostas globais, quase sempre desarticuladas entre si (ROSENBERG, 1992; SCOPEL; DIAS-SCOPEL; NEVES; SEGATA, 2021). No entanto, para nós esta tendência costuma obliterar as relações históricas de poder e desigualdades que intensificam de forma desigual esses eventos críticos. É o caso das transformações sociais e ambientais produzidas como efeito do que Brand e Wissen (2021) chamam de *modo de vida imperial* sobre porções do mundo como o Brasil, onde o Antropoceno chega mais cedo e as pandemias costumam permanecer mais tempo.

As feridas estruturais do Antropoceno

A ideia geral que forma o debate sobre o Antropoceno é a de que uma nova época geológica tem sido definida pela ação humana. Trata-se de um

7 O tema da produção e circulação da carne, da degradação ambiental e da exploração de trabalhadores na indústria frigorífica no sul do Brasil, forma uma das frentes de pesquisa do projeto *A Covid-19 no Brasil: análise e respostas aos impactos sociais da pandemia entre profissionais de saúde e população em isolamento* (Convênio Ref.: 0464/20 FINEP/UFRGS), desenvolvido pela *Rede Covid-19 Humanidades MCTI*. Ela integra o conjunto de ações da Rede Vírus MCTI financiadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Luiza Beck, Luísa Muccillo, Giovanna Lazzarin e Marília Floor Kosby também têm se dedicado conosco ao estudo deste tópico.

“novo regime climático”, misturando clima, geologia, moralidade e história numa explosiva ressonância “geo-histórica” (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016; CHAKRABARTY, 2009; LATOUR, 2020). Neste cenário de aceleração, multiplicam-se “paisagens em ruínas” que incluem extinções em massa, desmatamento, derretimento de geleiras polares, acidificação dos oceanos e secas arrasadoras (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO; 2014; TSING, 2019). Numa imagem simplificada, se a vida humana foi definida, em épocas anteriores, como Pleistoceno ou Holoceno, pelas condições oferecidas pelo planeta, no Antropoceno é o curso da vida da Terra que tem sido definida pela época geológica do humano.

Na antropologia, o debate sobre o Antropoceno já tem sido tensionado por diversas frentes de crítica. Como conceito derivado da geologia, ele tende a endossar modelos explicativos da ciência moderna europeia e a sua frequente indiferença ao modo como as diversas populações, de maneira singular e sensível, produzem, vivem e explicam seus ambientes. Para Tola *et al.* (2019), por exemplo, o conceito de Antropoceno tende a endossar uma ideia de “natureza única”, que não captura a pluralidade de mundos, como os ameríndios e a sua multiplicação de agências no mundo. A própria Terra, pode significar mais do que um planeta formado por elementos minerais e orgânicos, mas se configurar como parte da identidade, dos sentidos de si e de coletividade — é o caso das montanhas ancestrais, dos rios como irmãos, dos animais como amigos fiéis ou do território como identidade (DESCOLA, 2017; CADEÑA, 2018; KRENAK, 2020; LAHIRI-DUTT, 2019).

Descola (2017, p. 20), por sua vez, sugere uma distinção entre antropização e Antropoceno. A primeira, seria o processo que “resulta de movimentos de coevolução de seres humanos e não humanos” que tem moldado o planeta há mais de 200 mil anos. Ela alterou ecossistemas e suas condições de funcionamento favorecendo o estabelecimento das condições materiais de existência para diferentes seres. A biodiversidade de geografias como a da Amazônia, por exemplo, só foi possível por meio de um longo processo antrópico que soma mais de 10 mil anos de circulação de sementes, mudas e filhotes de animais de um lugar para outro naquela região (DESCOLA, 2017, p. 20). A concentração de uma espécie animal ou vegetal numa única porção de espaço poderia ser potencialmente frágil, à medida que uma peste, um processo massivo de caça ou algum desequilíbrio climático pudesse colocá-las em risco de extinção. O espalhamento de sementes; o transporte de filhotes mamíferos ou de peixes de um rio ou de um lugar para outro, os enxertos e as cruzas entre animais, facilitadas pela ação antrópica, diversificaram e fortaleceram esses ecossistemas com o passar dos tempos, ao passo de permitirem melhores condições de adaptabilidade humana a estas porções de espaço. Esse é um exemplo benéfico de antropismo que ajuda a sustentar processos coevolutivos em escalas locais.

Já o Antropoceno, para Descola (2017), é outra coisa. A sua escala global de ação extrativa e predatória de plantas, animais, minerais e ambientes, ao invés de fornecer condições de coevolução, apenas tem produzido destruição e extinção. Na crítica desse autor, esse processo teria começado nos últimos dois ou três séculos, e sobremaneira, se intensificado neste último, marcado pela concentração de “novos produtos, como os antibióticos, os pesticidas e os transgênicos, [...] as monoculturas intensivas e os efeitos seletivos de temperaturas mais elevadas da atmosfera e dos oceanos que alteram os processos evolutivos” (DESCOLA, 2017, p. 17). Trata-se de uma referência mais situada ao homem do capitalismo e a escala de ação destrutiva, potencialmente global e irreversível de sua famigerada vontade de converter a Terra em um recurso para geração de lucro e crescimento (HARAWAY, 2015, também investe nesta crítica por meio da ideia de Capitoloceno). Mais que isso, tratar do Antropoceno não é apenas uma questão de se concentrar no desenvolvimento do capitalismo mercantil, mas de situar, por exemplo, os processos coloniais e as geografias e histórias desiguais entre Europa e o “resto do mundo” — explorado por mais de quinhentos anos de extração de madeira e minerais, expropriação de territórios, aniquilação de identidades e modos de pensar, estupro de mulheres e matança de populações locais de humanos e de animais (DESCOLA, 2017; ULLOA, 2017; FERDINAND, 2019).

A pautar da expansão europeia ajuda a reforçar que o Antropoceno não envolve apenas o impacto ambiental que resulta da ação do homem. Ele se refere também aos processos coloniais de extração de madeira e minerais, de escravidão e de genocídio de populações locais (ARAÓZ, 2020). Além disso, ele ajuda a inscrever este debate, numa linha histórica de violência estrutural que intersecta desequilíbrios ambientais e riscos e agravos em saúde. Como bem definiu Magali Romero Sá,

[...] a expansão colonizadora dos países europeus ocasionou extremas mudanças sociais, ambientais e epidemiológicas. Fluxo de pessoas, introdução de animais e plantas, obras de engenharia, estradas de ferro, etc., foram intervenções ambientais e culturais, em espaços biologicamente desconhecidos, que levaram a uma série de desequilíbrios e adaptações que mudou a configuração das relações e inter-relações entre parasitos, hospedeiros e vetores (SÁ, 2013, p. 71).

Trata-se da produção de geografias, histórias e condições sanitárias desiguais entre a Europa e o “resto do mundo”, o que exige uma revisão crítica do Antropoceno, situando a cor, a origem e o gênero dos seus agentes.

Em um breve artigo intitulado *Unruly edges*, a antropóloga Anna Tsing (2012), ajuda a redefinir os termos do debate sobre o chamado *excepcionalismo*

humano, que nos fornece importantes pistas para esta crítica. O seu trabalho nos ajuda a sugerir que a separação entre humanidade e natureza é, antes de mais nada, uma exceção do *homem* no sentido gendrado da palavra; de uma natureza tomada como recurso para seus propósitos. Trata-se, assim, do fetiche de dominação e controle propriamente masculino, de um prototípico homem branco, europeu, “senhor da civilização e da cultura”, colonizador, patriarca, mas também empreendedor e produtor de lucro e de capital. O que o neoliberalismo resumiria como *cliente prime* do planeta: aquele que se vê como exclusivo.

A crítica feminista e multiespécie de Anna Tsing (2012) apreende a histórica tentativa de emancipação do homem sobre a natureza por meio de três processos emblemáticos: a subordinação das plantas, dos animais e das mulheres. O caso das plantas e dos animais é comumente narrado como sendo o início do desenvolvimento da agricultura, este processo também simboliza uma forma externalização do homem ao mundo circundante. É quando o homem se compreende como senhor da natureza, convertida em um objeto de onde ele pode extrair a subsistência, mas aos poucos também o acúmulo e o lucro por meio da sua *comoditização*. Anna Tsing (2012) também coloca em relevo a vontade masculina de dominação, afinal, não basta cultivá-la: é preciso colocar as plantas enfileiradas e fazer com que elas nasçam onde e quando ele quiser, de acordo com sus propósitos de otimização. Por exemplo, se uma máquina colheitadeira aproveita melhor o combustível e gera mais lucro com plantas dispostas a 30cm de distância umas das outras, é assim que o homem as fará elas nascerem. Vacas, por sua vez, devem produzir leite e carne para alimentar os mercados. Por fim, as mulheres. No esquema masculino de mundo, elas foram historicamente convertidas em “seres da natureza” e reprodutoras de filhos. Mulheres foram reduzidas a uma parte da infraestrutura doméstica de produção do capital por meio de trabalho não remunerado (FEDERICI, 2019). Assim, a “domesticção” de plantas, animais e mulheres caracteriza o longo processo de subordinação da natureza ao *fetiche dominador do homem*, peça-chave da expansão e da consolidação do imperialismo, do capital, e da máquina masculina de destruição dos ecossistemas. Em resumo, como reforça a Anne McClintock (2018), o “culto da domesticidade não foi simplesmente uma irrelevância trivial e passageira”. Nas suas palavras:

Os homens europeus foram os agentes mais diretos do império. E, no entanto, os teóricos do imperialismo e do pós-colonialismo só raramente se dedicaram a explorar a dinâmica de gênero do tema. Ainda que fossem homens brancos os que comandavam os navios e portavam os rifles dos exércitos coloniais, e que eram donos e supervisores das minas e plantações com escravos, e que comandavam os fluxos globais de capitais e

carimbavam as leis das burocracias imperiais; ainda que fossem homens brancos europeus os que, ao final do século XIX, eram donos e gerentes de 85% da superfície da Terra, a relação crucial, mas oculta, entre gênero e imperialismo foi, até muito recentemente, desconhecida e desprezada como um *fait accompli* da natureza (2018, p. 21).

O Antropoceno não envolve apenas o impacto ambiental que resulta da ação do homem. Ele se refere também a produção de geografias, histórias e condições sanitárias e de humanidade desiguais entre a Europa e o “resto do mundo”. Razão da necessidade de pautá-lo a partir de agenda decolonial, essencialmente traduzida na chave da violência estrutural (FERDINAND, 2019). Se ontem foi o devastador processo de colonização e de expropriação que arrasou a paisagem natural, hoje são as tecnologias de manipulação genética de plantas e animais, intimamente acopladas à expansão dos químicos, que convertem os países mais pobres em grandes e lucrativas lavouras de plantio de transgênicos e em granjas de animais em confinamento (LAPEGNA, 2019; SEGATA, 2020; OLIVEIRA, 2020). Este é o caso do agronegócio, por exemplo. Como sugere Wallace (2020a, p. 20) essa indústria tem sido “responsável por gerar ambientes apropriados para a produção em escala de novos patógenos e por remover obstáculos imunológicos que poderiam retardar a transmissão de uma nova doença”. Junto com as grandes e desordenadas metrópoles, usinas, complexos industriais, este tipo de atividade forma cortes e feridas que nos expõe a graus intensificados de risco e de vulnerabilidade — ali se inscreve aquilo que Landecker (2016) chamou de registro físico da história humana em vidas bacterianas. Mas, para isso, o estudo do Antropoceno precisa considerar a justiça social e as profundas desigualdades sociais e econômicas e o modo como elas expõem e estimulam em maior ou menor grau a atuação de populações humanas em circuitos de destruição de ambientes.

Passando a boiada

A gravação de um encontro que reuniu a cúpula do governo federal em maio de 2020, expôs alguns dos meandros deste arranjo político destrutivo. Em uma das cenas mais emblemáticas, o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles exaltou estarem eles diante da oportunidade de “passar as reformas infralegais de desregulamentação” e “dar de baciada a simplificação”. Já que a imprensa voltava a sua atenção para a pandemia, para o ex-ministro, aquele era o momento de “ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas” (SALLES, 2020). A indústria de processamento de carne no sul do Brasil é um dos setores onde “a boiada está passando”.

No primeiro ano de pandemia, entre março 2020 e março de 2021, além de Nelson, mais 7.992 casos de covid-19 foram confirmados entre trabalhadores do setor frigorífico no Rio Grande do Sul. No mês de junho de 2020, esse número chegou a representar 32% do total deste Estado, ou seja, $\frac{1}{3}$ do contingente de contaminados, sugerindo que o trabalho na indústria frigorífica respondeu por uma grande fatia da interiorização da doença no sul do Brasil (SEGATA; BECK; MUCCILLO; LAZZARIN, 2021). Estes dados convergem com estes debates e também aprofundam etnograficamente outras frentes de trabalho que destacam os graves riscos e problemas associados à indústria da carne. São acidentes ocupacionais e lesões por efeitos repetitivo, transtornos psiquiátricos, contaminação por substâncias químicas, adoecimentos pela vulnerabilização imunológica decorrente das condições de trabalho estruturalmente insalubres, incluindo a mão de obra de migrantes e indígenas (MARRA; SOUZA; CARDOSO, 2013; SILVA, 2013; PERROTA, 2016; STEFANUTO, 2017; JIMENEZ LOPEZ, 2019; BIRKE; BLUHM, 2020; ANPT, 2021; CARSTENSEN, 2021; GRANADA *et al.*, 2021). Além disso, os altos índices de covid-19 entre os seus trabalhadores evidenciam o quanto a cadeia da carne favorece a circulação, a exposição e a contaminação com o vírus (WALLACE, 2020a, 2020b; SEGATA; BECK; MUCCILLO, 2021). A própria emergência de novos patógenos entra em jogo neste cenário, considerando os efeitos nefastos da violência estrutural continuada e aprofundada pelo agronegócio sobre as relações sociais, as ecologias locais e os ecossistemas globais.

A emergente racionalidade sintetizada no *slogan* “agro é tech” promete alimentar um mundo cada vez mais populoso e faminto, quando, na verdade, expande as escalas de lucro do capitalismo com cultivos otimizados pela combinação de aprimoramento genético e mão de obra precarizada (WALLACE, 2020a; ALMEIDA, 2011)⁸. É o modelo industrial. Um porco, por exemplo, para ser explorado como mão de obra do capitalismo agroindustrial, precisa crescer de forma parelha. Isso tem a ver com a standardização da indústria alimentícia - ou seja, não pode haver discrepância entre as quantidades de gordura e músculo, por exemplo, porque a uniformidade produto é um fator qualidade (SEGATA; MUCCILLO, 2021). Mas, as linhas de produção das plantas frigoríficas também exigem a uniformização; as carcaças devem ter tamanho e peso adequado para circularem nas esteiras e ganchos, exigindo dos trabalhadores humanos os mesmos gestos e intervalos de tempo na sua manipulação (SEGATA; MUCCILLO, 2021).

8 “Agro é tech” é o slogan de uma campanha publicitária em prol do agronegócio veiculada pelo maior grupo de comunicação do país, proprietário da Rede Globo de Televisão, o Jornal O Globo, o portal G1 de internet, entre outros

A lógica de padronização dos corpos dos animais de produção é de tal forma pervasiva na indústria alimentícia, que o próprio apelo pela adoção de tecnologias de bem-estar animal só é internalizado pela cadeia produtiva na medida em que reforça o imperativo de busca pela “carcaça perfeita”. Mais do que uma questão ética, a implementação destas tecnologias tem se apresentado para os agentes da indústria como uma forma de garantir a integridade e a qualidade do produto final (SORDI, 2016). Em outros termos, as tecnologias de bem-estar animal têm sido incorporadas pela indústria como forma de mitigar o impacto do stress sobre a maciez da carne e evitar lesões que comprometam o aproveitamento de partes úteis da carcaça.

Não obstante, a padronização gera a imunodepressão, mitigada por altas doses de antibióticos que se juntam às mais de 7 gigatoneladas de CO₂ que a agropecuária intensiva lança na biosfera. Como sugere Rob Wallace (2020b), pequenos agricultores não tem a necessidade de expor ocupacionalmente um grande contingente de trabalhadores, tampouco têm a capacidade industrial de circular sua produção entre fazendas e fábricas, sobretudo, por longas distâncias e em grande escala. São operações frequentemente contaminantes, pois envolvem o contato com animais que não são de criação, como ratos e moscas que infestam contêineres de transporte marítimo ou sistemas de ventilação em túnel que introduzem material animal entre ambientes. Parece que as operações de “biossegurança” atuam para garantir o bem-estar do negócio dessa indústria, mas não as condições de segurança, de saúde e cuidado de humanos, animais e ambientes (WALLACE, 2020A; SEGATA; BECK; MUCCILLO, 2021).

No caso latino-americano, é importante ressaltar que a expansão da criação de animais para o abate se liga ao próprio processo de formação do território e sua inserção no sistema global de exploração colonial e na montagem do modo de vida imperial. A colonização europeia do continente americano teve no gado bovino um importante aliado, como linha de frente da sua “biota portátil” (CROSBY, 2011). Na vanguarda da expansão territorial, o gado permitiu e facilitou a ocupação europeia dos territórios mais distantes do litoral, através do modelo de grande propriedade pastoril (BARETTA; MARKOFF, 1978). Em seu avanço sobre os territórios americanos, a pecuária extensiva, como braço auxiliar dos monocultivos agrícolas e da exploração de metais preciosos, desestruturou os modos de vida e subsistência dos povos originários, apropriou-se violentamente de seus territórios, exterminou-os demograficamente e arregimentou-os como força de trabalho, em paralelo à exploração dos escravos trazidos do continente africano (NIBERT, 2013). Após as independências nacionais e ao longo do século XX, a pecuária latino-americana passou por sucessivas ondas de modernização que atenuaram

sua baixa produtividade e técnica. Mesmo assim, estas transformações não lograram alterar de forma substantiva suas relações fundiárias e de trabalho, marcadas pela concentração de terras e a precariedade laboral.

Cabe salientar que este não é um processo inconcluso, pois nas atuais fronteiras agrícolas brasileiras, a pecuária prossegue como a linha de frente do processo de “acumulação primitiva contínua”, como o definem Alliez e Lazzarato (2021). Para eles, o capitalismo é um modo de produção na exata medida em que é um modo de destruição, logo, a guerra, inclusive a guerra contra a natureza, está inexoravelmente inscrita na sua forma de ser. É neste sentido que o agronegócio, como sua mais recente frente de expansão, é uma guerra que pode ser caracteriza por sua trajetória sociotecnológica de cunho patronal, marcada pelo uso extensivo do solo, pela homogeneização da paisagem – com alto impacto para a biodiversidade – e pela formação intensiva de dejetos, sem contar o crescente assédio às Terras Indígenas demarcadas ou em processo de demarcação. Costa (2011) e Lisboa (2009) salientam que a pecuária se insere no rol de *commodities* que “provocam desmatamento, poluição ambiental e esgotamento de recursos hídricos [...], competindo entre si e com outras culturas pelo solo barato ou apropriando-se da terra pública por meio de grilagem” (LISBOA, 2009, p. 232).

Governos neoliberais da direita com inclinações fascistas também têm se comportado como importantes agentes patogênicos na pandemia de covid-19. O caso do Brasil é emblemático. O governo de Jair Messias Bolsonaro revelou empenho e eficiência “em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional, declaradamente com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo” (VENTURA; AITH; REIS, 2021, p. 26). Não é por menos que “genocídio” tem sido a expressão mais apropriada para caracterizar a postura presidencial ao longo destes mais de quinze meses de pandemia.

Diante do negacionismo, da falta de assertividade ou da ausência pura e simples da coordenação federal, o Supremo Tribunal Federal do Brasil tomou medidas judiciais que reforçaram a autoridade e autonomia dos demais entes federativos da União para deliberarem sobre as políticas públicas de combate à pandemia. Esta medida garantiu algum grau de proteção à vida, mas pavimentou o caminho para a fragmentação das ações e, com o tempo, para a corrosão da autoridade sanitária em face da pressão por flexibilização sobre governadores e prefeitos por parte de grupos econômicos em nível regional (SORDI; SEGATA; LEWGOY, 2021). Além disso, a intervenção do judiciário também permitiu ao presidente e seus seguidores enunciarem uma interpretação distorcida da decisão da Corte Constitucional, segundo a qual os magistrados haviam retirado do Governo Federal qualquer ingerência sobre as medidas de contenção da pandemia. Esta versão dos fatos, amplificada por

uma estrutura difusa, porém muito eficiente de disseminação de *fake news*, tem auxiliado Bolsonaro a eximir-se publicamente de qualquer responsabilidade pelos graves erros cometidos ao longo da pandemia, bem como atribuir a culpa pelas mortes e maus índices econômicos a governadores e prefeitos.

O caso do sistema de cogestão do Estado do Rio Grande do Sul é problematicamente emblemático. Ao longo de um ano, entre maio de 2020 e abril de 2021, o Estado foi dividido em 21 “regiões de saúde”. Utilizou-se um modelo de distanciamento que previu quatro estágios de controle traduzidos em “bandeiras”: amarela, laranja, vermelha e preta. A amarela indicava uma situação mais amena e com medidas mais flexíveis, avançando o grau de restrições até a preta, quando seria necessário maior restrição. O modelo estava baseado no cruzamento entre onze indicadores de duas grandes variáveis: velocidade de propagação da pandemia e capacidade de atendimento do sistema de saúde em cada uma das 21 regiões de monitoramento, definidas a partir de cidades-referência que possuam leitos de tratamento intensivo (RIO GRANDE DO SUL, 2020a, 2020b). Confiante no sucesso do modelo e na adesão a ele por parte da sociedade, a então secretária de planejamento do Governo do Estado, em menos de um mês após a entrada em vigor do Sistema, publicou um artigo bastante otimista no site *Project Syndicate*, em que afirmava que “os líderes gaúchos divisaram uma estratégia para conviver com o vírus baseada em indicadores-chave, na consulta a especialistas e processos implementáveis, com total transparência”. Sem qualquer modéstia, concluía afirmando que o modelo do Rio Grande do Sul trazia “lições para governos de países mais ricos, que ainda não desenvolveram um plano deste tipo” (WOODS; LEMOS, 2020).

Nos meses seguintes, no entanto, o modelo acabou por tomar um caminho bastante distinto daquele apregoado pela secretária e seus idealizadores. Em resposta às queixas de prefeitos e setores econômicos afetados pelas medidas de isolamento social, o governo estadual acabou por flexibilizar as restrições em um sistema de “cogestão”. Este novo sistema assumia que as definições de ação no Rio Grande do Sul não seriam necessariamente definidas apenas pelo governo do Estado, mas em corresponsabilidade com as regiões de saúde e seus comitês para a pandemia. Em outras palavras, o Governo do Estado passou a distribuir sua responsabilidade com as prefeituras dos municípios de cada região e os representantes da sua elite patronal-corporativa da indústria e do comércio.

Não houve uma única semana epidemiológica em que as cores das bandeiras não tenham sido contestadas por alguns dos municípios de uma ou outra região, pressionados pelas ligas e federações de indústria e comércio. Em certa medida, repetiu-se em âmbito estadual, entre governador e prefeitos, o mesmo conflito federativo ocorrido entre o presidente e governadores, amplificando a

dissonância entre discursos e enfraquecendo a autoridade sanitária. Prefeitos e outros políticos e sobremaneira as entidades patronais que compunham os comitês locais negavam a gravidade da situação a todo custo com a intenção de manter a atividade econômica funcionando à todo vapor. Trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo pobres, negros, indígenas e imigrantes, foram exponencialmente expostos às situações de risco sob a ameaça da perda de seus postos de trabalho. Não houve também uma única semana epidemiológica em que não imperasse a “flexibilização do protocolo” - isto é, havia regra clara, mas ela era plenamente elástica (o que por si só já é um fenômeno muito curioso nos sistemas de regramento brasileiros e que cada vez mais ganha volume, já que não são os grandes interesses que se submetem às regras, mas às regras que se submetem aos grandes interesses). Então, a indicação de bandeira em uma dada região era vermelha, mas as atividades que interessavam diretamente aos setores comercial e industrial eram conduzidas em modo bandeira laranja, por exemplo. Esses políticos e representantes das corporações quase sempre são pessoas que não estão na linha de frente da contaminação com o vírus. Então, a ideia de risco foi construída, operada e distribuída no Brasil por aqueles que estão condições de se proteger e não por quem está, efetivamente, exposto a ele nas suas rotinas. Os trabalhadores da indústria de processamento de carnes, por exemplo, tiveram “um ano puxado”, justamente porque foram desfavorecidos pelas medidas governamentais flexibilizadas, que se concentraram muito mais na proteção da “saúde da indústria e do comércio”, do que das pessoas, mas também dos animais e dos ambientes.

É neste contexto temporal de longa duração que se insere a pandemia de Covid-19, uma ameaça global que coloca em risco um modo de vida imperial. No entanto, longe de colocar essa forma de capitalismo extrativo e predatório em “quarentena”, a chegada da crise sanitária parece ter oferecido aos agentes do agronegócio uma oportunidade de acelerá-lo, na linha da doutrina de choque do capitalismo de desastre (KLEIN, 2008). Medidas administrativas e legislativas recentes, conduzidas pelo Governo Federal e seus aliados no Congresso – com o beneplácito de setores importantes judiciário –, tem reduzido a regulamentação e as salvaguardas que ainda restantes nos campos fundiário, trabalhista e sanitário (SORDI; SEGATA; LEWGOY, 2021). Estes ataques sistemáticos aos direitos humanos, civis e sociais, catalisados pela pandemia, reforçam o pertencimento do Brasil a este “outro lugar” do modo de vida imperial. Neste sentido, chama atenção que em meio à maior crise de saúde em décadas, proposições legislativas como a redução das pausas de descanso dos trabalhadores de frigoríficos voltem à tona, assim como outros projetos de lei que visam desmontar o processo de licenciamento ambiental para grandes empreendimentos e dificultar a identificação e demarcação de territórios tradicionais (SORDI; SEGATA; LEWGOY, 2021).

No Brasil, a pandemia foi agravada pela combinação desastrosa, mas não menos premeditada, de um presidente genocida e de uma condução de Estado guiada por agentes do capital econômico. Por todo o país, em Estados e municípios, multiplicaram-se comitês de gestão da pandemia formados, sobremaneira, por agentes políticos e seus assessores e por representantes dos interesses corporativos da indústria e do comércio. Mas lideranças comunitárias ou representantes sindicais da classe trabalhadora não foram convidados a sentar nestas mesas de gerenciamento, mesmo quando a pauta foi, por exemplo, a volta às aulas ou a miríade de problemas que evidentemente mostram que a pandemia é um evento social, que excede à biologia e às questões sanitárias e que ganha terreno largo nas relações de trabalho gerando o aprofundamento da desigualdade e da exclusão social estruturais no Brasil. A redução da pandemia a uma guerra tecnocrática entre vírus e mercado – ou reduzida ao dilema “vida ou economia” – também é uma forma de negacionismo e evidencia o ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil, protagonizado pelo governo federal. Em um plano mais amplo, o governo brasileiro e os representantes da indústria e do comércio nas instâncias de decisão político-sanitárias têm, no momento em que estas páginas foram redigidas, mais de meio milhão de mortes em seu currículo.

Considerações finais

A pandemia de covid-19 excede as narrativas globais centradas no agente patógeno. No Brasil, ela ganha forma e intensidade na combinação nociva de agentes políticos e corporativos, desmonte de políticas sociais e relações históricas de poder e de desigualdades que têm atuado com o vírus na constituição de ambientes de risco e de vulnerabilidade. A denegação de crises ecológicas e sanitárias é uma realidade alarmante que elude o seu enfrentamento (LATOURE, 2020, p. 9). Ela implica no aumento do desmatamento, das queimadas, dos fenômenos climáticos extremos e da intensidade devastadora da pandemia de covid-19, fornecendo amostras daquilo que Bruno Latour chamou de *uma profunda mutação em nossa relação com o mundo* (LATOURE, 2020, p. 29; ALMEIDA; SANTOS; TERENA, 2021; VENTURA; AITH; REIS, 2021). Na essência da pesquisa que temos conduzido, esses eventos não se encontram isolados entre si. Ao contrário, catástrofes ambientais e sanitárias parecem constituir faces de um mesmo processo, impelindo a respostas cada vez mais integradas. Não podemos desconsiderar os efeitos conjuntos de séculos de destruição do planeta e de criação de condições para que novos patógenos apareçam e circulem. Então, o debate sobre o Antropoceno e sobre a pandemia de covid-19 precisa pautar a violência histórica e estrutural que

intersecta diretamente o colonialismo, o capitalismo, o patriarcado e seu fetiche de dominação.

Pesquisas antropológicas sobre a covid-19 têm mostrado múltiplos e devastadores impactos e transformações sociais, econômicas, políticas e culturais (SEGATA; SCHUCH; DAMO; VÍCTORA, 2021). Mas, os modelos hegemônicos, transculturais e intervencionistas que conformam as explicações sobre o Antropoceno e a pandemia também precisam ser tensionados etnograficamente. Tais modelos que operam por meio de indicadores, avaliadores e ranqueamento de necessidades de um lado e pessoas, políticas locais e relações com animais e ambientes de outro, atualizando versões regulatórias e colonizadoras do conhecimento científico (MATTA; MORENO, 2014; LAKOFF, 2017; SEGATA, 2020; GAMLIN; SEGATA; BERRIO; GIBBON; ORTEGA, 2021; BAQUERO; BENAVIDEZ FERNÁNDEZ; AGUILAR, 2021; BAQUERO, 2021).

A intersecção entre Antropoceno e saúde requer, cada vez mais, a adoção de uma abordagem multiespécie, já que exploração destrutiva de humanos, animais e ambientes não é um fenômeno à parte de um processo mais amplo de violência estrutural. Ele se materializa na histórica degradação de ambientes por meio do extrativismo e da transformação da natureza em mercadoria, e do modelo carnista de nutrição, que demanda cada vez mais a criação e abate de animais em escala, para garantir o suprimento de mercados internacionais ávidos pelo consumo de proteína (*id.*). Ambos os casos contam com uma infraestrutura baseada em trabalho degradante e exposição a contaminações de diversas naturezas. Em suma, um processo que implica animais, plantas, fungos, bactérias junto com os humanos na composição do social, com biografias legíveis e protagonismos políticos, sobretudo quando envolvidos em processos de saúde e doença (KIRKSEY; HELMREICH, 2010; SORDI, SEGATA; LEWGOY, 2021; SEGATA; SORDI; SEGATA, LEWGOY, 2021). Em outros termos, precisamos de uma antropologia mais sensível a modos emergentes de coexistência.

Por fim, enfatizamos que a despeito das narrativas globais coronavírus centradas, a pandemia frequentemente excede o agente patógeno e ganha forma e intensidade em emaranhados e encontros mais ou menos locais e contingentes (SEGATA; 2020; GAMLIN; SEGATA; BERRIO; GIBBON; ORTEGA, 2021; SINGER; RYLKO-BAUER, 2021). Trata-se de uma combinação nociva de agentes políticos e corporativos e desmonte de políticas sociais que atua com o vírus na constituição de ambientes de risco e de vulnerabilidade. Neles, a destruição de ambientes e a superexposição de determinadas populações às contaminações e agravamentos com a doença alcançam efeitos devastadores. O caso do Brasil é, sem dúvida, um dos mais agudos. O governo de Jair Bolsonaro ganha destaque negativo com o “encorajamento

de atos de violência, desmonte de políticas de proteção, ataques à demarcação de terras [indígenas] e omissão perante o desmatamento e o incêndio da Amazônia” (ALMEIDA; SANTOS. TERENA, 2021, p. 100).

A atuação devastadora da indústria global de carne como parte do empreendimento de *neoliberalização da natureza também* já tem sido denunciada como facilitadora de condições para que pandemias como esta da covid-19 ganhem forma e intensidade (WALLACE, 2020a, 2020b). Para nós, ela também repercute e materializa aquilo que Ulrich Brand e Markus Wissen (2021, p. 87-88) chamam de *modo de vida imperial* - ou seja, a ideia de que “a vida cotidiana nos centros capitalistas é possível, essencialmente, a partir da constituição de relações sociais entre humanos e relações entre sociedade e natureza *em outro lugar*, isto é, por meio do acesso ilimitado a mão de obra, recursos naturais e sumidouros”. É que os ideais modernos de autonomia e liberdade, a serem exercidos no centro, evidentemente, estão intimamente ligados com a possibilidade de exploração dos recursos materiais um “outro lugar” (CHARBONNIER, 2020).

A combinação de políticos com tendências genocidas que se esforçam para “a boiada passar” e uma pandemia conduzida pela vontade patronal das corporações da indústria e comércio fizeram do Brasil um grande e destacado sumidouro na história do tempo presente. Quando Nelson nos falou que trabalhou com febre e adoecido pela Covid-19 numa planta de processamento de carne de um país que bateu recordes de exportação no mesmo ano em que voltou a ingressar no mapa da fome, não tivemos dúvida: *nós somos o outro lugar*.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A.; BRAND, U. Contextos históricos comuns e divergentes. *In*: ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Editora Elefante, 2018. p. 31-99.

ALLIEZ, E.; LAZZARATO, M. **Guerras e capital**. São Paulo: Ubu, 2021.

ALMEIDA, A. W. A reconfiguração das agroestratégias; novo capítulo da guerra ecológica. *In*: SAUER, S.; ALMEIDA, A. W. **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora UnB, 2011. p. 27-44.

ALMEIDA, E. M.; SANTOS, J. V.; TERENA, L. E. Direitos indígenas e meio ambiente. *In*: BRENDA, T. (ed.). **Bolsonaro genocida**. São Paulo: Editora Elefante, 2021. p. 21-29.

ARAÓZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO PROCURADORES DO TRABALHO. Frigoríficos: ANPT e ABRAT divulgam nota pública contrária à aprovação de PL que altera art. 253 da CLT. **Associação Nacional do Procuradores do Trabalho**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.anpt.org.br/imprensa/noticias/3873-frigorificos-anpt-e-abrat-divulgam-nota-publica-contraria-a-aprovacao-de-pl-que-altera-art-253-da-clt-2>.

BARETTA, S.; MARKOFF, J. Civilization and barbarism: cattle frontiers in Latin America. **Comparative Studies in Society and History**, v. 20, n. 4, p. 587-620, 1978.

BIRKE, P.; BLUHM, F. Migrant labour and workers' struggles: the German meatpacking industry as contested terrain. **Global Labour Journal**, v. 11, n. 1, p. 34-51, 2020.

BONNEUIL, C.; FRESSOZ, J.-B. **L'événement Anthropocène**: la Terra, l'histoire et nous. Paris: Éditions du Seuil, 2016.

BRAND, U.; WISSEN, M. **Modo de vida imperial**: sobre a exploração dos seres humanos e da natureza no capitalismo global. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

CADEÑA, M. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 69, p. 95-117, 2018.

CARDOSO, J. Á. L. Como frigoríficos destroçam os trabalhadores. **Outras Palavras**: jornalismo de profundidade e pós-capitalismo, [s. l.], 25 maio 2020. Available on: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/como-frigorificos-destrocam-os-trabalhadores>.

CARSTENSEN, A. L. Unfree labour, migration and racism: towards an analytical framework. **Global Labour Journal**, v. 12, n. 1, p. 1-17, 2021.

CHAKRABARTY, D. The climate of history: Four theses. **Critical Inquiry**, v. 35, n. 2, p. 197-222, 2009.

CHARBONNIER, P. **Abondance et liberté**: une histoire environnementale des idées politiques. Paris: La Découverte, 2020.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. PIB do agronegócio alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020. **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil**, [s. l.], 10 mar. 2021. Disponível em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/boletins/sut.pib_dez_2020.9mar2021.pdf.

COSTA, F. A. Trajetórias tecnológicas, territórios e mercados de terras na Amazônia. In: SAUER, S.; ALMEIDA, A. W. **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora UnB, 2011.

CROSBY, A. W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2015.

DESCOLA, P. ¿Humano, demasiado humano? **Desacatos**, v. 54, p. 16-27, 2017.

DIAS-SCOPEL, R.; SCOPEL, D.; NEVES, R. de C.; SEGATA, J. Os povos indígenas e a Covid-19. **Espaço Ameríndio**, v. 15, n. 2, p. 7-18, 2021.

DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos - tomada especial de preços de dezembro de 2020 e do ano de 2020. [Nota à imprensa]. **DIEESE**, São Paulo, 11 jan. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202012cestabasica.pdf>.

FARMER, P. An Anthropology of Structural Violence. **Current Anthropology**, v. 45, n. 3, p. 305-325, 2004.

FARMER, P. **Patologias do poder**: saúde, Direitos Humanos e a nova guerra contra os pobres. São Paulo: Paulus, 2017.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERDINAND, M. **Une écologie décoloniale**: penser l'écologie depuis le monde caribéen. Paris: Éditions du Seuil, 2019.

GALINDO, E. *et al.* **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**. Berlin: Food for Justice, 2021. (Food for Justice Working Paper Series, v. 4).

GAMLIN, J.; SEGATA, J.; BERRIO, L.; GIBBON, S.; ORTEGA, F. Centring a Critical Medical Anthropology of COVID-19 in Global Health discourse. **BMJ Global Health**, v. 6, p. e006132., 2021.

GRANADA, D. *et al.* Saúde e migrações: a pandemia de Covid-19 e os trabalhadores imigrantes nos frigoríficos do sul do Brasil. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 59, p. 207-226. 2021.

JIMENEZ LOPES, A. **Trabalho e ritual**: uma etnografia dos imigrantes e refugiados muçulmanos que realizam o abate halal nos frigoríficos do oeste catarinense. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

KIRKSEY, E.; HELMREICH, S. The emergence of multispecies ethnography. **Cultural Anthropology**, v. 25, n. 4, p. 545-576, 2010.

KLEIN, N. **The shock doctrine**. New York: Picador, 2008.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAHIRI-DUTT, K. Imaginando los ríos. **Revista Colombiana de Antropología**, v. 55, n. 1, p. 153-166, 2019.

LAKOFF, A. **Unprepared**: global health in a time of emergency. Oakland: University of California Press, 2017.

LANDECKER, H. Antibiotic resistance and the biology of history. **Body & Society**, v. 22, n. 4, p. 19-52, 2016.

LAPEGNA, P. **La Argentina transgênica**: de la resistencia a la adaptación, una etnografía de las poblaciones campesinas. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2019.

LATOUR, B. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo: Ubu, 2020.

LISBOA, M. Violência institucional e globalização econômica: o caso brasileiro. **Projeto História**, v. 38, p. 231-244, 2009.

MARRA, G. C.; SOUZA, L. H.; CARDOSO, T. A. Biossegurança no trabalho em frigoríficos: da margem do lucro à margem da segurança. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 11, p. 3259-3271, 2013.

MATTA, G.; MORENO, A. Saúde global: uma análise sobre as relações entre os processos de globalização e o uso dos indicadores de saúde. **Interface: Comunicação, Saúde e Atenção**, v. 18, n. 48, p. 9-22, 2014.

MCCLINTOK, A. **Couro imperial**: raça gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

NIBERT, D. A. **Animal oppression & Human violence**: domesecration, capitalism and global conflict. New York: Columbia University Press, 2013.

OLIVEIRA, J. C. A agricultura contra o Estado. In: OLIVEIRA, J. C. *et al.* (org.). **Vozes vegetais**: diversidade, resistências e histórias da floresta. São Paulo: Ubu, 2020. p. 77-97.

PERROTA, A. P. Abate bovino e rede industrial: um estudo sobre a introdução e gestão racional e econômica das emoções dos animais. **Política & Sociedade**: revista de sociologia política, v. 15, n. 33, p. 68-95, 2016.

POMAR, M. O Agro brasileiro alimenta o mundo? Estudo da Embrapa usa regra de três para provar que sim, mas os fatos dizem que não. **O Joio e o Trigo**: jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poder, [s. l.], 18 ago. 2021. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2021/08/agro-alimenta-o-mundo/>.

POMPEIA, C.; SCHNEIDER, S. As diferentes narrativas alimentares do agro-negócio. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 57, ed. esp., p. 175-198, 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Comitê de dados — Covid-19 Coronavírus:** apresentação metodológica dos critérios para a regionalização e a definição das bandeiras. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2020b.

RIO GRANDE DO SUL. **Comitê de dados — Covid-19 Coronavírus:** regiões de saúde e os seus municípios: modelo de distanciamento controlado do RS. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2020a.

ROSEMBERG, C. **Explaining epidemics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SÁ, M. R. Migração e saúde nos trópicos. *In:* NODARI, E. S.; CORREA, S. M. S. (org.). **Migrações e natureza.** São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 71-92.

SALLES, R. Arquivo 0002.MTS - 00:00.133 (1) e Arquivo 0002.MTS - 01:00.343 (1805)". *In:* BRASIL. Instituto Nacional de Criminalística. **Laudo nº 1242/2020. INC-DITEC Instituto Nacional de Criminalística.** São Paulo: Instituto Nacional de Criminalística, 2020.

SEGATA, J. Covid-19, biossegurança e antropologia. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, n. 57, p. 275-305, 2020.

SEGATA, J.; BECK, L.; MUCCILLO, L. Beyond exotic wet markets: Covid-19 ecologies in the global meat-processing industry in Brazil. **eTropic — Electronic Journal of Studies in the Tropics**, v. 20, n. 1, p. 94-115. 2021.

SEGATA, J.; BECK, L.; MUCCILLO, L.; LAZZARIN, G. A Covid-19, a indústria da carne e outras doenças do capitalismo. *In:* MATTA, G. C. *et al.* (org.). **Os Impactos Sociais da Covid-19 no Brasil:** populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. p. 56-86.

SEGATA, J.; MUCCILLO, L. Dos genes às vísceras: estandarização da vida e trabalho multiespécie na agroindústria alimentar. **Revista Uruguaia de Antropologia y Etnografía**, v. 6, n. 2, 2021. [forthcoming].

SEGATA, J.; SCHUCH, P.; DAMO, A.; VÍCTORA, C. A Covid-19 e suas múltiplas pandemias, **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 59, p. 7-25, 2021.

SILVA, A. R. de C. **Imigrantes afro-islâmicos na indústria avícola halal brasileira.** 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SINGER, M.; RYLKO-BAUER, B. The syndemics and structural violence of the COVID pandemic: anthropological insights on a crisis. **Open Anthropological Research**, v. 1, p. 7-32. 2021.

SORDI, C. **De carcaças e máquinas de quatro estômagos**: controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

SORDI, C.; SEGATA, J.; LEWGOY, B. Covid-19 and the capitalism of disaster: pushing through further deregulation in the Brazilian meat processing chain. **Vibrant — Virtual Brazilian Anthropology**, v. 18, n. 2, 2021. [forthcoming].

STEFANUTO, M. R. **Trabalho calado**: os Kaingang do Toldo Chimbangue e as indústrias da carne. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

TOLA, F. *et al.* Entre el futuro que ya llegó y el pasado que nunca pasó: diplomacias chaqueñas en el antropoceno. **Mana**, v. 25, n. 3, p. 809-836, 2019.

TSING, A. O Antropoceno mais que humano. **Ilha**, v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021.

TSING, A. Unruly edges: mushrooms as companion species. **Environmental Humanities**, v. 1, p. 141-154, 2012.

TSING, A. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019. p. 119-140.

ULLOA, A. Dinámicas ambientales y extractivistas en el siglo XXI: ¿es la época del Antropoceno o del Capitoloceno en Latinoamérica? **Desacatos — Revista de Ciencias Sociales**, v. 54, p. 58-73, 2017.

VENTURA, D.; AITH, F.; REIS, R. Estratégia federal de disseminação da Covid-19: um ataque sem precedentes aos direitos humanos. *In*: BREDA, T. (ed.). **Bolsonaro genocida**. São Paulo: Editora Elefante, 2021. p. 21-29.

WALLACE, R. **Pandemia e agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Editora Elefante, 2020a.

WALLACE, R. The origins of industrial agricultural pathogens. *In*: WALLACE, R. **Dead epidemiologists**: on the origins of COVID-19. New York: Monthly Review Press, 2020b. p. 102-129.

WOODS, N.; LEMOS, L. Learning to live with COVID-19. **Project Syndicate**, May 28, 2021. Available on: <https://www.project-syndicate.org/commentary/brazil-rio-grande-do-sul-covid19-exit-strategy-lessons-by-ngaire-woods-and-leany-lemos-2020-05>.

A HERVA MALDITA: Um estudo socioantropológico sobre os discursos sobre a maconha no Jornal Diário da Noite (1950–1955)

Luzania Barreto Rodrigues¹
Paulo César Pontes Fraga²

Introdução

As matérias jornalísticas acerca da produção, comercialização e usos da maconha podem ser encontradas nos jornais diários na primeira metade do Século XX em jornais veiculados em várias regiões do Brasil (FRAGA; MARTINS; RODRIGUES, 2020). Em pesquisa realizada em coleções existentes de periódicos jornalísticos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN), referente às primeiras quatro décadas, Fraga, Martins e Rodrigues (2020) observaram registros em menor número (cerca de 6,2% das notícias até 1919) com aumento expressivo na década de 1940, atingindo 78,3% das 175 matérias encontradas sobre o tema entre 1940 e 1949, um total de 137 notícias. Os autores observaram que nas primeiras décadas há material com estado de conservação precário, o que dificulta o estudo.

Este crescente interesse pelo tema da maconha nos periódicos, todavia, pode ser explicado pelo aumento de ações governamentais de repressão ao uso, tráfico e plantio e pelas mudanças legais ocorridas a partir dos anos 1930, cujos reflexos sentem-se mais consistentemente na década seguinte (ROSA, 2019). Não obstante, o aumento de consumo por setores médios da população configurou-se outra preocupação das autoridades e contribuiu para a *agenda-setting* na imprensa da época (ROSA; FRAGA, 2022)

É, pois, na segunda metade do século XX que a repressão ao plantio, venda e consumo da erva intensifica-se como política governamental, o que reverbera nos jornais diários que desempenham papel preponderante na divulgação das ações de repressão e em reproduzir os discursos policiais acerca dos efeitos e das propriedades da substância, além do estigma sobre seus usuários e comerciantes (FRAGA, MARTINS; RODRIGUES, 2020). No presente artigo, objetiva-se analisar os discursos jornalísticos produzidos acerca do consumo, comercialização e plantio de maconha no Diário da Noite, do Rio

1 Antropóloga. Professora Associada do Colegiado de Ciências Sociais e do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

2 Sociólogo. Professor Associado da Universidade Federal de Juiz de Fora.

de Janeiro, então capital brasileira, na primeira metade da década de 1950, no qual foram encontradas 175 notícias sobre maconha, também designada por diamba, herva maldita ou herva da morte.

Nesse contexto histórico de edificação de uma sociedade moderna capitalista, no então centro político nacional, surge um jornal de grande circulação, no sentido de uma comunicação de massa mais articulada, voltada para públicos diversos com a preocupação de aglutinar interesses múltiplos, tantos dos que se moldavam à modernidade quanto aos que dela se esquivavam.

Assim, a cumprir este papel de veículo de comunicação de massa, o *Diário da Noite* publicava notícias sobre violência urbana. Ao longo das quatro primeiras décadas, foi sendo construído um discurso sobre a maconha que migrou do saber médico para a legitimidade do discurso policial sobre a erva (FRAGA, MARTINS; RODRIGUES, 2020; ROSA, 2019; ROSA; FRAGA, 2021), não raro nelas incluídas uma abordagem caricata, exacerbada que, supostamente, reforçava valores morais e éticos próprios aos seus leitores. Assim, o que se pretende analisar é o seu papel de veículo de comunicação formador ou reproduzidor do imaginário cotidiano dos seus leitores, ou como veículo que se nutre desse universo simbólico, interpretando-o de uma perspectiva “jornalístico-popular”.

Mas, afinal, o que estamos chamando de interpretação jornalístico-popular? Classificaríamos o *Diário da Noite* como popular? O que caracteriza um jornal popular? O que se pode entender por “popular”? Costuma-se contrapor cultura erudita, ou cultura de elite, à cultura popular ou cultura de massa. Parte-se do princípio de que elas não são apenas distintas entre si, mas qualitativamente desiguais. A cultura erudita seria refinada, sofisticada, cosmopolita, com maior valor estético ou criativo; a cultura popular, por sua vez, seria rústica, provinciana e de duvidoso valor estético, ou, inversamente, autêntica, pura, intocada, sem contaminações. A cultura de massa seria uma derivativa da cultura popular, mais de ainda menor valor, dado seu suposto caráter barateador e vulgarizante (GANS, 1974). O que se vê é uma polarização classificatória, uma estereotipação. Nesta polarização, a cultura popular e a cultura de massa são tomadas como homogêneas, o que não é verificável nos estudos acerca de grupos sociais considerados populares, como camponeses e operários, por exemplo (VELHO; VIVEIROS DE CASTRO, 1978). No jornalismo, os processos históricos que levaram à produção do que se convencionou chamar de cultura de massa teriam derivado, em meados do século XIX, de uma ruptura das classes populares com a burguesia e seus interesses éticos e estéticos. No sistema capitalista incipiente, as classes populares reagiram às mudanças estruturais, construindo seus novos modos de elaborar as condições de existência impostas. Massa tornou-se, então, o novo nome da cultura popular (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 169).

Esta expressão escrita do popular começou nos folhetins e nos *fait divers* – um tipo de informação construída como autoevidente, imanente, que dispensa relação com elementos externos a ela mesma. O que importa é o fato, e o fato é familiar ao universo simbólico do leitor, à sua história, seus sonhos e seus medos: crimes, acidentes, acontecimentos fantasmagóricos. O surgimento de uma imprensa designada de sensacionalista e popular resulta da adaptação de gêneros como o folhetim e é incrementado com os *fait divers* (NUNES, 2010). No entanto, contemporaneamente, elementos sensacionalistas figuram de maneira distinta nos jornais diários, privilegiando assuntos cotidianos e que guardem consequências diretas com a vida diária dos seus leitores.

Assim, compreendemos que o Diário da Noite procurava nutrir-se do universo simbólico dos seus leitores, concreta ou imaginariamente, e se percebia em vínculo comunicativo com este universo, para o qual “fala a verdade”, sobre “coisas reais”. É neste sentido que afirmamos que este jornal pretende interpretar este universo desde uma perspectiva jornalístico-popular, pois veicula as notícias com ares de verdade, buscando a conservação de certo universo de valores e provendo outros, a fim de modelar crenças e comportamentos.

Metodologia

Os periódicos jornalísticos são considerados importantes fontes das pesquisas histórica e sociológica, seja por compreender narrativas que remetem a um tempo e às suas ideias correntes, seja por refletirem os temas a serem agendados em órgãos de imprensa, evidenciados em um determinado período peculiar prioridades temáticas (CAPELATTO, 1980; ROCHE, 1996; MCCOMBS; SHAW, 2000). Não obstante, os periódicos e fontes de informações jornalísticas são, igualmente, percebidos como atores políticos e sociais, por registrarem e debaterem questões e assuntos sobre os quais têm posicionamentos ideológicos e por produzirem enfoques específicos (DARNTON; ROCHE, 1996; CAMPOS, 2012). Esse artigo é proveniente de uma pesquisa mais ampla que objetivou compreender a dinâmica do plantio de cannabis no Brasil. Para alcançar os objetivos elencados aqui, foi realizada uma busca na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, na coleção de periódicos, utilizando algumas palavras-chave para localizar matérias jornalísticas. O interesse inicial da pesquisa era identificar como os periódicos dos primeiros sessenta anos do Século XX abordaram a maconha em suas matérias e reportagens.

Foram empregadas as palavras cannabis, diamba, liamba, fumo de negro, pito de pango, maconha, cânhamo e daga, por corresponderem à tipologia de denominações da planta ou de seus produtos no período pesquisado. Localizamos 175 **notícias policiais para o período de 1950–1955**. A maior parte delas,

73 notícias, discorreram sobre prisão de traficantes, denominados maconheiros ou vendedores. Em segundo lugar, vieram as notícias que reputavam crimes ao uso de maconha, numa relação direta de causa e efeito, somadas àquelas em que o porte e a venda de maconha estavam relacionados a outros crimes, totalizando 49. Em terceiro lugar apareceram as prisões de fumante de maconha, ou “viciados” (denominação do jornal), somadas às prisões por posse de maconha, sem precisar tratar-se de posse para consumo ou venda, num total de 24 notícias. Encontramos 15 matérias sobre apreensão de maconha em instituições públicas, como prisões, Marinha e Itamarati, apontando para consumo e comercialização da erva. Cinco notícias associavam diretamente maconha e comportamentos, descrevendo o consumo da erva em orgias, festas libertinas e em espaços de prostituição, segundo classificação moral do jornal. Curiosamente, no período, foram publicadas apenas três notícias policiais sobre plantações de maconha. E um único caso noticiado de falsa acusação de uso e venda de maconha.

Foi realizada uma análise descritiva do conteúdo das matérias, buscando avaliar aspectos sociais, a produção de verdades e consolidação de conceitos, suas relações com outras narrativas.

Realizamos, também, uma etnografia do documento, expressão que não apresenta definição cabal, a qual deve emergir da própria prática de etnografar documentos, como processos judiciais, cartas (FERREIRA; LOWENKRON, 2020) e jornais. Assim, no desenvolvimento da presente etnografia sobre o Diário da Noite, procuramos dar atenção à sua dimensão material e estética (ONTO, 2020). Ao observarmos a materialidade do jornal, pois, buscamos analisar sua organização discursiva, além da sua circulação, pela cidade do Rio de Janeiro, entre distintos segmentos sociais, notadamente aquele considerado popular; quanto à dimensão estética, que se mostrou inseparável da material, procedemos a uma análise descritiva da diagramação, atentando para a hierarquização dos temas das notícias em geral e daquelas sobre a rubrica maconha, procurando entender o que o Diário da Noite não apenas diz, mas o que faz, no sentido de produzir significados sobre a erva, seus consumidores e vendedores.

A pesquisa contou com apoio do CNPq, que disponibilizou bolsas de iniciação científica, e da Universidade Federal de Juiz de Fora no âmbito do Programa BIC.

O Diário da Noite e a maconha

Fundado em 1929, O **Diário da Noite** do Rio de Janeiro, tal como o homônimo paulista, compunha os Diários Associados pertencentes a Assis Chateaubriand, maior conglomerado midiático da América Latina até os anos

1960, que controlava dezenas de jornais, emissoras de rádio e TV, revistas e agência telegráfica. Vespertino, o Diário da Noite carioca, que possuía a maior tiragem dentre os associados, vendendo cerca de 150 mil exemplares diários ao final do primeiro ano, autointitulava-se “O jornal de maior circulação no Brasil”. Seu prestígio era tamanho que inspirou a composição da música “Com que roupa”, de Noel Rosa (MOREIRA, s/d).

Alinhado com os princípios ideológicos da Aliança Liberal, o Diário da Noite foi inicialmente crítico a Getúlio Vargas, passando a apoiá-lo a partir do advento do Estado Novo (SKIDMORE, 1982). A par do seu veio político-partidário, o jornal pretendia-se um veículo de comunicação popular, como assinalado acima, lançando mão de recursos diversos para atingir perfis distintos de eleitores adscritos a camadas economicamente menos privilegiada da população, como operários, outros assalariados e autônomos (ROMERO, 2008).

A capa do jornal quase que invariavelmente estampava fotografias e ilustrações. As manchetes apresentavam-se constantemente em letras garrafais, assim como outros títulos de matérias que se queria destacar. Uma delas era sempre de cunho policial, como brigas, suicídios e assassinatos. Em menor destaque, aparecem outros assuntos, como a venda ilegal de dólar, racionalização da energia elétrica, matérias internacionais e outras notícias policiais. Nas páginas internas, a variedade se mantém, dando prosseguimento às notícias mencionadas na capa. Nelas, o leitor encontrava também um psicoteste, uma crônica, a previsão do tempo, palavras cruzadas, a fuga do hospital de um paciente caloteiro e inspeções em cantinas operárias, ou seja, variedades do cotidiano ou serviços de utilidade pública. Essas notícias, todavia, não eram apresentadas antes de uma manchete da página, alusiva a um “Crime na Ilha do Governador”, onde estava descrita a perseguição e captura de assassinos; ou sobre o desenrolar da política nacional e o carnaval. Não raro, veiculava-se notícias sobre Lampião e entrevistas com Corisco e Volta Seca, famosos cangaceiros, temidos por muitas pessoas, a reforçar uma imagem violenta do Nordeste e do nordestino. Há também páginas quase que inteiramente dedicadas a tirinhas e quadrinhos, com algum espaço para propagandas. Em geral, as propagandas apresentam produtos diversos, como o açúcar, anunciado como fonte energética imprescindível à saúde das crianças; tonificantes, para o sistema nervoso e muscular; roupas, perfumes, maternidades, teatro, espetáculos carnavalescos em clubes sociais e corrida de cavalos. Página exclusiva apenas para o esporte, notadamente o futebol. Aos domingos, há uma coluna *Só para mulheres* e, na semana, *Os leitores também escrevem*. Esse formato foi mantido por quase toda a existência do jornal.

No entanto, uma das principais matérias-primas que caracterizou o Diário da Noite foram os *fait divers* — notícias cotidianas que relatam histórias

insólitas, surpreendentes, extraordinárias, inexatas e escandalosas — que costumavam despertar a curiosidade dos leitores em geral, cuja fruição era atribuída aos populares. Trata-se de notícias de diversos gêneros, como crimes, suicídios, milagres, uso de álcool e outras drogas, desastres automobilísticos, incêndios, naufrágios, acontecimentos misteriosos e escândalos políticos e da esfera dos costumes (SOBRINHO, 1995, p. 25). Todas essas notícias traziam descrição minuciosa acerca do acontecimento, via de regra acompanhada de fotografia. A narrativa parecia interessar ao leitor porque eivada do seu próprio cotidiano e hiperbólica, dramática, emocional, sem anular o realismo, pois suas preocupações relativas à vida prática encontravam-se retratadas. O estilo era muito próximo das narrativas orais, parecendo suspender a divisão entre assuntos sérios e anedóticos. Narrar a situação específica, acompanhada de imagens, e não se ater a generalizações e conceitos sobre as distintas rubricas produz um efeito de diálogo, de uma proximidade subliminar com o leitor (ROMERO, 2008). Estas notícias diversificadas sobre episódios diários, estes *fait divers*, nutriam-se de artifícios que punham em suspensão a distância que separava o leitor da cena descrita, oferecendo-lhe a ilusão de partícipe da ação.

Este cariz simultaneamente sério e jocoso intensifica-se quando se noticia brigas, jogos de azar, bebedeira e o consumo e a comercialização de maconha. Não raro, estas rubricas encontram-se indissociadas. Passemos a elas.

A maconha no Diário da Noite

Para fins de classificação e descrição, dividimos as notícias sobre maconha em três categorias: denúncia, opinativa e policial.

As **notícias denúncia** narram situações e os locais onde são encontrados cigarros de maconha, sem que haja ação policial, como as prisões, o Colégio Naval, quartéis da Marinha, os pontos de jogos de azar, bares frequentados por malandros e prostitutas, esconderijos de traficantes e casas comerciais que vendem maconha e coca sem receita médica. Nestes locais, seus frequentadores cometeriam crimes e contravenções. A denúncia tem sempre o fito de exortar as autoridades a tomarem providências repressivas e moralizantes eficazes, de modo a sanear o espaço público, moral e materialmente. Seus redatores, muitas vezes, são críticos e irônicos ao denunciarem decisões judiciais que não resultam em condenação de consumidores de maconha, a exemplo da notícia *Vista Grossa*:

O promotor da 3ª Vara Criminal, apreciando um processo, em que é acusado um homem por fazer uso de maconha. O representante da sociedade, que não leu o processo, lá escreveu, solenemente: — “Estando provadas a autoria e a materialidade, opino pelo arquivamento”.

As **notícias opinativas** versam sobre as origens e os distintos trajetos da maconha até chegar à cidade do Rio de Janeiro, a facilidade para circulação do produto, seu consumo por indivíduos da classe alta na Zona Sul. Estas três rubricas podem ser encontradas numa só matéria, como esta, sob o título *Cocaína, maconha e americanos*:

O reino dos entorpecentes no Distrito Federal é a zona sul. A coisa chegou ao ponto dum respeitável senhora ter vendido o seu apartamento de luxo para comprar maconha. A zona sul está infestada de americanos que sabem muito bem como é que se faz contrabando. O próprio comissário diz que tem fichas de viciados, com retratos de pessoas importantes na política, militares, rádio e esportes. Um quilo de maconha custa 40 pratas no Norte e é vendido no Rio a 10.000 cruzeiros. Apesar da proibição legal, desenvolvem-se as plantações no Norte.

Ou esta: *Maconha, a erva que conduz ao crime, ao roubo e ao suicídio*, que informa que “o vício invade também as rodas granfinas”, em que pese a repressão sanitária e policial. Teriam sido incinerados 6,5 quilos de maconha, oriundas das cidades do interior de Pernambuco.”

O jornal, que sistematicamente divulga críticas ao regime comunista soviético, publica, em dezembro de 1951, a seguinte matéria: *Maconha, comunismo e direito de greve, direito de reunião e campanha de persuasão à imprensa*, na qual cita reuniões de secretários de segurança pública e chefes de polícia para elaboração de plano uniforme de combate à maconha no Brasil, “dando a devida atenção aos bairros *chics* da Zona Sul onde o consumo e a venda são mais intensos”. No ano seguinte, a preocupação com a classe alta e a maconha continua, acrescida de alertas moralizantes, como na notícia intitulada *Nos apartamentos luxuosos*, onde se narra o flagra de um detetive em um bacanal em um apartamento em Copacabana, regado a álcool e maconha, salientando que “o caso foi abafado e os nomes dos personagens não chegaram a serem anotados”. A conclusão reverbera e tenta inculcar crenças pseudocientíficas: “a maconha desfigura o indivíduo de forma física e moral, o leva para o crime e o escraviza e às vezes leva ao suicídio”.

O consumo e a comercialização da maconha também são associados a malandros, “menores”³ e vadios, a transgredirem em bares, embriagados, promovendo desordens e deixando as famílias das proximidades em pânico. A proibição origina-se justamente do interesse das classes dominantes de controlar certos segmentos populacionais, descritos na imprensa como

3 Desde finais do século XIX, a categoria *menor* não é cunhada como mero substantivo, servindo, antes, para adjetivar a infância pobre e de família “desorganizada”; contrapondo-se às noções de criança e adolescente, de família “organizada”, incluída socioeconômica e moralmente (RODRIGUES, 2001).

“vagabundos arruaceiros” e classificados pelos médicos como “doentes mentais” (MACRAE; SIMÕES, 2003, p. 96).

São recorrentes as notícias que informam a geografia da produção e do escoamento da maconha, informando que os maiores produtores nacionais seriam os Estados de Sergipe, Maranhão e Alagoas. Cultivadores cariocas chegariam a fazer falsificações, plantando a maconha nos seus bairros e vendendo-a como procedente do Norte e Nordeste, “para dar maior valor, tornando a exploração lucrativa”. Tratar-se-ia de hábito cultivado por pescadores e aprendido por marinheiros, que a levaram para *o bas-fond* e para os subúrbios.

As opiniões sobre a maconha eram expressas em meio a sentenças sem confirmação científicas, mas que se propunham a tais objetivos e súplicas cristãs: “A maconha só tem cura quando o seu uso está no início. Deus queira que a polícia possa exterminar a maconha, para acabar com os maconheiros”. Esta moralidade transparecia na defesa da internação compulsória dos fumadores da maconha — “Os viciados em maconha serão recolhidos a casas de tratamento para a necessária desintoxicação” — e no apoio a especulações médicas — “Homem ao dar entrada em hospital aparentava estar intoxicado de maconha, fato que foi comentado pelo médico que o assistiu. Daí, julga-se que as dores que se queixa no abdômen seja consequência da erva maldita, embora ele tenha receio de uma úlcera duodenal, mal antigo”. A cruzada moral contra a maconha é flagrante no apoio ao secretário de segurança do então Distrito Federal, que teria uma campanha de saneamento moral e social contra a “herva maldita”. Estas notícias parecem refletir e reforçar percepções e crenças em relação à maconha e ao álcool, podendo influenciar políticas de saúde em relação a tais substâncias e seus consumidores, bem como apelar por mais repressão em sua direção (MASTROIANNI, 2006).

Enquanto as notícias sobre o consumo de maconha pelas classes privilegiadas mostram-se opinativas — reforçando a já citada opinião pseudo-científica, garantindo o anonimato dos grã-finos e lamentando suas perdas econômicas e degradação moral —, as **notícias policiais** tratavam da posse, consumo em público e venda de maconha, atos violentos vinculados ao uso, como roubos, assassinatos, agressões físicas, infrações de trânsito e aliciamento de adolescentes para o tráfico e o consumo; prisões de fumantes e traficantes; diligências para prisão de traficantes. Este espectro da delinquência dispunha de muito espaço nos jornais da década de 1950, a serviço de uma criminologia interessada mais no controle social dos trabalhadores e daqueles que estavam à margem do universo do trabalho formal do que numa pretensa defesa da sociedade contra o crime. Esta criminologia encontrava-se em consonância com o espírito dos anos 1950, que festejava o avanço do capitalismo como modelo de desenvolvimento social e atribuía a pobreza aos desvios próprios aos indivíduos rotulados de anormais, jamais ao sistema econômico

regulado pelo trabalho como valor (ROMERO, 2008). É também nesta década que a maconha começa a ser largamente noticiada nos jornais, associada à delinquência, vagabundagem e doença mental (MACRAE; SIMÕES, 2003).

Nas 73 notícias sobre prisão de traficantes, alguns conteúdos são recorrentes, como apontar a origem da produção do psicoativo, geralmente, os Estados do Ceará, Maranhão e Alagoas, ou cidades metropolitanas do Estado do Rio de Janeiro; bem como carregamentos de maconha originários do Distrito Federal que abastecem o mercado de outras capitais, como Belo Horizonte. Marcar a clientela desses vendedores, ao prendê-los, não é incomum: as mundanas, as infelizes, as meretrizes, os “menores”, artistas de rádio, malandros e punquistas. Descrevem, também, a atividade laboral legal exercida pelo vendedor – como garçons, marinheiros, ajudante de caminhão, soldados da polícia do estado do Rio de Janeiro –, ou ilegal, como ladrões, assaltantes, agentes dos jogos de azar e ator de cinema. O gênero do vendedor é, via de regra, masculino, mas não raro noticia-se mulheres vendedoras, em parceria com homens ou autonomamente, e “menores”. O local de comercialização, geralmente, é mencionado com imprecisão: no transatlântico, no barracão, em bares, cafês, casas, apartamentos (ninhos de amor), hospedarias, locais públicos destacados, como a Central do Brasil, Praça Mauá, Lapa e o Maracanã.

Tais notícias apontam para lucros vultosos obtidos mediante comercialização. A quantidade apreendida é mencionada em número de cigarros, pacotes ou em quilogramas — o que é raro. As notícias sempre enaltecem a ação policial, notadamente as diligências que levam à desarticulação de quadrilhas e prisão de chefes de quadrilhas. Mas também tece críticas a policiais desonestos: “A polícia encontrou com os entorpecentes um ‘diário’ onde o traficante escrevia os nomes de investigadores que subornava regamente”.

Notícias que reputavam crimes ao uso de maconha ou relacionavam consumo e venda de maconha a outros crimes ou contravenções, como roubo, assassinatos, assaltos, brigas, agressões físicas, envolvimento de adolescente e infrações de trânsito eram recorrentes. A relação de causa e efeito é comum, como na notícia sob o título *Latrocínio dentro do trem de Nova Iguaçu*, na qual afirma-se que “Ladrões, os quais um deles é viciado em maconha e encontrava-se sob o domínio dela, matam a facadas o trocador de um ônibus enquanto este dormia”. Ou noutra notícia em que um homem, após deixar a cadeia por estelionato, é flagrado com cigarros de maconha: “é encontrado drogado espancando uma mulher em um prostíbulo”. Sob o título *Pilhado em flagrante, o punquista enfrentou os populares a navalha*, é noticiada a prisão de um homem “viciado em maconha que roubava normalmente em bondes devido a confusão e agredia suas vítimas”. Na notícia sobre assassinato, a correlação é ainda mais explícita: “Um marujo sob influência da maconha esfaqueou e matou um trocador”.

Nas notícias reportadas a comportamentos moralmente reprováveis e irrupções psíquicas, mulheres são os personagens de predileção, como no título *Enlouqueceu com a 'hera maldita'*, de novembro de 1951, cuja matéria narra que uma “Mulher foi pega em flagrante acendendo um cigarro de maconha em um café. Mais tarde a mesma já em sua casa destruiu móveis e utensílios e tentou pular sua janela, a mesma foi conduzida até a delegacia”. Na notícia, não há elementos básicos inerentes à produção jornalística, como onde, quem, quando, por quê. O local e a personagem são genéricos; não se precisa a ocasião e o porquê o comportamento em questão é atribuído aos efeitos da maconha. A narrativa atém-se à exterioridade do acontecimento, limitando-se a contar uma estória escandalosa, que desperte curiosidade e espanto. Apontar as motivações do comportamento escandaloso está fora de cogitação, pois colocaria em suspensão a explicação fácil e rápida, os diretos efeitos psicoativos da maconha.

No mês seguinte, o Diário da Noite publica notícia análoga, reforçando a imagem nervosa, descontrolada e impulsiva da mulher “viciada” em maconha:

Mulher viciada em maconha, ao fumar na porta de sua residência é presa por comissário. A mulher ao ser transportada até a delegacia fez escândalo parando o trânsito e em seguida cortou os punhos e os braços com uma lâmina de barbear, ela foi removida por uma ambulância do H. P. S. e recebeu curativos, a mesma ficou sob observação.

Era comum as notícias não apresentarem nomes ou maiores referências sobre as personagens descritas nas reportagens policiais. Note-se, na matéria descrita acima, que ela não apresenta quaisquer dados sobre a história desta mulher, nem relatos de vizinhos, parentes ou amigos sobre o fato ou a protagonista. Não há informação sobre seu local de moradia, sua profissão, seu estado civil ou sua conformação familiar. Nas observações feitas nas matérias do jornal, o importante em seu conteúdo é fornecer uma estória ao leitor, algo que lhe cause estranheza e lhe estimule o comentário, compartilhar a notícia com outrem, fazendo o jornal penetrar ainda mais no seu universo cotidiano. A narrativa incompleta parecia uma estratégia importante ao jornal no sentido de propagação de suas ideias e verdades sobre temas e fatos. Por sua vez, o leitor, certamente, não está interessado na precisão da notícia, mas no que ela faz ecoar. Afinal, mais que informação, o que o jornal provê é a comoção, a mobilização emocional, com notável criatividade editorial (SOBRINHO, 1995).

A degradação moral e a prática de crimes correlacionados aos efeitos psicoativos da maconha e do álcool aparecem em correlação direta quando praticados por homens, como na notícia *Bebe e fuma 'Maconha'*:

Ladrão estudou até o início do secundário, abandonou as aulas e foi trabalhar na ferrovia colocado por seu pai. Deixou o emprego, meteu-se na vadiagem com maus elementos e começou a fazer uso de álcool e maconha, vícios que transtornava completamente o homem, o que faz supor que eram nessas ocasiões que ele tendia a prática dos seus crimes.

Nesta notícia, a maconha opera como agente que induz o sujeito a transitar de uma trajetória ordeira, moralmente esperada, para o seu oposto, a vadiagem na companhia de “maus elementos”, que exortam ao vício em psicoativos como álcool e maconha. Este sujeito é oculto, ou, melhor, sem nome, classificado na categoria genérica “ladrão”. O nome não importa, mas as matérias constituem constructo a evidenciar os comportamentos e as relações estabelecidas entre a droga e as práticas degradantes e criminosas.

Noutros casos, noticia-se que a correlação direta teria sido feita pelo próprio criminoso, como no caso da matéria *Menino de 12 anos confessa que abusa de maconha para sentir-se mais corajoso para roubar*; e de um punquista que confessou que “só costuma agir quando está “alucinado” pelo uso da maconha”. A elaboração da correlação entre maconha e crime, simultaneamente por seus autores e pelo jornalista, reforça a ideia da necessária relação de causa e efeito, ainda mais acentuada pelo tom de revolta exprimido por este último, a provocar sensações similares no leitor, resultado de cuidadoso trabalho de edição (SOBRINHO, 1995, p. 40).

Em notícia análoga, a descrição transporta o leitor para a cena, como se dela participasse ou assistisse, a testemunhar a influência dos efeitos da maconha nos agentes criminosos: “Presos dois punquistas que se aproveitaram do ‘dia dos mortos’ para infiltrar-se no meio da população, aguardando o momento em que as senhoras se ajoelhavam para surrupiar as bolsas. Um dos presos confessou às autoridades que além de ser punquista e traficante de maconha”. A correlação é feita mesmo quando a maconha não é encontrada, sendo reputada conjecturalmente, como no caso de uma briga entre homens que bebiam por longas horas em bares da Lapa, foram presos e adormeceram na prisão:

Depois de muito protestarem, ameaçando presentes e ausentes, Ruiz e Valdomiro foram trancafiados no xadrez. Ali, como se nada tivesse acontecido, caíram em profundo sono, dormindo como dois justos. Esse fato, adicionado à maneira como até então vinham se portando, agindo como verdadeiros alucinados, deixou as autoridades intrigadas, sendo possível admitir-se, atendendo as condições de vida pregressa dos indivíduos, estivessem sob os efeitos da maconha - atualmente um vício generalizado entre a malandragem da cidade.

A notícia *Prisão por agressão a vigilante sob efeito da erva* narra a prisão de um fuzileiro naval por agredir vigilante municipal sob efeito de maconha. Aqui, o leitor encontra detalhes sobre a tentativa de fuga e seu insucesso, prenhe de percalços grotescos e chulos. Trata-se de uma notícia de cariz trágico, que é veiculada com o aparente intuito de exibir um comportamento escandaloso e reitera acepção da maconha como indutora de comportamentos socialmente intolerados, embora sem apontar quaisquer evidências desta correlação:

O fuzileiro foi se refugiar na Cooperativa dos Servidores Municipais, quando apareceram dois carros da Rádio Patrulha e conseguiram dominar o militar e conduzi-lo ao décimo distrito policial. Na delegacia ele ficou ainda mais furioso e fez uso de palavras de baixo calão e depredou alguns móveis, jogou-se no chão da delegacia, gritando pelo nome de sua amante Hilda, referindo-se ao seu dinheiro, acusando-a de haver traído o seu amor. Ele foi autuado por agressão e desacato e entregue a uma escolta que o conduziu a sua corporação.

De outra monta, notícias acerca de assassinato de traficante é narrada como destino natural e punição legítima, como o caso de um homem morto a tiros, que já havia sido preso em flagrante por tráfico de maconha e era um “jogador inveterado”. Casos como estes dispensariam esforço investigativo:

Comissário deteve indivíduo, o qual afirmou que vira um indivíduo que poderia ser o suposto assassino de um crime. O morto era um traficante de maconha e o motivo de sua morte foi o desentendimento com alguns dos comparsas e dificilmente a polícia encontrará uma pista segura sobre o misterioso homicídio.

A notícia intitulada *Maconha e trânsito: problemas velhos*, informa que “motoristas dirigem em alta velocidade influenciados pelo consumo de maconha”, sem apresentar quaisquer dados que comprovem o consumo da substância, sem ouvir transeuntes ou apontar fontes da informação. O que parece importar a jornalistas e editores é a produção incessante da imagem do maconheiro como transgressor, irresponsável e arruaceiro, produtor da desordem social que o leitor deveria expurgar e buscar distinguir-se.

Nessa mesma direção, o uso de maconha também é recorrentemente relacionado a abuso e exploração sexual de adolescentes por homens adultos e a assaltos, como encontra-se relatado na notícia intitulada *Assaltantes fumadores de maconha tomaram conta do local, atacando impunemente homens, mulheres e crianças*, na qual consta que

Enquanto jogam carteadado, fumam maconha. Bem próximo o cigarro de diamba passa de mão em mão. Uma quadrilha de assaltantes e fumadores de maconha e todo o bando de malfeitores mora nas proximidades. Assaltam os casebres dos vizinhos, atacam homens, mulheres e crianças. As vítimas dos assaltos conhecem os criminosos, mas têm medo de denunciá-los.

Trata-se de notícias que vinculam o fumador de maconha à toda sorte de delinquência, crime intolerado, a ser severamente punido. A maconha é sempre atrelada a populações e territórios a serem controlados, que deve mobilizar mais recursos judiciais. O resultado é a produção crescente de notícias sobre a prisão dos “fumadores de maconha”, descritas como um modo natural de resolução dos problemas — apagando as origens sociais de tais contravenções, como a desigualdade socioeconômica, e acentuando a sensação de insegurança (FASSIN, 2019). Tal apagamento operado pela mídia faz reagirem as instituições policiais, legisladoras e judiciais, de modo a concentrarem suas atuações sobre a delinquência e os delinquentes. Estas atuações institucionais são influenciadas por este tipo de “notícias policiais”, mas também por aquelas opinativas e de denúncia, de feitiço pseudocientífico, a instituir uma certa opinião pública sobre a maconha e os maconheiros. Desse modo, a sociedade punitiva é constituída por múltiplos agentes e intervenções — inclusive midiática —, refletindo um sistema penal específico (FASSIN, 2019, p. 85).

No Rio de Janeiro da década de 1950, a sociedade punitiva passa a operar ainda mais rigorosamente, dada a necessidade de controle de segmentos sociais que se expandiam em consequência da crescente industrialização da economia brasileira, dos sistemas de transportes, dos meios de comunicação de massa e migração interestadual (SOUZA; FRUTUOZO, 2018). Destituída de um Estado de Bem-Estar Social, a sociedade carioca, assim como todo o Brasil, empenha-se a realizar um controle que visa expandir o Estado Penal, a fim de melhor coagir populações inúteis e virtualmente perigosas, passando a punir delitos cada vez menores, como a posse e o consumo de maconha, mas vistos pelas autoridades como de alto teor de periculosidade (FRAGA; MARTINS; RODRIGUES, 2020).

Assim, na primeira metade da década, os meios de comunicação de massa divulgavam tais coações frequentemente. No Diário da Noite, as prisões daqueles classificados de fumante de maconha, ou viciados, ou daqueles que a portam, foram publicadas com frequência. Em nossa pesquisa encontramos um total de 24 notícias com essas características

Na notícia intitulada *Posta em liberdade a fumadora de maconha*, de 1952, é narrada a libertação de uma enfermeira, que estava encarcerada por posse de maconha e foi posta em liberdade, uma vez que o veredito do juiz é que o uso de maconha não é crime. A decisão do magistrado não é objeto de

polêmica por parte dos editores do jornal, mesmo destoando das outras notícias nas quais pessoas são presas por se encontrarem portando ou fumando a erva, como no título *Fumava cigarros de maconha*, que descreve uma situação em que uma mulher foi encontrada fumando maconha e portando outros nove cigarros e foi presa. Via de regra, homens, mulheres e adolescentes eram presos ao portar e fumar maconha, sem maiores detalhes sobre as circunstâncias, locais e critérios que os enquadrassem como consumidor ou traficante, como na notícia *Maconheiro*, em que se observa apenas que “Homem é preso em flagrante ao fumar tranquilamente um cigarro de maconha”, encontrando-se com “pacote da erva” e sendo encaminhado à delegacia. Esta notícia é análoga aquela intitulada *Preso o viciado em maconha*, em que apenas é assinalado que um homem possuía 43 cigarros da “erva maldita” escondidos nas calças, adquiridos de um desconhecido.

Numa notícia de 1954, os *viciados* ou *fumadores* são descritos como vítimas dos traficantes:

Policiais empenhados no combate aos viciados e aqueles que negociam com a “erva maldita”. Todos os viciados presos estão contaminados pelo medo de represália e não confessaram o meio pelo qual adquirem a erva. Tudo indica que os traficantes infundem terror aos fumadores de maconha. Foi identificada uma única quadrilha responsável pelo fornecimento da maconha, pois ficou apurado que todos os cigarros são confeccionados com o mesmo papel, o que dá a entender que existe uma fábrica clandestina de cigarros de maconha dirigida pela famigerada quadrilha.

E são alvos cada vez mais constantes de repressão policial e atuação midiática. *Viciados presos em Caxias* é uma notícia que traz alguns detalhes sobre as circunstâncias da prisão de *maconheiros*, durante ação policial numa boate, em tom de escândalo e elogio à “batida rigorosa no interior da casa de diversão”. Na ocasião, embora a polícia tenha encontrado apenas “um homem com um cigarro de maconha na boca”, ressalta-se que este foi preso e, na delegacia, “denunciou mais dois viciados na ‘diamba’”. Trata-se de um tipo de esforço dispendioso orquestrado pela força repressiva do Estado e noticiado na imprensa popular, com resultados pífios, que se prolonga até os nossos dias.

Noticiava-se a prisão de pessoas portando quantidades sumárias de maconha, sem sequer cogitar a razão de tal posse, se para consumo ou venda, como no caso em que “A mundana ao ser presa em poder de quem foram encontrados alguns cigarros de maconha, exibiu ‘habeas-corpus’ preventivo, certa de que não seria punida. Entretanto o documento judicial perdia o seu efeito diante de um crime inafiançável, como era o seu caso”. Isso também teria acontecido a

um certo marinho, preso em flagrante por portar “embrulho de maconha”. Tratara-se de prisões em flagrante realizadas em vias públicas, certamente publicadas por alimentar expectativas emocionais concernentes a uma certa ordem societal, que requer “minorias” para submetê-las à coação, estigmatizando-a e distinguindo-a, negativamente, da sociedade ordeira, aquela que corresponde às ansiedades sociais das elites (FASSIN, 2019, p. 87).

A coação aos “viciados” nas vias públicas parecia ainda mais premente em virtude da sua proscrição não ser garantida em espaços institucionais, sobretudo aqueles vocacionados à repressão do consumo de maconha. Certamente por esta razão a apreensão de maconha em instituições públicas, para consumo e comercialização, eram noticiadas com certa regularidade, principalmente nas prisões. A maconha costumava adentrar as prisões por meio de visitantes dos presos, principalmente suas esposas e namoradas, mas também por meio de soldados e carcereiros. Na notícia *Maconha*, por exemplo, encontra-se relatado que um “soldado não identificado” teria entregado “um embrulho a um guarda do Presídio do Distrito Federal a fim de chegar às mãos de um colega. Tratava-se de 13 pacotes com mais de 500 cigarros de maconha para serem negociados entre os presos”. Nem mesmo instituições diretamente vinculadas à presidência da república estavam a salvo da “herva maldita”. Sob o título *Maconha*, é noticiada a “Apreensão de 30 quilos de maconha no valor de 109 mil cruzeiros no Palácio Itamarati. O ato foi presidido pelo Presidente de Fiscalização de Entorpecentes e outras autoridades”.

Incomuns eram as notícias sobre localização de cultivo de maconha. Sob o título *La fazer plantação de maconha em Copacabana*, o jornal noticia que uma muda da erva fora apreendida com traficantes, junto com a maconha pronta para consumo. *Maconha em vasos artísticos* é uma notícia sobre um pintor que cultivava maconha em recipientes artísticos, o que teria feito a polícia suspeitar que existiriam outras “plantações” na capital, fazendo a polícia iniciar diligências. A notícia mais robusta sobre esta rubrica apareceu sob o título *Para acabar com o tráfico de entorpecentes — Ordem para destruir todas as plantações de maconha do Amazonas*:

Chefe de polícia determinou a destruição de todas as plantações de maconha do Estado como também a destruição das plantações de ipadu, outra planta narcótica. Deve-se também ser informado o nome das pessoas envolvidas entre outras informações, a fim de serem cadastradas.

A associação entre comercialização e consumo de maconha a comportamentos moralmente reprováveis — como prostituição, jogos de azar e brigas — é recorrente nas notícias sobre o psicoativo. Entretanto, a associação direta entre maconha e moralidade, descrevendo o consumo da erva em orgias,

festas libertinas e em espaços de prostituição costumam apresentar elementos burlescos e desprezíveis, como na notícia intitulada *Cachaça, maconha e polícia — Pilhados os casais em plena bacanal*:

Em um apartamento da Rua Riachuelo habitualmente costumavam reunir-se várias pessoas, mulheres e homens da vida duvidosa, para se entregarem a verdadeiras bacanais, onde imperava entre outros entorpecentes, a maconha. Após uma denúncia feita ao síndico, o mesmo entrou em contato com a Rádio Patrulha. A polícia ao chegar no apartamento encontrou cinco mulheres e quatro homens em mais abjeta intimidade, tendo perto várias garrafas de bebidas e um maço de cigarros de maconha. Todos foram presos e uma das mulheres alegou que comemorava o aniversário de sua filha, a qual estava ausente.

Conclusão

Este modo de valorar a maconha, seus consumidores, vendedores e os distintos usos que dela se faz num dado momento histórico pode ou não surtir efeito persuasivo, mas, certamente, exerce certa influência sobre os leitores, ao lado de outros fatores sociais. Tal influência pode colaborar para a emersão ou conservação de um dado esquema de valores morais e éticos sobre o tema, a exercer um papel reforçador no sistema de crenças e atitudes. Decerto, a imprensa não determina como o destinatário da sua mensagem pode pensar, mas ela pode ser efetiva em sugerir sistematicamente no que ele deve pensar (WOLF, 2003).

A cobertura do Diário da Noite sobre maconha é quase sempre superficial, casuística, descontextualizada, voltada para preocupações morais e repressivas. Por seu caráter factual, a maioria das notícias aborda o tráfico de maconha, enfatizando apreensões da substância, prisões de traficantes e seu envolvimento com comportamentos moralmente reprováveis. Notícias que relacionam uso de maconha e saúde possuem, invariavelmente, viés pseudo-científico, a apontar a internação compulsória em sanatórios como tratamento, descrever comportamentos suicidas, surtos violentos e alucinações.

A drogadição só se tornou um problema de segurança pública depois que foi considerada um problema de saúde e, por isso, proibida. Com o agenciamento das corporações médicas a promover a proibição e da mídia, a difundiu-la.

REFERÊNCIAS

ADIALA, J. C. A Criminalização dos Entorpecentes. *In*: SEMINÁRIO CRIME E CASTIGO, 1., 2006, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2006.

Papéis Avulsos. Casa de Rui Barbosa, n. 1, p. 58-87,

CAMPOS, R. D. de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, n. 1 [28], p. 45-70, 21 maio 2012

CAPELATO, M. H. R. O controle da opinião e os limites da liberdade: Imprensa Paulista (1920–1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Marco Zero, v. 12, n. 23/24, set. 1991/ago. 1992.

COSTA, M. C. C. Etnografia de Arquivos: entre o passado e o presente. **MATRIZES**, v. 3, n. 2, p. 171-186, jan./jul. 2011.

DARNTON, R.; ROCHE, D. (org.). **A Revolução Impressa**: a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996.

DÓRIA, J. R. Os Fumadores de Maconha: efeitos e males do vício. *In*: MACRAE, E.; ALVES, W. C. (org.). **Fumo de Angola**: cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade. Salvador: EDUFBA, 2016.

ESCOHOTADO, A. **História Elementar das Drogas**. Lisboa: Antígona, 2004

FASSIN, D. **A sombra do mundo**: uma antropologia da condição carcerária. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

FERREIRA, L.; LOWENKRON, L. Introdução. Encontros etnográficos com papéis e outros registros burocráticos Possibilidades analíticas e desafios metodológicos. *In*: Ferreira, Leticia e Laura Lowenkron (org.). **Etnografia de documentos**: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

FRAGA, P. C. P.; MARTINS, R. S.; RODRIGUES, L. B. Discursos sobre a maconha na imprensa brasileira na primeira metade do Século XX. **Revista Teoria e Cultura**, v. 15, n. 2, jul. 2020.

GANS, H. J. **Popular Culture and High Culture**. New York: Basic Books, 1974.

MACRAE, E.; SIMÕES, J. A subcultura da maconha, seus valores e rituais entre setores socialmente integrados. *In*: BATISTA, M.; CRUZ, M. S.; MATIAS, R. (org.). **Drogas e pós-modernidade**: faces de um tema proscrito. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 356 p.

MASTROIANNI, Fábio de Carvalho. **As drogas psicotrópicas na imprensa brasileira**: Análise do material publicado e do discurso dos profissionais da área de Jornalismo. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) — Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2006.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. A função do agendamento dos media, 1972. *In*: TRAQUINA, N. **O Poder do Jornalismo**: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

MOREIRA, M. E. L. Diário da Noite. **FGV CPDOC**, [s. l.], c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-da-noite>. Acesso em: 25 fev. 2021.

NUNES, A. C. B. **Jornalismo popular**: uma análise do jornal alemão BILD Hamburg e do Diário Gaúcho. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ONTO, G. Documentando relações e relacionando documentos. Sobre a materialidade das práticas de conhecimento na regulação econômica. *In*: FERREIRA, L.; LOWENKRON, L. (org.). **Etnografia de documentos**: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

RODRIGUES, L. B. **De Pivetes e Meninos de Rua**: um estudo sobre o Projeto Axé e os significados da infância. Salvador: EDUFBA, 2001.

RODRIGUES, L. B. **O Jornal da Bahia e o universo linguístico-simbólico dos seus leitores**. 1994. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

ROMERO, M. **Inúteis e Perigosos**: o “Diário da Noite” e a representação das classes populares — São Paulo 1950–1960. 2008. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROSA, L. da. **Terra e ilegalidade**: agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco (1938–1981). Campinas, SP: [s. n.], 2019.

SAAD, L. **“Fumo de Negro”**: a criminalização da maconha no pós-abolição. Salvador: EDUFBA, 2019.

SKIDMORE, T. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOBRINHO, D. A. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

SOUZA, J. E. de. “São mesmo analfabetos e sem cultura”: repressão à maconha, criminalização da pobreza e racismo em Salvador, nas décadas de 1940 e 1950. *In*: MACRAE, E.; ALVES, W. C. (org.). **Fumo de Angola**: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade. Salvador: EDUFBA, 2016.

SOUZA, J.; FRUTOZO, J. V. P. Rio de Janeiro: considerações sobre os processos de expansão urbana e interiorização do crescimento (1980–2010). **Urbe**: Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 10, n. 1, p. 124-139, jan./abr. 2018

VELHO, G.; VIVEIROS DE CASTRO, E. O Conceito de Cultura e o Estudo das Sociedades Complexas: uma perspectiva antropológica. **Artefato**: Jornal de Cultura, ano 1, n. 1, 1978.

WOLF, M. **Teoria das Comunicações de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A NOVA DIREITA E A NOVA ESQUERDA NA EUROPA: uma breve revisão da literatura

Tiago Alexandre Leme Barbosa¹

Desde que Jair Bolsonaro (na época, no PSL) chegou ao poder em 2018, o Brasil passou a fazer parte da lista de países em que a extrema direita conquistou o poder. A literatura sobre a extrema direita tem-se construído num campo profícuo desde os anos 1970, quando as novas organizações de direita tomaram forma na Europa. Antes deste processo, também surge na Europa a família dos Partidos Verdes. O surgimento dos Verdes é recorrentemente indicado como uma possível explicação para o surgimento da nova direita (IGNAZI, 1995). Essas duas famílias partidárias marcam a agenda de estudos de novos partidos desde os anos 1970 e 1980.

Nesse capítulo, apresento algumas das características destes novos competidores que são destacadas na referida literatura. A organização dessas legendas aparece nos textos da área tanto em termos de famílias partidárias, assim existiriam os *Partidos Verdes* (VAN HAUTE, 2016), os de extrema direita (MUDDE, 2005), novos de esquerda e mesmo novos liberais (BOLLEYER, 2013).

O capítulo está dividido em três momentos. A primeira parte faz uma retomada, de passagem, dos termos tipologias e famílias partidárias. A seção seguinte mostra os aspectos da nova direita, ou extrema direita. Na sequência, são discutidos os aspectos da família partidária dos Partidos Verdes. A conclusão retoma algumas das diferenças que existem dentro desses dois tipos de partidos políticos.

A noção de famílias e tipologias partidárias

A literatura sobre partidos políticos e sistemas partidários é uma das mais vastas da Ciência Política clássica e contemporânea (CARAMANI; HUG, 1998). Dentro dessa imensa literatura, alguns autores têm-se esforçado para construção de tipologias e famílias partidárias. Essas duas noções perpassam os textos da área, e podem ser objetos de pesquisa em si (MAIR; MUDDE, 1998; GUNTHER; DIAMOND, 2003).

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

No caso das tipologias partidárias, Gunther; Diamond (2003) lembram que elas podem ser construídas tanto a partir da análise das funções desempenhadas pelos partidos, pelas características organizacionais, quanto pelo fato de partidos responderem em alguma medida demandas da sociedade. As tipologias atravessam desde os textos clássicos de Duverger (1980), e Kichheimer (1966) e publicações mais recentes como as de Panebianco (2005) e Katz; Mair (1995). Noções como a de partido de massas, partido de quadros, partido catch all, partido profissional eleitoral, partido cartel etc., perpassam a preocupação na construção de tipologias partidárias.

Se o debate sobre o que é um partido político e as suas tipologias é infundável, a noção de famílias partidárias enfrenta o mesmo dilema. Mair e Mudde (1998) afirmam que desde a década de 1980, a metáfora “família” tem sido largamente empregada na literatura, mesmo sem muita reflexão. Ela é empregada com relativo consenso de que se refere a um agrupamento de partidos que compartilham características em comum. Este debate tem importância para pesquisas de viés comparativo, pois pode-se correr o risco de colocar dentro de uma mesma família partidos que são diferentes, além do problema da delimitação das suas “fronteiras”. Nesse sentido, saber quem deve ser inserido ou não dentro de uma categoria perpassa desde as especificidades dos casos concretos analisados até os interesses dos pesquisadores em questão. Mair e Mudde (1998) organizam as tentativas de classificação em quatro grupos, que se diferem em termos de estratégias de pesquisa e critérios escolhidos em termos de: i) origem; ii) participação em federações internacionais; iii) ideologia ou políticas defendidas; iv) nome do partido.

Na primeira forma de classificação, Mair e Mudde (1998) lembram o conhecido trabalho de Lipset e Rokkan (1967), na qual os partidos são observados como originários (e representantes) de clivagens dentro da sociedade, e aparecem em “tipos” específicos. Nesse conjunto de explicação, as famílias são agrupadas de acordo com as origens das organizações. Nesse sentido, as possibilidades envolveriam partidos socialistas, agrários, regionais, cristãos etc. Em outras palavras, trata-se de estabelecer quais são os grupos que estão relacionados na formação das organizações partidárias.

A segunda forma de classificação envolve a tentativa de agrupar pelo pertencimento a federações internacionais. Nesse sentido, a proposta é observar a atuação dos partidos em relação a organizações supranacionais, que podem ser regionais ou globais. Os partidos são agrupados assim a partir das instituições que fazem parte. O terceiro critério envolve a categorização a partir da localização dos partidos no espectro ideológico, no *continuum* esquerda *versus* direita, ou em termos de políticas defendidas. Aqui, estratégias como as do *Manifesto Research Group* ou os *survey expert* aparecem

como as ferramentas de análise. Por fim, a última opção é tomar os partidos por como eles se enxergam, pelo nome dado, ou seja, se colocam no nome liberal, socialista etc.

Todas essas estratégias são avaliadas por Mair e Mudde (1998), e os autores inclusive propõem uma forma de criação de famílias baseadas em dois critérios: origem do partido e da ideologia. Mesmo que meu objetivo não seja apresentar os pormenores da crítica desenvolvida pelos pesquisadores, é interessante notar que as possibilidades de criação de famílias partidárias são inúmeras, pois parte do debate é saber quantas famílias devem existir e quais critérios adotar. Conforme os autores, existe um consenso de que: “the principal groups that need to be incorporated, that is the communist family, the socialist or social democratic family, the Christian democratic family, the liberal family, and so on” (MAIR; MUDDE, 1998, p. 221). Apesar disso, restam dúvidas sobre, por exemplo, se colocar dentro de uma mesma família comunistas e socialistas, ou ainda, as possíveis separações que possam existir entre Liberais de esquerda e de direita.

Para a agenda de estudos de novos partidos políticos, Mair e Mudde (1998) destacam que é possível identificar o surgimento de algumas tendências “[...] such as the greens or even the extreme right, could be seen to constitute a new party family on the basis of shared origins or shared genetic identity” (MAIR; MUDDE, 1998, p. 224). Como conclusão, à medida que pesquisadores da agenda de novos partidos os agrupem em famílias, seria possível “[...] with time, we might anticipate an expansion in the numbers of identifiable party families” (MAIR; MUDDE, 1998, p. 224). Nesse quesito, a criação de famílias parece uma importante ferramenta analítica para pesquisas comparadas da literatura. Por meio delas, por exemplo, seria possível saber em quais contextos determinados tipos de partidos aparecem ou desaparecem.

Na prática, a agenda de pesquisa de novos partidos tem se utilizado tanto de estratégias de estudos de caso quanto desenhos de pesquisa com viés comparativo. As tentativas de agrupamento em famílias ou tipos de partidos datam desde o clássico texto² de Hauss e Rayside (1978). A despeito das diferenças que existem dentro dessas pesquisas, alguns tipos ou famílias se repetem:

2 O primeiro grupo de partidos, que conta com apenas um caso, é na realidade um sem classificação (*French Gaullists*). Os demais, são: Nova Esquerda: incluindo o que os autores chamam de “*the orthodox socialist revival*”, que são uma reação contra a guinada para o centro dos partidos socialistas (Canadian New Democrats (NPD), Italian Socialist Party of Proletarian Unity (PSIUP), French Unified socialist (PSU)) E a nova esquerda, inspirada pelos movimentos de protesto do final dos anos 1960 (Italian II Manifesto, German Extra-Parliamentary Opposition (APO)). O segundo grupo de partidos são os de direita e populistas (George Wallace’s American Independent Party (AIP), na França: Poujadistes, Partido Neonazista alemão (NPD) e o Canadian Social Credit Party. Por fim, restam ainda os partidos étnicos e linguísticos: Scottish Nationalist, Parti Québécois (Canadá) Na Bélgica: (Volksunie), Wallon Rally (RW), Democratic Front of Francophones (DFD).

Partidos Verdes, nova esquerda, nova direita (e as variações desse bloco), e novos liberais. Segundo Bolleyer (2013): algumas dessas organizações foram mais estudadas que outras: “[...] most notably the more successful Green parties and new right (or new anti-immigrant) parties” (BOLLEYER, 2013, p. 1). Disso decorre, conforme a autora, o fato que sabemos pouco sobre outros competidores (BOLLEYER, 2013, p. 1).

Na seção seguinte, apresento as duas famílias “mais famosas” da literatura de novos competidores (Extrema Direita e Partidos Verdes) e algumas divisões internas que existem dentro das mesmas. Mais do que tentar aplicar a noção de família partidária, o meu interesse apresentar algumas das estratégias mobilizadas pela literatura na criação de tipologias, em especial, quais são os casos analisados e sobretudo quais são os indicadores e dados mobilizados.

A nova direita

As eleições de presidentes como o Republicano, Donald Trump, nos EUA, Jair Bolsonaro (PSL) no Brasil, Viktor Orbán na Hungria, a chegada ao segundo turno da extrema direita francesa com Marine Le Pen, são só alguns dos acontecimentos que despertaram a atenção da academia e do jornalismo político para a volta, para falar no mínimo, da direita³. Nos EUA, mesmo comentaristas políticos observaram as movimentações de movimentos de extrema-direita, os ultranacionalistas brancos, como a conhecida Ku Klux Klan (KKK) e as relações entre acontecimentos como tiroteios contra negros e negras e a eleição de Donald Trump (NEIWERT, 2017). No Brasil, Jair Bolsonaro defendeu a ditadura militar do país⁴ (1964–1985) e de outras ditaduras da região (Chile e Paraguai), proferiu declarações homofóbicas e racistas, além de dar tantas outras declarações que foram acusadas como desagradáveis até pela extrema direita francesa⁵.

Especificamente sobre a literatura de novos partidos, as legendas de direita aparecem já em textos clássicos da área, pois é da década de 1970 o surgimento de uma importante agremiação da nova direita, a *Front Nacional* francesa. De lá pra cá, muitos competidores surgiram, e alguns têm recibo mais atenção dos analistas (MUDDE, 1996). Pensando nesse conjunto de partidos que se situam à direita do espectro político, pode-se observar a presença

3 Paralelamente a esse processo, uma preocupação sobre os futuros das democracias representativas foi retomada na agenda de pesquisas da Ciência Política.

4 A defesa do atual presidente da República da Ditadura Militar do país é uma característica que o separa da direita tradicional do país. Se durante o processo de Constituinte, se observou o fenômeno da “direita envergonhada”, parlamentares que buscavam negar as suas relações com o regime, Jair Bolsonaro exalta não só o regime como inclusive torturadores do período como o Coronel do Exército, Ustra.

5 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-fala-coisas-desagradaveis-mas-esta-em-outra-cultura-diz-marine-le-pen.shtml>

de pesquisas sobre as três faces dessas organizações (KATZ; MAIR, 1993). Nem todos os novos competidores de direita são neofascistas ou neonazistas, nem mesmo se situam na extrema direita. Mesmo que não seja meu objetivo inventariar toda essa literatura, é importante ressaltar quais são os nomes e conceitos mobilizados para o estudo da “nova” direita. Mudde (1996) levantou a literatura sobre a extrema direita e observou que os estudos sobre o fenômeno acompanhavam o movimento de surgimento e desaparecimento desses setores, que seriam como “ondas”: “vem e vão”. O fato de as pesquisas se debruçarem sobre a temática somente quando o tema vinha à tona, seja pelo surgimento de um partido ou aparecimento de grupo extremista, colocam esse campo de estudos em desvantagens a outras áreas da ciência política. As impressões sobre o fenômeno, eram em algumas das vezes baseadas em opiniões pessoais e crenças dos pesquisadores (MUDDE, 1996). Passados mais de 20 anos da publicação texto do autor, talvez hoje seria um exagero falar que não existe uma linha de pesquisas sobre a temática, esses estudos ficaram: “During the past several years, studies have become more theoretically and methodologically sophisticated and increasingly comparative in scope” (RYDGREN, 2007, p. 257).

De um ponto de vista conceitual, existe um debate sobre o que o que seria essa família ou grupo de partidos políticos (MUDDE, 1996; NORRIS, 2005, RYDGREN, 2018). No já citado texto de Mudde (1996) o autor contou 26 definições conceituais sobre a extrema direita que envolviam nada menos que 58 aspectos do fenômeno. As definições variam de acordo com os pesquisadores em questão, e igualmente, variam desde os preconceitos de quem estuda o fenômeno. De todo modo, o ponto em comum desses trabalhos é de que quando se fala em extrema direita, tinha-se em mente os estudos históricos sobre o Fascismo na Europa⁶ (MUDDE, 1996).

Os termos utilizados para se referir aos partidos de extrema direita⁷ variam dentro da literatura (MUDDE, 1996). Mas em que se pesem as várias nomenclaturas e subdivisões que existem dentro da direita, as nomenclaturas mais utilizadas são: i) Extrema direita⁸; ii) Partidos neofascistas⁹ ou neonazistas¹⁰; iii) partidos antissistema; iv) direita populista. Revisões dessa literatura, foram feitas por Mudde (1996), Goodwin (2006), Rydgren (2018), além de publicações comparadas dedicadas as várias facetas dessas organizações como os textos de Betz (1994), Norris (2005), Mudde (2007), Ignazi (2003), entre outros.

6 Ainda segundo o autor seriam quatro escolas que estudam o fenômeno: i) the Marxist school; ii) the extremism-theoretical school; iii) the modernisation school; and the iv) 'new politics' school (MUDDE, 1996, p. 240).

7 Os europeus chamam essa categoria de ERP (Extreme Right Parties).

8 As duas expressões em inglês são “Far-right parties” ou “Extreme Right Parties”.

9 O MSI na Itália.

10 Um exemplar é o Freiheitliche Deutsche Arbeiterpartei (EAP), na Alemanha.

As questões de pesquisa colocadas para essa família de partidos políticos cobrem todos os aspectos dessas legendas. O primeiro debate que decorre da constatação do surgimento e crescimento eleitoral desses partidos é saber então quem vota neles. Nesse quesito, os trabalhos sobre a votação nessas organizações, perpassam desde estudos de caso, como os eleitores da *Front Nacional* (MAYER; PERRINEAU 1992), ou ainda as análises comparadas entre países europeus (NORRIS, 2005) e a própria identificação partidária (SÖDERLUND; KESTILÄ-KEKKONEN, 2009).

Os resultados sobre quem vota na extrema direita são frutos geralmente de surveys conduzidos por institutos de pesquisa, ou por grupos de pesquisadores. No caso francês, Mayer; Perrineau (1992), analisam os dados produzidos pelo Centre d' étude de la vie politique française (CEVIPOF), além de informações socioeconômicas de quem havia votado em Jean-Marie Le Pen em 1988. O trabalho dos pesquisadores é elucidativo da percepção que o eleitorado da extrema-direita tem sobre a imigração de não europeus. Os resultados da pesquisa indicam que 75% dos eleitores de Le Pen, acreditavam que existiam muitos imigrantes na França e também tem uma sensação maior de insegurança. Em termos comparativos, as análises sobre a votação se dedicam igualmente a questão de quem vota na extrema direita, se valendo igualmente de surveys, como o fazem Norris (2005). Além disso, alguns trabalhos como os de Conti (2011) tentam identificar as relações que existem entre os discursos desses parlamentares e a sua votação no Parlamento Europeu.

Para Goodwin (2006) a literatura sobre a extrema direita se divide em dois grupos, aquelas que têm como objeto a votação dos partidos (visão externalista), as causas que favorecem a ascensão deste grupo, e de outro lado, os trabalhos com o enfoque nas organizações em si (visão internalista). Nesse segundo grupo, o objetivo é observar os partidos políticos em si, buscando analisar tanto a atuação dos seus membros e militantes. Nesse sentido, os estudos sobre os novos competidores se aproximariam do referencial teórico das pesquisas que têm como escopo de análise organizações partidárias, sejam elas com um viés comparativo como fizeram Mudde (1995) e Pedahzur; Brichta (2002) ou estudos de caso como o trabalho de Ryden (2004).

Mudde (1995) analisou, nas suas próprias palavras, de uma forma “não quantitativa” aspectos organizacionais de três legendas o German Nationaldemokratische Partei Deutschlands (NPD), Nationaldemokratische Partei (NDP) e Centrumspartij 86 (CP86). A partir de uma revisão da literatura, Mudde (1995) selecionou cinco características como pertencentes da família da extrema direita: nacionalismo, racismo, xenofobia, antidemocracia e a ideia

de Estado forte (militarização, lei e ordem). O objetivo foi ver em que medida essas características poderiam ser encontradas entre essas três legendas. Os resultados da sua análise mostram que essas características variam dentro dos três, sendo o NDP o que contempla todas essas dimensões, enquanto o NPD tem todas, menos a antidemocracia. O esquema de trabalho desenvolvido pelo autor, a tentativa de se analisar as ideologias partidárias da extrema direita “na prática”, remetem aos próprios dilemas daquilo que Mair e Mudde (1998) colocavam como o debate de se estabelecer quais seriam as “fronteiras” entre as famílias partidárias. Nesse quesito, Uguarte (1997) destaca algumas das características do que ela prefere chamar de extrema direita e ressalta que o nacionalismo da extrema direita tem contornos chauvinistas e que a existência de uma liderança forte está entre um dos elementos organizativos dessas legendas.

No que toca ao elemento do papel das lideranças na condução dessas legendas, Pedahzur; Brichta (2002), acrescentam a subdivisão de “partidos carismáticos”, para os casos da Front Nacional e o austríaco FPÖ (Freiheitliche Partei Österreichs). A Front Nacional e o FPÖ são tomados como casos em que existem lideranças carismáticas que conseguem imprimir as suas vontades e controlar os seus respectivos partidos, se valendo inclusive de perseguições contra correligionários, como no caso de Le Pen na Front Nacional. O trabalho dos autores, mostra como essas organizações conseguiram se institucionalizar, mesmo com a presença de lideranças carismáticas.

Além das características destacadas acima dessa família de partidos políticos, outros autores têm se preocupado em observar os temas e discursos dessas organizações. Assim, temas como o euroceticismo, populismo, antisemitismo, preconceitos contra muçulmanos, são alguns dos pontos debatidos no manual da extrema direita organizada por Rydgren (2018).

Em linhas gerais, as diferenças entre os novos competidores podem ser observadas em diversos aspectos. Conforme a literatura referenciada acima, alguns partidos e países foram mais analisados que outros (MUDDE, 1996), isso se explica tanto pela importância que determinados competidores tiveram no impacto dos seus sistemas partidários, quanto por questões regionais, como a língua em que esses partidos surgiram. Algumas agremiações foram extensivamente estudadas, como foi o caso da *Front Nacional* na França: (PEDAHZUR; BRICHTA, 2002), (MAYER; PERRINEAU, 1992; WILLIAMS, 2011; STOCKEMER, 2017). Em que se pesem essas observações, fato é que a família da extrema direita (e suas variações) são um campo de estudos fértil para pesquisas dos mais variados enfoques teóricos e analíticos.

Os Partidos Verdes: a nova política

O aparecimento dos Partidos Verdes¹¹ é comumente identificado com a criação de pesquisas sobre a temática dos “novos partidos”, pois eles são evidências do “descongelamento” do sistema partidário europeu. Os Verdes, surgiram ao redor de todo o continente europeu e os estudos sobre as suas facetas se iniciam na década de 1980, cobrindo os mais variados aspectos: participação em eleições, em governos, seus eleitores, os seus aspectos organizacionais, e mesmo revisões de literatura ainda na década de 1980.

De saída, uma importante distinção deve ser feita entre essas legendas. Isto é, de qual (e de quem) dos Verdes estamos falando. De acordo com Kaelberer (1993), o termo era “pouco preciso”, pois ele poderia abarcar tanto legendas que se situavam à direita do espectro ideológico quanto agremiações de esquerda. Pesquisadores da temática, se empenharam então em traçar as linhas que separam esses dois subtipos de partidos. Mesmo que eles possam se apresentar em contextos históricos específicos como “nem de esquerda, nem de direita”, como foi o caso dos *Les Verts*, na França (SPOON, 2009), há um certo consenso na literatura de que quando se falam em PVs, tem-se em mente a noção de agremiações que são resultado das mudanças de valores pós-materialistas ocorridas na Europa (INGLEHART, 1977).

A distinção entre esses dois subgrupos é apresentada por Poguntke (1987). O autor, que analisou os casos da Alemanha, Áustria e Suécia, defende o termo “*new politics party*” para os Verdes, de acordo com o autor: “Ecological thinking combined with an autocratic model of society, for example, has nothing in common with new politics” (POGUNTKE, 1987, p. 82). A distinção advogada pelo autor, remete a própria noção de “Onda Verde”:

[...] right-wing ecologism often has its roots in preindustrial traditions and tends to be combined with traditional conservative social and economic policies which are also advocated by established non socialist parties. This factor limits the (in any case) restricted electoral potential of such parties even further. Alternatively, ecologism inspired by the new politics can be seen as part of a wider phenomenon which implies a new design of society. This makes adaptation extremely difficult for traditional parties of the left with their statist, collectivist tradition, since that is sometimes not very liberal and permissive (POGUNTKE, 1987, p. 86).

A ênfase que o autor coloca nos Verdes “verdadeiros” como representantes da nova política é um dos traços da literatura dedicada a essa família partidária. Ainda nos 1980, Kitschelt (1988), se refere a esses partidos como

11 Uso nessa parte as expressões: Verdes e Partidos Verdes (PVs) para me referir a essa família partidária.

tendo uma lógica de “*Constituency Representation*” eles seriam diferentes daqueles “*Parties Oriented Towards Party Competition*”. Kitschelt (1988) ainda esboçaria uma tipologia dos tipos de militantes envolvidos com os *verdes*. Mas além das diferenças organizativas entre as organizações que o autor apresenta, outros autores como Spoon (2009) também tentaram realizar comparações nesse sentido. Spoon (2009), contrasta as plataformas dos *Verdes* com as da esquerda tradicionais na França, o *Parti Socialiste*; e na Inglaterra com o *British Labour Party*. As diferenças se expressam nos documentos partidários, e elas mostram que os dois tipos de *Verdes* possuem uma estratégia eleitoral e de políticas diferentes das esquerdas tradicionais daqueles países.

Esse mesmo raciocínio de que os *Verdes* são diferentes dos partidos estabelecidos se encontra igualmente em estudos mais recentes como o citado trabalho de Spoon (2009) e em experiências fora da Europa (TURNBULL; VROMEN, 2006). Para Spoon (2009), *Verdes* seriam diferentes do clássico modelo de Kichheimer (1966), eles não se enquadrariam na lógica dos *catch-all-parties*, pois as suas preocupações maiores são a aplicação de determinadas políticas. No mesmo sentido Turnbull; Vromen (2006) repensam o caso australiano, se valendo da divisão proposta por Katz e Mair (2002): the party on the ground, the party organisation and the party in public office; defendem a tese que eles não se caracterizariam pelo predomínio da face eleitoral. Eles não seriam nem mesmo aquilo que Panebianco (2005) chamou de “partido eleitoral profissional”, mas isso não significa que eles sejam exemplares dos partidos de massas de Duverger (1980), pois estes teriam uma estrutura centralizada e burocratizada, ao contrário dos *Verdes*.

Comumente, a literatura ressalta que o caso alemão foi um dos mais estudados, o *Die Grünen*, e realmente a lista de estudos sobre essa organização datam desde os anos 1980 em diante (POGUNTKE, 1987, 1993, 2002; BUKOW, 2016).

Ao longo do debate dessa literatura, algumas características se repetem entre os pesquisadores. Galtung (1986), embora não se limite ao estudo dos partidos, mas ao que o autor chama de “Movimento Verde”, lista 20 pontos que seriam as bandeiras desse Movimento. Embora o autor reconheça que os membros do Movimento Verde não tenham todos aderência a totalidade desses valores, alguns dos traços ressaltados pelo pesquisador se repetem em alguns dos trabalhos. A primeira geração de estudos foi marcada pelos trabalhos de Pongutke (1987), Kitschelt (1988), Muller (1985), com descrições das organizações dos PVs em países europeus como França, Alemanha, Suécia, Áustria, entre outros. O entusiasmo com essas organizações e as razões do seu surgimento marcam essa primeira geração de estudos. Burklin (1985)

chega a afirmar que essas organizações teriam raízes no debate de realismo e idealismo, da busca pela paz perpétua da qual Kant falava.

Em termos de bandeiras e pautas, PVs se caracterizariam por uma preocupação com a preservação do meio ambiente, com a igualdade de gênero, por posições de apoio em relação a países do “terceiro mundo”, pelo pacifismo, luta contra a existência de armas nucleares e contra as potências nucleares, críticas ao capitalismo, entre outras bandeiras. Essas pautas aproximam essas organizações das legendas de esquerda, mas, historicamente eles não se identificam com os tradicionais partidos socialistas e comunistas. A crítica aos socialistas e comunistas da época, já anunciada acima, se dá em termos da forma que aquelas legendas se organizavam. Para autores da época “Greens in this sense belong to the Left because they share with socialists a critique of the capitalist system and in general advocate radical reforms of modern society” (KAELBERER, 1993, p. 231).

A organização dos Verdes seria caracterizada por uma ênfase e defesa de uma democracia direta ou de bases (*grassroot-democracy*), por militantes com um perfil diferenciado da esquerda “tradicional”, e mesmo por parlamentares com outros objetivos. Evidentemente, essas são as linhas gerais dessas organizações, algumas comparações foram esboçadas na literatura entre os Verdes e organizações estabelecidas dos sistemas partidários europeus.

Embora a literatura enfatize a nova forma de política que esses partidos advogavam, um aspecto importante da organização é o seu desempenho eleitoral e o perfil dos seus eleitores. Debates sobre os resultados nas eleições desses partidos tanto em nível nacional e supranacional (Parlamento Europeu), revelam as diferenças entre os países e os sistemas eleitorais adotados. Em alguns países, as porcentagens de votos não passam dos 5%, enquanto em outros como Finlândia, Luxemburgo e Alemanha, eles passam dos 10%. As análises sobre os desempenhos eleitorais dessas agremiações são afetadas pelo tipo de sistema eleitoral adotado pelo país em questão, a conhecida constatação de que sistemas proporcionais tendem a ser mais vantajosos para novos competidores (WILLEY, 1998). Além disso, também se discute que em regiões que os governos facilitaram a instalação de Usinas Nucleares, os *Verdes* tiveram mais sucesso eleitoral (BÜRKLIN, 1985).

Se os resultados apresentam variações dentro dos países e para o Parlamento Europeu, os trabalhos que focam no perfil dos eleitores tendem a sinalizar para uma semelhança entre esses votantes. Ao longo do desenvolvimento dessa família partidária, uma das questões que orientou o debate era se “[...] are the greens a protest movement, or are they an established party?” (KAELBERER, 1993, p.229). A mesma questão foi colocada para o perfil dos militantes e do eleitorado. Nos anos iniciais, os estudos mostravam que

o eleitorado do partido tendia a ser ligeiramente com formação universitária, mulheres e de classe média. Recentemente, as conclusões encontradas pelas pesquisas confirmam o mesmo perfil do eleitorado: “Sociologically, the young, nonreligious, female, urban and educated individuals are more likely to support the Greens” (CLOSE; DELWIT, 2016, p. 261).

Em síntese, os Verdes surgiram ao redor de todo continente europeu e fora de lá também. Reconhecidamente como os herdeiros das mudanças em termos de valores pós-materialistas (INGLEHART, 1977), os representantes da nova política (POGUNTKE, 1987), da “*logic of constituency representation*” (KITSCHOLT, 1988). Apesar disso, existem ainda subdivisões dentro dessa família, como aqueles com orientações mais de direita e os “verdadeiros” verdes, que representariam uma nova forma de fazer política, tanto em termos de estrutura partidária quanto em objetivos e estratégias eleitorais¹².

Considerações finais

Famílias e tipologias partidárias possuem um valor prático para a pesquisa empírica comparada. À medida que pesquisadores se valem desse recurso, torna-se possível agrupar partidos com características semelhantes e observar se processos e contextos históricos específicos geram criaturas com características semelhantes. As duas famílias descritas ao longo deste texto apareceram ao redor dos países europeus, e guardadas as especificidades regionais, também passaram a fazer parte dos sistemas partidários da América Latina.

Os Verdes são vistos na literatura como resultado das mudanças de valores ocasionadas nas sociedades europeias pós-1970. Nesse processo, a extrema direita tem sido pensada como uma possível reação a esse fenômeno (IGNAZI, 1995). As subdivisões que existem dentro dessas duas famílias são inúmeras, com essa breve revisão buscou evidenciar.

Na direita, mesmo estudos de caso com poucos partidos, como os de Mudde (1996), revelam as dificuldades de um conceito que abarque o universo dessas organizações. O trabalho do autor mostra que nem os seus três casos analisados possuem todos as mesmas características em relação a adesão a valores que seriam próprios dessa família partidária. Não à toa, esse conjunto de partidos é denominado por denominações que vão desde neonazistas até extrema direita. Os Verdes, por sua vez, também contam com subdivisões internas Van Haute (2016). No entanto, eles tendem a serem lembrados por serem agremiações de esquerda, mas mais do que isso, são organizações que não se enquadram em definições puramente eleitorais.

12 Van Haute (2016) define a presença de três subdivisões nessa família partidária.

Essas duas famílias partidárias são radicalmente opostas. Enquanto Verdes defendem uma democracia direta ou de bases, a nova extrema direita coloca em risco a própria sobrevivência dos regimes democráticos. Os estudos sobre esses partidos abarcam várias das facetas dessas organizações, como os seus militantes, eleitores, filiados, organização partidária e mesmo atuação em governos ou no parlamento.

Partidos políticos têm surgido ao redor de todo o globo. Estudar as características específicas de cada organização partidária e buscar saber o que existe em comum entre os partidos é um esforço que atravessa a literatura de partidos políticos desde trabalhos clássicos, como os de Duverger (1980). O surgimento de novos partidos desafia a literatura a desenvolver ferramentas de análise e teorias que expliquem esses fenômenos.

REFERÊNCIAS

- BETZ, H. G. **Radical Right-Wing Populism in Western Europe**. London: MacMillan. 1994.
- BOLLEYER, N. **New Parties in Old Party Systems: Persistence and Decline in Seventeen Democracies**. New York, NY: Oxford University Press, 2013.
- BUKOW, S. The Green Party in Germany. *In*: VAN HAUTE, E. **Green parties in Europe**. [S. l.: s. n.], 2016.
- BÜRKLIN, W. P. The German Greens: The Post-Industrial Non-Established and the Party System. **International Political Science Review**, v. 6, n. 4, p. 463-481, 1985.
- CARAMANI, D.; HUG, S. The literature on European parties and party systems since 1945: A quantitative analysis. **European Journal of Political Research**, v. 33, n. 4, p. 497-524, 1998.
- CLOSE, C.; DELWIT, P. Green parties and elections. *In*: VAN HAUTE, E. **Green parties in Europe**. [S. l.: s. n.], 2016.
- CONTI, N. The radical right in europe, between slogans and voting behavior. **Anál. Social**, Lisboa, n. 201, p. 633-652, out. 2011.
- DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. 2. ed. Brasília: UnB, 1980.
- GALTUNG, J. The green movement: A socio-historical exploration. **International Sociology**, v. 1, n. 1, p. 75-90, 1986.
- GOODWIN, M. J. The rise and faults of the internalist perspective in extreme right studies. **Representation**, v. 42, n. 4, p. 347-364, 2006.
- GUNTHER, R.; DIAMOND, L. Species of political parties: A new typology. **Party politics**, v. 9, n. 2, p. 167-199, 2003.
- HAUSS, C.; RAYSIDE, D. The development of new parties in western democracies since 1945. *In*: COOPER, J.; MAISEL, L. **Political Parties: development and decay**. Beverly Hills: Sage, 1978.

IGNAZI, P. The Re-emergence of the Extreme Right in Europe. **Reihe Politikwissenschaft**, n. 21, p. 1-15, 1995.

IGNAZI, P. **Extreme right parties in Western Europe**. Oxford: Oxford University Press on Demand, 2003.

INGLEHART, R. **The Silent Revolution**. Princeton: Princeton University Press, 1977.

KAELBERER, Matthias. The Emergence of Green Parties in Western Europe. **Comparative Politics**, v. 25, n. 2, p. 229-243, jan. 1993.

KATZ, R. S.; MAIR, P. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party politics**, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KATZ, R. S.; MAIR, P. The Ascendancy of the Party in Public Office: Party Organizational Change in Twentieth-Century Democracies. *In*: GUNTHER, R. *et al.* **Political Parties: Old Concepts and New Challenges**. [S. l.: s. n.], 2002.

KATZ, R. S.; MAIR, P. The evolution of party organizations in Europe: the three faces of party organization. **American Review of Politics**, v. 14, p. 593-617, 1993.

KIRCHHEIMER, O. The Transformation of the Western European Party. *In*: LA PALOMBARA, J.; WEINER, M. **Political Parties and political Development**. Princeton; Nova Jersey: Princeton University Press, 1972. p. 137-176.

KITSCHOLT, H. Organization and Strategy of Belgian and West German Ecology Parties: A New Dynamic of Party Politics in Western Europe? **Comparative Politics**, v. 20, n. 2, p. 127-154, 1988.

LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments: An introduction. *In*: LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. **Party Systems and Voter Alignments: Cross National Perspectives**. London; New York: The Free Press Macmillan Limited, 1967.

MAIR, P. Political parties, popular legitimacy and public privilege. **West European Politics**, v. 18, n. 3, p. 40-57, 1995.

MAIR, P.; MUDDE, C. The party family and its study. **Annual Review of Political Science**, v. 1, n. 1, p. 211-229, 1998.

MAYER, N.; PERRINEAU, P. Why Do They Vote for Le Pen? **European Journal of Political Research**, v. 22, n. 1, p. 123-141, 1992.

MONTERO, J. R.; GUNTHER, R. Los Estudios Sobre Los Partidos Políticos: Una Revisión Crítica. **POSTData10**, p. 305-337, dic. 2004.

MUDDE, C. **Populist radical right parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MUDDE, C. Right-wing extremism analyzed A comparative analysis of the ideologies of three alleged right-wing extremist parties (NPD,NDP,CP'86). **European Journal of Political Research**, v. 27, p. 203-224, 1995.

MUDDE, C. **The Ideology of the Extreme Right**. Manchester, UK: Manchester Univ. Press. 2000.

MUDDE, C. The war of words defining the extreme right party family, **West European Politics**, v. 19, n. 2, p. 225-248, 1996.

MUDGE, S. L.; CHEN, A. S. Political Parties and the Sociological Imagination: Past, Present, and Future Directions. **Annu. Rev. Sociol.**, v. 40, p. 14.1-14.26, 2014.

MÜLLER-ROMMEL, F. The Greens in Western Europe: Similar But Different. **International Political Science Review**, v. 6, n. 4, p. 483-498, 1985.

NEIWERT, D. **Alt-America: The rise of the radical right in the age of Trump**. [S. l.]: Verso Books, 2017.

NORRIS, P. **Radical right: Parties and electoral competition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

PANEBIANCO, A. **Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEDAHZUR, A.; BRICHTA, A. The institutionalization of extreme right-wing charismatic parties: a paradox? **Party Politics**, v. 8, n. 1, p. 31-49, 2002.

POGUNTKE, T. New politics and party systems: The emergence of a new type of party? **West European Politics**, v. 10, n. 1, p. 76-88, 1987.

POGUNTKE, T. Goodbye to movement politics? Organisational adaptation of the German green party, **Environmental Politics**, v. 2, n. 3, p. 379-404, 1993.

POGUNTKE, T. Green Parties in National Governments: From Protest to Acquiescence?, **Environmental Politics**, v. 11, n. 1, p. 133-145, 2002.

RYDGREN J. Explaining the emergence of extreme right-wing populist parties: the case of Denmark. **West Eur. Polit.**, v. 27, n. 3, p. 474-502, 2004.

RYDGREN J. **The Oxford Handbook of the Radical Right**. Oxford: Oxford University Press, 2018

RYDGREN J. The sociology of the radical right. **Annu. Rev. Sociol.**, v. 33, p. 241-262, 2007.

SÖDERLUND, P.; KESTILÄ-KEKKONEN, E. Dark Side of Party Identification? An Empirical Study of Political Trust among Radical Right-Wing Voters. **Journal of Elections, Public Opinion and Parties**, v. 19, n. 2, p. 159-181, May 2009.

SPOON, J.-J. Holding Their Own: Explaining the Persistence of Green Parties in France and the UK. **Party Politics**, v. 15, n. 5, p. 615-634, 2009.

STOCKEMER, D. **The Front National in France: Continuity and Change Under Jean-Marie Le Pen and Marine Le Pen**. [S. l.]: Springer, 2017.

TURNBULL, N.; VROMEN, A. The Australian Greens: Party Organisation and Political Processes. **Australian Journal of Politics and History**, v. 52, p. 455-470, 2006.

UGARTE, B. A. Partidos políticos de extrema derecha en Europa. Hacia un marco teórico para el análisis de nuevos partidos. **Estudios de Deusto**, [s. l.], v. 45, n. 2, p. 11-43, ene. 2015. ISSN 2386-9062.

VAN HAUTE, E. **Green parties in Europe: Which family ties?** [S. l.: s. n.], 2016.

WILLEY, J. Institutional Arrangements and the success of new parties in old democracies. **Political Studies**, n. 46, p. 651-668.1998.

WILLIAMS, M. H. A new era for French far right politics? Comparing the FN under two Le Pens. **Anál. Social**, Lisboa, n. 201, p. 679-695, out. 2011.

UM PALADINO TEMENTE A DEUS: o Movimento Escola sem Partido e os laços com o neoconservadorismo cristão

Vitor Hugo Rinaldini Guidotti¹

Introdução: o neoconservadorismo cristão e o Mesp

Mais perceptível na última década, manifestações de movimentos neoconservadores vêm causando uma efervescência na sociedade brasileira. Fenômeno não exclusivo do país, sendo possível observar casos semelhantes em outras partes do globo, a manifestação neoconservadora no Brasil se destaca pela sua penetração política e social comparável à casos extremos, tais como a Hungria e os Estados Unidos.

Segundo Lacerda (2019), podemos compreender os movimentos neoconservadores como um conjunto de agentes e ideias que pretendem conservar determinados valores da sociedade considerados inquestionáveis. Além disso, o neoconservadorismo se caracteriza pela reação enfática contra mobilizações que buscam suplantar as visões conservadoras que defendem.

O neoconservadorismo também pode ser entendido como nova direita, e entre os valores que defendem, estão: a família tradicional baseada no modelo cristão da sagrada família, o anticomunismo, o militarismo e os valores de mercado. Tanto no caso estadunidense como no brasileiro, o neoconservadorismo se caracteriza pela ideia cristã de que a família, e não o Estado, é responsável pela organização da sociedade e a resolução de seus problemas (LACERDA, 2019).

De acordo com Miguel (2018, p. 21), a parte mais extremada da direita brasileira apresenta, entre seus eixos orientadores, a conjunção de grupos e visões baseados no fundamentalismo religioso, que “[...] se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate”. Para o autor, a base cristã da direita brasileira é muito presente tanto no Congresso Nacional quanto em outros espaços, como as redes sociais, e atua na oposição a garantia de direitos que possam contrariar suas percepções de mundo. Além disso, os líderes religiosos, dentre eles eleitos para cargos políticos, atuam no sentido de imunizar o rebanho de fiéis contra discursos considerados “anticristãos”.

1 Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro do Núcleo de Estudos de Religião, Economia e Política (NEREP/UFSCar). E-mail: vitor_guidotti@live.com.

No bojo dessa ascensão neoconservadora com fortes traços cristãos, o Movimento Escola sem Partido (Mesp), que, embora não seja oficialmente um movimento religioso, manifesta-se no cenário público levantando bandeiras tipicamente defendidas por setores católicos e evangélicos que se enquadram entre os grupos neoconservadores brasileiros. Criado entre 2003 e 2004 pelo advogado e procurador do Estado de São Paulo, Miguel Francisco Urbano Nagib, o Mesp² se propõe a combater o que nomeia como “doutrinação ideológica”, cometida por “militantes travestidos de professores”, que “afeta” os diferentes níveis educacionais e se “evidencia” em todo o país. Conforme consta em seu portal oficial, o Mesp cessou as atividades no dia 22 de agosto de 2020, mas isso não significa que sua influência no debate público não se faça mais presente.

Dentre os objetivos declarados pelo Mesp, há a menção de luta pela liberdade de consciência e de crença e a defesa jurídica do direito aos pais pela educação moral e religiosa dos filhos. A atenção que o Mesp deposita sobre o tema da religião é identificada no apelo que faz, pelo menos duas vezes na aba “Quem Somos” de seu portal oficial, ao artigo 12º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), que trata da “Liberdade de consciência e de religião”. Nessa descrição, é dada atenção ao inciso IV do artigo, que preconiza que “Os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”.

Uma das propostas do Mesp é o “Programa Escola sem Partido”, que basicamente é uma proposta de lei que obriga as escolas a fixar um cartaz constando seis “Deveres do professor”. Entre esses deveres, quatro citam direta ou indiretamente obrigações dos docentes sobre o respeito à religião e à moral dos estudantes. Na justificativa e na constitucionalidade elaboradas pelo Mesp para fundamentar o projeto de lei, a Constituição Federal de 1988 e a CADH são citadas para a afirmação veemente de que os professores não podem tratar de temas que contrariam a moral ou religião dos estudantes e de seus pais. Importa destacar que o Programa proposto pelo Mesp foi apresentado em diversos âmbitos legislativos pelo país, incluindo a Câmara dos Deputados (PL7180/2014 e PL867/2015) e Senado Federal (PL193/2016)³.

2 As informações sobre o movimento podem ser consultadas em seu portal oficial: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

3 No âmbito federal nenhum projeto de lei chegou a ser aprovado, já nos âmbitos estadual e municipal o cenário foi distinto. Um exemplo é a Lei nº 7.800/2016, do Estado de Alagoas, que chegou a ser aprovada, porém, em agosto de 2020, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) depois do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5537. A decisão foi simbólica e assinalou um revés para os projetos de lei que pretendiam emplacar as pautas do Mesp.

O ponto nevrálgico é que, embora o movimento aposte em uma roupagem de neutralidade e de defesa de direitos, o que é entendido por “doutrinação ideológica” ou violação do direito a religião ou crença está relacionado à contestação de dogmas religiosos, do modelo de família tradicional, da heteronormatividade e de concepções conservadoras de gênero, entre outros. Para o Mesp, pautas que visam o debate crítico e que possam contrastar com visões religiosas e conservadoras de mundo não podem ser debatidas nas escolas, uma vez que violam o direito à moral e à religião de pais e filhos. Inclusive, há a noção de que as instituições de ensino deveriam se dedicar apenas à escolarização, e não a educação. Educar, na visão do movimento, é um direito legado apenas a família e a religião (PENNA, 2017).

Muitas pesquisas se dedicaram a estudar os impactos do Mesp no cenário brasileiro (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017; MACEDO, 2017, 2018; NEVES, 2018; GUILHERME; PICCOLI, 2018; LIMA; HYPOLITO, 2019). Nesses trabalhos, a menção da relação entre o movimento, valores e grupos religiosos sempre se faz presente, mesmo que o objetivo principal das pesquisas fosse o aprofundamento em outros temas atrelados ao Mesp que não necessariamente a questão religiosa. Ademais, as pesquisas que se dedicaram a estudar o Mesp e sua relação com o neoconservadorismo de feição cristã mostram seu crescimento influenciado pelo apoio de religiosos declaradamente fundamentalistas, juntamente com o apoio de parlamentares pertencentes a denominações evangélicas e católicas, que buscaram mobilizar as demandas do movimento em suas atuações político-partidárias (MOURA, 2018; SOUZA, 2019). Fica evidente, no cenário político e social, a sinergia entre o Mesp e setores neoconservadores cristãos, especialmente nas disputas em instâncias do executivo, do legislativo e do judiciário.

Tendo em vista que a literatura existente vem expressando as teias de relações do Mesp com setores religiosos conservadores ligados ao debate público, a proposta dessa pesquisa, ainda em curso, é aprofundar o estudo sobre o tema. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar as feições religiosas do Movimento Escola sem Partido, explorando o conjunto de argumentos produzidos, defendidos e veiculados que fundamentam sua concepção ideológica. Para isso, buscar-se-á como fonte uma amostra de textos publicados no blog de seu portal oficial. Como já dito, por se tratar de uma pesquisa em andamento, pretende-se apreender os sinais, isto é, os indícios, num sentido preliminar de análise, dos fundamentos religiosos que compõem o arcabouço argumentativo utilizado pelo Mesp.

Doutrinação ideológica e sacrilégio nas escolas: as feições religiosas do Mesp

Esta pesquisa buscou compreender as bases religiosas do Mesp a partir do conjunto de documentos que sinalizam suas concepções ideológicas de

sociedade, de educação, de política e entre outros temas que o movimento se dedicou a opinar. A técnica de pesquisa utilizada é a Análise Textual Discursiva (ATD), que consiste em uma “[...] metodologia de análise de informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas concepções sobre fenômenos e discursos” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 13). A ATD permite análises que abarcam contribuições tanto da Análise de Conteúdo (AC) como da Análise de Discurso (AD), abordagens consolidadas no campo metodológico e de técnicas de pesquisa (BARDIN, 1977; ORLANDI, 2005).

Conforme Moraes e Galizazzi (2016), a ATD permite uma leitura, análise e crítica aprofundada de um conjunto de documentos, denominado *corpus*, a partir de um exercício sistematizado de tratamento do conteúdo. Entre os procedimentos da ATD constam: a unitarização, a codificação e a categorização, que podem ser construídos a partir de critérios léxicos, sintáticos e/ou semânticos. Esse exercício permite a constituição de unidades de contexto e unidades de sentido, cujo desígnio é permitir a “[...] elaboração de textos descritivos e interpretativos, apresentando argumentos pertinentes à compreensão do pesquisador em relação aos fenômenos que investiga” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 72). Não obstante, foi possível classificar os documentos a partir de variáveis que permitiram um avanço na compreensão sobre o Mesp e suas concepções religiosas. Por conta de a pesquisa estar em andamento e do limite de espaço que o capítulo apresenta, a análise se dedicará a duas variáveis da investigação, quais sejam: as categorias de (i) autores e de (ii) publicações originais que o movimento publica e reproduz em seu blog.

O material de pesquisa é parte do conteúdo do blog do Mesp⁴. Ao todo, o blog apresenta 735 textos publicados — 734 se retirarmos uma cópia integral de uma publicação. As publicações são divididas pelas seguintes categorias: Artigos e Vídeos (242), Caso COC (10), Corpo de Delito (69), Depoimentos (130), Doutrina da Doutrinação (05), Doutrinação pelo mundo (19), Educação Moral e Religiosa (54), ESP nas Redes Sociais (22), Livros Didáticos (35), Notícias (90), Processos Judiciais (02), Representações ao MP (07), Síndrome de Estocolmo (07) e *Uncategorized* (42).

Para essa pesquisa, foi selecionada a categoria Educação Moral e Religiosa, pela pertinência exploratória com o tema estudado. Essa categoria apresenta 54 textos e corresponde a 7,35% do total das publicações. Conforme consta no blog do Mesp, os escritos se inserem nessa categoria a partir dos seguintes critérios:

4 O Blog pode ser acessado em: <https://www.escolasempartido.org/blog/>. Acesso em 27 ago. 2021.

Publicaremos nesta seção artigos, denúncias, depoimentos e reportagens relacionadas à usurpação, pelas escolas e pelo governo, do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral e religiosa que esteja de acordo com suas próprias convicções, direito este assegurado pela Convenção Americana de Direitos Humanos (Blog do Mesp. Acesso em 27 ago. 2021).

Sobre os critérios da seção, a ideia de divulgar a “usurpação” de direitos dos pais sobre a educação moral e religiosa dos seus filhos ratifica a realidade que o movimento julga existir, segundo a qual as escolas públicas e privadas brasileiras são palco de frequentes violações da liberdade de religião e crença, sobremaneira em relação aos cristãos. No entanto, a hipótese do Mesp carece de sustentação empírica e é baseada ora por opiniões pontuais que tendem a generalizar exceções⁵, ora por compreensões equivocadas e conservadoras sobre propostas educacionais. Não obstante, a tese do Mesp não se sustenta ao ser confrontada com a literatura acadêmica, que aponta a histórica e até hoje presente colonização cristã das escolas. A realidade é diametralmente oposta à visão do Mesp, a saber: no Brasil a educação e as escolas são dominadas pelos valores cristãos, a despeito da laicidade do Estado (FISHMANN, 2012; CUNHA, 2013; SETTON; VALENTE, 2016; GUIDOTTI; FAISTING, 2019).

Já seguindo para a apresentação e discussão das variáveis levantadas do *corpus*, temos a seguinte quantidade de publicações por ano: 05 em 2011, 22 em 2012, 13 em 2013, 06 em 2014, 3 em 2015, 4 em 2016 e 01 em 2017. Alguns textos têm a publicação original significativamente anterior, mas consideramos na pesquisa a data publicada no blog, por se referir ao interesse do Mesp em divulgar a ideia naquele período. As datas de publicação dizem muito pouco isoladas de outros dados, porém, coincidem com o período em que a extrema-direita brasileira começa a ganhar força no cenário sociopolítico.

Ao analisar o conjunto de textos da seção, de fato encontramos artigos de opinião, depoimentos e denúncias enviadas por simpatizantes, além da reprodução (como uma cópia) de reportagens de diversos sites de notícias, sendo nesse último caso com a costumeira alteração de seus títulos originais ou a inclusão de comentários em destaque. Também se encontram documentos produzidos por grupos diversos que tendem a endossar as hipóteses do movimento. A variável que diz respeito a categoria de autores que o blog publica já proporciona um entendimento a respeito do perfil político e religioso que o Mesp procura divulgar em seu portal oficial. Vejamos:

5 A título de ilustração, o Mesp se baseia em enquetes abertas pelo seu próprio perfil no Twitter. Os resultados acabam sendo tendenciosos, visto que o alcance desse tipo de publicação fica restrito aos apoiadores do movimento.

Tabela 1 – Frequência e porcentagem de Categoria de Autores

Categoria de Autores	Frequência	Porcentagem
Jornalista	19	35,2
Escritor	15	27,8
Mesp	10	18,5
Religioso	08	14,8
Site Governamental	02	3,7
TOTAL (válido)	54	100

Fonte: Blog do Mesp. Levantamento feito pelo autor (2021).

Na categoria de jornalistas, incluímos a reprodução, geralmente com edições, de reportagens não assinadas de portais de notícias e publicações de profissionais do jornalismo. Entre as edições feitas de matérias veiculadas pela imprensa, encontramos uma reportagem que relatava uma experiência em uma escola, cujo título original era “Turma de escola do DF fez festa junina em que noivo foge com outro homem”. O conteúdo da reportagem se referia a uma proposta formação educacional que rompesse com preconceitos e promovesse a aceitação e o respeito. Na visão de um dos professores ouvidos a “[...] intenção é mostrar as diferentes formas de ser e amar [...]”. No entanto, o Mesp publicou a reportagem, na íntegra, com o seguinte título: “No DF, professores usam festa junina para atacar moralidade cristã, e transmitir aos filhos dos outros seus próprios valores”.

Outro dado interessante quanto aos jornalistas é que há a publicação de 05 textos referentes à Reinaldo Azevedo, que datam entre 2012 e 2014. Azevedo é um famoso jornalista que atua nos grandes veículos de imprensa e nas redes sociais. Católico, Reinaldo também é conhecido por suas posições neoconservadoras, de direita e de apoio às políticas neoliberais. Especialmente no período que datam suas publicações reproduzidas no blog do Mesp, Azevedo foi um importante militante e articulador de setores neoconservadores contra os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Os ataques que fazia ao PT e aos seus representantes do executivo incluíam as críticas a propostas de educação para a diversidade e a reprovação de políticas de combate à homofobia.

Entre os textos de Azevedo que constam no blog do Mesp encontramos críticas que o jornalista fez às políticas educacionais de diversidade sexual. Uma delas é a referência que ao “kit-gay”, termo usado por setores neoconservadores para se referir ao material “Escola sem Homofobia”, parte de projeto intitulado “Brasil sem Homofobia”, cujo objetivo era combater a intolerância contra a população LGBTQIA+. Na época, o material foi amplamente combatido por setores conservadores, especialmente porque o material era

considerado afrontoso aos valores cristãos. Em uma das publicações, Azevedo faz a seguinte pergunta: “declarar o fim da família tradicional é o novo objetivo da gestão de Fernando Haddad?”. Nota-se aqui uma junção entre neoconservadorismo cristão e antipetismo.

Outras duas publicações do referido jornalista deixam evidente o interesse do Mesp em articular os fundamentos de base religiosa com as propostas do movimento. No texto “Guerra do petismo contra os valores da família”, publicado em 2012, Reinaldo Azevedo faz um chamamento aos cristãos — com maior atenção aos evangélicos — para combater o segundo governo de Dilma Rousseff (PT), especialmente porque as propostas do governo, segundo o autor, eram contrárias a noção de família cristã. Já no outro texto há a veiculação de um comentário feito no blog de Azevedo. O relato tratava sobre a formação de professores de escolas públicas do Rio de Janeiro sobre diversidade sexual, e a conclusão do comentarista é que o material divulgado “É chocante, propaganda explícita do homossexualismo, ataque aos valores cristãos, à autoridade dos pais sobre os filhos, e à independência de idéias”.

Na categoria de escritores incluímos textos de um conjunto de autores que atuam em distintas áreas e que convergem com o olhar do Mesp sobre as escolas brasileiras. Todos apresentam um perfil neoconservador e cristão. Cinco textos são assinados por Miguel Nagib, coordenador do movimento. As publicações dele tratam sobre educação sexual nas escolas e o direito à educação moral e religiosa. Nesses textos, Nagib faz constantes apelos aos direitos humanos e aos direitos fundamentais para defender a ideia de que o Estado, na figura dos professores, não pode sob nenhuma hipótese apresentar conteúdo que contrarie as concepções morais e religiosas que os pais querem que seus filhos tenham. Para defender suas ideias, no texto intitulado “Quem disse que educação sexual é conteúdo obrigatório?”, Nagib critica a educação sexual nas escolas a partir de noções equivocadas sobre a laicidade do Estado brasileiro, e afirma que “a moral é inseparável da religião”. Além disso, ao articular a ideia de relação entre religião e moralidade, argumenta que se a maioria dos brasileiros são cristãos, logo, a educação e as escolas não deveriam constrangê-los com temáticas que contrariam seus princípios. Trata-se, notadamente, de uma visão de “democracia majoritária”, uma perspectiva adotada por autoritários e populistas de direita.

Ainda entre os escritores, encontramos uma publicação assinada por Olavo de Carvalho e outra por Luiz Felipe Pondé, as duas de 2011. Carvalho é um ex-jornalista e autointitulado filósofo que ocupa posição de destaque como intelectual da extrema-direita brasileira. Católico combativo, possui um conjunto de textos, livros e vídeos que “denunciam” a “dominação esquerdista” do mundo, e propõe uma reação global contra os “valores anticristãos e antiocidentais”. Já Luiz Felipe Pondé é filósofo de formação e conhecido por

suas opiniões de direita. Ambos os textos que o Mesp publicou dos autores se referiam à educação sexual nas escolas, em que as críticas eram fundamentadas na noção cristã de família, na acusação de sexualização das crianças e na denúncia de doutrinação ideológica.

Na categoria de autores “Mesp”, incluímos textos sem assinatura e que foram publicados pelo administrador do blog. Algumas publicações estão comprometidas, com fotos, vídeos e links corrompidos, mas os temas giram em torno da educação sexual, da sexualidade e da doutrinação ideológica. Eis alguns títulos dos textos publicados: “Sem noção e sem limite: a erotização criminosa da infância”, “Cartilha gay distribuída por grupo gay em escola”, “Professor não é educador”, e “Ideologia de gênero na escola, e que se dane a lei!”. Há uma publicação em que é divulgado, em caráter de denúncia, o artigo de Elian (2013), que versa sobre a heteronormatividade no ambiente escolar, como um exemplo para o Mesp dos riscos que as crianças podem correr nas escolas.

Oito textos são assinados por autores que se incluem na categoria “Religioso”. Trata-se de pessoas com vínculo religioso declarado, sacerdotes ou leigos. Um dos textos, de 2013, denominado “Estão detonando as nossas crianças”, compartilha o link — corrompido — de um vídeo de Damares Alves em que são tratados “[...] diversos assuntos importantíssimos para as famílias brasileiras, com destaque para o que vem sendo ensinado nas escolas em matéria de educação sexual e ideologia de gênero [...]”. Damares é pastora evangélica, advogada, política e, de 2019 até o momento da escrita desse texto, ocupa o cargo de ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo de Jair Messias Bolsonaro. É conhecida pelas suas declarações baseadas no fundamentalismo religioso sobre educação, sociedade, sexualidade, aborto e entre outros temas. Além disso, é um nome politicamente forte entre setores evangélicos neoconservadores. A menção a Damares em 2013 evidencia a consolidada relação entre o Mesp e setores neoconservadores cristãos, que ocupam cargos importantes no mais representativo governo de extrema-direita que o âmbito federal já experienciou.

Ainda entre os religiosos, três textos são assinados e um apresenta referência à Julio Severo, definido pelo Mesp como “ativista cristão”. Entre os conteúdos tratados novamente se evidencia o tema da educação sexual e questões de gênero e sexualidade. Severo aponta, entre seus escritos, que “A ideologia de gênero está infectando todo o ensino do Brasil”. Ademais, o autor demonstra preocupação, em um texto de 2011, sobre a possibilidade da criminalização da homofobia, pois, segundo ele, poderá ser

[...] considerado criminoso qualquer pai ou mãe que se opuser à doutrinação homossexual de seus filhos em sala de aula. O simples fato de

um pai ou mãe dizer para o filho que homossexualismo é pecado poderá resultar em conseqüências criminais como multas, prisão e perda da guarda dos filhos.

Os dois casos aqui descritos, tanto o de Damares Alves como o de Julio Severo, demonstram a transparência com que o Mesp divulga e concorda com posições cristãs, muitas delas fundamentalistas, sobre temas que envolvem a educação.

A última categoria de autores, denominada “Site Governamental”, conta com duas publicações. A primeira é da Câmara Municipal de Recife, e trata a tentativa de alguns vereadores suspenderem a divulgação de um livro sobre educação sexual. Um dos vereadores citados na reportagem afirma que “Isso não é apenas uma questão de religião, vai além. Qualquer pai que lesse a cartilha ficaria estarelecido com o que está lá [...]”. A segunda se refere a uma informação extraída do site da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sobre a realização de um concurso de cartazes contra a homofobia. Para o Mesp, a atividade foi entendida como “engenharia comportamental”, “lavagem cerebral” e “covardia intelectual”, com o intuito de “[...] fazer a cabeça dos estudantes para que eles repitam, sem questionar, as palavras de ordem do sindicalismo gay e o credo da ideologia de gênero”. Ainda para o movimento, o evento da Universidade é uma amostra da violação aos direitos dos pais em educar seus filhos de acordo com suas próprias convicções, não considerando “[...] todos os lados dessa complexa questão [a homofobia], que envolve, entre outros aspectos, as liberdades de consciência, de crença e de expressão”. O incômodo que os temas de gênero e sexualidade geram perante valores morais e religiosos são manifestos.

Outra variável levantada se refere as categorias de publicações originais que o Mesp reproduz em seu blog. Aqui procuramos encontrar as fontes dos textos veiculados. O resultado apresenta alguns dados interessantes, que exporemos a seguir.

Tabela 1 – Frequência e porcentagem de Categoria de Publicações Originais

Categoria de Autores	Frequência	Porcentagem
Imprensa	20	37
Blog Mesp	13	24,1
Blog Pessoal	09	16,7
Sites Cristãos	04	7,4
Não Encontrado	03	5,6
Sites Acadêmicos	02	3,7

continua...

continuação

Categoria de Autores	Frequência	Porcentagem
Sites Governamentais	1	1,9
Sites Educacionais	1	1,9
Sites Conservadores	1	1,9
TOTAL (válido)	54	100

Fonte: Blog do Mesp. Levantamento feito pelo autor (2021).

Com o intento de tratar mais detidamente dos interesses dessa pesquisa, vale explorar as especificidades dos sites cristãos e conservadores veiculados no blog do Mesp. Com a soma das duas categorias chegamos a um total de 05 publicações.

Entre as referências cristãs, encontramos: Portal Fé em Jesus, Foco Cristão, LifeSiteNews, e Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO). Não foi possível acessar os sites do Portal Fé em Jesus e Foco Cristão. No caso do primeiro não há indicação do seu site, e o segundo consta que foi arquivado ou banido do sistema WordPress por violar os termos de serviço. No entanto, as publicações se referiam a livros que seriam utilizados em escolas. Para o autor do texto de 2013 publicado no Portal Fé em Jesus, o livro iria exaltar o “gayzismo”, o “bissexualismo” e o “homossexualismo” ao ilustrar uma família gay — o autor insere a palavra família entre aspas em um sentido depreciativo. Já a publicação do Foco Cristão, de 2014, se refere a um livro que seria distribuído pelo Governo do São Paulo e que promoveria o satanismo: “O livro infantil, em questão, faz um verdadeiro culto à Satanás, uma invocação simpática e direta ao Diabo e, ao mesmo tempo, debocha de Deus, cultiva o Mal e menospreza o Bem. Corrupção de menores? A Bíblia não pode nas escolas, mas a veneração ao Diabo pode?”.

As outras duas referências cristãs, ainda *on-line*, permitiram a exploração de maiores informações. O portal LifeSiteNews é uma iniciativa ultraconservadora católica, atuante desde 1997, principalmente nos Estados Unidos e no Canadá, com o objetivo principal de combater as políticas em prol da interrupção da gravidez. Em 2021, seus perfis nas redes sociais Facebook e YouTube foram banidos, sob acusação de disseminar informações enganosas a respeito da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 (covid-19). A publicação reproduzida pelo Mesp, de 2012, se referia a fala de um representante do Vaticano em defesa da educação domiciliar. Conforme o texto, “um crescente número de pais opta por educar seus filhos em casa por causa da péssima qualidade das escolas disponíveis, **ou porque as escolas cada vez mais promovem valores que estão em conflito com a moralidade cristã tradicional**” (grifos do original).

Em seguimento, o IPCO é uma associação fundada em 2006 por discípulos do líder católico de mesmo nome⁶. Entre as suas finalidades, consta “dar continuidade a seu vasto trabalho de mobilização da sociedade civil, com vistas a preservar os pilares básicos da Civilização Cristã ameaçados pela Revolução anti-cristã”. A publicação que o Mesp endossa tratava de uma “denúncia” do Abade do Mosteiro São Bento, de São Paulo, sobre “uso do sistema de ensino para a difusão de valores contrários à família”. Em uma palestra proferida pelo Abade cujo tema era o risco que os sistemas de ensino podem gerar para a educação dos filhos, há a argumentação de que o sistema educacional sofre um processo de decadência:

A primeira semente dessa decadência começou a brotar já na Renascença, com a perda da sadia autonomia das universidades, dando lugar a um controle cada vez maior por parte do Estado, sobretudo dos príncipes influenciados pelo protestantismo nascente. Esse processo chegou até nossos dias, em que o Estado suplantou a proeminência da Igreja no ensino e passou a controlar tiranicamente as instituições, impondo-lhes seu viés marxista e imoral. [...] Hoje a “formação de valores” está às avessas: os valores passados são princípios opostos à doutrina católica. As instituições de ensino quiseram “libertar-se” dos dogmas, dos “tabus” e da sã doutrina, dando lugar a um liberalismo exacerbado e a uma contestação sistemática de tudo o que nos legou a civilização cristã. [...] No ensino de História, são simplesmente descartados os livros que não repitam a ladainha de imprecções à Igreja como instituição opressora, e que não pintem um quadro negro da Idade Média e da civilização cristã (Blog do Mesp. Acesso em 27 ago. 2021).

Por fim, o portal “Libertatum: Vida, Propriedade e Liberdade” é a referência conservadora apreciada pelo Mesp. O conteúdo veiculado no site, ao estilo de um blog, trata de pautas neoconservadoras de interesse brasileiro. Intitulada “Pais católicos reagem!”, a publicação de 2014 reproduzida no blog do movimento trata de uma carta de pais católicos endereçada a Dom Alberto Taveira Corrêa, Arcebispo de Belém. O conteúdo da carta dizia respeito ao que os pais chamaram de “inovações metodológicas e curriculares” ensinadas em escolas católicas, e que estaria aviltando a fé católica com temas anticristãos.

Em síntese, os 54 artigos depositados na seção Educação Moral e Religiosa do blog do Mesp tratam de questões como educação sexual, gênero,

6 Plínio Corrêa de Oliveira (1908–1995) é uma figura central do catolicismo conservador do século XX. Foi influenciado pela visão do catolicismo ultramontano e pelo integrismo católico, duas perspectivas reacionárias em relação às mudanças e valores da modernidade. Plínio também foi fundador, em 1960, da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), uma entidade católica cujo objetivo é combater ideias marxistas e restabelecer a civilização cristã (ZANOTTO, 2001).

sexualidade, doutrinação ideológica, educação domiciliar, o uso de materiais didáticos e a própria questão da educação moral e religiosa dos estudantes. Fica nítida a tensão que existe entre temas que envolvem a esfera erótica, a esfera estética, a esfera intelectual e a esfera religiosa, nos termos de Weber (2010).

Do mesmo modo, percebe-se a presença de elementos retóricos das noções de “ideologia de gênero” e de “marxismo cultural”. Elaborada no interior da Igreja Católica, o termo ideologia de gênero tem suas origens em 1997, e repercute a partir de 2007 como “[...] uma contraofensiva político-discursiva poderosa contra o feminismo e sua proposta de reconhecimento e avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 726). Ao longo do tempo, a ideologia de gênero ganha capilaridade entre setores cristãos neoconservadores, católicos e evangélicos, e se torna uma arma combativa contra proposições em prol da diversidade e equidade de direitos das mulheres e da população LGBTQIA+. Conforme aponta Miguel (2016, p. 595),

[...] o crescimento da importância do MESP no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada “ideologia de gênero”, além de representar uma aliança entre os interesses do movimento com as demandas de setores religiosos neoconservadores.

Nesta continuidade, o termo marxismo cultural tem origem em 1990 nos Estados Unidos. Conforme Costa (2020), os primeiros usuários da expressão são grupos pertencentes à extrema-direita estadunidense, dentre eles cristãos fundamentalistas, conservadores e supremacistas. Para esses grupos, o marxismo cultural representa a destruição dos valores ocidentais ao provocar um pandemônio em relação à religião cristã, à família e às questões relativas a gênero e sexualidade. Assim como a ideologia de gênero, o termo ganha força nos últimos anos no Brasil, sendo muito utilizado por políticos de extrema-direita nas eleições ocorridas em 2018. Nesse sentido, várias são as passagens nos textos do blog em que há a indicação de que as escolas brasileiras são tomadas pelo marxismo cultural, ainda que o termo seja tratado indiretamente pelos autores, com a menção à Escola de Frankfurt, a Marx ou às teorias marxistas.

Assim, a partir da leitura dos textos disponíveis no blog do Mesp, é possível afirmar que são recorrentes os argumentos de matriz cristã neoconservadora para a defesa de suas bandeiras. Muitos preceitos religiosos são mobilizados para acusar de doutrinação ideológica as iniciativas educacionais que busquem a superação de velhas e novas discriminações e intolerâncias, tão presentes no Brasil contemporâneo. Portanto, não é exagero constatar que,

para o Mesp, qualquer proposta de educação crítica que venha a ser mobilizada nas escolas é entendida como doutrinação ideológica e um sacrilégio aos princípios do cristianismo conservador.

O Mesp e os sinais da sua alma neoconservadora cristã: considerações parciais

O objetivo dessa pesquisa em curso é explorar e analisar a feição religiosa do Mesp. A partir da ATD e do estudo do conteúdo veiculado em seu blog, foi possível encontrar elementos que associam o movimento a atores e valores declaradamente neoconservadores e cristãos. Foi possível identificar, também, que o chamado marxismo cultural, a educação sexual e os debates sobre gênero e sexualidade são os temas que mais mobilizam suas preocupações. A inquietação, em caráter quase sempre de denúncia, diz respeito à “violação” que pais e filhos sofrem quando conteúdos tratados nas escolas acabam conflitando com as suas convicções morais e religiosas. A realidade é que o Mesp não aceita que o sistema educacional, público e até mesmo privado e confessional, permita que sejam abordadas questões que tencionam dogmas religiosos, especialmente relativos à moral sexual e a ideia de sagrada família. É a educação crítica vista como pecado.

Muitas são as alegorias para se referir ao Mesp: Moura (2018) o chama de monstro de duas cabeças, Frigotto (2017) o evoca como “esfinge”, e Santos e Cervi (2019) o trata como Dom Quixote lutando contra os moinhos. Em nosso caso, cabe a analogia com um paladino, um guerreiro temente a um deus, que combate seus inimigos que insistem em uma educação que não está em harmonia com seus mandamentos. Assim, constata-se que o que dá corpo ao movimento, aquilo que fica evidente em suas atuações sociais e político-partidárias, o revela como paladino dos interesses da extrema-direita religiosa, o que enseja avanços na compreensão de seus fundamentos. Seja ele um monstro, um ser mitológico, um personagem da literatura ou um campeão, os sinais apontam que o Movimento Escola sem Partido é, de corpo e alma, neoconservador cristão.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

COSTA, I. C. **Dialética do marxismo cultural**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

CUNHA, L. A. **Educação e Religiões: a descolonização religiosa da Escola Pública**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

ELIAN, I. T. A heteronormatividade no ambiente escolar. *In*: FAZENDO GÊNERO: desafios atuais dos feminismos, 10., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. p. 1-7.

ESPINOSA, B. R. S.; QUEIROZ, F. B. C. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ: LPP, 2017.

FISHMANN, R. **Estado laico, educação, tolerância e cidadania: para uma análise da concordata Brasil-Santa Sé**. São Paulo: Factash Editora, 2012.

FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ: LPP, 2017.

GUIDOTTI, V. H. R.; FAISTING, André L. Laicidade e educação: um balanço da produção acadêmica nas plataformas SciELO e BDTD-IBICT (1998–2017). *In*: ZILIANI, R. de L. M.; GUIDOTTI, V. H. R. (org.). **Cartografias da educação: história, políticas e diferença**. Jundiaí: Paco, 2019.

GUILHERME, A. A.; PICOLI, B. A. Escola sem Partido — elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-23, 2018.

LACERDA, Marina B. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LIMA, I. G. de; HYPOLITO, Á. M. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. 1-15, 2019.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 507-524, 2017.

MACEDO, Elizabeth. Repolitizar o social e tomar de volta a liberdade. **Educação em Revista**, v. 34, p. 1-15, 2018.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” — Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. **Direitos & Práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621 2016.

MIGUEL, Luis F. A reemergência da direita brasileira. *In*: GALLEGOS, E. S. (org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do C. **Análise textual discursiva**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.

MOURA, Fernanda P. de. O catolicismo e o Escola sem Partido: sacerdotes e leigos em “defesa da família”. *In*: CABRAL, B. M.; ALBUQUERQUE, B. da S.; BRITO, G. F. L. de. **Religião não se discute?** Diálogos entre religiões, política e história. Rio de Janeiro: Autografia, 2018

NEVES, Cynthia A. de B. Direitos humanos e educação: a polêmica em torno da prova de redação do ENEM 2015 e 2017. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, n. 2, p. 731-755, 2018.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PENNA, Fernando. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. *In*: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ: LPP, 2017.

SANTOS, T. R.; CERVI, G. M. D. Quixote contra os moinhos: um ensaio sobre o Movimento Escola Sem Partido. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, n. 105, p. 712-731, 2015.

SETTON, M. da G. J.; VALENTE, G. A. Religião e educação no Brasil: uma leitura em periódicos (2003–2013). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 160, p. 410-440, 2016.

SOUZA, Andréa S. de. Religião e Educação: as marcas do fundamentalismo religioso no programa “Escola sem Partido”. **Religare**, v. 16, n. 1, p. 9-33, 2019.

WEBER, Max. Tipologia da renúncia religiosa ao mundo. *In*: WEBER, Max. **Sociologia das Religiões**. São Paulo: Ícone, 2010.

ZANOTTO, Gizele. Plínio Corrêa e a TFP: um reacionário a serviço da contra-revolução. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 9, n. 9, p. 193-214, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise 46, 62, 66, 67, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 98, 99, 113, 114, 120, 123, 124, 126, 139, 150, 158, 161, 163, 179, 186, 200, 204, 205, 208, 209, 214, 221, 222, 232, 233

Arte *drag* 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 82, 83

Artistas 56, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 191

B

Boate 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 196

C

Ciências sociais 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 31, 32, 40, 47, 65, 86, 105, 135, 137, 183, 200, 203

Consumo 66, 68, 69, 71, 79, 84, 106, 116, 130, 174, 181, 183, 186, 188, 189, 190, 191, 194, 195, 196, 197

Contexto 9, 10, 11, 15, 19, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 67, 68, 70, 71, 80, 82, 89, 105, 115, 123, 129, 130, 138, 148, 149, 152, 163, 172, 184, 222

Cultura 12, 19, 22, 23, 31, 49, 51, 55, 61, 74, 76, 78, 81, 84, 86, 107, 108, 109, 111, 115, 117, 118, 121, 122, 123, 127, 132, 134, 138, 150, 166, 177, 184, 199, 200, 201, 206

D

Debate 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 28, 54, 58, 59, 62, 86, 157, 162, 163, 164, 165, 173, 204, 205, 207, 208, 209, 211, 212, 219, 220, 221, 230

Desenvolvimento 7, 9, 12, 13, 14, 16, 21, 27, 29, 52, 65, 66, 67, 89, 90, 91, 97, 105, 115, 117, 122, 123, 125, 137, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 157, 165, 166, 179, 186, 190, 212

Direita 8, 9, 47, 56, 57, 62, 63, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 214, 219, 223, 224, 225, 226, 230, 231, 233

Direito 9, 10, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 39, 40, 42, 46, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 105, 106, 108, 111, 112, 114, 117, 119, 120, 123, 132, 189, 220, 221, 223, 225

Direitos humanos 9, 32, 57, 89, 105, 110, 111, 112, 113, 114, 119, 120, 142, 155, 172, 173, 178, 181, 220, 223, 225, 226, 233

Drags 65, 66, 67, 69, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 86

E

Educação 12, 14, 15, 18, 23, 42, 43, 45, 54, 56, 61, 105, 106, 108, 109, 112, 117, 123, 143, 199, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234

Educação moral e religiosa 220, 222, 223, 225, 229, 230

Escola sem partido 8, 9, 47, 219, 220, 221, 231, 232, 233, 234

Estrutura 8, 15, 41, 42, 44, 78, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 107, 116, 118, 124, 129, 130, 131, 137, 138, 139, 141, 147, 149, 150, 151, 154, 171, 211, 213

Extrema direita 9, 56, 203, 206, 207, 208, 209, 213, 214

F

Família 47, 48, 51, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 72, 86, 109, 128, 189, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 219, 221, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 233

Formação 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41, 44, 53, 68, 84, 89, 95, 96, 107, 108, 118, 122, 131, 139, 169, 170, 204, 213, 224, 225, 226, 229

G

Gênero 9, 36, 37, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 84, 86, 121, 165, 166, 167, 179, 191, 212, 221, 226, 227, 230, 231, 232, 233

Gênero e sexualidade 51, 54, 56, 57, 59, 60, 63, 66, 179, 226, 227, 230, 231

Geração 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 149, 165, 211

I

Ideologia 40, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 122, 204, 205, 226, 227, 230, 233

Ideologia de gênero 47, 48, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 226, 227, 230, 233

Indígenas 9, 77, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 137, 141, 168, 170, 172, 175, 176, 177

L

Literatura 8, 87, 88, 89, 93, 98, 142, 149, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 221, 223, 231

M

Maconha 8, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201

Mercado 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 66, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 82, 84, 117, 125, 129, 152, 173, 191, 219

Mercado de trabalho 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 117

Mineração 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 176

Mulheres 48, 49, 51, 52, 54, 55, 61, 75, 77, 92, 125, 126, 165, 166, 187, 191, 192, 194, 195, 196, 198, 213, 230

N

Notícias 39, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 222, 223, 224

O

Organizações 7, 14, 33, 56, 77, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214

P

Pandemia 8, 9, 35, 77, 161, 162, 163, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 180, 181, 228

Pandemia de covid-19 77, 163, 170, 172, 173, 178

Partido 8, 9, 47, 48, 55, 80, 129, 204, 205, 207, 211, 213, 217, 219, 220, 221, 224, 231, 232, 233, 234

Partidos 54, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218

Polícia 29, 31, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 46, 127, 128, 130, 147, 189, 190, 191, 194, 196, 197, 198

Política 3, 9, 15, 18, 23, 27, 30, 39, 40, 42, 46, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 63, 68, 70, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 97, 98, 103, 108, 111, 112, 117, 122, 124, 125, 129, 130, 134, 152, 179, 183, 187, 189, 203, 206, 207, 210, 212, 213, 219, 222, 226, 233

Políticas públicas 9, 33, 41, 46, 54, 77, 80, 81, 105, 106, 107, 109, 113, 114, 116, 120, 170, 233

Processo 16, 28, 29, 32, 35, 40, 42, 43, 51, 60, 69, 83, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 109, 115, 116, 118, 122, 125, 127, 131, 139, 140, 143, 144, 154, 156, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 174, 188, 203, 206, 213, 229

Professores 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 43, 44, 56, 126, 220, 224, 225
Profissionais 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 28, 31, 32, 33, 34, 37,
38, 39, 40, 42, 54, 78, 161, 163, 200, 224

R

Relações 7, 19, 33, 38, 44, 49, 52, 54, 57, 59, 67, 74, 82, 87, 88, 89, 90, 91, 92,
93, 97, 98, 99, 110, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 134, 137, 138, 149,
151, 161, 163, 165, 168, 170, 173, 174, 175, 179, 186, 193, 200, 206, 208, 221

S

Segurança 7, 9, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43,
44, 46, 62, 107, 122, 128, 129, 143, 169, 178, 179, 189, 190, 198

Segurança pública 7, 9, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 39, 40, 41, 42, 43,
44, 46, 122, 129, 189, 198

Segurança pública e social 27, 31, 33, 39, 40, 43, 44, 46

Sexualidade 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 66, 67, 74, 85, 86,
179, 226, 227, 230, 231

Sistema 14, 19, 21, 23, 32, 36, 37, 39, 41, 80, 91, 92, 93, 95, 96, 99, 106, 107,
112, 118, 127, 137, 138, 139, 140, 144, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 155,
158, 169, 171, 184, 187, 190, 195, 198, 210, 212, 228, 229, 231

Sistema social 139, 149, 150, 154, 155, 158

Sociedade 9, 12, 18, 19, 22, 23, 27, 29, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 44,
48, 50, 52, 55, 58, 59, 60, 71, 73, 86, 90, 91, 94, 96, 109, 110, 117, 121, 123,
125, 126, 131, 133, 138, 141, 143, 156, 158, 171, 175, 179, 184, 188, 190,
195, 197, 204, 219, 222, 226, 229, 232, 233

Sociologia 3, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 34, 46,
47, 84, 85, 121, 137, 149, 158, 179, 183, 219, 234

Status consultivo 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99

T

Trabalho 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 38, 39, 41,
42, 44, 45, 49, 51, 52, 71, 72, 76, 82, 86, 87, 88, 92, 98, 105, 108, 109, 117,
121, 126, 129, 139, 140, 141, 145, 154, 162, 166, 168, 169, 170, 172, 173,
174, 176, 178, 179, 180, 181, 190, 191, 193, 200, 204, 208, 209, 211, 213, 229

V

Valores 36, 38, 41, 57, 76, 81, 121, 127, 130, 132, 149, 153, 162, 184, 185,
198, 200, 210, 211, 213, 219, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SOBRE O LIVRO

Tiragem não comercializada

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,3 x 19,3 cm

Tipologia: Times New Roman 10,5 | 11,5 | 13 | 16 | 18

Arial 8 | 8,5

Papel: Pólen 80 g (miolo)

Royal Supremo 250 g (capa)

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização